

MARIA MARTHA DE LUNA FREIRE

MULHERES, MÃES E MÉDICOS

**Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e
São Paulo, década de 1920)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Professor Doutor LUIZ OTÁVIO FERREIRA

Rio de Janeiro

2006

C866m Freire, Maria Martha de Luna

Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920) / Maria Martha de Luna Freire.- Rio de Janeiro: 2006.

336f. ; il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2006.

Bibliografia: f.

1.História da medicina 2. Mulheres 3. Puericultura 4. Publicações periódicas 5. São Paulo 6. Rio de Janeiro

CDD 610.9

MARIA MARTHA DE LUNA FREIRE

MULHERES, MÃES E MÉDICOS: discurso maternalista em revistas femininas

(Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em 24 de novembro de 2006

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Olga Brites
Pontifícia Universidade Católica – São Paulo

Profª Drª Ana Teresa Acatauassú Venancio
Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Profª Drª Ana Paula Vosne Martins
Universidade Federal do Paraná

Profª Drª Nara Azevedo
Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira – Orientador
Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Profª Drª Ângela de Araújo Porto – 1ª suplente
Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

Profª Drª. Maria Renilda Nery Barreto – 2ª suplente
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

Rio de Janeiro
2006

*Para Pedro, Leticia, Isabel e Rafael, que me ajudaram a descobrir
a dor e a doçura de ser mãe.*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento será sempre à minha mãe, que me iniciou no universo encantado das palavras.

Meus filhos foram parceiros constantes, apoiando, consolando e assumindo tarefas enquanto eu permaneci à margem do “mundo real”. Companheiros de vida, co-autores desta tese.

Ao Fábio, genro-quase-filho, que me apresentou os clássicos das ciências sociais.

À Laura, que “chegou” junto com o doutorado e, aceitando compartilhar minha atenção com a tese, conferiu novo colorido ao meu cotidiano. E especialmente por ter resistido bravamente ao “sumiço” da vovó por seis meses em Paris.

Aos amigos, essenciais sempre, agradeço por terem respeitado pacientemente minha reclusão e tolerado minhas “crises”. À Míriam, pelo afeto e disponibilidade permanentes. À Chris, pela escuta confidente. À Conceição, pela solidariedade.

À Gisele e à Renilda, colegas de jornada acadêmica, que se tornaram grandes amigas, pela extrema generosidade. Sem o suporte afetivo e operacional que me ofereceram, não sei se concluiria a tese no prazo... E ainda ao Izidro, pelo apoio logístico tranquilizador.

Luiz Otávio Ferreira, além de orientador seguro, atento e paciente, mostrou-se um verdadeiro amigo. Sou profundamente grata às suas críticas e sugestões e ao permanente estímulo.

Agradeço ainda a receptividade e as contribuições dos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, dos demais pesquisadores e da equipe da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz. À Maria Cláudia, sempre solícita.

A Luiz Antonio de Castro Santos, do Instituto de Medicina Social da UERJ, por enriquecer minhas reflexões.

A Patrice Bourdelais, agradeço a prestimosa acolhida no *Centre de Recherches Historiques* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS).

À CAPES, por ter financiado minha estadia na EHESS, em Paris – oportunidade preciosa para o aprofundamento da minha pesquisa.

À Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), por ter-me concedido licença-docente durante os últimos 18 meses, a qual viabilizou a elaboração da etapa final desta tese. Aos servidores da PROPP e da secretaria do Instituto de Saúde da Comunidade (ISC), pelo apoio durante esse processo.

Agradeço ainda aos colegas do Departamento de Planejamento em Saúde, que se desdobraram para compensar meu afastamento da atividade docente; em especial ao Armando, pelo incentivo e solidariedade.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico, no Rio de Janeiro; da *Bibliothèque de la Maison des Sciences de L'Homme/EHESS*, *Bibliothèque d'Histoire de la Médecine/BIUM*, e *Bibliothèque Sainte Geneviève*, em Paris, pela paciência.

À Anna Maria, pela revisão primorosa.

Mulher é desdobrável.

Adélia Prado, *Poesia reunida*.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
RESUMÉ	10
INTRODUÇÃO	11
1. A BELLE ÉPOQUE DAS REVISTAS	20
1.1. A GÊNESE DO GÊNERO REVISTA NO BRASIL DA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	20
1.2. REVISTAS FEMININAS: CONCEITO, TRAJETÓRIA E UTILIZAÇÃO COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA	24
1.3. <i>VIDA DOMÉSTICA</i> E <i>REVISTA FEMININA</i> : ENSINANDO A MULHER A SER MULHER	30
2. DO INSTINTO MATERNAL À MATERNIDADE CIENTÍFICA	44
2.1. MATERNIDADE CIENTÍFICA COMO IDEOLOGIA E TÉCNICA --	45
2.2. FEMINISMO, MATERNALISMO E HIGIENISMO	52

3. AS MÚLTIPLAS FACES DA MULHER MODERNA -----	58
3.1. BELA, BOA E SÁBIA: A EVA DE 1920 -----	59
3.2. ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DOMÉSTICO -	83
3.3. FILANTROPIA COMO TRABALHO FEMININO -----	101
3.4. A CIENTISTA DO LAR -----	115
4. MATERNIDADE: ALIANÇA ENTRE MULHERES E MÉDICOS ----	135
4.1. A MISSÃO DA MULHER -----	136
4.2. ESCOLAS DE MULHERES, ESCOLAS DE MÃES -----	149
4.3. SER MÃE É UMA CIÊNCIA -----	169
4.4. MATERNIDADE COMO PROFISSÃO SANITÁRIA -----	186
5. HIGIENIZANDO CORPOS, MENTES E LARES -----	193
5.1 A LIMPEZA NO REPERTÓRIO DA MÃE MODERNA -----	194
5.2. SOL E AR FRESCO EM DOSES CERTAS -----	202
5.3. O BANHO COMO RITUAL HIGIÊNICO -----	205
5.4. A EDUCAÇÃO FÍSICA DA CRIANÇA -----	211
5.5. A VIGILÂNCIA DO CRESCIMENTO -----	225
5.6 A HIGIENIZAÇÃO DOS AFETOS -----	229
6. ROBUSTOS E SADIOS: A ALIMENTAÇÃO DOS FILHOS -----	257
6.1. ARTE E TÉCNICA DO ALEITAMENTO MATERNO -----	264
6.2. ENTRE A MÃE-PRETA E A MAMADEIRA -----	280
6.3 A NUTRICIONISTA DA FAMÍLIA -----	302
CONCLUSÃO -----	308
BIBLIOGRAFIA E FONTES -----	314

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Bebê.
- Figura 2 - Sra. Lauro Muller F^o. e seu interessante Laurinho.
- Figura 3 – Casamento.
- Figura 4 - Cabelos curtos.
- Figura 5 - Decálogo da esposa.
- Figura 6 - “Uma mãe feliz!”
- Figura 7 - Conto *Natal feliz*.
- Figura 8 - Escola de educação feminina.
- Figura 9 - Guia das Mães.
- Figura 10 - O médico e a mulher.
- Figura 11 - Como organizar uma *nursery*.
- Figura 12 – *Helioterapia*.
- Figura 13 – Banho.
- Figura 14 - Dr. Withrock examinando lactente no Consultório Central.
- Figura 15 - Educação infantil.
- Figura 16 - *La Goutte de Lait* de Belleville.
- Figura 17 – Mãe-preta.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar o processo de difusão da ideologia da maternidade científica em duas revistas femininas – *Vida Doméstica* e *Revista Feminina* – que circularam nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo na década de 1920. A partir do interesse mútuo quanto à valorização da maternidade – no cenário em que a construção da nacionalidade alçava a função maternal à dimensão de preocupação de ordem pública – conformaram-se afinidades eletivas que fundamentaram o estabelecimento da relação de aliança entre médicos dedicados à higiene infantil e mulheres das classes média e alta urbanas. Tal aliança resultou na legitimação de tais médicos como especialistas em puericultura e na construção do novo papel social de mãe. A identificação das revistas femininas com a dimensão de modernidade constituiu elemento essencial para a sua configuração como base cultural perfeita para a difusão do ideário da maternidade científica.

ABSTRACT

The goal of this thesis is to investigate the process of diffusion of the ideology of scientific maternity in two women's magazines – *Vida Doméstica* and *Revista Feminina* – that circulate in Rio de Janeiro and São Paulo cities in the 1920s. From mutual interest about the valuation of the maternity – when the building of the nationality has made the maternal function into a public order concern – there have been affinities that have established the alliance between doctors dedicated to children's hygiene and women of the middle and upper urban classes. This alliance has resulted in the legitimacy of these doctors as specialists in childcare and in the building of the new social role of mother. The identification of the women's magazines with the dimension of modernity has become an essential element to their configuration as a perfect cultural basis to the diffusion of the ideology of scientific maternity.

RESUMÉ

Cette thèse a comme but de comprendre le processus de diffusion de l'idée de 'maternité scientifique' qui a été développé dans deux magazines adressés au public féminin – *Vida Doméstica* et *Revista Feminina* – publiés à Rio de Janeiro et à São Paulo, respectivement, aux années de 1920. La question de la valorisation de la maternité mis-en-place par les médecins liés à l'hygiène infantile et les femmes bourgeoises – au moment où le projet de construction de la Nation l'élevait à l'ordre du jour – a permis le développement d'une alliance entre ces deux groupes-là. Cet alliance a rendu possible la légitimation de ces médecins en temps qu'experts en puériculture, en même temps qu'ils indiquaient un nouveau rôle pour les femmes, celui de la mère de famille. Les magazines, à leur tour, identifiés à la modernité, ont joué un rôle fondamental à la diffusion de l'idéal de 'maternité scientifique'.

INTRODUÇÃO

Mulher, mãe e médica. Certamente a tese que agora apresento foi gerada na vivência dessa tríplice condição feminina. Ao longo de minha trajetória pessoal e profissional experimentei diversas possibilidades de maternidade: gerei e criei quatro filhos, dediquei-me à clínica pediátrica, organizei serviços de puericultura, desenvolvi atividades de educação em saúde consideradas “revolucionárias” à época – como os grupos de mães em “salas de espera” – e capacitei profissionais de saúde para o desenvolvimento de ações de proteção materno-infantil. Transitei, portanto, na dupla dimensão de agente e receptora das práticas de puericultura.

Ao ingressar no Mestrado em Saúde da Criança do Instituto Fernandes Figueira (FIOCRUZ), tive a oportunidade de aprofundar alguns questionamentos acumulados quanto às origens, aspectos ideológicos e limites da puericultura como campo de prática médica. A dissertação que apresentei na época, *Vidas desperdiçadas: a puericultura no discurso da OMS*, seguia determinada linha interpretativa apoiada no pensamento *foucaultiano* – na ocasião, de grande influência nos estudos acadêmicos –, “traduzido” no campo da saúde coletiva especialmente pelos estudos de Roberto Machado (1982) e Jurandir Freire Costa (1989).

Durante a pesquisa do Mestrado, a aproximação com os princípios da “Nova História” me incentivou a investigar a puericultura numa dimensão histórica. O Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) despontou como ambiente intelectual e acadêmico estimulante para o desenvolvimento da atual proposta de

investigação. O projeto que originalmente submeti ao Programa – *A puericultura em revista: o discurso puericultor na imprensa periódica do Rio de Janeiro na Primeira República* – tinha por objetivo traçar a trajetória da construção e difusão do discurso médico da puericultura na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1930. O recorte cronológico justificava-se pela intenção de investigar a puericultura em sua fase pré-institucional – pouco explorada pela historiografia –, na qual seria possível identificar os diferentes elementos e estratégias que teriam participado da constituição desse campo de conhecimento científico.

A puericultura pode ser definida como a parte das ciências médicas que visa à manutenção da saúde física e emocional das crianças, acompanhando seu crescimento e desenvolvimento. Embora a primeira obra voltada para o tema date de 1429 – escrita por Henri de Lauffen, sob forma de poema simbólico com 1.500 versos (Barraud, 1941, p. 98) –, a criação da puericultura como sistema estruturado de regras, significando a arte da criação das crianças, é atribuída ao francês Alfred Caron, em 1860. O termo foi recuperado em 1895 pelo obstetra Adolphe Pinard, o qual lhe conferiu sentido mais amplo: conjunto de normas referidas à procriação, à conservação e à melhoria da espécie humana (Thébaud, 1986, p. 119). A puericultura foi importada para o Brasil ao final do século XIX por Dr. Moncorvo Filho, que a representaria como a higiene da infância.

De hoje em diante ficais sabendo que a higiene é a parte da medicina que cuida da saúde das pessoas, estabelecendo as regras do modo de viver com cuidados imprescindíveis, sobre a habitação, a alimentação, o vestir, o dormir, a educação etc.

Por aí já podeis compreender bem o que se chama higiene infantil ou higiene das crianças: – são todos os cuidados já ditos porém prestados às crianças desde a hora do nascimento até a puberdade, que se chama à época dos 11aos 15 anos (Moncorvo Filho, “A higiene da infância”, *Correio da Manhã*, 3 abr. 1906, p. 3).

Para Martagão Gesteira (1945, p. 16), a Puericultura “se ocupa em cultivar a vida e a saúde das crianças, esforçando-se por que cheguem ao mundo sadias e fortes e se desenvolvam normalmente, amparando-as e defendendo-as contra os múltiplos perigos que as ameaçam, em consequência da ação maléfica dos fatores ambientais e sociais” .

Distintamente, portanto, da pediatria, que almeja intervir diretamente sobre o corpo doente da criança, a puericultura tem por objeto de seu discurso e de sua prática o corpo social, propondo-se a transformar crenças, valores, costumes e atitudes. Assim, mais que a aplicação prática de um conjunto de normas técnicas voltadas para o cuidado com o corpo e a mente das crianças, a puericultura pressupõe transformação de ordem cultural, que inclui, entre outras dimensões, a redefinição do conceito e do valor da infância e da maternidade.

Tal matéria constitui-se ainda em campo de conhecimento que articula diferentes disciplinas – como a nutrição, a pedagogia e a higiene –, conformando-se em espaço de convergência de vários discursos e práticas dirigidas à criança. Outro aspecto distintivo da puericultura é o fato de esta implicar uma relação triangular, visto que a atuação do médico sobre a criança é mediada pela mulher – em sua função de mãe. Tal singularidade desloca o espaço de legitimação desse campo científico do ambiente estritamente acadêmico. Pois mais que afirmar-se como especialidade médica entre seus pares, a puericultura demanda, para o reconhecimento da autoridade dos seus praticantes, a adesão das mulheres ao seu estatuto.

As oportunidades de discussão com os professores do Programa durante o seguimento das disciplinas, os debates com meu orientador e os demais pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e de outras instituições de pesquisa, bem como as reflexões desencadeadas pela extensa bibliografia consultada, fizeram aflorar novas questões e introduziram novos atores. Ao aprofundar reflexões teóricas quanto à concepção de ciência como prática social historicamente construída, tornou-se inevitável reconsiderar as pré-concepções sobre o impacto do poder médico na sociedade. A conseqüente rejeição de modelos de análises reducionistas sobre o exclusivismo e o protagonismo dos médicos na constituição do campo científico da medicina reorientou minha pesquisa para a necessidade de investigação do papel de outros atores sociais. A análise do contexto social, político e econômico do Brasil na Primeira República – caracterizado por Luiz Antonio de Castro Santos (1985; 2003) como um “celeiro de idéias” – apontou algumas pistas, situando os médicos como parte do grupo de intelectuais que se articulou no sentido da formulação e proposição de uma nova ordem para o país.

As intensas e aceleradas transformações que se desenrolaram do último quartel do século XIX às três primeiras décadas do século XX (Fausto, 1999; Gomes, 2001) – especialmente o fim do escravismo, a consolidação do capitalismo e a instauração do novo regime político – implicavam a construção de uma nova sociedade, de um Brasil moderno. No afã de constituição da nacionalidade, as elites republicanas esforçavam-se por apagar a herança cultural do colonialismo e da escravidão, e substituí-la pelos padrões civilizados europeus (Sevcenko, 1999, p. 27), caracterizando uma verdadeira “luta contra o passado” (Oliveira, 1990, p. 187). A instauração do novo regime provocara imediata rejeição a qualquer costume que se identificasse com o passado “atrasado” e as tradições – fonte de vergonha e repúdio –, voltando-se as expectativas para o “novo” – e seu potencial de produzir a ordem e o progresso. O termo modernidade – transformado em palavra de ordem em todo o mundo – tornou-se paradigma na formulação e proposição do amplo projeto reformador, apoiado na supremacia da autoridade da ciência, e assumido como tarefa pela elite intelectual.

O cenário brasileiro no raiar do período republicano não parecia alvissareiro, sob o predomínio de determinada interpretação que apontava o atraso econômico, o clima tropical e a miscigenação racial do povo como obstáculos à construção da nação. Afora a presença de alguns de seus elementos constitutivos – como a língua e a religião –, ainda não existia o sentimento de identidade nacional. No esforço para reverter esse quadro e construir a nação brasileira, foram produzidos diversos diagnósticos e propostas de ação, destacando-se uma visão higienista do problema – a qual ganharia força, a partir da década de 1910, com a organização do *movimento sanitaria* (Hochman, 1998).

Nesse ambiente ideológico saturado pelo higienismo, o “problema da infância” – representado principalmente pela elevada mortalidade infantil – foi situado no centro da proposta de reforma da sociedade brasileira, capitaneada pelas elites. Tomando a mortalidade infantil como a face visível da falta de cuidado com as crianças, os médicos brasileiros reforçaram a intenção – manifestada desde a segunda metade do século XIX – de enfrentar o “problema da infância” por meio de medidas higienizadoras. Tal estratégia iria envolver não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da

educação das mães, com vistas à educação física e moral das crianças (Ferreira et Freire, 2005).

Inseridos no conjunto mais amplo da intelectualidade urbana, os médicos não estavam isolados nessa empreitada. Na ampla proposta de modernização “pelo alto” (Castro Santos, *op. cit.*), temas como o sanitarismo, a reforma educacional¹, e as iniciativas de alteração do espaço urbano, interligavam-se como alvo do interesse compartilhado dos intelectuais em sua auto-atribuída missão de guias para a modernidade e o progresso do país. Tal processo encontraria seu apogeu na década de 1920, quando, entre outros elementos, ganhariam renovada força a valorização social da ciência – em particular a crescente penetração da eugenia – e movimentos sociais como o nacionalismo e os movimentos feministas.

As discussões desencadeadas no Seminário de leituras: Família, Gênero, Infância e Ciências da Saúde, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação da COC, sugeriram a inclusão de nova perspectiva analítica no que diz respeito à proposta médica de higienização da infância. A percepção da relevância do tema da determinação de novos papéis sociais no projeto reformador republicano – em particular de um novo papel feminino – forçou o aprofundamento da reflexão sobre a contribuição da ideologia de gênero no processo de construção da maternidade científica. Assim, ao situar a puericultura na interface de múltiplos processos discursivos sobre as mulheres e as crianças – identificados tanto com o sentimento nacionalista quanto com o debate social referente à reestruturação das relações de gênero –, tornou-se inevitável ampliar o escopo da minha investigação, agregando-lhe a dimensão de gênero.

A proposição de Donzelot (1986) em relação à aliança que se teria estabelecido entre mulheres e médicos na França do final do século XVIII – caracterizando-a como proveitosa para ambos e como base de sustentação das principais correntes dos movimentos feministas do século XIX – já havia indicado um primeiro caminho. A aproximação com o debate contemporâneo e a literatura, nacional e internacional, de História de Gênero reforçou tal perspectiva de análise, ao sugerir a idéia de que as mulheres – em particular as feministas –

¹ Caracterizada por Jorge Nagle (1974) como “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pedagógico”.

constituíram agentes essenciais no processo de criação da puericultura, por defenderem, sobretudo, a idéia da maternidade como função pública e principal papel social feminino.

Nesse sentido foi particularmente enriquecedor o período de estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, onde tive acesso à vasta bibliografia e ao volumoso acervo de teses e periódicos da *Bibliothèque d' Histoire de la Médecine*. A oportunidade de participação em seminários interdisciplinares tanto na EHESS, quanto em outras instituições de ensino e pesquisa parisienses, propiciou-me fundamentação teórica adicional.

Releituras da clássica proposição de Joan Scott (1988) – o gênero como categoria de análise privilegiada em relação a todas as dimensões sociais – foram incorporadas à minha reflexão inicial, especialmente os estudos de Mary Louise Roberts (1994, 2001). A tese da historiadora – de que o gênero foi utilizado como chave explicativa para a compreensão das transformações em curso na sociedade francesa após a Primeira Guerra – contribuiu para a reorientação da minha pesquisa. A aplicação dessa matriz analítica no contexto brasileiro endossou minha hipótese de que o processo de construção do papel feminino de mãe inseria-se no conjunto mais amplo de propostas de reorganização social formuladas por reformadores republicanos. Dentre outros elementos que participaram desse processo, o papel dos médicos higienistas se consolidou através da enunciação de um discurso que condenava o exercício tradicional da função maternal, redefinindo-a em novas bases científicas. As revistas femininas – imbuídas do mesmo caráter de modernidade do discurso maternalista enunciado pelos médicos – apresentaram-se como veículo ideal para a difusão dessa nova cultura.

Assim, ao deslocar o foco original de minha pesquisa, formulei como hipótese principal a concepção de que o interesse compartilhado por mulheres das classes média e alta urbanas e por médicos higienistas, quanto à valorização da função maternal, gerou o estabelecimento de afinidades eletivas. Tais afinidades resultaram na construção de relação de aliança entre ambos – materializada no conjunto de regras científicas voltadas para a criação dos filhos –, e na produção simultânea da mãe moderna e do médico puericultor. O título definitivo da tese – *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas*

femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920) – pretende explicitar a substância da relação estabelecida entre mulheres e médicos no período, mediada pela identidade feminina de mãe.

A argumentação de defesa desta tese apóia-se principalmente no conceito de maternidade científica formulado por Apple (1987) – o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e sob supervisão médica. Quanto à contribuição dos movimentos feministas no processo de construção do discurso maternalista, as principais referências são os estudos de Bock (1991), Besse (1999) e Fuchs (1995).

A constatação da heterogeneidade do período compreendido como Primeira República, e da intensificação do processo de transformação social na década de 1920 – especialmente o fortalecimento do sanitarismo no campo político e cultural e a convergência identitária entre saúde, educação e nação –, orientou o redimensionamento dos limites temporais originais da pesquisa, que passou a se concentrar nesse particular momento de extrema efervescência da história da sociedade brasileira. Outra mudança decorreu da própria dimensão das fontes. A análise inicial das revistas femininas – tomadas como potenciais instrumentos de conformação de ideários e proposição de comportamentos – confirmou-as como *locus* ideal de difusão dos princípios que passaram a reger a maternidade científica. Mas a conseqüente percepção da amplitude e riqueza do material acabou por exigir redução drástica no número de periódicos, com fins de viabilizar o cumprimento dos prazos do programa, sem perda da qualidade da pesquisa. Foram selecionadas então duas revistas – *Vida Doméstica* e *Revista Feminina* –, que embora de início lançadas respectivamente apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, alcançaram em seguida circulação nacional.

Para desenvolver minha argumentação, optei por estruturar a tese em seis capítulos distintos, heterogêneos quanto ao volume de informação, mas seguindo o encadeamento que julguei mais atraente para os leitores.

No primeiro capítulo abordo a gênese do gênero revista no Brasil, sublinhando suas principais características – em particular sua identificação com a dimensão de modernidade –, e a “explosão” de produção e consumo ocorrida nas primeiras décadas do século XX. Traço ainda uma breve tipologia das revistas femininas, comentando sua utilização pela historiografia nacional e

internacional, especialmente no campo dos estudos de gênero. Apresento em seguida *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, justificando a escolha destes periódicos como fontes principais da minha investigação.

O segundo capítulo propõe uma reflexão sobre o conceito de maternidade científica – conceito-chave para a defesa de meus argumentos quanto à aliança estabelecida entre mulheres e médicos. Entre os autores abordados, a análise de Rima Apple (*op. cit.*) é privilegiada como referência, ao redimensionar o papel dos médicos nas mudanças das práticas de criação dos filhos – mais particularmente nas práticas de alimentação infantil –, e situar tal fenômeno na interface entre ciência, ideologia e cultura material.

As múltiplas identidades femininas – simultaneamente refletidas e forjadas nas citadas revistas – constituem o tema do terceiro capítulo. Procuo explorar as tensões, contradições e ambigüidades presentes nesse complexo universo identitário, em especial os conflitos entre o trabalho profissional e a função doméstica das mulheres.

A partir da representação da imagem de mãe – como identidade essencial da mulher – e das tensões decorrentes da concepção de maternidade como pertencente simultaneamente aos domínios do instinto e da técnica, o quarto capítulo inaugura a discussão do ponto central da tese. São identificados de início os principais agentes e argumentos envolvidos na defesa da educação feminina, em especial a ênfase na necessidade de formação das mulheres para o exercício da maternidade. Procuo demonstrar que o discurso maternalista encerrou caráter essencialmente polifônico, destacando a participação dos movimentos feministas na ratificação da idéia da maternidade como elemento unificador do gênero e caminho para a inserção das mulheres no espaço público. Apresento em seguida o papel específico dos médicos higienistas na elaboração desse discurso, assinalando a convergência de interesses entre mulheres e médicos, quanto à valorização da maternidade.

O capítulo seguinte revela como, a partir do estabelecimento das afinidades eletivas entre mulheres e médicos, se materializa a transformação da atividade maternal em função sanitária, através da proposta de aplicação do arsenal técnico-científico da puericultura ao amplo universo de cuidados destinados às crianças – do banho à vacina. Apona ainda as maneiras pelas

quais a incorporação dos princípios científicos às práticas femininas cotidianas constrói a aliança entre mulheres e médicos, e redefine a maternidade como papel social e função pública.

Por representar o terreno em que se tornou mais visível o estabelecimento da aliança entre mulheres e médicos – e também o mais permeável à influência de elementos oriundos de outras instâncias sociais – o tema da alimentação infantil é abordado à parte. No sexto e último capítulo procuro demonstrar como o discurso médico conciliou-se progressivamente com as demandas das mulheres das camadas média e alta urbanas por substitutos do leite materno, confirmando o processo de negociação de interesses mediado pela instituição da maternidade científica.

1. A *BELLE ÉPOQUE* DAS REVISTAS.

“[A revista] emergiu como o veículo ideal daquele processo civilizatório, configuradora do ritmo de seu tempo cultural, de seus projetos, de suas utopias” (Ana Luiza Martins, *Revistas em revista*, 2001, p.565).

1.1. A GÊNESE DO GÊNERO REVISTA NO BRASIL DA *BELLE ÉPOQUE*.

O tema da produção e circulação de revistas no contexto mundial tem sido abordado por diversos pesquisadores. Para o Brasil, Nelson Werneck Sodré (1966) traça um panorama do processo de diferenciação entre o jornal e a revista, ao qual confere uma explicação peculiar, de base sociológica. Para Sodré, o marco temporal dessa diferenciação seria a virada do século XIX para o XX, acompanhando as inovações técnicas do setor gráfico e a crescente necessidade de informação por parte da sociedade urbana. O autor insere com propriedade as transformações na imprensa – e seu caráter progressivamente empresarial – no quadro mais amplo de transformações no país, em especial a “ascensão da burguesia” e o “avanço das relações capitalistas” (*Ibidem*, p. 275). Assim, a progressiva profissionalização da prática jornalística, com a substituição de conteúdos literários por notícias, reportagens e entrevistas escritas de forma mais objetiva, a crescente divisão do trabalho e a predominância da informação sobre a doutrinação teriam “expulsado” os escritores e intelectuais das páginas dos jornais, “empurrando-os” para as

revistas, que se tornariam seu principal refúgio.² O caráter essencialmente literário das revistas como veículo de expressão dos diversos grupos de escritores teria permanecido, segundo Sodré, por toda a primeira década do século XX, quando estas foram acrescidas de maiores doses de um mundanismo “superficial”, que demarcava ainda mais a diferença entre os jornais – o Brasil real – e as revistas – o “sonho de Paris” (*Ibidem*, p. 303). O desenvolvimento das artes gráficas – que permitiu usar tanto fotografias quanto desenhos – e a crescente presença da caricatura foram outros elementos apontados pelo autor como reforço à diferenciação entre revistas e jornais.

Tomando por ponto de partida a chave explicativa oferecida por Sodré, Martins (2001) procura avançar na caracterização tipológica da revista como gênero de periódico singular e, segundo a autora, pouco explorado pela historiografia nacional, para explicar sua explosão no período republicano brasileiro. Enquanto Sodré aplica a polarização novo/antigo, situando o jornal no centro da modernidade no que tange a tecnologia de produção, relações de trabalho, conteúdo, comercialização e distribuição, e desvinculando-o das práticas tradicionais de compadrio e do discurso doutrinatório – segundo o autor deslocados para as revistas –, Martins dirige um olhar privilegiado para o aspecto formal, estético, da revista, atrelando-a decisivamente ao emblema de modernidade. E é justamente nessa dimensão tida como “antiga” – sua vocação doutrinatória –, no seu descompromisso com um caráter eminentemente informativo e no seu potencial como veículo de expressão de grupos de intelectuais das mais diversas tendências, que se encontra na revista – e sua estética do “novo” – o suporte ideal para a atividade política mais ampla, o militância, o engajamento, enfim, a difusão de ideários e propostas de mudanças de comportamento.

Martins (*op. cit.*) atribui o sucesso da revista na Europa e posteriormente no Brasil a uma tríplice condição: o avanço das técnicas gráficas – sobretudo a ilustração –, as características de conteúdo – leve e diversificado – e o elevado preço do livro. Esses três fatores vieram ampliar o universo de leitores para quem o livro era inacessível, fosse pelo preço ou ainda pela dificuldade de leitura em face do elevado índice de analfabetismo da população brasileira. A presença da

² Sobre a presença dos escritores nos jornais, ver também Edmundo (1957).

propaganda, incrementando as possibilidades comerciais da revista, a oportunidade de permitir uma leitura descontínua e o colecionismo foram outros elementos que, para a pesquisadora, contribuíram para a popularidade do gênero. Velloso (1996) destaca, além dos anseios de informação já apontados por Sodré, a emergência, no Rio de Janeiro, de uma classe média com interesses culturais mais definidos, como fator contributivo para o florescimento das revistas na cidade. Apresentando-se como “porta-voz da atualidade e da vanguarda social”, esse gênero de periódico mostrava-se sintonizado com o desejo do público leitor de “ser moderno” – entendido como estar de acordo com o tempo presente. Assim, o humor e a caricatura foram elementos explorados, através de uma linguagem renovada, para expressar os fatos políticos e sociais, contribuindo para a conformação das revistas como instrumentos da modernidade – veículos simultaneamente de “informação, atualização e intervenção no cotidiano da cidade” (*Ibidem*, p. 57).³

O argumento de Martins, ao tomar – assim como Velloso – a revista por símbolo de modernidade, parece-me possuir um potencial explicativo bastante convincente em relação à explosão de produção e consumo, sobretudo nos anos 1920, quando outras dimensões de modernidade vinham sendo discutidas no âmbito da sociedade brasileira. Não por acaso, os movimentos feministas, e seu apelo por mudança, pelo “novo”, teriam encontrado nas revistas, segundo a autora, seu veículo ideal de expressão. Penso que, embora focalizada nas revistas produzidas na cidade de São Paulo, a análise de Martins pode ser aplicada, em seu aspecto mais geral, também ao Rio de Janeiro, sobretudo quanto à dimensão cosmopolita das práticas de leitura. Tenciono incorporar, essencialmente, ao meu trabalho, sua interpretação do fenômeno como signo de modernidade. A percepção da pesquisadora a respeito do potencial desse gênero de periódico no sentido de destilar padrões de comportamento, estimular consumos e conformar o público leitor a demandas convenientes (Martins, *op.cit.*,

³ Para Velloso (*op.cit.*, p. 36-39), os intelectuais julgavam-se porta-vozes da modernidade, embora discordassem quanto a sua definição e potencial transformador. Se os “homens de ciência” identificavam o moderno com as inovações tecnológicas e industriais, os literatos associavam-na a uma estética que reforçaria a subjetividade e o intimismo. Da mesma forma, uma visão otimista, cientificista e positivista enxergava na modernidade a possibilidade de progresso da nação, enquanto uma ótica crítica e desencantada – como de Lima Barreto e Machado de Assis – tomava-a como fonte de alienação.

p. 22), serve de apoio à minha hipótese de que as revistas – mais especificamente as revistas femininas – constituíram-se em um *locus* privilegiado da discussão sobre o papel social da mulher, o qual já se desenvolvia em outras instâncias do social e, naturalmente, incluiria o espaço da imprensa. Pelo fato de não tratarem eminentemente de fatos jornalísticos, mas de aspectos de práticas culturais, de temporalidade mais ampla, seriam então as revistas, e não os jornais, o ambiente mais adequado a esse debate.

Os caracteres apontados por Martins, que singularizam a revista, ao se encaixarem no cenário de intensas transformações sociais da década de 1920 no Brasil, quando se buscavam atitudes e comportamentos sintonizados com a idéia de modernidade, progresso e civilidade, fornecem assim, no meu ponto de vista, elementos suficientes para explicar o sucesso e a longa duração desse gênero de periódicos, particularmente aqueles destinados às mulheres. Justifica-se, assim, minha opção pelas revistas – mais especificamente as revistas femininas – como fonte de investigação sobre o processo de construção de um novo papel social feminino de mãe no qual a maternidade foi conformada segundo preceitos científicos.

A interpretação de Sodré sobre o deslocamento – dos jornais para as revistas – da dimensão doutrinária da imprensa será particularmente útil ao desenvolvimento da minha análise, por entender que o discurso científico – higiênico, pedagógico, puericultor, psicológico – divulgado nas revistas femininas, mais que uma ferramenta estritamente técnica para a resolução de questões práticas sobre a criação dos filhos, constituiu-se em elemento contributivo no nível das idéias para a conformação de uma nova concepção de maternidade. De outro lado, a inversão qualitativa proposta por Martins em relação à idéia de Sodré, a qual confere às revistas – em detrimento dos jornais – caráter de modernidade, será incorporada integralmente à minha pesquisa, por sua identidade com os pressupostos que guiariam a redefinição dessa maternidade.

1.2. REVISTAS FEMININAS: CONCEITO, TRAJETÓRIA E UTILIZAÇÃO COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA.

Quando emprego o termo “revista feminina”, refiro-me àquelas dirigidas preferencialmente ao público feminino, independentemente de serem ou não escritas por mulheres.⁴ A destinação pode estar explícita, comumente no título ou na apresentação do primeiro exemplar, ou ser inferida pelo conteúdo – temas predominantemente atribuídos ao universo de interesses das mulheres. Assim, utilizo uma definição de revista feminina que tem por base o gênero de suas consumidoras, e não o de quem a produz. Já os periódicos femininos editados por mulheres que buscam questionar a posição e o papel da mulher e a defesa de suas causas são identificados pela literatura pertinente como “revistas feministas”.⁵ Apesar de presumida distinção quanto aos objetivos predominantes – distração no que se refere às primeiras e militância feminista quanto às segundas – ao me referir doravante a revistas femininas estarei incluindo todas aquelas dirigidas ao público leitor feminino, independente de seu grau de engajamento político.⁶

Apesar de incertezas quanto às origens, é consenso na historiografia que as revistas femininas não foram invenção do século XX. O primeiro periódico feminino, *Lady's Mercury*, teria surgido na Inglaterra em 1693; no Brasil, a referência mais remota é *O Espelho Diamantino*, lançado no Rio de Janeiro em 1827, francamente inspirado no modelo francês. Vinte e cinco anos depois, Joana Paula Manso de Noronha fundou o *Jornal das Senhoras*, publicação considerada

⁴ A classificação de revistas femininas a partir de seu público, proposta por Sullerot (1966), foi encampada por pesquisadores de diferentes áreas, servindo ainda de base para o catálogo de fontes para história das mulheres, editado pela *Bibliothèque Nationale de France* (Tillier, 2004). Tal definição carrega em si certa ambigüidade, uma vez que, a partir da multiplicação e especialização dos periódicos, no século XVIII, sua classificação se dava em função dos temas abordados, e não do sexo do público leitor (Veauvy e Pisano, 1987, p. 15).

⁵ Blum (2002) amplia a possibilidade de uso da expressão para aquelas revistas gerais que incluam certo tipo de reivindicação comum ao movimento feminista, revistas de conselhos práticos ou de moda, alegando que estas poderiam veicular, para além de sua dimensão “conservadora”, uma sensibilidade feminista.

⁶ Cabe ressaltar que algumas revistas não eram inicialmente concebidas como revistas femininas, mas em virtude dos assuntos abordados, foram se adequando às mulheres, como ocorreu no caso de *A Cigarra* (1914-1975) (Buitoni, 1986).

a pioneira entre as revistas feministas brasileiras⁷ (Carvalho, 1999; Buitoni, 1981; Lima, 1991; Hahner, 1981).

Foi na década de 1920, entretanto, que as revistas femininas encontraram crescimento mais acelerado. As pesquisadoras acima citadas concordam em atribuir tal fenômeno ao florescimento geral desse gênero de periódico e à expansão dos movimentos feministas mundiais, com a progressiva inclusão de mulheres entre o público leitor essencialmente masculino até a virada do século.⁸ Nesse sentido, permito-me conjecturar se não haveria diferenciação *a priori* entre os leitores de jornais e os de revistas, com predominância de mulheres – aquelas das camadas sociais mais elevadas – no segundo tipo de periódico. Nesse caso, seria possível imaginar o surgimento de revistas voltadas exclusivamente para este último grupo como resposta a uma demanda já existente.

No Brasil, o fenômeno da explosão das revistas encontrou seu ambiente mais favorável na capital, onde assumiram caráter de meio de comunicação da classe média e da elite por excelência, e seu consumo identificava os leitores com a civilização e a modernidade.⁹ As crescentes industrialização e urbanização incrementaram os recursos gráficos e provocaram a inclusão de novos conteúdos, ampliando o escopo de temas das revistas femininas, sem abandonar os tradicionais.¹⁰ Autores consagrados como Olavo Bilac e Coelho Neto continuavam a publicar seus escritos nas revistas, conferindo-lhes um ar de leitura “sadia” e apropriada para os lares mais conceituados (Martins, *op.cit.*). Seções de moda e notas sociais alimentavam uma vaidade que se espelhava em Paris ou nas *girls* americanas, ao mesmo tempo em que o clima nacionalista também encontrava

⁷ Na França, *Le droit des femmes* – em circulação com este nome a partir de 1869 – pode ser considerada como um dos pilares da imprensa feminista do final do século XIX.

⁸ Em discordância com tal generalização, Houbre (2002) afirma que na França, desde 1890, as mulheres constituíam o “público mais ávido de leitura” – fenômeno atribuído sobretudo aos avanços na alfabetização e à cultura burguesa quanto às práticas de entretenimento. Além de leitoras assíduas, participaram ativamente da produção impressa, como atesta o estrondoso sucesso editorial de romances escritos por mulheres na primeira década do século XX – apesar de sua suposta inaptidão criativa, conforme opinião dos escritores masculinos. O tema central de seus romances era, freqüentemente, a própria condição feminina (Sauvy, *apud* Houbre, *op. cit.*, p. 326-327).

⁹ Carvalho (*op.cit.*) arrolou 616 revistas em circulação no Rio de Janeiro entre 1920 e 1929, das quais 420 eram publicadas na própria cidade, a qual, por esse motivo, recebeu da autora o título de “cidade das revistas”.

¹⁰ As revistas falavam do universo das camadas médias e da elite, seus costumes e anseios, deixando para os jornais a abordagem dos temas associados à pobreza e os dramas das classes populares (Carvalho, *op. cit.*; Brites, 1999).

expressão nos mesmos periódicos. O apelo ao consumo tornava-se crescentemente mais explícito e competitivo. Longe, porém, de um caráter homogêneo, era visível a segmentação da imprensa feminina, num amplo leque que ia do discurso anarquista radical à defesa do recato feminino.

A imprensa feminina começou a atrair maior atenção de pesquisadores da área das ciências humanas, a partir da década de 1970, em todo o mundo, no bojo de um movimento de crescente interesse por uma história das mulheres. Na França, seguindo a sugestão de Sullerot (1966), numerosos estudos voltaram-se para as revistas femininas, valorizadas como fonte privilegiada nesse campo. Um número expressivo de investigações historiográficas focalizou determinados momentos históricos de crise e transição ou de possíveis transformações nas relações de gênero, como os períodos de guerra ou entre-guerras – especialmente desestabilizadores das dinâmicas familiares. Refiro-me particularmente aos trabalhos de Thalmann (1990), Detragiache (1990), Brugeilles (1990), Echinard (2000), Lantenois (1990), Thébaud (1999) e Breysse (1999).

Conquanto submetidas a técnicas de análise distintas, os resultados dessas investigações convergiram na constatação da ausência de alteração consistente na representação tradicional da mulher nos periódicos estudados, independentemente de mudanças concretas de sua inserção na sociedade. Assim, as autoras acusaram a imprensa de propiciar a permanência de uma imagem feminina estereotipada, inexoravelmente presa a atributos tradicionalmente referidos à sua natureza, ou ainda a um modelo idealizado de mulher que atendesse aos interesses do momento histórico.¹¹ Tal fixação seria engendrada por múltiplas estratégias; fosse encerrando as mulheres num modelo de eterna sujeição e passividade, fosse através da concessão de uma visibilidade seletiva conforme os “serviços” que estivessem prestando, provisoriamente, à nação – como a imagem da mulher-combatente, heroína nacional apontada por Breysse (*op. cit.*). Ou ainda atualizando para o contexto de guerra características consideradas inatas à natureza feminina, como sua capacidade regeneradora, moralizadora e de sacrifício – atributos comuns à “virtude maternal” (Echinard, *op.*

¹¹ Análise empreendida por Diaconoff (1990) no *Cabinet des modes* reconheceu nessa revista feminina – em circulação na França nas duas últimas décadas do século XVIII – uma dupla associação de conteúdos: moda e política, atribuindo-lhe uma função mitificadora e mistificadora, ao confinar suas leitoras num destino fixo: seguir a moda para conseguir um marido e dar filhos à Pátria.

cit.). Até mesmo ao “modernizar” o discurso feminista em benefício dos próprios interesses, aproveitando-se de uma “confusão” que a proposta de sacrifício pela Pátria estabelecia, nas revistas e jornais escritos por mulheres, entre os critérios de emancipação e valores tradicionalmente reconhecidos pela sociedade como da natureza feminina. As investigações mostraram que tal estratégia de extensão, do ambiente familiar para a nação, do pressuposto de um espírito de sacrifício inato às mulheres/mães, teria sido adotada pela imprensa de maneira generalizada, em períodos de guerra distintos, assim como por distintas culturas ou regimes políticos (Thalman, *op. cit.*; Thébaud, *op. cit.*; Detragiache, *op. cit.*; Walle, 1990; Lantenois, *op. cit.*).

Embora admitindo que a presença das mulheres nas revistas femininas fosse em parte o reflexo – ou fonte de possibilidade – de sua maior participação na vida pública, tais estudos mostravam-se concordantes na concessão de ênfase acentuada à representação da imprensa feminina como instrumento de estabilização da tradicional divisão de papéis de gênero, fixando uma identidade atrelada aos “valores intrínsecos” da natureza das mulheres¹², com o objetivo presumido de “ocultar a dimensão política da hierarquização do gênero humano”¹³ (Thalman, 1990, p. 14).

No Brasil, as revistas femininas foram objeto de alguns estudos históricos, particularmente empenhados em desvendar sua filiação ideológica, principalmente quanto às relações entre os gêneros e a emancipação feminina. Nesse sentido, a imprensa feminina foi reiteradamente tratada como fábrica de mitos (Buitoni, 1981, 1986; Lima, 1991), instrumento de um simulacro de modernização (Besse, 1999) ou elemento estabilizador de papéis tradicionais e orientador de consumo (Mascaro, 1982; Serpa, 2003; Carvalho, *op.cit.*). Sob tal ótica, tais estudos convergiam ao insistir numa linha interpretativa que mantinha a revista desvinculada da realidade social e cultural das suas leitoras, atribuindo-lhe poder normatizador de direção e sentido únicos, com intenção – mais ou

¹² As revistas ilustradas para crianças seriam outra forma de reprodução e interiorização de hierarquias de gênero pela construção de modelos estereotipados de identidade feminina remetidos à sua “natureza” (Brugelles, 2002).

¹³ Dubesset (2002) desloca em parte essa tendência, interpretando certas manifestações feministas em revistas como expressão de sensibilidades atreladas às grandes tradições religiosas.

menos dissimulada – de perpetuar a sujeição da mulher e limitar suas oportunidades de expressão e ação. Poucos trabalhos identificaram na imprensa feminina brasileira registros de alguma tentativa de ampliação do espaço de participação social das mulheres (Hahner, *op.cit.*; Brites, 1999, 2000; Martins, *op.cit.*).

Entendo que o discurso das revistas femininas não se apresentava completamente descolado do debate já em curso sobre o lugar das mulheres na sociedade e as relações de gênero, mas ao contrário, sintonizado com essa discussão, incluía a participação das próprias – naturalmente restrita àquelas das camadas médias e alta da sociedade. Quanto ao caráter normatizador das revistas, cabe assinalar a dualidade da dimensão dominação/emancipação. Não se trata, absolutamente, de atribuir às revistas a função de livres porta-vozes de anseios de grupos militantes pela causa feminista, ou de veículos para um discurso engajado independente, mas um espaço de expressão dessa dualidade. Pretendo explorar em minha análise justamente essa possibilidade que as revistas femininas ofereceram de se constituir em um ambiente possível para a expressão das tensões das relações sociais e possibilitar a articulação de novos rearranjos.

De outro lado, se essa literatura investigou a imagem feminina mais geral, engendrada pelas revistas, ou esforçou-se em decifrar os distintos – ainda que ambíguos¹⁴ – modelos de mulher propostos, conferiu pouco espaço à discussão do seu papel maternal e, quando o fazia, atribuía-lhe sempre uma dimensão conservadora.¹⁵ Meu interesse dirige-se justamente para esse território pouco explorado, qual seja, o papel das revistas femininas na construção de um novo papel social feminino, através da difusão de um determinado ideário de maternidade e da construção de uma relação peculiar entre os médicos e as mulheres das classes média e alta. Proponho, entretanto, uma abordagem distinta da habitualmente utilizada pela literatura, deslocando a maternidade de

¹⁴ Na análise de Martins (*op. cit.*, p. 385), as revistas femininas dividiam a mulher em duas imagens distintas. O texto construía uma *esposa-mãe* ligada aos costumes tradicionais, enquanto as ilustrações (e a publicidade) configuravam uma mulher moderna e liberada.

¹⁵ A única voz dissonante foi a de Brites (2000), que apontou para uma possível aliança entre a medicina e a imprensa, que teria contribuído para facilitar a penetração da ciência no ambiente doméstico, com visíveis benefícios para as mulheres.

sua representação exclusiva como reflexo e estratégia de perpetuação de uma situação de subalternidade e inação. Mais particularmente, interessa-me explorar como se desenhou, nas revistas femininas, a relação de aliança entre as mulheres e os médicos, em torno do tema da criação dos filhos.¹⁶ A medicina – e de modo geral a relação dos médicos com as mulheres – vem sendo considerada exclusivamente como de dominação e subordinação, ignorando qualquer potencial de mudanças sociais nela contido. Não me interessa aqui concluir pelo “verdadeiro” caráter dessa relação, ou estabelecer juízo definitivo sobre o resultado quanto à “libertação” feminina, mas tentar buscar as concepções e estratégias acionadas por ambos os participantes na construção de tal aliança, identificar as tensões inerentes e compreender o papel específico da ciência nesse processo.

Penso que, ao ser redefinida em termos científicos pelos médicos no espaço das revistas, a imagem da maternidade pode adquirir uma nova dimensão, potencialmente capaz de contribuir para a re-elaboração de um papel igualmente novo para as mulheres num contexto de modernidade. Assim, tentando escapar da armadilha de uma polarização reducionista, buscarei resgatar as tensões, ambigüidades e conflitos envolvidos no processo de construção da maternidade científica nas revistas femininas, e sua relação com os conflitos sociais mais amplos.

Dentre o universo de revistas femininas que circularam no Rio de Janeiro e São Paulo durante a década de 1920, elegi *Vida Doméstica* (1920-1963) e *Revista Feminina* (1914-1936) – que passo a apresentar – fontes principais de minha investigação.

¹⁶ A voz de algumas mulheres das classes média e alta nos periódicos poderia ser ainda balbuciante, restringindo-se na maioria das vezes ao discurso de representantes de movimentos feministas ou a filantropas ligadas à Igreja Católica, e à reivindicação política do direito ao voto; porém a presença progressiva de um discurso médico endereçado prioritariamente a elas, em torno da criação dos filhos, sugere os passos da construção dessa parceria.

1.3. VIDA DOMÉSTICA E REVISTA FEMININA: ENSINANDO A MULHER A SER MULHER.

Mais que simples componentes do grupo das chamadas revistas femininas, considero *Vida Doméstica* e *Revista Feminina* fortemente representativas de determinado tipo de periódico que prevê um conjunto de atributos, no que se refere à forma e ao conteúdo, habitualmente associados ao universo feminino no período estudado – basicamente a moda e a literatura. Ainda, seu longo período de circulação – 43 anos a primeira, e 22 anos a segunda – atesta a sua boa recepção e autoriza que sejam tomadas por exemplares do gênero.

Se, para além de uma revista feminina, a *Revista Feminina* se enquadrava dentro dos pressupostos já identificados de uma publicação feminista, *Vida Doméstica* restringia, em tese, sua intencionalidade à abordagem de questões ligadas ao universo doméstico familiar, embora a partir do quarto ano de publicação passasse a ostentar como subtítulo: “A revista do lar e da mulher”.¹⁷ Juntas, seriam então capazes de expressar um discurso sobre o que significava ser mulher nas camadas sociais mais elevadas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro da década de 1920.

Era para esse universo da elite e classe média urbanas que falavam *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, embora sob roupagens diferenciadas. A primeira, surgida no Rio de Janeiro em março de 1920, apresentava-se diretamente voltada para os assuntos relacionados à vida no lar, aí incluindo a criação de diversos animais, o manejo de plantações e a confecção de objetos de decoração, sem explicitar nenhum compromisso ideológico de cunho feminista – embora o tema fosse progressivamente surgindo ao longo das publicações.¹⁸ A segunda entrou em circulação em São Paulo, em 1914, sob o formato de jornal, com distribuição gratuita, e seu nome de estréia, *A Luta Moderna*, transformou-se em *Revista dedicada à mulher brasileira*, em dezembro do mesmo ano – quando sua tiragem

¹⁷ De fato, em seu primeiro exemplar, a revista apressou-se em esclarecer que não se constituía em uma novidade propriamente dita ao tratar de assuntos do lar, mas que se diferenciava das congêneres por abordar temas “realmente úteis” do universo doméstico (*Vida Doméstica*, n. 01, março de 1920). Nesta, como nas próximas citações, não será possível fazer referência à página, uma vez que estas, com raras exceções, não eram numeradas nessas revistas.

¹⁸No decorrer dos anos, *Vida Doméstica* foi progressivamente se dirigindo mais especificamente às leitoras do sexo feminino, passando, inclusive, a solicitar sua colaboração com textos e idéias.

alegada atingia trinta mil exemplares – para, no mês seguinte, assumir a identidade que a acompanharia daí em diante, intitulado-se *Revista Feminina*.

Desde o início, sua fundadora, Virgilina de Souza Salles, demonstrou envolvimento com a defesa dos interesses das mulheres brasileiras, propondo-se a contribuir para o aperfeiçoamento da cultura feminina através da abordagem de amplo espectro de temas, que iam desde moda e beleza até curiosidades científicas. Com o apoio do marido, João Salles, e do irmão, o médico, escritor e teatrólogo Claudio de Souza – futuro importante articulista do periódico, sob o pseudônimo de Anna Rita Malheiros –, contou ainda com a ajuda da filha Avelina na secretaria e redação. Membro de família paulista “quatrocentona”, o elevado nível cultural de Virgilina Salles e o ambiente intelectual e católico em que circulava facilitaram a penetração da revista entre a elite e as camadas médias, bem como a colaboração de escritores de renome como Cerqueira Mendes e Menotti del Picchia.¹⁹ Para algumas pesquisadoras, esse ambiente teria impregnado seus ideais tradicionalistas na *Revista Feminina*, conferindo um caráter conservador e moralista ao seu discurso feminista (Mascaro, *op. cit.*; Lima, *op. cit.*; Besse, *op. cit.*). Nas palavras da própria fundadora, sua iniciativa devia-se à percepção da inexistência de uma leitura “sã e moral” que juntasse, à dimensão literária e recreativa, conteúdos de educação doméstica e de “orientação do espírito feminino” (Lima, *op. cit.*, p. 40).

O caráter católico da *Revista Feminina* era legitimado pela sentença impressa na primeira página: “Sua Eminência o Cardeal Arcoverde afirma que a *Revista Feminina* é redigida com elevação de sentimentos e largueza de vistas” (*Revista Feminina*, 68, jan., 1920).²⁰ A colaboração de articulistas reconhecidos como intelectuais católicos ratificava essa posição. Mas a influência da Igreja Católica se fazia sentir sobretudo nos seus editoriais, verdadeiros libelos contra a presumida degradação de costumes que assaltava a sociedade no período. A campanha empreendida pela revista, em defesa da moral e dos valores cristãos

¹⁹ A revista, lançada com tiragem de 30 000, informava venda de 15 000 exemplares em 1915, chegando a 20 000 em 1918, cifras bem superiores aos 10 000 correspondentes à média das outras revistas no período (Lima, *op. cit.*, p. 41).

²⁰ A *Revista Feminina* pode ser incluída no movimento de reação católica, do qual fazia parte também o Centro Dom Vital. Criado em 1922 por Jackson de Figueiredo, com finalidade de estudo, discussão e apostolado, o Centro tornou-se reduto do pensamento católico, contando com expoentes como Cardeal Leme, Padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima.

tradicionais, era liderada por sua porta-voz, Anna Rita Malheiros, que conclamava as leitoras a se unirem contra a ameaça das “ideologias pagãs”, como o materialismo socialista. Em sua indignação, a articulista perguntava: “Mas onde estão as sociedades católicas do mundo todo que permitem esse espetáculo de degradação moral?” (Anna Rita Malheiros, “Maio”, *Revista Feminina*, 96, maio, 1922).

Para Lima (*op. cit.*, p.58-59), a *Revista Feminina* criou a imagem mítica de Anna Rita Malheiros para difundir-la como símbolo de seu ideal de mulher.²¹ O fato de a articulista ser, na verdade, um homem, não diminui, a meu ver, o peso da influência que sua opinião pudesse exercer sobre o público leitor, uma vez que em diversos pontos de vista se encontrava em acordo com *Vida Doméstica* – esta, em tese, não vinculada à Igreja Católica nem ao movimento feminista. Além do mais, a criação de um personagem mítico mostrava-se compatível com o caráter do gênero revista, menos comprometido com a informação objetiva e mais com uma dimensão opinativa e doutrinatória. A se acreditar na intenção conservadora da *Revista Feminina* de manter as mulheres encerradas em sua esfera doméstica, tornava-se desnecessário o relato de acontecimentos políticos e econômicos, supostamente alheios ao seu universo de interesses. Os ideais católicos de sacrifício e renúncia impregnavam também os textos literários do periódico, que reforçavam valores como o matrimônio e a maternidade.

Apesar de editada em São Paulo, a *Revista Feminina* rapidamente passou a ser distribuída em outras capitais e no interior, abrindo uma sucursal no Rio de Janeiro em 1924. Assim, nos anos 20, encontrava-se totalmente integrada à realidade urbana do Rio de Janeiro – sem grandes diferenças quanto aos principais conflitos, paradoxos e transformações de comportamentos da primeira metrópole, em que pese o ambiente de efervescência cultural do Distrito Federal. A filial carioca acabou tornando-se, de fato, o endereço definitivo da revista.

Já o editor de *Vida Doméstica*, Jesus Gonçalves, aparentemente mantinha interesses exclusivamente comerciais, e possível boa circulação no meio empresarial. A elevada prevalência de notícias sobre inaugurações de lojas e

²¹ O folclore em torno de Anna Rita Malheiros, assumidamente a expressão principal da *Revista Feminina*, e mesmo sua porta-voz, chegou a ponto de gerar um verdadeiro personagem, cuja “vida” foi narrada às leitoras pela própria revista por ocasião de seu suposto aniversário (Lima, *op. cit.*, p. 43).

fábricas, notas elogiosas sobre seus dirigentes e fotografias de eventos voltados para os funcionários, bem como de máquinas e equipamentos modernos sugerem essa vinculação.²² A filantropia também encontrava espaço privilegiado na revista, uma vez que o período foi marcado por intensa atividade filantrópica e de mecenato tanto na saúde como nas artes.²³

Aparentemente distintos quanto à finalidade, ambos os periódicos comportavam, entretanto, em sua forma, as características de modernidade de um suporte adequado aos novos tempos, combinando de maneira atraente texto e imagem. Com apuro técnico superior ao dos jornais, e claramente inspiradas no modelo editorial francês *art nouveau*, as duas revistas usavam de forma cada vez mais freqüente os recursos da ilustração e – sobretudo *Vida Doméstica* – da fotografia. Evidentemente tal luxo refletia-se no seu preço, o que acabava limitando-lhe o consumo às classes mais favorecidas da população.²⁴ O alto índice de analfabetismo entre as mulheres – e na população geral – no início do século XX pode ser considerado outro fator restritivo à popularização das revistas.²⁵ Mas a despeito dessas circunstâncias, ambas se constituíram em êxitos editoriais, mantendo-se em circulação por períodos superiores aos de periódicos congêneres.²⁶ *Vida Doméstica* chegou mesmo a experimentar curto período de circulação quinzenal – de abril a junho de 1922 – reassumindo posteriormente seu intervalo mensal, até extinguir-se em 1963.

Vida Doméstica e *Revista Feminina* convergiam também no esforço em oferecer uma leitura leve e agradável, e não escondiam o desejo de ampliar progressivamente seu público leitor, substituindo em sua preferência os

²² O Conde Pereira Carneiro, por exemplo, foi figura habitual nas páginas iniciais da revista, fosse em eventos sociais ou em visita às instalações de sua indústria. De maneira semelhante, Carlos Guinle apareceu tanto em extensa reportagem que enaltecia a modernidade dos equipamentos do Hospital da Fundação Gaffrée e Guinle, mantido pela família Guinle, quanto à frente de sua mansão, além de figurar ainda como personagem da coluna “Figuras ilustres”, onde sua atuação benemérita era enaltecida (“Figuras ilustres”, *Vida Doméstica*, 99, maio 1926; *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926).

²³ Como amplamente discutido por Gisele Sanglard (2005) em sua tese, a filantropia fazia parte da cultura da elite à época, o que levou a pesquisadora a caracterizar Guilherme Guinle como “um homem do seu tempo”.

²⁴ A assinatura anual de *Vida Doméstica* valia, por ocasião do seu lançamento – em março de 1920 – 10 000 réis, sendo 1000 réis o exemplar avulso, enquanto a assinatura da *Revista Feminina* custava 15 000 réis, na mesma data.

²⁵ Recenseamento realizado no Distrito Federal em setembro de 1906 mostrava que 48% da população era analfabeta (Castro Gomes, 2001, p. 406).

²⁶ A efemeridade era extremamente comum nas primeiras décadas do século XX, havendo revistas que não ultrapassavam nem mesmo a primeira edição (Hahner, *op.cit.*).

periódicos estrangeiros. A *Revista Feminina* dirigia freqüentes apelos a suas leitoras para angariar novas assinaturas, chegando a oferecer prêmios para as mais bem-sucedidas nessa função. Apoiava-se também numa retórica ideológica como estratégia de aumento de vendas, conferindo à leitura do periódico caráter de ato patriótico. A possibilidade de o gênero revista ser colecionado foi explorada de maneira semelhante pelas duas para garantir suas vendas. Ambas apresentavam seções permanentes voltadas para os trabalhos manuais, com abundância de moldes e riscos prontos para serem destacados. As seções de culinária também eram fixas, e facilmente identificáveis. O número de páginas, já valorizado pelos periódicos do final do século XIX²⁷, era explorado pela *Revista Feminina*, orgulhosa de sua média de 90 páginas – um eloqüente estímulo ao colecionismo.

As capas constituíam capítulo especial no universo estético das revistas. De esmerado acabamento e sempre coloridas, anunciavam de forma mais ou menos direta o alvo de suas mensagens. Enquanto as capas de *Revista Feminina* mostravam mulheres em poses românticas – porém pudicas –, eventualmente acompanhadas por crianças, os primeiros exemplares da *Vida Doméstica* – integrando radicalmente forma e conteúdo²⁸ – ostentavam belos retratos de animais domésticos ou de criação.²⁹ Não causaria surpresa, entretanto, a face sorridente e bochechuda de um bebê estampada na capa do seu exemplar de dezembro de 1920 (Figura 1). Pois com o título de “Hominicultura”, o editorial do 10º número tratava a criação de filhos como uma variável dentre as criações de animais, explicitando a percepção da revista sobre o tema. Os números subseqüentes passaram a alternar nas capas imagens de pássaros, coelhos e outros símbolos da atividade agrícola, como tratores – mostrando a permanência de signos de um Brasil rural – com imagens de senhoras da sociedade e de crianças – sempre identificadas tomando por referência, respectivamente, os

²⁷ *A Estação* (1886-1891), mais importante revista feminina do final do século XIX, cujas matérias sobre moda eram ricamente ilustradas com desenhos a “bico-de-pena” e moldes detalhados, usava o volume de páginas publicadas ao longo do ano como elemento fundamental na sua publicidade (Freire, 2002).

²⁸ Essa observação não se aplicava às revistas em geral, onde não se estabeleceria, até a década de 1940, vinculação direta, sistemática, entre o conteúdo e as capas – que pareciam até então ter “vida própria” (*A Revista no Brasil*, 2000, p. 24).

²⁹ Além dos gatos e cães, a criação de pequenos animais – como galinhas, patos, porcos e perus – ainda era comum, mesmo em casas de famílias mais abastadas do perímetro urbano, na década de 1920 (Maluf *et Mott*, 1998).

nomes dos maridos ou dos pais³⁰ –, até darem lugar definitivo a personalidades do meio social e artístico, especialmente o cinema. A ligação da revista com o meio empresarial possivelmente também influenciou, por exemplo, a escolha da Srta. Noemia Nunes para estampar a capa do número 107 de *Vida Doméstica* como “Rainha dos Empregados do Comércio”.

É interessante observar como a atividade mundana foi substituindo, nas páginas de *Vida Doméstica* – assim como nas capas –, as referências a assuntos como avicultura e suinocultura, no que se refere ao cotidiano das mulheres da elite carioca. Ao longo da década de 1920, tornaram-se cada vez mais freqüentes as reportagens fotográficas sobre determinados eventos e ritos de passagem valorizados pela sociedade da época, particularmente as cerimônias de casamento. Apresentações de teatro, de música, inaugurações de escolas e cinemas, constituíam outros temas que mereciam fotografias, além das tradicionais fotos de crianças – com legendas que ratificavam a distinção de gênero desde a infância: “interessante menina” ou “inteligente filhinho”, no caso dos meninos (Brites, 2000). De modo geral, os personagens escolhidos eram figuras de destaque na cena social, exemplares de homens bem-sucedidos, famílias estruturadas, ou imagens modelares de crianças – brancas, asseadas e educadas, sintonizadas com um estilo de vida adulto caracterizado por atributos como beleza e elegância (Brites, 1999, p.117). A presença maciça da fotografia parece ter constituído diferencial estético no caso de *Vida Doméstica*, e tema de particular interesse do editor, que chegou mesmo a publicar um curso de fotografia em série.

³⁰ Exemplar era a capa ilustrada pela “Sra. Lauro Muller Filho, e seu interessante Laurinho” no número de abril de 1921 (Figura 2). A mesma dupla adornaria a capa de agosto do mesmo ano, emoldurada por lindos desenhos em estilo *art nouveau*.

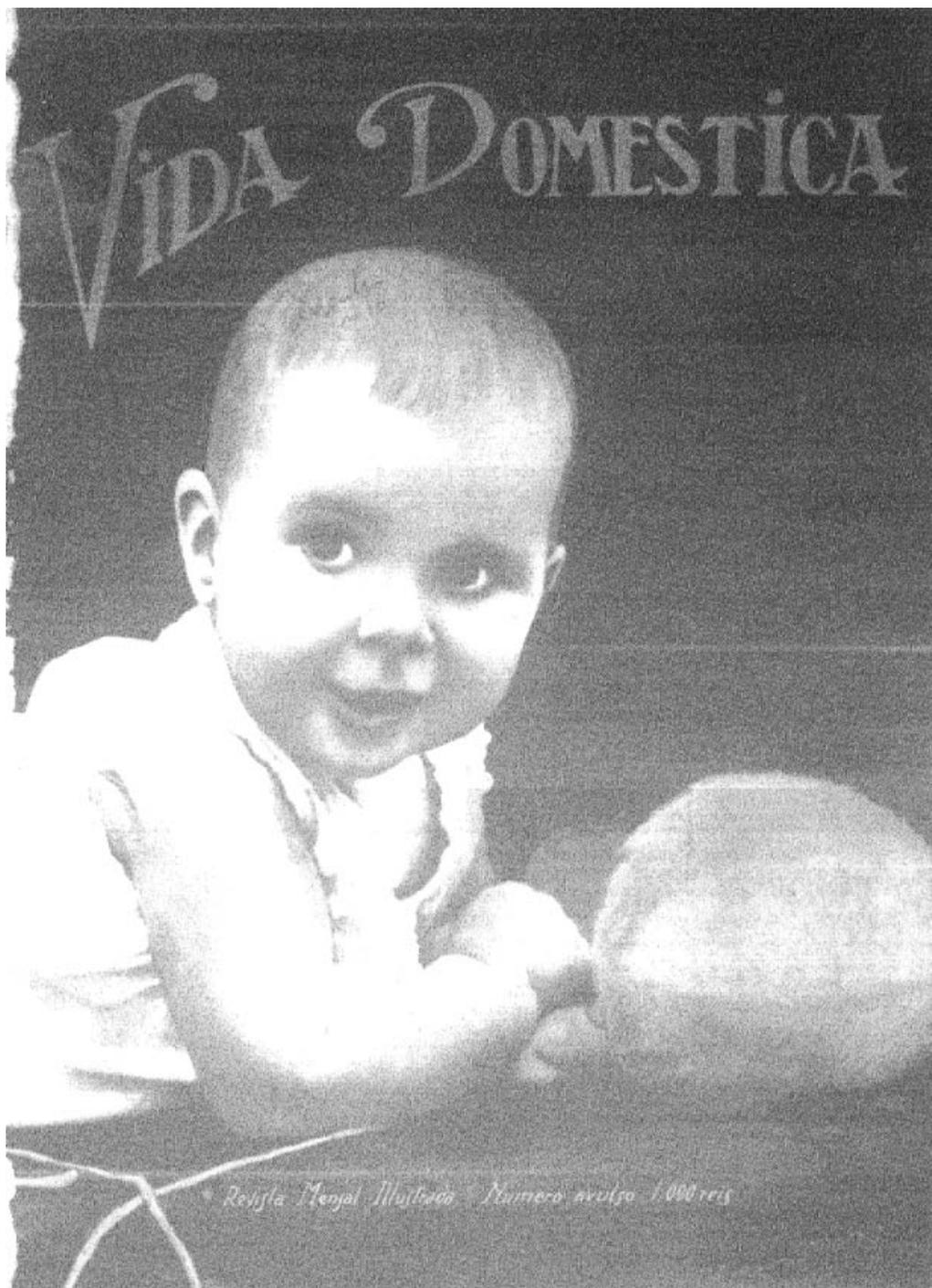


Figura 1.

Bebê, *Vida Doméstica*, 14, dez. 1920. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



Figura 2.

Sra. Lauro Muller F^o e seu interessante Laurinho, capa, *Vida Doméstica*, 119, abr. 1921. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Quanto à ilustração, *Vida Doméstica* também abusou, mais que a *Revista Feminina*, de desenhos em *art nouveau* para emoldurar suas capas e artigos internos; particularmente enfeitada era a página principal da revista. A maioria dos artigos era também entremeada com imagens e fotografias, no mais das vezes não relacionadas ao assunto tratado, como era praxe na época. Já na *Revista Feminina*, os desenhos estavam presentes apenas em charges ou pequenas historinhas humorísticas, o que lhe conferia um aspecto mais sisudo que o da primeira citada. Assim, é possível perceber como a distribuição desigual de imagens nessas revistas, além de marcar sua diferença em relação aos jornais, sinalizava uma distinção de propósitos e de linguagem.³¹ A cor foi incorporada gradualmente às ilustrações e à publicidade em *Vida Doméstica*, que chegou mesmo a experimentar, em 1929, o uso de páginas coloridas. Tais signos de arrojo e sofisticação encarnavam bem o espírito que norteava a produção e circulação das revistas, transformando em moda seu próprio consumo.³²

As duas revistas diferiam bastante no conteúdo, quando analisado de uma maneira global. Se *Vida Doméstica* seria caracterizada como uma revista mais “ligeira”, de leitura mais fluida e descompromissada, a *Revista Feminina* apresentava textos mais densos, que expressavam opiniões muitas vezes conflitantes, num claro convite à reflexão e tomada de partido, sobretudo quanto à abordagem de questões de gênero – o que será discutido mais profundamente no terceiro capítulo.

Onipresente, a moda continuava a ser o motor da imprensa feminina. Muitas páginas eram dedicadas à divulgação de modelos, inclusive infantis. Em *Vida Doméstica*, as orientações quanto à elaboração dos moldes passaram gradativamente a incorporar também sua vantagem econômica.³³ Além de muitos artigos sobre moda, a *Revista Feminina* prestava-se ainda a esclarecer dúvidas das leitoras sobre a vestimenta mais adequada às diversas situações sociais. De modo geral, as inovações quanto a vestuário e estética eram rapidamente repassadas pelas revistas às suas leitoras, e comentadas com espírito crítico ou

³¹ Longe de se constituírem em mera ilustração dos textos, as imagens devem ser vistas aqui como espaços autônomos de representação, passíveis de uma leitura própria (Chartier, 1989).

³² Para Velloso (*op. cit.*), a ilustração, a beleza e as cores eram praticamente sinônimos de modernidade.

³³ O atributo “econômica” foi colado à imagem de mulher moderna sobretudo na segunda metade da década de 1920, especialmente em *Vida Doméstica*, como será discutido no item 3.4.

tom jocoso, confirmando a imagem de irreverência especialmente do carioca e da cidade do Rio de Janeiro – onde coexistiam as forças da ordem e da desordem (Velloso, *op. cit.*).³⁴

As seções de trabalhos manuais também eram permanentes e valorizadas. Se na *Revista Feminina* predominavam os bordados e rendas, com os modelos e riscos ocupando várias páginas, a costura, o bordado e a decoração da casa se destacavam em *Vida Doméstica*. É interessante ressaltar o modo pelo qual, inicialmente tratados como atividade meramente recreativa, os trabalhos manuais foram posteriormente inseridos numa dimensão econômica: na *Revista Feminina* como possível fonte de renda para a mulher e em *Vida Doméstica* como fator de equilíbrio na economia doméstica. A culinária também merecia colunas fixas, ao mesmo tempo em que freqüentava os mais variados temas. A seção “O menu do meu marido” em *Vida Doméstica*, por exemplo, dedicava-se ao trivial cotidiano, enquanto eventuais artigos sobre a culinária de outros países ofereciam receitas mais sofisticadas e exóticas, atendendo assim duplamente às necessidades de donas-de-casa comuns e às demandas de uma vida mais mundana.

Não obstante sua opção pela “leveza”, temas mais “sérios” surgiam gradualmente em *Vida Doméstica*: relatos de “descobertas científicas”, visitas de personalidades internacionais ao Brasil, notas sobre serviços assistenciais e filantrópicos. Extensa reportagem, com muitas fotos, exaltando a excelência do serviço de Clínica Médica dirigido pelo professor Clementino Fraga na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, entrevista com cientistas como o professor Henrique Roxo (“Os nossos cientistas”, *Vida Doméstica*, 90, jul.1925), ou matéria ilustrada por gráficos mostrando os resultados obtidos pela campanha do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)³⁵ contra a febre amarela (“O DNSP e a campanha contra a febre amarela”, *Vida Doméstica*, 141, dez. 1929) podem representar exemplos reveladores de um interesse do público leitor pela ciência em geral, e pelo *sanitarismo* em particular.³⁶ Longas reportagens

³⁴ Para Velloso (*op. cit.*, p. 64.), a irreverência e o humor apareciam nas revistas como formas de expressão de traços da nacionalidade brasileira, sintonizadas com a cultura da modernidade em sua busca de novas linguagens.

³⁵ As tensões, conflitos e negociações envolvidas no processo de criação, em 1920, do DNSP – visando a reorganização dos serviços sanitários no país a partir da percepção do problema de saúde pública como eixo do debate nacional – foram alvo da análise de Hochman (1998).

³⁶ A saúde e o saneamento constituíam assuntos habituais nas páginas dos jornais e periódicos desde o início do período republicano (Ferreira, 1999; Hochman, *op. cit.*).

fotográficas sobre a cultura de países europeus, e posteriormente também dos Estados Unidos e do Japão, tentavam conferir aspecto mais erudito à publicação, ou mesmo incentivar o turismo – signo exemplar de modernidade. As freqüentes notas sobre viagens de personalidades destacadas no cenário urbano possivelmente contribuíam ainda para consolidar o prestígio social dessas pessoas e de suas famílias.

A crescente participação de temas ligados à saúde – e principalmente às doenças – e de textos assinados por médicos também se destacou nas duas revistas. Para além do território da Higiene, esses artigos discorriam sobre a bioquímica e a fisiologia do corpo humano, oferecendo ainda informações detalhadas sobre o diagnóstico e tratamento de diversas doenças. Em grande parte, entretanto, o discurso médico afastava-se de sua dimensão estritamente técnica para invadir o terreno da moral. Em artigo intitulado “A higiene do beijo”, por exemplo, assegurava-se que através do beijo, muitas doenças eram propagadas: “Assim, é a medicina que oferece seu braço à moral, ambas fazem com que o beijo fique sempre com o seu caráter perigoso” (“A Higiene do beijo”, *Vida Doméstica*, 8, out.1920). A penetração do discurso médico em todos os campos sociais podia ser verificada em diversas oportunidades, como por exemplo na condenação dos decotes nos trajes femininos – pelo risco de pneumonias que provocavam – ou ainda no alerta para o perigo oferecido pela moda de andar remexendo os quadris. Tais matérias partiam invariavelmente de um eixo em comum: a crítica a práticas tradicionais, “atrasadas”, em oposição à valorização da ciência como signo de modernidade e progresso. Essa questão será explorada a seguir na discussão sobre maternidade científica, mas julgo importante antecipar que, ao dirigir-se diretamente às mulheres, o discurso médico das revistas femininas já as elegia interlocutoras privilegiadas, e possíveis aliadas no processo de higienização da sociedade. Legitimava-se assim uma vinculação das mulheres com os cuidados com a saúde no âmbito da família e da sociedade.

Algumas opções quanto ao conteúdo podem sugerir um reforço à aparente distinção de enfoque entre os dois periódicos. A ênfase em temas que remetessem ao cotidiano doméstico, como por exemplo, estratégias para entretenimento de crianças em dias de chuva, ou truques para confeccionar

enfeites para o berço, era verificada em *Vida Doméstica*, enquanto a *Revista Feminina* preferia a publicação de textos literários ou opinativos – sobretudo os que versavam sobre as relações de gênero – além de seções permanentes em que eram divulgados eventos feministas ou resultados exitosos de incursões de mulheres em atividades eminentemente do domínio masculino.³⁷ As leitoras eram atualizadas quanto aos avanços do movimento feminista em todo o mundo, assim como tomavam contato com as biografias e idéias de militantes ilustres.³⁸ Pretendo aprofundar essa questão no capítulo em que discuto a construção de modelos femininos pelas revistas, mas considero oportuno antecipar minha percepção de que essa distinção se dava basicamente quanto à abordagem, havendo entre as duas uma sintonia, ainda que de contornos sutis, de concepção e propósitos no que se referia à função maternal. Temas pertinentes ao mundo do entretenimento também eram mais habituais nas páginas de *Vida Doméstica*, sobretudo a partir da segunda metade da década – como as reportagens com astros do teatro e cinema –, quando as “divas” dos palcos e das telas passaram também a freqüentar-lhe as capas (“Mundo perdido” no cinema *Odeon*, *Vida Doméstica*, 99, maio 1926).

A longa sobrevivência dessas revistas não era garantida, entretanto, unicamente pelas vendas, sendo alimentada de forma crescente pelo mercado da propaganda. Além do fato de serem as revistas mais apropriadas – por sua qualidade técnica – aos anúncios do que os jornais, a publicidade vinha sofrendo nas primeiras décadas do século XX uma progressiva profissionalização, influenciada pela introdução de técnicas comerciais e estudos de mercado norte-americanos e pela instalação das primeiras agências brasileiras, como *A Ecletica*, criada em São Paulo em 1914 (Gontijo, 2001; *A Revista no Brasil*, *op. cit.*).

A *Revista Feminina*, particularmente, constituía um dos negócios da *Empresa Feminina*, que incluía livros, produtos cosméticos e medicamentos, todos amplamente anunciados e comercializados na revista.³⁹ Embora

³⁷ Embora de maneira mais discreta e abordando temas mais práticos, *Vida Doméstica* não se furtava à discussão do feminismo, focado sobretudo nas seções denominadas “Pelo progresso feminino”.

³⁸ A portuguesa Ana de Castro Osorio foi colaboradora contumaz da *Revista Feminina*, enquanto Bertha Lutz, se não teve seus textos publicados com a mesma freqüência no período estudado, foi citada (e elogiada) em suas participações em eventos públicos.

³⁹ Médico, Claudio de Souza havia criado, por exemplo, as fórmulas de uma tintura para cabelo e um creme dermatológico, produzidos em indústria própria e vendidos através da revista.

assegurasse repetidamente seu caráter altruísta, negando qualquer conotação meramente comercial – e portanto supostamente dependendo do auxílio das leitoras para angariar novas assinaturas e compartilhar seus ideais –, e alegasse constantes prejuízos financeiros, era evidente a relação da revista com os interesses da *Empresa* (Mascaro, *op. cit.*). Além de quadros publicitários e anúncios, diversos artigos faziam referência a esses produtos ou sugeriam a sua compra. Sessões específicas, como a “Biblioteca cor de rosa”, recomendavam “leituras sadias” para mulheres, crianças e jovens – como a *Nova Seiva*, editada, entre outros, pela mesma *Empresa Feminina*. Já a apologia do empresariado local presente em *Vida Doméstica* encontrava-se em sintonia com a publicidade veiculada na revista, como no caso dos calçados, produtos agrícolas e, mais tarde, a indústria automobilística e de eletrodomésticos. Da mesma forma, a publicação de ensinamentos práticos de fotografia era acompanhada de anúncios de serviços e equipamentos.

Em ambos os periódicos, chamava atenção a expressiva quantidade de anúncios de produtos cosméticos ou relacionados à beleza, confirmando a associação entre feminilidade e beleza (Sant’Anna, 1994). Porém frequentemente a propaganda maciça era acompanhada de artigos – geralmente assinados por médicos – que criticavam o uso abusivo desses produtos, assim como de certas dietas e exercícios. A aparente ambigüidade persistia nos textos de cunho moralista que condenavam a excessiva frivolidade das mulheres que supervalorizavam a aparência física. A relevância conferida à questão será enfocada no terceiro capítulo, como um dos elementos do arcabouço da imagem feminina construída nas revistas; a título de ilustração, destaco o debate travado ao longo de vários exemplares de *Vida Doméstica* na busca do verdadeiro “culpado” pela exacerbada vaidade das mulheres.

Sem dúvida o grupo mais numeroso em termos de propaganda foi o de alimentos infantis. Associados à idéia de praticidade e modernidade, esses produtos atendiam a demandas e propósitos diversos.⁴⁰ Ao explorar imagens infantis de força e robustez e ratificar a responsabilidade exclusiva das mães na criação dos filhos, tais anúncios servirão de ilustração adicional à minha hipótese

⁴⁰ Para Brites (2000a), tinha-se por ponto de partida os hábitos e costumes do tempo; a propaganda, paralelamente, tentava impor hábitos de consumo conferindo-lhes um caráter distintivo de identidade e prestígio.

de que a função maternal, como apresentada nas revistas, longe de se reduzir a um domínio da tradição e subalternidade, ao incorporar outras dimensões – como o caráter de cientificidade e modernidade – constituiu-se em um espaço de valorização e inserção das mulheres no espaço público e na vida social mais ampla.

2. DO INSTINTO MATERNAL À MATERNIDADE CIENTÍFICA.

“Qual é a mulher que não tem em si o instinto maternal? É o natural e o mais perfeito nas mulheres, mas o que é necessário é que na educação da mulher tenha o primeiro lugar a puericultura, que as habilita a tratarem os seus filhos com todas as regras da higiene” (“Educação para as mães”, *Revista Feminina*, 172, set. 1928).

Neste capítulo proponho-me a discutir o conceito de maternidade científica conforme referências da literatura internacional, a partir de estudos realizados sobre sociedades europeia e norte-americana das primeiras décadas do século XX, recuperando a trajetória das transformações na atribuição de responsabilidades e na circulação de saberes sobre o cuidado com as crianças, especialmente quanto à alimentação. A maternidade científica será o conceito-chave para a defesa de meus argumentos, ao fundamentar a incorporação de conhecimentos presumidamente técnicos na prática cotidiana da função maternal, estabelecendo e justificando uma aliança entre as mulheres e os médicos, com conseqüências sobre a condição feminina como um todo.

2.1. MATERNIDADE CIENTÍFICA COMO IDEOLOGIA E TÉCNICA.

Nessa direção, o trabalho de Rima Apple (1987) sobre a relação entre mulheres e médicos pareceu-me o mais apropriado a ser tomado como base para a discussão do tema. Examinando a mudança radical nos padrões de alimentação infantil – com a substituição do aleitamento ao seio pela mamadeira com leite artificial – ocorrida nos Estados Unidos entre 1890 e 1940, Apple atribuiu-a à complexa interação entre ciência, medicina, economia e cultura. Os elementos que contribuíram para essa transformação foram o florescimento da ciência como valor social central, fundamentando a prática médica e subsidiando a emergência da indústria de alimentos infantis,¹ com propaganda maciça de tais produtos; a crescente especialização médica que tomou a criança como alvo privilegiado de cuidados; e o anseio de setores da sociedade norte-americana pela criação de uma atmosfera cultural de modernidade.² Assim, uma conjunção praticamente simultânea desses fatores – ressaltada a dificuldade de se avaliar o peso da influência de cada um deles isoladamente – criou ambiente propício a mudanças nas práticas de alimentação infantil. O estabelecimento da maternidade científica – conceituada como o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e de supervisão médica – pode ser considerado então como fenômeno situado na interface entre ciência, ideologia e cultura material.

A intensidade da mudança nas práticas de alimentação infantil não constituiu um evento particular do contexto norte-americano, mas um indicativo da preexistência de uma cultura feminina de substituição do aleitamento, disseminada no mundo ocidental. Knibiehler (1991) identificou verdadeira “revolução do aleitamento” na França, ao final do século XIX, com crescente abandono da prática tradicional da amamentação, e sua substituição empírica por outros alimentos, conforme a cultura de cada local. A distribuição peculiar desse fenômeno, com

¹ Refiro-me aqui particularmente às fórmulas lácteas preparadas a partir do leite de origem animal desidratado ou açucarado, e às farinhas lácteas e de cereais.

² O processo de uniformização da sociedade norte-americana e popularização da imagem da mulher moderna, emancipada, alcançou seu apogeu na década de 1920, quando, com o auxílio das novas mídias – rádio, cinema e imprensa – ampliou-se a difusão do “estilo de vida americano”, inclusive para o exterior (Cott, 1991).

predomínio na região norte do país – a mais rica, instruída e industrializada – sugeria a influência de outros fatores, além da penetração dos princípios *pasteurianos*³ e da tolerância ou mesmo encorajamento dos médicos, quanto à substituição do aleitamento ao seio. Um desses fatores seria a possibilidade que o uso de leites de origem animal oferecia às mulheres de redefinir – desqualificando-o – o papel das amas, reservando a dimensão afetiva do aleitamento para as próprias mães. E ainda facilitar a inclusão dos médicos nessa relação, dando-lhes condições para aconselhar e dirigir as práticas de alimentação.

A tese de Apple segundo a qual as mulheres desempenharam papel ativo nesse processo de transformação das práticas de alimentação infantil vai de encontro à ótica de pesquisas históricas que habitualmente magnificam o potencial normatizador das instituições médicas e do Estado e atestam uma posição passiva e/ou submissa das mulheres.⁴ Ao contrário, a pesquisadora assinalou – atualizando a observação de Donzelot para a França – o estabelecimento de crescente afinidade de interesses entre mulheres e médicos nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX.

Donzelot (1986) já apontara a progressiva aproximação dos médicos com as famílias, a partir do século XVIII, estabelecendo uma aliança privilegiada com as mulheres. Tal aliança seria duplamente proveitosa, pois se garantia a autoridade dos médicos sobre as “comadres”, conferia às mulheres burguesas uma valorização inédita ao atribuir maior qualificação à função maternal. Assim, o autor defende que a promoção da mulher – como mãe, educadora e auxiliar do médico – foi capaz de abalar a autoridade paterna, ao final do século XVIII, e constituiu a base de sustentação das principais correntes feministas do século XIX.

Nos Estados Unidos, a base dessa aliança foi a afinidade de interesses que uniu mulheres, médicos e fabricantes de fórmulas infantis na procura de um alimento para os bebês, buscando suporte no espaço socialmente valorizado da

³ Destaco particularmente os conhecimentos sobre a esterilização do leite. Sobre o *pasteurianismo* e as transformações nas práticas médicas ver Salomon-Bayet (1986).

⁴ Um exemplo dessa linha interpretativa é fornecido pelo trabalho de Lasch (1991), no qual o autor sustenta que o processo de construção da família norte-americana moderna se deu através de sua *patologização* – desqualificando o conhecimento das mães – e de sua substituição por organizações terapêuticas altamente repressivas. Essa atitude tornava os pais incapazes de cuidar de seus filhos, e dependentes da supervisão dos especialistas, permitindo um aumento do controle do Estado e o florescimento de novas formas de dominação (*Ibidem*, p. 43). No Brasil, o trabalho de Jurandir Freire Costa (1989) é possivelmente o mais representativo dessa corrente.

ciência.⁵ Mesmo se considerando que o peso da ideologia da maternidade científica na sociedade norte-americana tenha sido condicionado por suas características políticas, econômicas e culturais, foi inegável a influência do *american way of life* na sociedade brasileira na década de 1920.⁶ Assim, penso ser pertinente a incorporação dos argumentos de Apple para o fortalecimento dos argumentos de minha investigação para o caso brasileiro.

No debate *publicizado* nos periódicos femininos e nos registros de diários e correspondências femininas do século XIX já havia sinais da demanda das mulheres norte-americanas por um substituto seguro e eficiente do leite materno e do crescente interesse pela alimentação artificial. Quanto à participação dos médicos nesse processo, até o final desse século sua intervenção foi eminentemente pragmática e baseada em observações empíricas, o que resultou em imensa variação na prescrição de substitutos ao leite materno e na predominância de argumentos de ordem moral para justificar a preferência da mamadeira sobre as amas. Da mesma forma, na Europa, a condenação às amas mercenárias revelava forte componente moral, independentemente de seu grupo social de origem – mães solteiras na Inglaterra ou camponesas casadas na França (Knibiehler, *op. cit.*). Autores como Rollet-Echalier (1990) defendem a opinião de que na França o combate às amas foi parte de um movimento da sociedade para reconduzir as mulheres à sua função “natural” de mães, em resposta à crise provocada, entre outros elementos, pela percepção de decadência dos costumes e “degeneração moral” do povo.

Tal observação, a meu ver, pode ser aplicável ao contexto brasileiro – no qual as amas-de-leite eram predominantemente ex-escravas – respeitando-se algumas especificidades. Na análise de Grahan, (1995) a abolição da escravatura no Brasil não teria afetado substancialmente a dinâmica que regia o cotidiano das casas, mantendo as escravas libertas as mesmas funções domésticas que exerciam anteriormente, em especial a de nutrizes – as amas-pretas, ou mães-

⁵ O espaço privilegiado ocupado pela ciência médica no final do século XIX e início do XX não era exclusividade da sociedade norte-americana, sendo apontado por historiadores do contexto europeu e brasileiro (Rosen, 1980; 1994; Smith-Rosemberg, 1999; Stepan, 2004; Tomes, 1999; 2000; Ferreira, 1999; Fonseca, 1995; Dantes, 2001; Machado, 1982; Marques, 2001; Needel, 1993; Rohden, 2001).

⁶ O sucesso editorial das 38 traduções do livro do Dr. Benjamim Spock, *Baby and child care* – a obra de divulgação de puericultura mais popular nos Estados Unidos – pode ser considerado como um dos indícios da influência da ideologia da maternidade científica americana em outras sociedades.

pretas. A relação entre criadas e patrões também teria se mantido praticamente nos mesmos moldes da relação entre escravos e senhores – baseada no controle e na reciprocidade –, sofrendo apenas uma “retradução” que explicitou e ampliou os conflitos e ambigüidades da autoridade patriarcal. De outro lado, as epidemias que assolavam a cidade, juntamente com a recorrência de doenças como a tuberculose, passaram a disseminar grande apreensão na população. A fonte principal desses males era localizada nos pobres. As escravas libertas continuavam trabalhando como amas, porém ao deixarem a casa senhorial, haviam se refugiado nos cortiços, transformando-se então em potenciais portadoras da ameaça de contágio físico e moral. Tal conexão entre o contágio e os cortiços – os pobres e os criados – levaria à necessidade de reformulação dos critérios de ordem e controle, alçados a uma dimensão pública, exigindo intervenção governamental (*Ibidem*, p. 144-145).

Assim, uma das respostas da Higiene⁷ – que na época desfrutava de posição central como estratégia de interpretação e intervenção nas questões de saúde, em suas dimensões pública e privada – ao “fantasma” da doença seria a condenação às amas-pretas, na tentativa de recondução das mulheres à prática da amamentação. Esses esforços se concretizariam através da redefinição da maternidade em bases científicas, conferindo-lhe valorização inédita – o que ia ao encontro de interesses de mulheres das classes média e alta urbanas e dos anseios republicanos de superação dos traços remanescentes da cultura colonial.⁸

Segundo a tese de Grahan, da qual compartilho, diferentemente do viés demográfico europeu, foi o debate público sobre a ameaça de contágio através das amas – e o desequilíbrio que tal receio provocou na dinâmica familiar – o fator desencadeante de reflexão e posterior reorientação do papel maternal da mulher brasileira, criando condições para intervenção do poder público ao tempo em que o poder privado enfraquecia, e abrindo espaço para a entrada de propostas médicas saneadoras.⁹ A maternidade científica – na sua dimensão relacionada ao aleitamento materno – possivelmente permaneceu mais como discurso do que

⁷ Sobre o papel da Higiene na Primeira República ver, entre outros, Castro Santos (1985; 2003), Hochman (1998) e Lima *et* Hochman (2004).

⁸ Retomarei os argumentos de Grahan quando tratar da questão das amas-de-leite, no capítulo quatro.

⁹ A tese de Grahan (*op. cit.*) coloca-se em antagonismo a uma corrente historiográfica que supervaloriza o poder médico disciplinador, atribuindo-lhe um protagonismo e uma hegemonia discutíveis, como visto nos estudos de Costa (*op. cit.*) e de Machado (1982).

como prática efetiva na sociedade brasileira urbana dos primeiros anos da República, quando as amas-pretas desfrutavam de posição privilegiada no ambiente familiar, dando lugar posteriormente às “amas-secas”, embriões das “babás” até ainda hoje presentes nas famílias das classes sociais mais elevadas.¹⁰

No contexto norte-americano analisado por Apple (1987), a ideologia da maternidade científica possivelmente tenha registrado impacto maior, em decorrência de características favoráveis da própria sociedade, como a cultura puritana, o grau avançado da economia capitalista e a amplitude dos movimentos feministas. Consoante com esse cenário, o papel das indústrias de alimentos infantis apresentou dimensão especialmente relevante. Percebendo o potencial da demanda, essas empresas se anteciparam ao envolvimento mais sistemático dos médicos com a matéria, investindo em pesquisas químicas e colocando no mercado produtos variados destinados à alimentação infantil, apresentados como mais práticos e nutritivos.¹¹ Tais produtos foram objeto preferencial de intensa publicidade – inicialmente anunciados diretamente para as mães, foram mais tarde submetidos à legitimação da classe médica. Assim, acompanhando as progressivas descobertas no campo da bacteriologia, da fisiologia e da nutrição, bem como os estudos epidemiológicos quanto à mortalidade infantil¹², a alimentação das crianças continuou a subsidiar uma lucrativa produção industrial nos Estados Unidos, e converteu-se gradativamente em campo científico, conferindo autoridade aos médicos que prescreviam seus produtos, e prestígio às mães que utilizavam a maneira “moderna” de alimentar seus filhos. Independentemente da dificuldade de se julgar o peso do seu interesse humanitário ou financeiro, os médicos que se envolveram com o tema – tornando-se especialistas em puericultura – efetivamente compuseram com as mães uma parceria em torno da responsabilidade pela manutenção da saúde das crianças. Os papéis distintos, embora complementares,

¹⁰ Os diários e romances da época confirmavam uma inserção afetiva dessas amas no ambiente doméstico, no qual eram tratadas como “da família” (Mauad, 2000; Binzer, 1991; Paes de Barros, 1998).

¹¹ Em 1860 já estariam disponíveis nos Estados Unidos os alimentos infantis desenvolvidos por Justus von Liebig, e 10 anos depois, também na Europa e Austrália, os produzidos por Henri Nestlé – ambos químicos (Apple, *op. cit.*).

¹² Os estudos epidemiológicos apontavam os distúrbios do aparelho digestivo decorrentes de erros alimentares como a principal causa de mortalidade infantil em todos os países, justificando os esforços para sua racionalização. Apple (*op. cit.*) questiona o peso de outros elementos – como a falta de saneamento – nessas taxas, mas reconhece que o manejo adequado da alimentação infantil teria efetivamente contribuído para o seu declínio, sobretudo nas regiões mais pobres.

dessa aliança privilegiada foram assim traduzidos por Donzelot: “O médico prescreve, a mãe executa” (*op. cit.*, p. 23).

A ideologia da maternidade científica significou para as mulheres um reforço à sua condição de mãe, transformando a maternidade em profissão feminina, objeto de formação técnica específica. Como a prática da maternidade nesses novos moldes exigia inserção no universo científico, esse aspecto a aproximava do mundo masculino racional, deslocando-a da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo *status*. Deslocamento que mantinha certa tensão interna, pois atualizava em substância a função maternal, sem ao mesmo tempo desconsiderá-la como inerente à natureza feminina. Ao implementar a aproximação das mulheres com a ciência da nutrição – tornando-as especialistas em alimentação infantil –, a ideologia da maternidade científica além de lhes permitir elevar sua posição no âmbito doméstico, abriu-lhes ainda novo campo de prática acadêmica, no qual viriam a transformar-se em franca maioria (Apple, 1995).

Desde o final do século XIX conformava-se na sociedade norte-americana o consenso entre médicos, educadores, políticos, economistas e feministas quanto à necessidade de treinar as mulheres para um exercício da maternidade que superasse as práticas tradicionais, “primitivas”, baseadas num caráter meramente instintivo.¹³ Dentre os instrumentos educacionais propostos para esse fim, foram produzidos variados e numerosos folhetos, guias e manuais, distribuídos gratuitamente às mulheres. A exploração do espaço hospitalar para a difusão da ideologia da maternidade científica, especialmente na década de 1920, foi outro elemento que contribuiu para reforçar a idéia de que os profissionais de saúde eram mais capazes de cuidar dos bebês do que as mães (Apple, 1987, p. 121). Essa disposição pedagógica, entretanto, manteve-se impregnada da ambigüidade presente na ligação da técnica com o instinto, gerando entre mulheres e médicos uma relação complexa, tensa e por vezes contraditória. Para Apple, se a ideologia da maternidade científica foi capaz de promover uma

¹³ Ao contrário do que sugere uma corrente historiográfica comprometida com a idéia da hegemonia do poder médico, a construção da maternidade científica não foi uma imposição da classe médica, mas o resultado da atuação dinâmica de múltiplos atores sociais. Nas palavras de Bourdelais (2005, p. 13), foi uma co-construção, semelhante à que ocorreu quanto a outros campos e outros objetos de saúde.

valorização da mulher, atribuindo, entre outros aspectos, maior peso à sua responsabilidade pela criação dos filhos, de outro lado expropriou-a do poder de decidir, sozinha, como fazê-lo (*Ibidem, passim*).

Embora compartilhe da concepção de Apple sobre a complexidade da aliança entre mulheres e médicos, penso que esta não se reduziu propriamente a uma expropriação, e nem é completamente contraditória, mas representou um espaço de cruzamento e adequação de interesses específicos de ambos, do qual resultaram afinidades eletivas. A meu ver, as mães preocupadas com a saúde de suas crianças, e supostamente inseguras em suas decisões, ao substituírem a habitual rede de aconselhamento – constituída por demais mulheres da família, comadres e vizinhas – por outro grupo de conselheiros, formado por profissionais especialistas identificados com o “novo” e a modernidade – valores reconhecidos à época como positivos – mostravam-se integradas ao movimento mais amplo da sociedade na direção de um futuro promissor. Minha interpretação do fenômeno parte do princípio de que as mulheres das classes média e alta urbanas européias e norte-americanas – e em seguida, as brasileiras –, embebidas na atmosfera de busca de progresso e modernidade, possivelmente enxergaram, na adesão à idéia da primazia da ciência como guia de comportamento, um caminho conveniente na tentativa de alcançar uma transformação no seu lugar na sociedade. Assim, no que concerne a essas mulheres, além de lhes proporcionar respaldo para a solução de problemas eminentemente práticos – particularmente quanto à alimentação infantil –, a aliança com os médicos permitia-lhes redefinir seu papel maternal em bases científicas, re-valorizando-o, o que contribuiria para pavimentar a sua entrada no espaço público. Tal circunstância explicaria, de certa maneira, a aparentemente contraditória aderência de grupos feministas no mundo todo ao ideário da maternidade científica, já apontado por diversos historiadores.

2.2. FEMINISMO, MATERNALISMO E HIGIENISMO.

Nesse sentido, considero bastante esclarecedor o estudo de Bock (1991) sobre a influência dos primeiros movimentos feministas na constituição de políticas de bem-estar social postas em prática na Europa, reivindicando o reconhecimento público da maternidade como função social. A autora definiu essa preocupação das mulheres com o bem-estar das mães como um “feminismo maternal” – ou um “maternalismo feminista” –, fundamentado na idéia da maternidade como condição unificadora do sexo feminino¹⁴ (*Ibidem*, p. 437).

Apesar das controvérsias entre as diversas correntes feministas em torno da caracterização da atividade maternal – como função fisiológica ou como trabalho –, e do valor atribuído às conquistas – como ação “paternalista” de proteção ou como ação “maternalista” de garantia de direitos –, destacou-se a centralidade do tema na pauta de todos os movimentos feministas ocidentais, dos mais aos menos radicais, na virada do século XIX para o XX.¹⁵ As idéias européias sobre a subvenção da maternidade pelo Estado como estratégia fundamental para a emancipação das mulheres, apresentadas, em 1915, às feministas norte-americanas, não teriam merecido mais que aceitação parcial.¹⁶ Porém mesmo sem consenso quanto ao fato de a maternidade representar uma

¹⁴ O maternalismo foi descrito por Mott (2001, p. 202) como uma ideologia que “defendia a preponderância do sexo feminino devido à natureza específica para a maternidade, na defesa e desempenho de atividades relacionadas ao bem-estar das mulheres e das crianças”. Discussão sobre o maternalismo como um conceito histórico – a partir da interação entre a ideologia da maternidade, o ativismo político feminino e concepções culturais de gênero, classe e raça – encontra-se em Larsen (1996).

¹⁵ A literatura feminista produzida no período entre-guerras confirmava que, de um modo geral, a maternidade nunca foi “uma fonte de vergonha” para as mulheres, nem mesmo para feministas radicais como Nelly Roussel – que liderou a famosa “greve dos ventres” em 1919 –, servindo mesmo para justificar sua luta pelo voto e pela paz (Roberts, 1994, p. 123-124; Thébaud, 1986, p. 95).

¹⁶ Quanto à América Latina, Birn (2002, p. 24) observou que ao contrário das preocupações econômicas que constituíram o estopim na Europa e nos Estados Unidos, foram os argumentos morais e culturais que prevaleceram. “Essa combinação de fatores – predisposição cultural para proteger mães e filhos, a natureza e os projetos do feminismo latino-americano, a influência da medicina francesa, a liderança médica, e os imperativos nacionalistas numa era inicial da globalização – moldou a defesa pela saúde materno-infantil na América Latina.” A autora destacou o papel-chave representado pelo Uruguai, cujo modelo de bem-estar tornou-se exemplo para todo o continente e quicá para o mundo (*Ibidem*, p. 38).

função privada ou social – e portanto merecedora de remuneração –, ambas as correntes concordavam num ponto: a criação dos filhos era tarefa das mulheres, ainda que nem todas a exercessem.

A análise de Bock demonstrou a centralidade do papel da maternidade nas formulações teóricas e nas práticas reivindicatórias dos primeiros movimentos feministas, relacionando o apogeu do “feminismo maternalista” ao surgimento de uma legislação de proteção social a mães e filhos. Mas a autora apontou também as ambigüidades de tal pensamento, tais como a referência habitual à “natureza feminina” em discursos que a negavam, e a atribuição, à maternidade, de um caráter simultaneamente “escravizante” e libertador. Conforme a interpretação de Fuchs (1995) para o fenômeno, o maternalismo foi “um paradigma curioso”, pois ao mesmo tempo em que encerrava as virtudes da maternidade na natureza feminina, permitia o aumento do poder das mulheres – através da própria iniciativa e participação. Pois ao promover o deslocamento dos “valores femininos”, do espaço doméstico para a esfera pública, descortinou para as mulheres uma arena política que lhes permitiu agir em benefício de outras mulheres, tornando-as simultaneamente sujeitos e objetos de políticas públicas de proteção (*Ibidem*, p. 162). Concordando com Bock, Fuchs afirmou que as mulheres não foram passivas nem como beneficiárias nem como defensoras das políticas de proteção, sobretudo as da classe média. Desde as últimas décadas do século XIX, à medida que as mulheres foram progressivamente entrando na arena pública, a maternidade tornou-se o centro do seu discurso; instigando a opinião pública e os legisladores, elas se engajaram na causa da maternidade como um “dever nacional” (*Ibidem*, p. 183).

Bock considerou a legislação sobre a maternidade, gestada ao final do século XIX e materializada ao longo da década de 1920 na Europa e na América do Norte – em que pesem suas limitações, as diferenças temporais e estratégicas entre os países e os graus variáveis de benefícios para as mulheres –, uma resposta também a necessidades percebidas no âmbito da economia, da ordem social, das correntes intelectuais e de questões específicas a cada contexto. Particularmente na França, a preocupação com a mortalidade infantil associava-se à queda da fertilidade e ao despovoamento, constituindo-se em um dos

componentes da ampla política desenvolvida no período, quando a “obsessão natalista” transformou a maternidade numa questão de Estado.¹⁷

Estudando o caso brasileiro, Besse (1999) também apontou a contribuição dos movimentos feministas para o processo de reestruturação da ideologia de gênero, desenvolvido das primeiras décadas do século XX, e modelado fundamentalmente pelo “culto da maternidade científica”. Conquanto a autora percebesse a participação das mulheres nesse processo, sua visão do fenômeno distinguia-se, entretanto, daquela apresentada por Apple e Bock (e ratificada por Fuchs), pelo fato de considerá-la menos ativa. A autora interpretou a criação do novo sistema de gênero no Brasil prioritariamente como reação das elites urbanas – intelectuais, profissionais e políticas –, em sua maioria composta por homens, à percepção de presumida ameaça à estabilidade social.¹⁸ Dentre as múltiplas origens dessa ameaça, a “insubordinação da mulher moderna”¹⁹ supostamente colocava em risco o projeto nacionalista que elegeu a família como instituição social fundamental, tendo ao centro a figura feminina.²⁰ Assim, a revisão do conjunto de normas de gênero envolveu conjuntamente o Estado, a Igreja católica, a indústria, profissionais liberais e outras parcelas da elite brasileira em torno da proposta de “regeneração” da família como estratégia para alcançar a ordem e o progresso da nação. Pois apesar dos distintos propósitos e mecanismos de ação, esses grupos sociais compartilhavam da convicção de que o futuro do país dependia da saúde física e moral de seu povo, e as mulheres desempenhavam nesse contexto papel central, através de sua função maternal. A medicina participou desse processo através do desenvolvimento e aplicação dos

¹⁷ A instituição da *Fête des mères* e da premiação das famílias numerosas em 1920 seriam outros componentes da campanha pró-natalista na França.

¹⁸ A ansiedade de classe a respeito de um possível “caos social” dirigia-se, sobretudo, à mobilização das classes operárias, insufladas pelas “forças desintegradoras” dos imigrantes europeus. Assim, a desmobilização do operariado no Estado Novo contribuiria para a desaceleração do processo de mudanças nos papéis de gênero ao final da década de 1930 (Besse, *op. cit.*, p. 3; 10; 11).

¹⁹ Para Besse, a velocidade e intensidade das transformações no comportamento da mulher brasileira no início do século XX – desencadeadas pela desvalorização do trabalho doméstico e pela expansão das oportunidades de educação e trabalho, inspiradas nos modelos europeu e, posteriormente, americano, e alimentados pelos novos meios de comunicação, sobretudo o cinema –, teria assustado exageradamente as autoridades intelectuais e profissionais (*Ibidem*, p. 20).

²⁰ De meados da década de 1910 até a década de 1930, a redefinição dos papéis de gênero foi o tema dominante na arena de debates das principais cidades brasileiras, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, pólos de difusão cultural e intelectual do país.

conhecimentos da higiene e da eugenia, fundamentando o nascimento da puericultura como campo de atuação médica e legitimando o exercício de determinado tipo de maternidade – científica –, em oposição às práticas empíricas guiadas pelo instinto, considerado insuficiente e irracional.

Na interpretação de Besse, a relação estabelecida entre as mulheres e os médicos foi essencialmente de dominação e subordinação; estes últimos teriam expropriado as mulheres da função feminina de cuidar dos filhos, transformando-as em meras consumidoras de seus serviços (*Ibidem*, p. 20). Ao incluir a difusão do modelo de maternidade científica entre as várias estratégias acionadas nas primeiras décadas do século XX com vistas ao controle das mulheres²¹, Besse não lhe atribuiu papel contributivo substancial para a transformação da condição feminina. No entender da autora, ao franquear às mulheres das classes média e alta urbanas o ingresso na vida pública em atividades consideradas como extensões de sua função doméstica, tal modelo teria, ao contrário, justamente reforçado a distinção de gênero que reafirmava a dominação masculina e a vocação natural da mulher para a maternidade.

A partir das análises das citadas historiadoras sobre o fenômeno da difusão da ideologia da maternidade científica nas primeiras décadas do século XX, nos contextos europeu, norte-americano e brasileiro, foi possível identificar algumas divergências relevantes quanto à percepção do papel das mulheres nesse processo. Na concepção de Apple (1987), a ideologia da maternidade científica foi aproveitada pelas mulheres norte-americanas das classes média e alta como alavanca para seu ingresso na vida pública – pela inserção no mundo valorizado da ciência –, e conseqüente melhoria de sua situação social. Em torno da convergência de interesses quanto à saúde dos filhos, tais mulheres viram na possibilidade de estabelecer uma relação de aliança com os médicos a oportunidade de redefinir e valorizar sua função maternal. A autora constatou também que a incorporação da responsabilidade e de conhecimentos técnicos sobre alimentação infantil abriu às mulheres novo campo profissional e acadêmico – através da ciência da Nutrição (*Idem*, 1995). A visão de Besse (*op. cit.*) para o fenômeno é diversa; a autora situa as mulheres essencialmente como vítimas de

²¹ Outras estratégias, apontadas por Besse, relativas ao controle das mulheres foram a doutrinação em defesa da resignação e submissão femininas, pela Igreja católica, a criação de vilas operárias pelas indústrias, e a Assistência Social.

uma situação de dominação. No seu entender, a ideologia da maternidade científica foi explorada como ferramenta de controle social, utilizada pelos médicos para destituir as mulheres do poder de criar os seus filhos, funcionando então como “gancho” para uma relação não de aliança, mas de subordinação das mães à autoridade médica. Assim, para Besse (*Ibidem*), a reestruturação do sistema de gênero fundada na ideologia da maternidade científica teria significado, na prática, apenas uma “modernização” da situação de desigualdade nas relações de gênero no Brasil.

Para Bock (*op. cit.*) e Fuchs (*op. cit.*), a maternidade científica funcionou como eficiente argumento para que os mais distintos movimentos feministas – ou ainda as mulheres individualmente – reivindicassem o reconhecimento da maternidade como profissão feminina, além de sua condição unificadora. Na visão das duas pesquisadoras, ao se apropriarem da concepção de maternidade científica na defesa de seus próprios interesses, em sintonia com os interesses tanto de intelectuais reformadores – entre eles os médicos higienistas – quanto do Estado, as mulheres encontraram respaldo para conseguir benefícios concretos através de políticas públicas de proteção.²²

Penso que a ideologia da maternidade científica, tal como amplamente difundida nas primeiras décadas do século XX, não apenas foi responsável por mudança concreta de práticas na criação dos filhos, mas também se constituiu no instrumento que guiou uma transformação no valor da própria função maternal, com o estabelecimento de nova relação entre médicos e mulheres. Os argumentos desenvolvidos pelas pesquisadoras acima citadas serão utilizados em minha argumentação em torno da defesa da existência de uma dinâmica simultânea de dominação-libertação envolvendo a função feminina da maternidade. Assim, pretendo apropriar-me mais especificamente do conceito de maternidade científica como descrito por Apple (1987), incorporando, para o caso brasileiro, a formulação da autora a minha argumentação a respeito da afinidade eletiva resultante de interesses compartilhados por médicos e mulheres quanto à valorização da maternidade.

²² O ano de 1892 pode ser arbitrado como um marco inicial da emergência de políticas sociais de proteção à maternidade, pela ocorrência do 1º. Congresso Internacional Feminista e pelos debates parlamentares que precederam a regulamentação do trabalho das crianças e mulheres e a licença-maternidade (Cova, 1997, p. 4).

Tal como sugerido por Donzelot (*op. cit.*) e endossado por Apple (*op. cit.*), pretendo demonstrar que tais afinidades eletivas fundamentaram uma relação de parceria e aliança entre médicos higienistas e mulheres brasileiras das classes média e alta urbanas na década de 1920. Aliança que, moldada em torno da ideologia da maternidade científica, teria encontrado no ambiente das revistas femininas – e sua aura de modernidade – espaço privilegiado de construção.

3. AS MÚLTIPLAS FACES DA MULHER MODERNA.

Sozinha pela rua, com as mãos na direção de seu auto; sozinha no passeio e no *dancing* da moda. É a moça de hoje que já não precisa da mamãe vigilante, nem a senhora de companhia, complacente e hierática.

Como os cabelos, como o vestido, como o rosto, a moça de hoje já fixou o espírito, fe-lo mais livre, e, o que é melhor, fe-lo apto e forte para bastar-se a si mesma...

Nas repartições públicas, no balcão, na fábrica ou nas grandes casas, ela sabe estar sozinha pela vida, guiar-se e defender-se com gentil audácia, com a alma cheia de independência e galhardia.

Sozinha: para as mãos, já não faz falta o embrulhinho cúmplice e dissimulador... Já sabe o que fazer com as mãos, que são igualmente adestradas para empunhar a direção de um auto ou para mover-se sobre o teclado de uma máquina de escrever... E todos conhecem sua destreza pugilística, que as converte em flechas...

E assim mesmo, o melhor desta moça de hoje, desta moça sozinha, é que como nunca, mais do que nunca sua ação de "sport-woman" e de trabalhadora conserva a fina graça feminina da carícia, a brandura do consolo, e o gesto sagrado da maternidade... ("Eva de hoje", *Revista Feminina*, 166, mar. 1928).

Nos efervescentes anos de 1920, as mulheres das classes média e alta urbanas estavam sendo convocadas para assumir múltiplos e diversificados papéis. Assim como na Europa, cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo constituíram cenários privilegiados para se acompanhar as transformações desenvolvidas nas relações sociais, particularmente as relações de gênero. Pelo fato de congregarem num espaço restrito uma multiplicidade de práticas sociais, o

potencial das cidades em conferir maior visibilidade à complexidade dessas práticas, aos “sistemas normativos” que as regem e às contradições entre discurso e ação, já foi explorado por historiadores que as representaram como espelhos reveladores ou mesmo amplificadores da sociedade (Deneffe, 2004). De fato, as principais cidades brasileiras das primeiras décadas do século XX expunham claramente as tensões resultantes da permanência de resquícios de uma organização social, política e econômica de base patriarcal em confronto com os novos padrões relacionados à ordem burguesa republicana. Particularmente na capital, Rio de Janeiro, essas tensões imprimiram suas marcas na arquitetura da cidade, e em especial, na cultura de seus habitantes (Lopes, 2001, Needell, 1993, Araújo, 1995). Assim, as contradições e ambigüidades que perpassavam os comportamentos femininos de paulistas e cariocas da década de 1920 impregnaram também os discursos das revistas femininas em circulação no período, em seu afã de retratar para suas leitoras o que significava “ser mulher”.

Determinado tipo de identidade feminina, a mãe, foi construído, em *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, como uma das dimensões possíveis – a mais importante, embora não a única – da vida das mulheres brasileiras das classes média e alta urbanas. Neste capítulo pretendo esboçar algumas das representações conformadas pelas duas revistas ao longo dos “anos loucos” de 1920, procurando situar a posição da maternidade nesse universo identitário.

3.1. BELA, BOA E SÁBIA: A EVA DA DÉCADA DE 1920.

“A verdadeira mulher é boa e sábia”
(P. Desfosses, “A mulher de escol”, *Revista Feminina*, 95, abr. 1922).

Toda a mulher deve ser bela na medida do possível. (...) Quanto mais bela, mais forte é a mulher (“A beleza feminina”, *Revista Feminina*, 136, set. 1925).

Numa dimensão mais ampla, as revistas apresentavam polarização entre duas imagens femininas, em torno da oposição antigo/novo e tradicional/moderno; polarização que já vinha se consolidando como chave explicativa para as mais distintas transformações da sociedade brasileira, desde o século XIX. Assim, num dos extremos do pólo, localizava-se o modelo da “mulher moderna” – “emancipada e consciente do seu valor” –, e do outro, a “mulher-bibelô” – “fútil e dependente”. Os adjetivos utilizados para descrever essas categorias variavam entre a frivolidade, a ostentação, a docilidade, a vaidade, e as mais diversas referências à fragilidade física e mental da mulher tradicional, em oposição a atributos da “nova mulher”, como heroísmo, força e determinação. De maneira geral, as qualidades femininas tradicionais eram aquelas consideradas como inatas ao seu temperamento, naturais para o seu sexo biológico, enquanto às “mulheres modernas” eram atribuídas qualidades passíveis de ser adquiridas, normalmente atinentes ao gênero masculino. Entretanto, as fronteiras entre os dois pólos mantinham-se muitas vezes dúbias ou oscilantes, os contornos pouco precisos tanto em sua caracterização quanto na atribuição de valores. Assim, comportamentos considerados tradicionais, frequentemente desqualificados como signos da submissão feminina à tutela masculina, poderiam em alguns casos ser exaltados como “verdadeiros” e sadios, em contraposição à degradação de costumes teoricamente provocada pelo comportamento “escandaloso” e “desregrado” das mulheres identificadas como modernas.

Cabe destacar que o sentido da qualidade de modernidade encontrava-se claramente condicionado ao gênero do sujeito, assumindo conotação positiva, de racionalidade, quando atribuído ao homem, e significando, de outro lado, desregramento moral quando atribuído à mulher (Caulfield, 2000). Dessa forma, a expressão “mulher-moderna” – sem o seu equivalente antagônico – era muitas vezes empregada com sentido claramente pejorativo, particularmente quando os articulistas desejavam associá-la a atitudes imorais ou transgressoras.

O debate entre modernidade e tradição era mais ou menos explícito nas páginas das revistas, e muitas vezes envolvia articulistas claramente identificados com suas posições. *Chrysanthème*, por exemplo, personificava a mulher moderna e livre. Pseudônimo de Cecilia Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos (1870-1940), a qual retirara o nome da obra homônima do escritor Pierre Loti (1850-

1923). Além de numerosos artigos na imprensa, *Madame Chrysanthème* – como muitas vezes assinava – publicou mais de uma dezena de contos e romances, em que suas heroínas protagonizavam cenas que remetiam a um imaginário feminino distante do convencional.¹ Mulheres ousadas, sensuais, que desfilavam pelas calçadas da capital exibindo-se e afirmando seu poder e “leve rebeldia”.²

Opositor habitual de *Chrysanthème*, Osorio Lopes, jornalista católico, era diretor da revista *União* e membro da Associação dos Jornalistas Católicos do Rio de Janeiro, entidade que patrocinava eventos voltados para uma “tomada de consciência nacional”, e defendia a criação de um jornal diário de orientação católica. Em polêmica que se arrastou por várias edições de *Vida Doméstica*, ambos travaram intenso debate nas seções “A culpa é dos homens” e sua equivalente “A culpa é das mulheres”. A disputa girava em torno do “verdadeiro” culpado pela imoralidade generalizada e pela degradação dos costumes, grave condição percebida e condenada por ambos, particularmente nas grandes cidades brasileiras.³ Enquanto Lopes atribuía essa situação à moda feminina, com suas roupas provocadoras e o andar *serpenteante*, assegurando que se a mulher mudasse de atitude, o homem a seguiria (Osorio Lopes, “A culpa da mulher”, *Vida Doméstica*, 92, set. 1925), *Chrysanthème* insistia em que a culpa da vaidade excessiva e o exibicionismo das mulheres cabia aos homens, que as induziam a tal comportamento. Para a articulista, a primeira “covardia” masculina teria sua origem em Adão, que “comeu a maçã e colocou a culpa na ingênua e formosa Eva”. E concluía: “Logo, a incorreção hodierna (sic) das senhoras é absoluta culpa dos homens” (*Chrysanthème*, “A culpa dos homens”, *Vida Doméstica*, 92, set. 1925).

¹ Inicialmente acusada de ser o pseudônimo de um articulista do gênero masculino, *Chrysanthème* teve sua identidade revelada e sua foto publicada em *Vida Doméstica*, tornando-se assídua colaboradora desta e da *Revista Feminina* na década de 1920. “Musa” do jornalista Alcindo Guanabara, publicou também artigos em outros periódicos da época, como *Fon Fon*, e traduziu contos infantis europeus para *O Malho*, cujos editores lançariam, em 1905, a revista *O Tico Tico*, destinada a crianças (Rosa, 2002).

² Os títulos de suas obras não deixavam dúvidas quanto à temática: *Flores modernas, Vícios modernos, Uma paixão, Almas em desordem...* (Busatto, 2003).

³ A ansiedade em torno da “dissolução dos costumes” na sociedade brasileira era compartilhada por outros articulistas e por leitoras que manifestavam sua preocupação através da seção de correspondência, ou enviando textos para publicação nas revistas, como a contribuição de Dulce Dolores, de Manaus, que atesta ainda a penetração do periódico para além do Rio de Janeiro e São Paulo (Dulce Dolores, “Da mulher e seu defeito na sociedade”, *Revista Feminina*, 97, jun. 1922).

Os dois articulistas concordavam quanto a uma percepção crítica dos “excessos de vaidade”, e discordavam apenas quanto à sua origem. Os argumentos arrolados nas colunas do periódico restringiam-se, portanto, a amparar a lógica da causalidade, sem qualquer questionamento a respeito da liberdade de ação das mulheres. Assim, é possível suspeitar que a presença simultânea dos dois articulistas, e até mesmo certo incentivo à polêmica, funcionasse de modo a conferir uma aura de “neutralidade” à revista, que, na essência, mantinha um discurso moralizante e a crítica ao comportamento feminino desviante dos padrões desejados pelas elites.⁴ Situação que de certa maneira refletia os dilemas enfrentados pelas mulheres brasileiras das classes média e alta urbanas das primeiras décadas do século XX, divididas entre o apelo da modernidade e as convenções de seus papéis tradicionais.

Esse embate não pressupunha, entretanto, posições fixas segundo o gênero do articulista. Assim, era possível acompanhar nas páginas das revistas depoimentos de mulheres em atitudes “conservadoras”, ou perceber o engajamento de representantes do gênero masculino em campanhas emancipatórias. Mesmo *Chrysanthème* por vezes abandonava seu “discurso radical” para alertar que as mulheres não deveriam imitar completamente os homens, sob risco de perder as qualidades que as distinguiam. Assim, embora assegurando que as mulheres modernas queriam renunciar ao seu papel de *bibelô*, conclamava-as a superar a frivolidade e os excessos de *coqueteria*, sem, contudo, abandonar seu encanto e sua graça (Chrysanthème, “A mulher moderna”, *Revista Feminina*, 68, jan. 1920). Energia e ternura, força e docilidade, eram outros atributos dos quais, segundo as revistas femininas, deveriam se investir simultaneamente as mulheres, sem que lhes fosse explicado exatamente como administrar tão esdrúxula prescrição (Isa Eira, “A mãe como educadora”, *Revista Feminina*, 90, nov. 1921). Na verdade, parece que mais importante que o conteúdo dessas proposições, era sua própria existência. Regrar, normatizar os costumes, enfim civilizar, parecia ser a principal exigência da modernidade, e as mulheres, o alvo prioritário desse movimento civilizatório.

⁴ Essa crítica era mais contundente e adquiria contornos um pouco diferentes na *Revista Feminina*, que por sua orientação católica, recorria geralmente aos pressupostos da Igreja para fundamentá-la.

A polarização de gênero alimentava também as seções da *Revista Feminina* intituladas “A mulher e o homem”, e sua oponente “O homem e a mulher”, embora a polêmica assumisse ali caráter aparentemente mais pragmático do que em *Vida Doméstica*. Na publicação de janeiro de 1923, por exemplo, o autor – ou a autora, já que se identificava apenas pelas iniciais – reconhecia a existência da tendência ancestral de opressão das mulheres pelos homens, em seu afã de “tomar para si o poderio do mundo”, o que gerava reações por vezes violentas. Mas apontando um caminho mais racional de superação, a crônica ponderava: “A questão da pretensa inferioridade feminina já tem sido fartamente discutida e devidamente esclarecida. O que agora se debate é saber: que é em essência o feminismo e qual a sua utilidade prática?” (LV, “O homem e a mulher”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923).

Se o sexo não constituía elemento determinante quanto à opção de posição dos articulistas, uma diferenciação estrita dos papéis de gênero fundamentava, todavia, tanto a defesa quanto a crítica aos comportamentos modernos, estabelecendo os parâmetros que deveriam guiar as mulheres nessa transição.⁵ Dentre os argumentos arrolados, não se aconselhava às mulheres, de forma alguma, reproduzir as atitudes dos homens, ou competir com estes no campo social, político ou profissional, sob risco de serem taxadas de masculinizadas ou assexuadas.⁶ Por vezes as críticas a tais iniciativas eram quase ofensivas: “O feminismo combativo é a vingança das feias” (“Crônica”, *Vida Doméstica*, 125, ago. 1928). Mesmo defendendo o feminismo, uma leitora da *Revista Feminina* manifestou seu preconceito, ao garantir que o movimento deixou de ser um “desabafo das feias” para se tornar um ideal “cheio de cogitações e estudos”. Ainda assim, alertava quanto à idéia de uniformizar as competências, lembrando a “tendência natural” das mulheres para as atividades que exigissem menos força e mais delicadeza. E exemplificava: “Parece-me que as mãos delicadas da mulher [...] estão muito mais indicadas para o trato do bebê

⁵ Cabe lembrar que a cada época, em cada lugar, a sociedade reagia a seu modo quando as mulheres tentavam “se misturar” – desejando lugares, comportamentos e condutas reservados aos homens –, o que confirma a historicidade da construção social das diferenças de gênero (Bard, 2004).

⁶ Uma possível atividade política das mulheres foi ridicularizada, ao serem projetadas conjeturas sobre qual seria a reação dos maridos quando elas fossem “atacadas” pelos colegas parlamentares (Luiz Amaral, “A função social da mulher”, *Revista Feminina*, 170, jul. 1928).

[...] que o rude braço masculino” (Villela, “A mulher e o homem”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923).

No que dependesse das sugestões das revistas, as mulheres poderiam lutar por mais espaço de atuação, sem, entretanto, recorrer às “armas masculinas” – como a violência (Anna Rita Malheiros, “Junho”, *Revista Feminina*, 97, jun.1922). Ao contrário, deveriam se impor “em silêncio” (Gastão Penalva, “Crônica”, *Vida Doméstica*, 118, jan. 1928).

Tal recomendação não impedia que continuassem a ser vítimas da violência dos homens. Sabia-se que os assassinatos de mulheres, sob alegação de “defesa da honra”, eram habituais no país, onde a honra masculina era “lavada com sangue” (“Homens que matam mulheres”, “O tesouro da honra”, *Revista Feminina*, 68, jan.1920). Quanto à frequência, na falta de informações confiáveis, as referências da imprensa variavam: enquanto alguns informavam que a cada quatro horas uma mulher era assassinada no país, outros asseguravam a ocorrência de um assassinato por hora. Para a *Revista Feminina*, se fossem contabilizados os crimes nas pequenas cidades onde não havia jornais, “se chegaria à prova, talvez, de que, de 6 em 6 horas, assassina-se no Brasil uma brasileira” (“Os assassinos de mulheres”, *Revista Feminina*, 72, maio 1920).⁷

O editorial inflamado de Anna Rita Malheiros expressou a indignação da articulista quanto à situação: o único direito feminino era o direito “à lágrima” (Anna Rita Malheiros, “O direito de matar”, *Revista Feminina*, 90, nov. 1921). A articulista acusava ainda o júri de, pela absolvição, repetir o comportamento do resto da sociedade: além de perdoar, aplaudir os assassinos (*Idem*, *Revista Feminina*, 113, out. 1923). O que significava, em última análise, que os recursos disponíveis às mulheres, em sua defesa ou em sua transição para a modernidade, se encerravam no repertório daquelas características consideradas inatas ao gênero, como a docilidade e a resignação (Chrysanthème, “A culpa dos homens”, *Vida Doméstica*, 98, abr. 1926). Os relatórios de queixas nas delegacias de polícia do Rio de Janeiro mostravam que, na prática, a reação das mulheres à violência masculina transitava entre os dois extremos, apresentando combinações

⁷ Três anos depois, Anna Rita Malheiros referia-se à “média de um assassinio de quarto em quarto de hora” (Anna Rita Malheiros, *Revista Feminina*, 113, out. 1923).

variáveis de comportamento que revelavam uma dialética entre conformidade e vergonha⁸ (Caulfield, 2002).

Uma das poucas estratégias emancipatórias recomendadas pelas revistas seria apoiar financeiramente e moralmente as publicações feministas que defendessem as suas causas – como a própria *Revista Feminina*. No entanto, ao convocar as leitoras a divulgar a publicação e angariar novas assinaturas, essa revista contraditoriamente abusava das metáforas bélicas para estimular a “conquista” da emancipação feminina. Da mesma forma, colunas informativas atualizavam sobre as “batalhas” vencidas por feministas estrangeiras, assim como as correspondências davam notícias de novas adesões de militantes às “trincheiras” da “luta”.

O interesse das revistas no tema da emancipação das mulheres parecia responder a uma inserção efetiva dos debates capitaneados pelos movimentos feministas no plano social e político do país.⁹ No Brasil, a par de iniciativas individuais, havia pelo menos quatro grandes correntes do feminismo organizado, “rivais e inimigas”, apelidadas criticamente por Lima Barreto¹⁰ de “*As igrejinhas do feminismo religioso e “oficial”*”. Havia ainda o Partido Republicano Feminino¹¹ e os dois grupos capitaneados respectivamente por Mme. Chrysanthème¹² e Bertha Lutz¹³ – “feroz” defensora do voto feminino.

⁸ Caulfield considerou a proposta de atualização do código penal de 1890, capitaneada por médicos e juristas na década de 1920, como ponto-chave na reforma social do Estado. A defesa da concepção moral da virgindade, em vez da fisiológica, permitiria a proteção da lei às mulheres que se mantivessem sob a tutela masculina, condenando as mulheres “modernas”, emancipadas.

⁹ Sobre os movimentos feministas no Brasil, ver, entre outros, os estudos de Hahner (1981); Alves (1980); Soihet (2000) e Saffioti (1976).

¹⁰ Os incontáveis textos do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) publicados em jornais e revistas entre 1902 e 1922 constituíram-se em verdadeiras crônicas da cultura brasileira do período. O feminismo não escaparia de sua crítica ferina à modernidade “importada”... A esse respeito ver a dissertação de Freitas (2002), que traça um interessante paralelo entre a trajetória de Lima Barreto e os limites da modernidade republicana.

¹¹ O Partido foi criado em 1910; presidido pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro, defendia, entre outros temas, a abertura dos cargos públicos às mulheres (Hahner, 1981, p. 29).

¹² Segundo Lima Barreto, ao pregar uma liberdade total de sentimentos para a mulher, Chrysanthème (1870-1940) conseguiu a proeza de aglutinar o apoio indistinto de homens e mulheres.

¹³ Filha do cientista Adolpho Lutz e de uma enfermeira inglesa, a paulista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) obteve seu diploma em Ciências Naturais na Sorbonne, em 1918, e desenvolveu intensa atividade científica no Brasil. A publicação no mesmo ano do manifesto “Cartas de mulher” na *Revista da Semana* pode ser considerada como o marco inicial de sua militância feminista. Além disso, foi eleita deputada federal em 1934, o que comprova a indissociabilidade de suas práticas políticas, sociais e científicas (Souza *et al.*, 2005).

Em sintonia com as características sociais e culturais do país, e a partir de tendências políticas diversas, os objetivos e as formas de manifestação dos movimentos feministas brasileiros revelavam-se múltiplos. Um feminismo liberal era professado pelas mulheres das classes média e alta urbanas, instruídas e em acordo com princípios liberais de seus pais ou maridos, e defendia principalmente maior participação social e direito ao voto. As publicações mais representativas dessa corrente eram *A Mensageira*¹⁴ (1897-1900) e a *Revista Feminina*. Para pesquisadores como Besse (1999), o discurso veiculado nessas revistas não emitia questionamento mais profundo dos papéis tradicionais de gênero, assemelhando-se ao pensamento masculino sobre o feminismo, isto é, tomando a emancipação feminina praticamente por sinônimo de modernização da mulher (Ferreira, 1995-1996, p. 161). No extremo oposto, outro tipo de feminismo, gerado no seio do movimento anarquista, desqualificava o sufrágio, voltando-se para a problematização de aspectos das relações de gênero como o amor, a sexualidade e o controle da natalidade (*Ibidem*). O principal veículo dessa “corrente libertária” foi a revista *Renascença*, dirigida por Maria Lacerda de Moura, a qual circulou durante todo o ano de 1923, defendendo a idéia de transformação radical da sociedade, e não apenas do universo feminino.

A historiografia concorda que a principal líder do movimento feminista brasileiro foi Bertha Lutz, cujo discurso, habitualmente considerado como moderado, procurava desvincular a imagem das militantes daquela estereotipada pelos opositores, estimulando, ao contrário, a feminilidade e a atuação pacífica. Bertha Lutz fundou, em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher – substituída em 1922 pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) – e participou ativamente do movimento nacional e internacional. A feminista negava a existência de oposição entre educação, trabalho, emancipação feminina, e vida familiar – ou os papéis de esposa e mãe. Ao contrário, defendia, como outras militantes, a idéia de que o domínio da mulher era o lar.¹⁵ Muitas das

¹⁴ Hahner (1981) atribui a essa revista, criada em São Paulo por Presciliana Duarte de Almeida, especial relevância na história do movimento feminista no Brasil, por possibilitar às mulheres cultas da elite publicarem seus escritos e se comunicarem entre si e com os homens, ampliando seus espaços de atuação.

¹⁵ Cabe ressaltar que a separação e as fronteiras entre as distintas correntes feministas não eram rigidamente demarcadas, assim como no próprio interior do movimento organizado da FBPF coexistiam opiniões bastante divergentes.

propostas de Bertha Lutz – como a licença-maternidade e a garantia de aleitamento durante o horário de trabalho – chegaram a ser incorporadas à Constituição de 1934 (Mott, 2001, p. 214; 216).

Uma prova do interesse das revistas no debate social a respeito da condição das mulheres – e em particular na atuação dos movimentos feministas – reside no fato de a *Vida Doméstica* ter progressivamente deslocado seu foco inicial, concentrado na criação de pequenos animais e outras tarefas eminentemente domésticas, até inaugurar, em seu terceiro ano de circulação, a seção “Pelo Progresso Feminino”, com entrevista de Bertha Lutz e matéria ilustrada por fotografias. O espaço concedido ao relato das “conquistas das aspirações femininas” foi se ampliando nas edições seguintes do periódico, e deu lugar também a críticas por vezes contundentes. O representante maior dos opositores do feminismo, Osorio Lopes, assegurava, por exemplo, serem as militantes mulheres que haviam falhado no casamento e agora queriam se vingar dos homens (Osorio Lopes, “A mulher, sua educação e a inconveniência da moda”, *Vida Doméstica*, 81, out. 1924). Acionando a fé cristã, atribuía caráter político ao movimento feminista:

Hoje, as mulheres já não se conformam com a igualdade em Jesus Cristo, e querem a igualdade preconizada pelo socialismo. Amanhã, confirmar-se-á plenamente a profecia de Tito Lívio: “não se contentarão com serem iguais aos homens, hão de querer dominá-los”. Oh! Feminismo ingrato... (Osorio Lopes, “Feminismo ingrato”, *Vida Doméstica*, 89, jun. 1925).

Com perfil diferente, assumidamente militante da “causa das mulheres brasileiras” – mas sem caráter belicoso –, a *Revista Feminina* divulgava desde a sua fundação uma agenda atualizada dos principais eventos e conquistas feministas no plano mundial. Publicava também biografias e depoimentos de representantes dos movimentos feministas europeus e americanos, visando provocar reflexão e engajamento das leitoras (o que também seria traduzido pela obtenção de novas assinaturas da revista). A atuação de Bertha Lutz era aprovada pela *Revista Feminina*, que, por perceber propósitos comuns a ambas, preocupava-se em divulgar-lhe as idéias; agia da mesma forma com as notícias da FBPF e de outras associações que comungassem do mesmo tom “moderado”,

colocando-se mesmo como porta-voz do movimento feminista (“Associações femininas”, *Revista Feminina*, 88, set. 1921; “Os triunfos feministas”, *op. cit.*; “O feminismo católico”, *op. cit.*). A revista noticiou a realização do Congresso Feminino em Roma, delimitando, entretanto, o impacto do discurso emancipatório de forma a conciliá-lo com os princípios da fé católica. Assim, a matéria afirmava que as mulheres sul-americanas, por suas tradições sociais, temperamento, etc., não aceitavam “idéias violentas de emancipação radical” que rompessem com os dogmas da moral cristã (“Congresso Feminino em Roma”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923).

Se de um lado buscava sua legitimação na Igreja Católica, de outro lado a revista alertava suas leitoras acerca do perigo representado por “outros tipos de feminismos”, sobretudo a corrente anarquista liderada por Maria Lacerda de Moura (“O feminismo católico”, *op. cit.*).¹⁶ A opinião do periódico – ou de seu suposto mentor intelectual, Cláudio de Souza, aliás Anna Rita Malheiros –, expressa em seus editoriais, tendia a uma representação grandiosa da função aberta às mulheres brasileiras pelo feminismo, em especial pelo direito ao voto. Assim, nas palavras da revista, estas alcançariam o direito de colaborar na “grande obra de reorganização do mundo” (“Fevereiro”, *Revista Feminina*, 93, fev. 1922), cooperar para o “futuro do país” (Alice Carvalho, “Pequena palestra”, *Revista Feminina*, 114, nov. 1923),¹⁷ mas idealmente, sua maior contribuição se originaria de sua influência como mães, que preparam no lar os “futuros homens públicos” (Luiz Amaral, *op. cit.*). Anna Rita Malheiros assegurava às suas leitoras que “o feminismo brasileiro existe”, mas ponderava que “somos por índole avessos às revoluções” e defendia um feminismo “pacífico” (Anna Rita Malheiros, “Outubro”, *Revista Feminina*, 89, out. 1921).

Eis porque o feminismo vem penetrando em nossa vida suavemente, por força de infiltração. É a água que se insinua sem ruído e sem violência; embebe e amolece; empapa e dissolve (...) Se algum trabalho

¹⁶ A insistência da *Revista Feminina* em resguardar o ideal católico inspirou interpretações historiográficas – a meu ver equivocadas – que o identificavam com um “feminismo conservador” (Besse, *op. cit.*; Lima, 1991). Para Dubesset (2002), a fé religiosa foi um dos múltiplos parâmetros que ajudaram a construir os gêneros masculino e feminino, apontando diferenças nessas identidades conforme a religião católica ou protestante.

¹⁷ A autora da matéria pode ser considerada como representante da classe alta urbana, por sua condição de esposa do presidente da companhia de seguros Sul-América.

nos compete, é apenas o de dirigir sua fluvialização de modo a que não disperse em serpenteamentos malsãos (*Ibidem*).

Se de maneira geral ambas as revistas reconheciam que as mulheres tinham o seu papel e “alguma cooperação” no destino do país e do mundo, a emancipação destas foi também interpretada de maneiras menos positivas, como um eufemismo para possíveis desvios de sua sexualidade, ou uma “evolução negativa” que as conduziria ao “abismo da prostituição simulada” (Maria Isabel B. Pinto, “A mulher retrogradando”, *Vida Doméstica*, 80, set. 1924). Sob o pseudônimo de *Helios*, Menotti del Picchia expressou, na seção opinativa da *Revista Feminina*, sua rejeição ao feminismo, por considerá-lo “anti-estético”. A nota, originalmente publicada no *Correio Paulistano*, provavelmente representava a opinião de grande parte da sociedade masculina da época sobre o movimento feminista.

E como a mulher, sobre tudo e sobre todos, é deliciosamente lírica, não creio que deixe sua doce fraqueza, que é a sua força, nem sua função de sedução, que é a sua graça, pelo prazer prosaico e estafante de dirigir fábricas e governar povos. [...] A mulher não querará abdicar de seu domínio, que é tronejar pela beleza, imiscuindo-se nas façanhas reles da vida utilitária e proletária. Não descerá de seu fastio de deusa para desromantizar-se no ramerrão sórdido da luta diuturna, usurpando funções de que secularmente estão investidos os homens (“O nosso êxito: o que dizem de nós”, *Revista Feminina*, 80, jan. 1921).

Cabe ressaltar novamente que as críticas ao movimento feminista nem sempre vinham assinadas por homens – estes eventualmente chegavam a incentivá-lo –; muitas vezes o repúdio partia das próprias mulheres. Essa disponibilidade para emissão de conceitos e defesa de opiniões dentro de uma margem relativamente ampla de divergências tornava evidente o papel das revistas femininas como um *locus* privilegiado para a reflexão, o debate de idéias e a difusão de discursos de caráter doutrinatório em relação ao leque de comportamentos possíveis para as mulheres.¹⁸ As revistas possivelmente refletiam, nas próprias contradições internas, as contradições e ambivalências

¹⁸ Breyse (2000) destacou a função de mediação cultural e política das revistas, tornando-as campo de análise privilegiado para localizar os discursos ligados à construção de identidades e de papéis sociais, especialmente no que concernia às mulheres.

que permeavam o debate sobre o papel das mulheres na sociedade, tentando ignorar sua multiplicidade e complexidade.¹⁹

O aspecto da complementaridade dos papéis feminino e masculino – realizada através do casamento – constituiu outro tema recorrente nas revistas.²⁰ Conforme os articulistas, de acordo com o ideário das esferas separadas²¹, a parte que cabia à mulher nessa situação era geralmente reativa e secundária à do homem, acionando-se em sua argumentação especificidades “naturalmente” femininas como a tolerância, a dedicação e o sacrifício. Assim, se o papel do homem como provedor da família era agir, criar, lutar e dirigir, a missão da mulher consistia em apoiar, cooperar, aplaudir e devotar-se a ele e aos filhos. Na prática, a esposa desempenharia função de alavanca para o brilho do marido, sob critérios de exigências que visavam à perfeição (P. Desfosses, “A mulher de escol”, *op. cit.*).

O casamento era apresentado consensualmente pelas revistas femininas como o “destino primordial” da mulher, embora não estivesse livre de questionamentos. A feminista portuguesa Maria de Eça, por exemplo, dedicou longo editorial à abordagem daquele que considerou o “maior problema” da vida das mulheres (Maria de Eça, “Abril”, *Revista Feminina*, 179, abr. 1929). Ainda que houvesse certa unanimidade entre os articulistas – independentemente do seu gênero – quanto à importância de se constituir família, ter filhos e educá-los para a humanidade e para a Pátria, a escritora alertava, entretanto, para a necessidade de escolha adequada do cônjuge (Figura 3). Mas a responsabilidade por tal escolha parecia pertencer unicamente às mulheres – em particular às mães, que deveriam orientar suas filhas a respeito das “agruras” que as esperavam. Sim, porque conforme as palavras de Eça, o matrimônio trazia para as mulheres principalmente deveres e obrigações; em vez de *receber* felicidade, caber-lhes-ia

¹⁹ Contradição semelhante, entre uma definição feminina que desse conta, sob um único modelo – “*La femme*” – da amplitude das experiências femininas, foi apontada pela historiografia na França nas primeiras décadas do século XX.

²⁰ Para pesquisadores do campo da História de Gênero, como Bard (2004), era essa “complementaridade invariante” entre os papéis masculino e feminino que conferia sustentação a um sistema social cujos dispositivos hierárquicos fundavam-se no antagonismo dos sexos.

²¹ Segundo a teoria das esferas separadas, ao homem se destinaria a esfera pública – trabalho profissional, gestão da cidade, administração das relações – e à mulher, a esfera privada – trabalho doméstico, administração do lar, cuidados com os corpos e as emoções. Para Knibiehler (2000, p. 35), a teoria das esferas separadas conferiu novas justificações a antigos estereótipos, atribuindo às diferenças sexuais a legitimação do antigo dogma: “*l’homme dehors, la femme dedans*” (o homem fora, a mulher dentro; tradução minha).

unicamente *dar* felicidade, conformando-se e resignando-se ao seu sacrifício: “[a mulher] deve ir para o matrimônio com a certeza que vai cumprir um papel muito sério perante a sociedade, que vai dedicar aos seus filhos toda a sua vida, e que vai dar felicidade, e não buscá-la para si” (*Ibidem*).

De modo geral os comentários e conselhos emitidos nas revistas a respeito do casamento primavam pela ambivalência, chegando às vezes à franca contradição. No mesmo parágrafo de seu artigo em que exortava as jovens a se prepararem para a sua “verdadeira função na vida”, Maria de Eça recomendava-lhes, por exemplo, que não vissem o casamento como a “única salvação” – embora não se referisse a outras opções. Assim, tratado prioritariamente como uma obrigação, mais do que um direito, as representações do matrimônio nas revistas oscilavam entre o divino e o romântico, abusando de metáforas: “sagrado dever”, “verdadeira função feminina”, “junção de duas almas”...

De um lado parecia haver preocupação em reconciliar as mulheres com o casamento, apresentando-o como um espaço valorizado de atuação feminina; ao mesmo tempo, percebia-se o esforço em mostrar certa compreensão para com as queixas relacionadas à “brutalidade”, “insensibilidade” ou mesmo “exploração” por parte dos maridos, apontando ainda a existência de alternativas de realização pessoal – sem, contudo, detalhá-las. Possivelmente os periódicos tentavam se ajustar às distintas condições de seu público leitor – fonte de sua viabilidade comercial – procurando não se comprometer demasiadamente com posições mais radicais. Mesmo a *Revista Feminina*, que se descrevia como militante da causa emancipatória das mulheres, parecia pregar um feminismo mais flexível, em sintonia com o já instalado processo de busca de uma construção identitária própria.

Revista Feminina

FUNDADA POR VIRGILINA DE SOUZA SALLES

O 1.º Congresso Brasileiro de Jornalistas declarou que a "Revista Feminina" é um modelo digno de ser imitado.



Sua Eminência o Cardeal Arcoverde afirma que a "Revista Feminina" é redigida com elevação de sentimentos e largueza de vistas.

Um dos maiores problemas da vida é o casamento, e é um daquelles que mais levianamente são tratados. Unir duas vidas para sempre, para criar familia, ter filhos, educal-os, fazer cidadãos uteis á sua Patria e á humanidade, juntar duas almas para a felicidade e para a desgraça, parece que devia merecer a mais profunda attenção; mas, actualmente, não é assim. Há o divórcio, essa porta aberta aos que se não entendem, e esse remédio, a verdadeiras infelicidades, passou a ser encarado, como a salvação para aquelles que não querem o seu bem-estar, nem ao de leve, beliscado pelas contrariedades da vida, e, dahí, essa contradansa de casamentos, essa confusão de filhos, esse desmoronar da sociedade. Para quem observa a vida há sempre que descobrir e parece-nos que este mal, que tanto está affectando a nossa sociedade, vem da maneira como se casa, e quasi sempre da pouca idade com que o fazem. Nos paizes onde se usa casar em plena idade da razão, não se vê esta instabilidade matrimonial. Se fórmos a vêr, quasi todas as divorciadas casaram na idade em que seria mais natural que estivessem, como as raparigas allemãs, suissas e inglezas, absorvidas pelos seus estudos, brincando ainda com bonecas nos momentos de ocio. Que sabem essas pobres pequenas, de 15 a 20 annos, o que é a vida e as responsabilidades que vão tomar sobre os seus frageis hombros? Não vêm senão o encanto de fazer o enxoval, de receber as prendas e de vestir o vestido branco. O noivo é um dos rapazes com quem dansam e jogam o "tennis", e, muitas vezes, tanto se lhes dá que seja aquelle ou um outro: o que as deslumbra é a parte futil desse acto tão sério na vida da mulher e do homem. E' a culpa das raparigas esta maneira de vêr as coisas? Não. A culpa é

das mães, que não sabem educar as raparigas para a sua verdadeira função da vida, é que as deixam levar uma vida de ociosas, que lhes dá longo tempo para fantasiar e desperdiçar o tempo em namoricos, que, ou são inúteis, ou podem fazer, com um mau casamento, a desgraça da sua vida. O dever das mães é, primeiro que tudo, dar uma solida instrucção ás suas filhas, dar-lhes um curso, que as faça sentir bem firmes na vida, sem olharem o casamento como a unica salvação, como um arrimo na vida, e, depois, abrir-lhes os olhos sobre os encargos que o casamento tráz, mas sem as apavorar sobre um tão sagrado dever, como é para a mulher o ser esposa e mãe. O casamento é para a mulher consciente a fórma de se dedicar, de se sacrificar por aquelle que conscientemente escolheu, que será o paé de seus filhos, e ella deve ir para o matrimonio com a certeza que vae cumprir um dever muito sério perante a sociedade, que vae dedicar aos seus filhos toda a sua vida, e que vae dar felicidade e não busca-la para si. Se a encontra, é uma surpresa agradabilissima, que lhe tornará a vida encantadora, e, se ella falhar, saber-se-há conformar, limitando-se a fazer felizes os que a rodeiam, e não fazendo como tantas agora fazem, espesinhando a vida dos que as rodeiam, buscando noutra vida a felicidade, que não encontraram, e que, se têm consciencia, nunca encontrarão, porque é preciso que uma mulher seja uma féra, para ser feliz abandonando aos encontrões da vida os seus filhos, a carne da sua carne, essas almas que ella tinha o dever de aperfeiçoar no bem. Como é que as mães que foram esposas, que são mães, têm a coragem de impellir as filhas para o casamento? Para esse acto deve-se meditar bastante e acuradamente. —
MARIA DE EÇA.

A B R I L

Figura 3.

Casamento, *Revista Feminina*, 179, abr.1929. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

A interpretação de Besse (*op. cit.*) para a militância da *Revista Feminina*, como já mencionado, foi de um “feminismo conservador”, em coerência com sua tese de que a reestruturação do sistema de gênero ocorrida no Brasil no início do século XX teria significado uma “modernização da desigualdade” nas relações de gênero. A autora enxergou na presença das mulheres na imprensa um reflexo das mudanças de papéis e expectativas decorrentes da crescente expansão da economia urbano-industrial. A expressão das insatisfações das “mulheres modernas” teria desencadeado entre as elites urbanas uma reação de medo e desconfiança, despertando verdadeira obsessão a respeito dos papéis sociais e realimentando, conseqüentemente, a resistência à idéia de igualdade de direitos entre os sexos.²² Uma estratégia para frear esse movimento seria oferecer respostas alternativas, mais “controláveis” e menos desestabilizadoras. Besse tratou então a *Revista Feminina* como veículo privilegiado de expressão da reação da elite social, política e religiosa do país à “questão da mulher”, responsável não apenas por facilitar ou mesmo incentivar – com retórica progressista permeada por valores “conservadores” – a propagação de um discurso feminista “moderado”, que defendia a emancipação da mulher, sem abrir mão do exercício de suas funções tradicionais, mas também por inibir ao mesmo tempo qualquer comportamento mais radical que pusesse em risco a ordem social. Não à toa, um dos pontos-chave desse discurso era o culto à maternidade científica moderna como destino biológico natural e missão social das mulheres.

Entendo que mais que revelar intenções conservadoras, tais ambigüidades no discurso das revistas poderiam reproduzir ansiedades das próprias mulheres quanto às transformações que vinham embaralhando seus papéis tradicionais. Pois as mudanças recentes nos mecanismos de escolha de parceiros, com deslocamento do foco patrimonial para uma dimensão romântica orientada pelo afeto (Shorter, 1975), ao mesmo tempo em que inspiravam destinos bem diversos daqueles predeterminados, traziam em si desafios e incertezas semelhantes aos experimentados em outros momentos de transição. Não seria inviável supor,

²² As novas correntes ideológicas – inclusive o feminismo – viriam somar-se à percepção da ameaça de desordem e caos representada pelas forças desintegradoras decorrentes da imigração européia maciça que sucedeu à abolição da escravidão, da migração rural e do explosivo crescimento urbano, da instabilidade da economia e da política, e dos crescentes conflitos de classes.

portanto, que os intelectuais e reformistas das primeiras décadas do século XX tenham aproveitado as inovações do comportamento feminino quanto aos padrões vigentes para tornar compreensíveis outros tipos de mudanças em curso – talvez menos sensíveis a intervenções normativas –, e buscar controlá-las reconciliando-as com as tradições.

Esse fenômeno seria semelhante ao que Roberts (1992), em sua análise do contexto europeu, chamou de “civilização sem sexos”, em que o gênero simultaneamente constrói e encobre a própria transformação social. Para essa historiadora, quando uma sociedade fala de gênero, fala também de identidade, poder, moral e transformação.²³ O discurso de gênero revelaria, portanto, a economia cultural de determinada sociedade. Assim, Roberts concluiu que a organização de gênero foi a chave para a reorganização social da França após a Primeira Guerra, pois ao facilitar a inteligibilidade das transformações do período, a discussão sobre a identidade de gênero transformou-se no eixo do projeto ideológico mais amplo. Tal modelo analítico possivelmente pode ser aplicado ao caso brasileiro, se levarmos em conta as ansiedades em torno da construção de uma identidade nacional no período republicano, no qual a questão de gênero tornou-se o centro do debate social.

De outro lado, como demonstrarei mais adiante, não é possível enxergar o papel doméstico exercido pelas mulheres na década de 1920 – particularmente a maternidade – como inexoravelmente identificado com uma posição tradicional de subalternidade, como quer Besse (*op. cit.*), visto que tal papel havia sido investido de novos sentidos. Ao contrário, redefinido em bases científicas, a maternidade adquiria significado inovador, de ruptura com uma cultura de “atraso” identificada com um passado colonial que se desejava ultrapassar, e um *status* valorizado como signo positivo de modernidade e passaporte para o progresso nacional.

Casadas ou solteiras, a crítica aos “excessos da vaidade” das mulheres constituía outro tema que encontrava lugar constante nos periódicos – em aparente contradição com o impressionante quantitativo de publicidade e matérias sobre moda e beleza. Tal representação negativa da vaidade parecia localizá-la

²³ Em obra que tornou-se referência para os estudos do campo, Scott (1988, p. 145) defende que a teoria política não é simples reflexo da organização social; as necessidades de Estado também conduzem a transformações nas relações de gênero – determinando, portanto, a construção recíproca de gênero e poder.

como um “problema” presumidamente atrelado à condição de modernidade.²⁴ Entretanto, as preocupações estéticas sempre fizeram parte do universo feminino, servindo a uma concepção de gênero baseada na dualidade e na oposição, na qual a beleza era associada à feminilidade, assim como a força, à masculinidade. Buscando harmonizar-se com seu público leitor, a *Revista Feminina* aconselhava: “A mulher não tem a obrigação de ser bela, mas tem o dever de zelar os seus encantos como o homem tem o dever de zelar a sua energia, a sua força e a sua atividade” (“A beleza feminina”, *op. cit.*).

Para Sant’Anna (2004), é justamente essa conotação da beleza como condição indispensável de feminilidade, por seu poder de conferir um *status* de “verdadeira mulher”²⁵ – e ainda como sua única possibilidade de sucesso na vida social e na intimidade amorosa –, que justifica sua longa permanência através dos séculos. A autora identificou, entretanto, desde o início do século XX, um crescimento mais acelerado da preocupação com a beleza e o rejuvenescimento, evidenciando a valorização da aparência física elevada à verdadeira “obsessão pela beleza”, traduzida pela exacerbação nas práticas de atenção, proteção e cuidados dispensados ao corpo. Mas se a beleza manteve sua continuidade histórica como condição de legitimação da mulher, os pressupostos e crenças morais que a justificavam, assim como os objetos e estratégias de embelezamento acionados, foram se transformando ao longo do tempo, acompanhando a mentalidade de cada época. Assim, seguindo pistas abertas pela investigação de Sant’Anna (*op. cit.*) em revistas femininas brasileiras da primeira metade do século XX, foi possível identificar, nos discursos sobre a beleza e a vaidade feminina publicizados em *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, indícios sobre o processo de construção das práticas de embelezamento na década de 1920.

A análise desses discursos mostrou que a principal novidade trazida pelo “culto à beleza” foi sua progressiva inserção nos domínios técnico e científico. De fato, a beleza física passou a ser representada nas revistas femininas como alvo de técnicas de intervenção cada vez mais complexas e variadas, bem como –

²⁴ Confirmava-se a hipótese de Sullerot (1966), segundo a qual cada nova geração tenderia a identificar seus problemas como novos, em oposição ao período anterior; assim, para a autora, cada geração de mulheres parece ter tido uma “má consciência” de si mesma.

²⁵ George Vigarello (2005) nos revela como os imperativos dos corpos carregam um potencial de interdições capazes de provocar a exclusão física e a dominação.

agregada a outros elementos, como o vestuário – signo de distinção e passaporte para a modernidade. Um dos sinais desse deslocamento do assunto do âmbito doméstico para a esfera científica foi o florescimento de matérias assinadas por médicos, com esclarecimentos, por exemplo, sobre os benefícios da prática de exercícios físicos não só para a saúde, como também para a modelagem do corpo. Em alguns artigos, além de explicações pormenorizadas com base na anatomia e na fisiologia, longas seqüências de exercícios eram ensinadas às leitoras através de fotografias ou ilustrações, caracterizando a dimensão técnica do tema e ratificando o monopólio da medicina sobre o conhecimento do corpo humano. A mensagem tornava-se cada vez mais clara: não se tratava apenas de embelezar, mas de higienizar os corpos femininos (“Concurso de saúde da mulher”, *Vida Doméstica*, 52, 11 ago. 1923).

A *Revista Feminina* corroborava a associação entre beleza e saúde, afirmando que assim como “a doença é inimiga da beleza”, para ser bela era preciso cuidar da saúde: “Mulher, se queres ser bonita, tens que ser saudável” (“A beleza feminina”, *op. cit.*). Os médicos, já acionados para se manifestar em relação aos mais distintos hábitos e costumes da sociedade urbana, tornaram-se essenciais na legitimação do consumo de produtos como dentifrícios, desodorantes, suplementos vitamínicos e outros. A partir de suas declarações em que condenavam o uso de coletes apertados e decotes profundos²⁶, orientavam sobre os banhos de mar, enfim, teciam considerações sobre aspectos até então restritos ao círculo feminino, construiu-se gradativamente nas revistas femininas uma imagem dos médicos como pretensos conselheiros das mulheres (Dr. Placido Barbosa²⁷, “A mulher e a higiene”, *Vida Doméstica*, 74, mar. 1924). Essa relação alcançaria seu ponto máximo no contexto da maternidade, como será discutido mais adiante.

A inserção da beleza no âmbito da modernidade incluiu crescente ampliação e diversificação do mercado de produtos para higiene e beleza, fartamente anunciados nas revistas femininas, destacando-se, sobretudo, o caráter científico de suas fórmulas. O sucesso comercial da *Revista Feminina*,

²⁶ Ao decote eram atribuídos problemas que iam da pneumonia às dermatoses (Dr. Nicolao Ciancio, “O decote e a Medicina”, *Revista Feminina*, 70, mar. 1920).

²⁷ Médico higienista, o Dr. Placido Barbosa foi um dos primeiros brasileiros beneficiados com bolsa da Fundação Rockefeller para estudar na John Hopkins University, e tornou-se posteriormente diretor da divisão de tuberculose do DNSP (Castro Santos *et Faria*, 2004, p. 125).

que permaneceu em circulação por vinte e dois anos, ratificou a existência, no Brasil, de um mercado feminino com elevado potencial lucrativo. Conforme atestado por diversos pesquisadores, além de se constituir em foro privilegiado para a modelagem das relações de gênero, as revistas se afirmaram no século XX como importante espaço formador de hábitos e padrões de consumo, especialmente no que se refere a produtos relacionados à estética e beleza (Brites, 2000; *Idem*, 2000a; Buitoni, 1986; Carvalho, 1999; Martins, 2001). As próprias revistas já haviam se consolidado, na década de 1920, como objeto de consumo identificado com a modernidade, atraindo naturalmente para si as investidas das agências de propaganda. Assim, os cosméticos passariam a dividir com os suplementos vitamínicos e alimentos infantis a prioridade no espaço publicitário das revistas femininas; a “beleza dos seios” e a “maciez da cútis” eram as suas principais promessas (“A soberania da beleza”, “A cútis”, *Vida Doméstica*, 25, abr.1922; “Adeus, rugas”, *Vida Doméstica*, 90, jul. 1925).

A aparente contradição encontrada no interior das matérias das revistas – entre um discurso que condenava a frivolidade e a vaidade excessiva das mulheres brasileiras, e outro que, ao mesmo tempo, anunciava com insistência fórmulas embelezadoras – refletia características conflitantes quanto à própria representação de beleza, simultaneamente essencial e supérflua. Tal situação explicitaria ainda os esforços para conciliar múltiplos interesses: os interesses comerciais das revistas, da indústria, e das agências de publicidade; a ambição da corporação médica em se legitimar como autoridade única no campo da saúde – aproximando as noções de beleza e higiene –; e finalmente, mas não menos importante, a demanda do leitorado feminino por produtos e técnicas que auxiliassem as mulheres na busca da aparência bela e da boa forma física. Além disso, havia a possibilidade de demonstrar a aplicabilidade prática da ciência no cotidiano, correspondendo e ao mesmo tempo incrementando as adesões a seu estatuto como instância ordenadora da sociedade.

A partir da associação dos domínios da higiene, da beleza e da boa forma, os hábitos alimentares das mulheres brasileiras também foram alvo de críticas severas, sobretudo quanto à ingestão excessiva de massas e gorduras (Dra. Jenny Springer, “A arte de prolongar a vida”, “Higiene ou doutrina da Saúde”, *Revista Feminina*, 131, abr. 1925). Para colaborar com a higiene alimentar, o

exemplar de *Vida Doméstica* de julho de 1925 publicou uma seção exclusivamente com receitas de pratos apropriados para “estômagos delicados”. Extensa matéria sobre gastrite – relacionando-a aos vícios alimentares – com ilustrações sobre a anatomia do estômago e detalhes sobre diagnóstico e tratamento, pode sugerir que os “progressos da medicina” despertavam o interesse das leitoras das classes média e alta urbanas em geral.²⁸ Paralelamente, a ascensão da Nutrição como campo específico de conhecimento científico ficava explícita nos artigos que informavam minuciosamente a composição e o potencial nutritivo de vários alimentos.

Os médicos esforçavam-se ainda em alertar as leitoras sobre os riscos a que se expunham ao utilizar dietas “esdrúxulas” ou “receitas de comadres” para emagrecer, remetendo-as inexoravelmente ao aconselhamento seguro – posto que científico – da medicina e suas novas tecnologias. Tais advertências compartilhavam as páginas das revistas com numerosos anúncios de produtos, como “rolos” e cintas, que prometiam silhuetas mais finas em curto tempo, ou verdadeiros milagres estéticos, apregoando ser possível a partir de então alcançar a “soberania da beleza” (“A soberania da beleza”, *op. cit.*). Demonstrava-se assim, em torno de uma beleza “higienizada”, a interação de vários fatores: racionalidade científica, benefícios financeiros da indústria, do comércio e da imprensa feminina, e interesses estéticos e consumistas das leitoras.

As fotografias constituíram elementos decisivos para conferir maior visibilidade a essa sensibilidade exaltada em relação aos corpos. Exploradas principalmente em *Vida Doméstica* ao longo da década de 1920, as reportagens fotográficas abandonaram progressivamente temas como aberturas de fábricas e entrepostos e se deslocaram para inaugurações de cinemas e casas de chá, nas quais se procedia a detalhadas descrições dos trajes femininos e extensos comentários sobre a elegância de senhoras ilustres (“Inauguração do salão de chá da Casa Colombo”, *Vida Doméstica*, 34, set. 1923).

Embora a moda – identificada com a estética da frivolidade – não representasse preocupação ou interesse exclusivo das mulheres, a estas últimas

²⁸ As freqüentes matérias sobre micróbios e doenças, e as extensas reportagens exaltando a qualidade dos serviços prestados por instituições hospitalares – citando especialmente as aquisições de equipamentos modernos – parecem confirmar o interesse da elite urbana pela ciência em geral e pela medicina em particular (“Os nossos cientistas”, “Clementino Fraga e a sua clínica médica na Santa Casa de Misericórdia”, *Vida Doméstica*, 90, jul. 1925).

foi atribuído um ideal consumista exacerbado, que as restringia ao domínio do fútil e do supérfluo. Mas simultaneamente às expressões de condenação – por parte de homens e mulheres – dos excessos da vaidade feminina, coexistiam nas páginas das revistas femininas seções de orientação sobre questões tais como: “Em que consiste a elegância?” ou “Como obter ondulação permanente do cabelo?” (“Em que consiste a elegância?”, *Vida Doméstica*, 48, 14 jul. 1923). Dúvidas em relação a roupas e acessórios mais apropriados para festas e casamentos lotavam a caixa de correspondência das revistas, confirmando a existência de um campo de interesse concreto das mulheres na moda e na atividade mundana. Tais assuntos eram eventualmente tratados com galhofa, mas na maioria das vezes exibiam certa gravidade e um tom de seriedade singular (“O que a mulher deve saber”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925; “Os 10 mandamentos da mulher elegante”, *op. cit.*). A seção “Conselhos da Dulce” era categórica: ser “faceira”, mais que um direito, era um dever das mulheres (“Conselhos da Dulce”, *Vida Doméstica*, 92, set. 1925). Porém em outro artigo, intitulado “Regras da boa sociedade”, recuperando a ótica da polarização dos papéis femininos, a vaidade aparecia como incompatível com a função doméstica das mulheres, opondo-se a “mulher elegante” à “verdadeira dona-de-casa” (“Regras da boa sociedade”, *Vida Doméstica*, 102, ago. 1926).

Outros signos identificados com a mulher moderna recebiam simultaneamente avaliações severas ou comentários bem-humorados. O exemplar de julho de 1927 da *Revista Feminina*, por exemplo, apresentava um curioso debate: “Porque cortei os cabelos X Porque não cortei os cabelos”. Em outro número, um artigo de página inteira mostrava, com divertidas ilustrações, imagens estereotipadas de mulheres – classificadas como “a *coquete*”, “a datilógrafa”, a “*sport-woman*”, etc. – justificando por que cortaram seus cabelos (Figura 4) (“Cabelos curtos”, *Revista Feminina*, 127, dez. 1924). Já em *Vida Doméstica*, o mesmo tema inspirou longa reportagem com a opinião de artistas e outros intelectuais a respeito da moda dos cabelos curtos (“A opinião dos artistas sobre o cabelo curto das mulheres”, *Vida Doméstica*, 90, jul. 1925) – analisados simultaneamente quanto à sua dimensão estética quanto higiênica –, seguida de outra matéria em que desenhos em *art nouveau* conformavam uma moldura para a paródia dos versos de Raimundo Correa (1859-1911):

Tranças

Vai-se a primeira trança decepada...
 Vai-se outra mais... mais outra... enfim centenas...
 De tranças pretas e douradas vão-se, apenas
 A moda seja pela derrubada...

E agora, de cabeça bem rapada,
 Lindas mulheres, loiras e morenas,
 Libertas das “incômodas” melenas,
 Vêem-se na rua, desde madrugada...

Também dos corpos, onde se abotoam
 As saias e os corpetes logo voam,
 Como voaram as tranças naturais;

(Nem por isso os maridos se revoltam...)
 Mas ah! que as saias e os corpetes voltam;
 E as lindas tranças, estas, nunca mais!
 (“Tranças”, *Vida Doméstica*, 90, jul. 1925).

As ilustrações caricaturadas das mulheres “liberais” de cabelos curtos e o tom debochado dos versos de “Tranças” revelam como as revistas femininas exploraram a estética “moderna” desse gênero de periódico, ratificando sua própria imagem de veículo da modernidade, ao mesmo tempo em que são representativas das tensões que envolviam a posição da mulher na sociedade urbana naquele período. A confusão entre atitudes emancipadoras e comportamentos masculinos ficava clara no editorial da *Revista Feminina* de maio de 1926:

A emancipação da mulher moderna é um fato que não merece dúvida. E para elas, emancipar-se é o mesmo que dizer masculinizar-se. Cortaram os cabelos; não desdenham, vez por outra, um cigarro fumado despreocupadamente em reuniões, entre amigos; sobem e descem dos bondes em movimento; engrossaram a voz, exageraram os gestos e o andar, enfim, adotaram, lenta porém caprichosamente, todos os hábitos, indesejáveis em sua maior parte, que caracterizam o sexo oposto (“Maio”, *Revista Feminina*, 144, maio 1926).

REVISTA FEMININA

Cabellos curtos



A COQUETTE — Esta se finge innocente e atrai beijos como flôres, com toda ingenuidade.



A ESCULTORA — Em sua cabeleira se reflecte sua affeição ás artes plasticas. Os cabellos tor-na-l-a-iam feia, si não tivesse a bocca pequena e os olhos maravilhosos.



A ESCRIPTORA — Esta escreve chronicas nas revistas e novellas que ninguém lê. Porém ella assegura que tem feito tantas reputações!



A AMANTE DA MUSICA — Os lindos caracões desta pequena são tão harmoniosos com uma sonatina. E vive sonhando e assistindo a todos os concertos



O "CANHAO" — Foi a primeira a cortar os cabellos, porém agora está arrependida. Já é coisa tão vulgar!...

A POETISA — Está ultimando um poema colossal, que se chamará: "Onde está tua vergonha, ó tua endiabrada?". Cortou os cabellos para ficar mais inspirada.



A "HABITUE" DOS BAI-LES — Seu característico é o abandono. Desde o cabelo até o calçado, tudo nella está pedindo reforma.



A DE PRESTIGIO SOCIAL — Ser amigo desta senhora acredita como pessoa de bom tom. A verdade é que se trata de senhora muitissimo aborrecida.

A LITERATA — Esta cortou o cabelo, para manter claras as idéas. O cabelo muito lhe pesava, obscurecendo-lhe a mente. Além disso, ella queria tirar a "razão" a Schopenhauer



A "SPORTSWOMAN" — Os cabellos desta moça estão sempre em desordem. Parece, a todo momento, que acabou de jogar o tennis. Todo o mundo a confunde com Mlle. Lenglen... enquanto não se resolve a jogar.



A ESTUDANTE — Cortou o cabelo num dia em que devia fazer uma conferencia sobre racionalismo. Ninguém a entendeu, porém todos acharam graça na melena.

A DACTILO-GRAPHA — É delgada e pallida. Tem noivo. No escriptorio é muito comportada, mas, si a visses no cinema!...



Figura 4.

Cabelos Curtos, *Revista Feminina*, 127, dez.1924. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Efetivamente a moda adquiria dimensão social relevante, justificando-se como tema obrigatório nas revistas femininas e alcançando um estatuto normativo que a legitimava como elemento distintivo de classe (“Os 10 mandamentos da mulher elegante”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925). A elite carioca era a mais intensamente influenciada pelos paradigmas culturais europeus, e em especial pela moda parisiense, com algumas adaptações nem sempre suficientemente críticas.²⁹ Uma preocupação com a economia doméstica, afirmada gradativamente nas páginas das revistas, buscava ampliar as possibilidades de inserção no mercado consumidor da moda. *Vida Doméstica*, aparentemente mais identificada com a atividade doméstica cotidiana do que a *Revista Feminina*, inaugurou a seção “A moda da mulher econômica”, na qual ensinava as leitoras a reformar as roupas para acompanhar os imperativos da moda e as mudanças de estação, e a confeccionar enxovais infantis e enfeites para o lar (“Como renovar vestuários de lã”, *Vida Doméstica*, 90, jul. 1925; “Para modernizar as camisolas”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925; “Como renovar os vestidos de verão”, *Vida Doméstica*, 93, out. 1925). Orientadas pelas seções especializadas das revistas, e estimuladas pela ampla oferta do comércio de tecidos – grande anunciante dos periódicos –, as mulheres brasileiras não teriam dificuldades em seguir as novas tendências ditadas por Paris. Mas a moda expandia seus domínios do corpo para a casa: modelos compatíveis com uma decoração moderna eram apresentados às leitoras, junto com explicações detalhadas sobre sua confecção. As novas sugestões de decoração, assim como os projetos residenciais publicados nas revistas, eram fortemente influenciados pelos princípios higienistas – indicativo do alto grau de penetração da ciência no cotidiano da população das camadas média e alta urbanas (“Os nossos filhinhos”, “Um quarto de bebê ideal”, *Vida Doméstica*, 118, jan.1928).

De maneira geral, o papel da mulher brasileira, fosse ele definido em termos da domesticidade ou da complementaridade, era sempre valorizado nas revistas, que alertavam ainda para a sua crescente complexidade, argumento que justificava a necessidade da educação feminina.³⁰ Possivelmente a insistência em

²⁹ Conforme a descrição de Oswald de Andrade para sua mulher, Tarsila do Amaral: uma caipira vestida por Paris (Besse, *op. cit.*, p. 40).

³⁰ A educação das mulheres será tratada posteriormente em item à parte.

normatizar o comportamento das mulheres era decorrente dessa valorização, e visava “prepará-la” adequadamente para sua inserção no espaço público.

3.2. ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E O MUNDO DOMÉSTICO.

“A função da mulher não é ser jornalista ou doutora, é ser mãe”.
(Ramalho Ortigão, “Mãe e esposa”, *Vida Doméstica*, 136, jul. 1929).

Embora as imagens femininas difundidas em *Vida Doméstica* e na *Revista Feminina* privilegiassem as funções de esposa e mãe – que serão discutidas adiante –, havia espaço, sobretudo na primeira revista, para determinado modelo identitário de mulher-trabalhadora. Naturalmente considerando-se a inserção social de seu público leitor, as revistas não se referiam prioritariamente às mulheres operárias, mas àquelas da classe média e das elites urbanas que haviam conseguido penetrar no espaço anteriormente reservado com exclusividade aos homens: as profissionais.

De maneira geral o trabalho feminino era representado nas revistas sob dupla ótica: o trabalho “por necessidade” e o trabalho como carreira profissional. E em qualquer das duas situações, era invariavelmente colocado em antagonismo às funções de esposa e mãe. Esta última era considerada prioritária no consenso dos articulistas; alguns chegavam mesmo a afirmar com grande ênfase que a felicidade das mulheres jamais residiria no trabalho, pois a “verdadeira e única felicidade das mulheres” seria encontrada apenas no lar (P. Desfosses, “A mulher de escol”, *op. cit.*). As críticas ao trabalho feminino muitas vezes assumiam tom de deboche, buscando desqualificá-lo e ridicularizá-lo. Assim, após apelar para a condescendência dos homens em permitir que as mulheres “brincassem” de trabalhar por algum tempo, o colaborador de *Vida Doméstica* concluía:

Dia virá, para maior glória do outro sexo, em que a mulher, enfraquecida, saudosa do seu passado feminino e nobre, reflita sobre a inutilidade da sua vida de concorrência e imitação, e volte para o lar – tão frio e tão deserto pela sua ausência – e encontre nele finalmente um refúgio de sublime benção. Voltará nesse dia a ser mulher (Gastão Penalva, “Crônica”, *Vida Doméstica*, 118, jan. 1928).

A ênfase na incompatibilidade entre as atividades domésticas e o trabalho profissional das mulheres era assumida, sobretudo, pelos articulistas alinhados com posição mais conservadora no debate sobre os papéis femininos. Os textos escritos por feministas tendiam, inversamente, a enaltecer as iniciativas daquelas que se destacavam nas carreiras profissionais, garantindo a inexistência dessa incompatibilidade. Tal cuidado confirmava a valorização das funções domésticas, especialmente a maternidade, no âmbito dos movimentos feministas brasileiros, assim como em outros países. Em depoimento publicado na *Revista Feminina*, a Condessa de Pardo Bazan³¹ assegurava, por exemplo, que sua atividade profissional e sua militância feminista nunca haviam perturbado seus “deveres da maternidade”. Citava o próprio exemplo como garantia de que a mulher podia trabalhar sem abdicar de sua natureza ou renegar essa que seria a “função primordial de seu sexo”, a “expressão mais alta de sua feminilidade” (Condessa de Pardo Bazan, “Feminismo e Feminilidade”, “Páginas escolhidas”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923).

O trabalho feminino serviu de gancho para a defesa da educação e emancipação das mulheres, ainda que de maneira muitas vezes ambígua. Sob as iniciais “LV”, o/a articulista da *Revista Feminina* assegurava que a sociedade não poderia se render à ilusão de que só os homens trabalhavam, lembrando, por exemplo, os inúmeros casos de mulheres que “se matam na máquina de costura” (LV, “O homem e a mulher”, *Revista Feminina*, 104 jan. 1923). Questionava então se não seria melhor que estas fossem habilitadas “a um modo mais suave e lucrativo de trabalho” como o de seus maridos e filhos. O artigo de LV seria um suposto contraponto à matéria assinada por Villela e publicada na página anterior, que condenava o fato de as mulheres invadirem os “serviços do homem”, uma vez que suas “mãos delicadas” seriam mais apropriadas para cuidar de crianças (Villela, “A mulher e o homem”, *Revista Feminina*, 104 jan. 1923). Mas o primeiro texto evidenciava um discurso conflituoso, quando assegurava que o casamento não deveria constituir a “carreira” da mulher – pois “nem todas as mulheres tendem à vida caseira” –, e ao mesmo tempo considerava que, apesar de sua

³¹ De origem espanhola, Emília de Pardo Bazan (1851-1921) escreveu mais de 500 obras literárias, colaborou como correspondente estrangeira em revistas de todo o mundo, e foi ainda a primeira mulher a ocupar a cátedra de Literatura na Universidade Central de Madri. Militante feminista, defendia a educação das mulheres como essencial para o desenvolvimento e o progresso dos países.

capacidade intelectual já ser amplamente reconhecida, as mulheres não deveriam “sair da sua esfera, da sublime missão do lar” (LV, *op. cit.*).

Uma concepção *essencialista* do trabalho feminino – apoiada nas características biológicas das mulheres – foi, ao menos em parte, encampada pelos movimentos feministas mundiais, e no Brasil, defendida por Bertha Lutz em sua atividade parlamentar.³² A própria maternidade foi tratada por algumas correntes feministas como profissão feminina.³³ O debate em torno das “carreiras apropriadas à mulher” fez parte também da pauta da Conferência Brasileira pelo Progresso Feminino, divulgada pela *Revista Feminina* (“Conferência Brasileira pelo Progresso Feminino”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923).

A vinculação da capacidade de trabalho das mulheres às características consideradas inatas ao seu sexo biológico favoreceu, de certo modo, seu ingresso em profissões que demandavam algumas dessas “habilidades femininas” – paciência, sensibilidade, concentração e destreza manual. Assim, a partir de meados do século XIX, as mulheres foram progressivamente sendo empregadas em fábricas de roupas e complementos como chapéus e sapatos, bem como em fábricas de vassouras, cestas, velas e sabão. Na indústria têxtil, no mesmo período, o número de mulheres operárias chegou a superar o contingente masculino, enquanto nas outras indústrias, como a de cerâmica, elas continuaram em minoria, segregadas internamente aos setores menos criativos (Besse, *op. cit.*, p. 162). Nas primeiras décadas do século XX, como candidatas “naturalmente” mais bem qualificadas às vagas oferecidas pelos setores de serviços em expansão, passariam a ocupar os novos cargos de caixas de banco, secretárias, telefonistas, além daqueles tradicionalmente lhes destinados como continuidade de suas funções domésticas. Dentre estes últimos, destacavam-se as funções de professora, enfermeira e costureira, não consideradas “desviantes”, visto que extensões de seus papéis “naturais” de mãe, esposa e dona-de-casa. Tais ocupações, por não exigirem habilidades adquiridas, além daquelas

³² Uma concepção da enfermagem como espaço pioneiro de ocupação da esfera pública pelas mulheres justificou a defesa por Bertha Lutz do seu reconhecimento como atividade essencialmente feminina. Em sua argumentação, Lutz comparava a enfermagem a uma “maternidade espiritual”, considerando-a como uma aplicação científica das práticas domésticas das mulheres, guiadas pelo instinto maternal (Sousa et al., 2005).

³³ Por sua relevância central na argumentação dessa tese, esse tema será problematizado em capítulo à parte.

consideradas inatas, recebiam remuneração inferior às profissões destinadas aos homens; à mulher que ousasse invadir esta última seara, restava ver-se muitas vezes ridicularizada e retratada nas revistas em roupas e atitudes masculinas (“Maio”, *Revista Feminina*, 144, maio 1926). De outro lado, essa mesma visão *essencialista* limitaria o acesso das mulheres ao mercado de trabalho como um todo, encerrando-a numa gama mais estreita de opções, reforçando uma concepção social baseada na dicotomia e oposição dos papéis de gênero e contribuindo para a “manutenção das desigualdades” (Louro, 1998).

Ainda que reconheça a precariedade dos dados referentes ao período, Besse (*op. cit.*, p. 155; 163; 164) endossa essa percepção da limitação do trabalho feminino pelo preconceito quanto a suas aptidões “naturais”. A autora assinala, por exemplo, a presença de apenas nove advogadas em atividade no Rio de Janeiro, na década de 1920, lembrando que, apesar do crescente ingresso de mulheres em cursos superiores, tal fato não implicava necessariamente o exercício da profissão. No campo da medicina em particular, as mulheres ainda enfrentavam muita resistência da sociedade, mesmo após a virada do século. Em trabalho que busca recuperar a trajetória das primeiras médicas do Brasil, Juliska Rago (2000) descreveu os esforços despendidos pela carioca Maria Augusta Generoso Estrela, possivelmente a primeira médica brasileira³⁴, formada nos Estados Unidos em 1881, seguida pela pernambucana Josefa Águeda de Oliveira, para defender a educação superior feminina, sobretudo através do jornal *A mulher*, lançado por ambas em Nova York. Curiosamente, seus argumentos acionados para defender o exercício da medicina pelas mulheres apoiavam-se em atributos considerados como essenciais do gênero – como delicadeza e sensibilidade –, aliados à tradição que delegava às mulheres os cuidados com crianças e doentes, além de invocar os parâmetros da moral vigente, que dificultavam às brasileiras a exposição de seu corpo a médicos homens (*Ibidem*, p. 215; 221). O “trabalho” feminino era franqueado apenas nas áreas de artes e letras, atividades consideradas mais afinadas com sua natureza sensível e delicada – os mesmos atributos invocados na defesa da prática médica...³⁵

³⁴ Embora haja controvérsias, a primeira médica formada no Brasil – mais especificamente na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887 – teria sido Rita Lobato Velho Lopes (Rago, 2003).

³⁵ Besse (*op. cit.*, p. 165) listou algumas escritoras que se destacaram na década de 1920 – embora ressaltasse também as hostilidades por elas enfrentadas –, como Julia Lopes de Almeida,

Entretanto, mesmo nesses campos, as mulheres esbarravam em resistências ao reconhecimento de seu valor artístico (Houbre, 2002).

A imbricação desses elementos, entre outros, vem justificando interpretações historiográficas opostas em relação ao incremento do trabalho feminino assalariado no período, como “trampolim” ou como obstáculo para a emancipação das mulheres.³⁶ Enquanto Rago (2000, p. 224), por exemplo, atribuiu às primeiras médicas papel revolucionário na ampliação do espaço público para as mulheres, para Besse (*op. cit.*, p. 180-181), o maior benefício ocorreu para a economia brasileira e não para as mulheres, uma vez que elas mesmas colocavam seu trabalho em posição secundária à maternidade e complementar ao dos seus maridos. Penso que para além de uma definição sobre o tipo de impacto quanto a alguma transformação das relações de gênero, faz-se necessário procurar compreender – dentro de suas possíveis ambigüidades e contradições – de que maneiras o trabalho feminino foi usado como argumento no processo de redefinição do papel da mulher na sociedade, e como mote para que a própria sociedade elaborasse sua compreensão em relação às mudanças mais gerais pelas quais estava passando³⁷ (Pena, 1981; Rago, 1985).

As tensões expostas nas páginas dos periódicos sobre o lugar da mulher nos grandes centros urbanos espelhavam um cenário em que, apesar de desaconselhado, e mesmo condenado, o trabalho feminino era uma realidade.³⁸ Reconhecia-se que as mulheres, de fato, sempre fizeram parte do processo produtivo. Admitia-se da mesma forma o aceleração do desenvolvimento industrial na passagem do século XIX para o XX, e o conseqüente deslocamento da produção de alimentos e da confecção de outros artigos, do espaço do lar para

Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos (ou *Crysanthème*) e Maria Eugenia Celso, além de artistas como a pintora Tarsila do Amaral e a pianista Guiomar Novais.

³⁶ Coenen-Huther (2004) lembra que a concepção de uma adequação feminina “natural” a certas ocupações ignora que os atributos e as competências atribuídos às mulheres nasceram de seu longo processo de socialização, que incluiu o aprendizado dos papéis sociais de esposas e de mães e o exercício desses papéis na vida doméstica – reforçados na escola e por seus pares. Uma das conseqüências desse processo seria a configuração de uma relação de continuidade entre a identidade pessoal e profissional das mulheres.

³⁷ Para Cole (1996, p. 419), a ampla rejeição ao trabalho feminino nas regiões urbanas da França foi capitalizada pelos reformadores do final do século XIX, reduzindo as resistências à aprovação, em 1874, da lei *Roussef* de controle das amas-de-leite.

³⁸ Embora não fosse habitualmente noticiado pelas revistas femininas, muitas brasileiras tinham funções produtivas dentro e fora de casa, muitas delas como provedoras únicas das suas famílias, além de desempenharem também funções como de engenheira, advogada, dentista, química e cientista, entre outras (Hahner, 1981, p. 109).

o das fábricas; estas, além de desvalorizar o trabalho doméstico, restringiam as tarefas femininas. Para a *Revista Feminina*, como consequência dessa revolução, “sobrou” para as mulheres os papéis de esposas, educadoras e de mães (“Janeiro”, *Revista Feminina*, 104 jan. 1923). Entretanto, além das mudanças estruturais, um diferencial na reversão desse quadro, com inserção inédita das mulheres no campo profissional, possivelmente tenha sido a nova atribuição de significados ao trabalho feminino, na década de 1920.

Se para as classes pobres o trabalho revestia-se de caráter de necessidade, até mesmo de sobrevivência, no caso das classes média e alta urbanas, o achatamento da renda perante as crescentes demandas de consumo; o progressivo interesse pela mão-de-obra feminina no setor de serviços; e a incorporação do “valor burguês do trabalho”, representam alguns dos fatores que teriam contribuído para empurrar as mulheres na direção do trabalho assalariado (Besse, *op. cit.*, p. 143). Também foi reforçada a conotação negativa da ociosidade, levando o conjunto da sociedade urbana a reprovar um suposto comportamento de “parasitismo” das mulheres, identificado com uma cultura “atrasada”, remanescente de um passado que se almejava superar. Essa mudança de mentalidade, aliada à crise econômica que assolava o Brasil no período, teria orientado o deslocamento de uma posição feminina “antiga” – de esbanjadora do dinheiro do marido – para o exercício de uma função moderna – de colaboradora para o equilíbrio da família e o progresso do país. Feministas como Ana de Castro Osorio³⁹ endossaram a rejeição social ao comportamento identificado com os valores tradicionais, conclamando as mulheres a deixarem de ser “pesos-mortos” ou sobrecarga para seus maridos (Ana de Castro Osorio, “A questão feminina”, “Educação profissional e doméstica”, *Revista Feminina*, 140, jan. 1926). Assim, compartilhando com os homens e com seus pares uma percepção vergonhosa da dependência econômica, impulsionadas pela atmosfera de modernidade a substituir sua função de produtora artesanal pela de

³⁹ A portuguesa Ana de Castro Osorio (1872-1935) foi considerada uma das principais teóricas e ativistas na luta pelos ideais republicanos e pela defesa dos direitos das mulheres. Realizou conferências e comícios, dirigiu várias publicações feministas – traduzidas para o francês, espanhol e italiano – e escreveu inúmeros artigos na imprensa em defesa da educação das mulheres e da formação de uma opinião pública feminista esclarecida. Morou no Brasil entre 1911 e 1914, quando o marido foi cônsul de Portugal em São Paulo, exercendo aqui as atividades de professora e escritora.

consumidora dos produtos industrializados, e investidas de nova preocupação com a economia doméstica, as mulheres encontraram no trabalho remunerado a possibilidade de se integrar à dinâmica política e econômica da sociedade e pavimentar sua entrada no espaço público.⁴⁰

O magistério, que já vinha se “feminizando” desde o final do século XIX, constituiu-se, até pelo menos o final da década de 1930, no espaço de atuação profissional considerado mais adequado e respeitável para as mulheres da classe média nas cidades brasileiras (Rocha-Coutinho, 2005). A Dra. Maria Renotti (1842-1952), por exemplo, havia atuado como professora antes de se formar em medicina, já com mais de 30 anos (Mott, 2005). Em 1920, as mulheres respondiam por 75% dos postos de professores primários no Rio de Janeiro (Besse, *op. cit.*, p. 163). Para um articulista da *Revista Feminina*, o magistério se transformara no marco diferencial de classe das jovens brasileiras, divididas entre “normalistas e criadas” (“A educação da mulher”, *Revista Feminina*, 78, nov. 1920).

A enfermagem também sofrera processo semelhante a partir de uma acentuação, na virada para o século XX, da divisão entre os espaços público e privado, passando a representar uma atividade “naturalmente” feminina.⁴¹ Mas foi a partir da década de 1920, com a emergência de um ideário que exigia novas práticas de cuidado com o corpo e levava à necessidade de formação de outros tipos de profissional de saúde, que surgiu uma profissão aos poucos tornada eminentemente feminina: a de educadora sanitária. A partir da concepção dos problemas de saúde como decorrentes da falta de educação da população, as educadoras sanitárias foram investidas da importante tarefa de ampliar a difusão dos preceitos de higiene. Tendo por alvo prioritário as crianças, e por destino final as famílias, o trabalho de educação sanitária foi considerado simultaneamente como cruzada, apostolado, ou “evangelho da saúde”, sem perder, entretanto, sua

⁴⁰ A propaganda contribuía para reforçar a imagem da “nova mulher”, emancipada pelo trabalho, como o anúncio da máquina de escrever *Remington*, publicado na *Revista Feminina* sob o título: “O feminismo triunfa pelo trabalho” (Mascaro, *op. cit.*, p. 193).

⁴¹ As novas exigências das ciências médicas e as transformações ocorridas nos hospitais ao final do século XIX apontavam para a substituição das religiosas e enfermeiros/as práticos/as por profissionais; em 1890 seria criada no Rio de Janeiro a primeira escola de enfermagem do Brasil (Mott, 2005a).

finalidade patriótica de engrandecimento da nação e regeneração da raça (Rocha, *op. cit.*).

Recrutadas sobretudo entre as professoras, e habilitadas pela ciência médica, as educadoras sanitárias viriam a constituir um grupo profissional cujas funções se caracterizariam como continuidade do magistério, confirmando a identificação entre as representações de mulher, mãe e professora. Ao mesmo tempo, sua formação e atuação evidenciavam a interseção entre as fronteiras da saúde, da educação e da filantropia quando se tratava da preocupação com a conservação das crianças. Como já foi dito, às educadoras sanitárias foi confiada a tarefa de difusão dos princípios da puericultura – valorizada como estratégia prioritária no combate à mortalidade infantil –, o que conduziu a uma situação singular. Pois o fato de pertencerem ao mesmo gênero, tanto as educadoras quanto as mães por elas doutrinadas, acabou por possibilitar a configuração – via maternidade –, de uma dupla inserção das mulheres como agentes e beneficiárias da pedagogia higiênica, ocupando simultaneamente o espaço público e o privado.⁴²

Matéria assinada por Dr. Mangin da Cunha na *Revista Feminina* retratava as expectativas quanto ao impacto do trabalho dessas novas profissionais de saúde:

De quando em quando as enfermeiras visitadoras, que freqüentarem um curso de pediatria [...] irão aos domicílios das crianças, onde verificarão as suas condições de vida, de saúde, de higiene, de alimentação, etc, e se os preceitos ensinados na maternidade e nos consultórios têm sido seguidos à risca (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922).

Nessas visitas, caberia às educadoras sanitárias aconselhar o “maior rigor nas regras de higiene infantil” e estimular as mães para que levassem seus bebês “ao menos uma vez por mês” aos consultórios de lactentes para serem observados, pesados, etc. Esses consultórios, por sua vez, se constituiriam em

⁴² Rolett-Echalier (1990) questionou se a utilização dos serviços das visitadoras na França no período entre-guerras foi uma forma mais econômica de substituição do trabalho dos médicos ou foi regida pela necessidade de buscar as causas sociais das doenças – para as quais o conhecimento médico era insuficiente. Para a autora, excluídas da proteção à infância desde que esta entrou numa fase científica, as mulheres foram re-introduzidas nesse setor com o objetivo de cobrir novas necessidades percebidas (*op. cit.*, p. 398).

verdadeiras escolas para as mães; estas, além de receber conselhos, aprenderiam as regras básicas de puericultura, especialmente quanto a número e intervalo das mamadas, “dosagem do leite” e preparo de alimentos diversos.⁴³ Ainda que circunscritos a temas do âmbito da domesticidade, tais encontros representariam potenciais oportunidades para as mulheres trocarem experiências e reflexões, buscando melhorar suas vidas.⁴⁴ Assim se perpetuaria o ciclo que, integrando o espaço privado do lar ao espaço público do trabalho, envolveria as mulheres simultaneamente como objeto e sujeito de uma ação pedagógica com vistas à difusão dos princípios da puericultura, base técnica da maternidade científica.

De maneira geral, o trabalho feminino fora do lar era visto como um “mal necessário”, pois se de um lado afastava as mulheres de sua “verdadeira” função doméstica, ao mesmo tempo possibilitava outro tipo de contribuição ao progresso do país. Situação talvez mesmo inevitável, uma vez que – conforme reconhecia o professor Apyrgio Gonzaga⁴⁵ – o papel social das mulheres vinha se ampliando e adquirindo crescente complexidade (Dr. Apyrgio Gonzaga, “O papel da mulher”, *Revista Feminina*, 89, out. 1921). O discurso de Apyrgio Gonzaga possivelmente era representativo das ambigüidades que cercavam a questão do trabalho assalariado feminino no período.⁴⁶ No caso das operárias, mostrava-se dividido entre a tolerância – quando o trabalho era necessário à subsistência – e a condenação – visto que implicava o abandono das funções maternas. Já para as mulheres das classes média e alta urbanas, o emprego seria alvo de novas significações, deslocado do espaço privado para o espaço público. Qualificado

⁴³ Marques (2001, p. 36-37) identifica a origem da prática das visitadoras sanitárias na Inglaterra, onde as filantropas que compunham a Associação das Senhoras para a Reforma Sanitária de Manchester e Salford desenvolviam a atividade que futuramente seria profissionalizada e conformaria as chamadas “Escolas de Mães”.

⁴⁴ Ao analisar a atuação das parteiras de Gana, cuja formação técnica foi implementada na década de 1920, Hugon (2005, p. 76) percebeu que a influência destas não se mantinha circunscrita ao círculo de mulheres sob seus cuidados, estendendo-se para toda a comunidade local.

⁴⁵ O Prof. Apyrgio Gonzaga foi um dos precursores da educação profissional em São Paulo, fundador da escola profissional masculina – ETE Getúlio Vargas – e a feminina – ETE Carlos de Campos, em 1911 (Bonato, 2001).

⁴⁶ Em outras oportunidades, como no discurso proferido no Conselho de Educação de São Paulo, Apyrgio Gonzaga defenderia a importância de se encarar a realidade da vida da mulher como esposa e mãe de família, ou mesmo, quando fosse necessário, “trabalhadora ao lado do homem, para se manter, sem dependências ou humilhações” (Bonato, *op. cit.*).

quase como imposição da modernidade, o trabalho nesse caso era investido de prestígio social, e estimulado por muitos reformadores como contribuição para o progresso material e moral do país: “[...] a mulher vem cooperar para a riqueza e o bem-estar do seu país, e não só satisfaz a imposição da *lei biológica* [grifo meu] do trabalho, como, ante as dificuldades atuais da vida, presta o seu auxílio ao progresso social e aumento da riqueza comum” (Dr. Apyrgio Gonzaga, “O papel da mulher”, *op. cit.*).

Para reforçar sua tese de que o trabalho feminino não representou emancipação real das mulheres, Besse (*op. cit.*, p. 163) observou que a atuação dessas profissionais só era possível por contarem, na retaguarda, com outras mulheres que, deixando seus próprios filhos e lares, assumiam o atendimento das responsabilidades domésticas das primeiras. Maria Lúcia Mott (2001, p. 233-234) contrapôs-se a esse argumento, lembrando o caso de Pérola Byington, que acumulava suas atividades externas com as tarefas de mãe e dona-de-casa.

Se aparentemente atendia às demandas de uma economia urbano-industrial em expansão, bem como aos interesses das próprias mulheres, o trabalho feminino supostamente ameaçava o modelo de família burguesa, estruturado numa divisão sexual de papéis. Assim, numa tentativa conciliadora, difundia-se no periodismo feminino um discurso “masculino,”⁴⁷ que não impedia a mulher de trabalhar, desde que não prejudicasse suas funções de esposa e mãe (Alzira Fonseca, “A mulher de ontem e a mulher de hoje”, *Revista Feminina*, 99, ago. 1922). As solteiras, ou as casadas que não tivessem filhos, constituíam um grupo diferenciado, tendo “o direito e até mesmo o dever de trabalhar em benefício da pátria” (“Pela mulher”, *Vida Doméstica*, 25, abril 1922). Esse discurso convivía, nas páginas das mesmas revistas, com outro, intolerante com o que julgava um caminho para a decadência da família, a instabilidade social e o caos político (Osorio Lopes, “O futuro da família”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926; Maria I. A. Pinto, “O feminismo de hoje”, *Vida Doméstica*, 79, ago. 1924).

Conforme analistas da *Revista Feminina*, em sintonia com seu presumido caráter conservador e sua orientação católica, a revista defendia algumas causas femininas que não colocassem em risco os princípios da moral religiosa e as

⁴⁷ “Masculino” é usado aqui não como referência ao sexo, mas pelo seu significado como atributo de gênero, podendo então ser aplicado para qualificar discursos proferidos indistintamente por homens ou mulheres.

normas sociais (Besse, *op. cit.*; Lima, *op. cit.*; Mascaro, *op. cit.*). O trabalho feminino era considerado tão ameaçador quanto outras atitudes emancipatórias, uma vez que deslocava os papéis conjugais destinados por Deus: a autoridade ao marido e a obediência à esposa. O feminismo cristão advogado pela *Revista Feminina* foi então interpretado como “conservador” (Besse, *op. cit.*) e “domesticista” (Lima, *op. cit.*), embora a preocupação com o abandono das funções de esposa e mãe pelas operárias e o decorrente possível perigo de desordem social constituíssem tema também de outras revistas do período, como *Vida Doméstica*, aparentemente desvinculada da Igreja Católica⁴⁸.

A “invasão” do espaço urbano através do trabalho externo assalariado não reduziu as cobranças e exigências morais dirigidas às mulheres; ao contrário, estas mais que nunca foram alertadas para a ameaça da “perdição”, especialmente no ambiente “promíscuo” das fábricas (Rago, 1985). Para Caulfield (2002), a “ameaça” de desordem representada pelas mulheres trabalhadoras da década de 1920 – operárias ou funcionárias de escritórios – pertencia mais ao domínio do imaginário do que à realidade da cidade, uma vez que a principal ocupação feminina desde o final do século XIX era, de fato, o trabalho doméstico remunerado.⁴⁹ Tanto assim que muitas páginas das revistas femininas eram dedicadas à discussão das tensões entre patroas e criadas, sobretudo quanto ao custo elevado ou à inadequação desse tipo de serviço aos padrões de exigência das famílias modernas, o que explicaria a demanda pela criação de escolas domésticas (“A questão feminina”, “Educação profissional e doméstica”, *Revista Feminina*, 140, jan. 1926).

De qualquer forma, conciliar o trabalho assalariado e as tarefas do lar, especialmente no seio das classes populares – onde a necessidade econômica era justificativa inquestionável – passou a constituir desafio para os intelectuais e reformadores republicanos, preocupados particularmente com a saúde das crianças, futuros trabalhadores da nação. As medidas no sentido de atenuar o

⁴⁸ Análise comparativa entre duas revistas femininas francesas de orientação religiosa, realizada por Dubesset, (*op. cit.*) revelou maior insistência da revista católica na valorização da diferença de gênero, considerada como irredutível, enquanto a revista protestante afirmava a igualdade entre homens e mulheres.

⁴⁹ A abolição da escravatura não alterou a inserção feminina em relação ao trabalho doméstico. Graham (1992, p. 18) refere que o serviço doméstico representava a ocupação de 71% do total das mulheres trabalhadoras – livres ou escravas – no Rio de Janeiro, durante a década de 1870, passando para 76%, em 1906.

presumido abandono dos filhos pelas mães operárias restringiram-se inicialmente a tentativas de normatização e adequação das condições de trabalho e à criação de instituições de apoio para as mães obrigadas a trabalhar pelas “dificuldades da vida”. As revistas femininas louvavam tais iniciativas, de origem predominantemente filantrópica (Lucy Cornelssen, “As creches. Filhos adotivos por 12 horas”, *Vida Doméstica*, 137, ago. 1929; “Uma das maiores organizações cristãs do nosso país: a Liga das Senhoras Católicas”, *Revista Feminina*, 112, set. 1923). Em longa matéria publicada na *Revista Feminina*, Dr. Mangin da Cunha reconhecia que a falta de estabelecimentos de proteção à infância, aliada à ignorância e pobreza das mães, constituía a principal causa do “problema da criança” – identificado como a alta mortalidade infantil (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922).

Se o ensino da puericultura nas maternidades “resolveria” em parte o problema, decerto não seria suficiente para romper com a miséria, e suas conseqüências sobre a dinâmica familiar. Pois ao largo do debate promovido nas revistas femininas sobre o ideário feminista de “realização pessoal” das mulheres, o trabalho assalariado, nas classes menos favorecidas, era de fato atrelado à subsistência material. Independentemente de se conhecerem em profundidade as estratégias acionadas por essas mulheres para substituir os cuidados maternos, o resultado presumido pelos reformadores da década de 1920 seria dramático, e com repercussões negativas sobre o progresso da nação brasileira – carente não só de intelectuais dirigentes, mas de trabalhadores sadios e numerosos. Dr. Mangin apontava uma solução: se as mães não pudessem criar seus filhos, estes deveriam ser internados nas creches, onde seriam cuidados conforme “todas as regras da puericultura moderna” (*Ibidem*).

As creches foram estratégia bastante difundida na França desde a segunda metade do século XIX, baseadas na *Speadwell Society* norte-americana, com fins de ajudar as operárias na criação de seus filhos.⁵⁰ De composição mais simples ou mais elaborada, foram inicialmente fruto da generosidade e da solidariedade, conduzidas segundo os princípios da fé católica e destinadas a oferecer às crianças “da cama ao leite” (Rollet-Echalier, 1990, p. 510). As creches atenderiam

⁵⁰ A primeira creche francesa foi criada em 1844 por Firmim Marbeau, visando oferecer às crianças condições para seu adequado desenvolvimento físico e psíquico, na maioria das vezes muito melhores que as de suas casas (Rollet-Echalier, 1990, p. 88).

também aos interesses dos republicanos, que se preocuparam em desvinculá-las da Igreja, mantendo entretanto seus pressupostos higiênicos e pedagógicos em torno das figuras do médico e da visitadora. A Primeira Guerra intensificou a pressão sobre o Estado francês no sentido de proteger a mulher operária. Através da promulgação da lei proposta pelo senador Paul Strauss (1852-1942)⁵¹ – presidente da Liga contra a mortalidade infantil⁵² –, em 5 de agosto de 1917, ocorreu a restrição aos trabalhos pesados e o aumento da oferta de creches. Para Rollet-Echalier (*op. cit.*), a batalha desenvolvida em torno da higiene e da laicização nas creches francesas conformou um jogo de dimensão meramente política, permanecendo a mesma ideologia de “apaziguamento social” e educação das mães e das crianças. De qualquer forma, na França as creches não cumpriram totalmente o objetivo de proteção à maternidade, pois eram insuficientes para a demanda, havendo ainda mães que preferiam deixar seus filhos em casa com “guardadoras” ou mantinham-nos nessas instituições apenas temporariamente.⁵³

O discurso sobre a questão das creches no Brasil foi impulsionado a partir de 1879 pela publicação, no periódico *A Mãe de Família*, de uma série de artigos assinados pelo Dr. K. Vinelli, médico da Casa dos Expostos (Civiletti, *op. cit.*). O engajamento desse periódico se compreende pelo fato de sua criação ser devida ao Dr. Carlos Costa, médico higienista e defensor apaixonado da criação de creches e asilos destinados à “infância desamparada”, bem como de escritórios gratuitos para o exame das amas-de-leite (Carneiro, 2000). De inspiração francesa – no nome e nos objetivos –, as creches brasileiras seriam destinadas exclusivamente às mães pobres e de boa conduta, que trabalhassem fora de seu domicílio – justamente aquelas que alimentavam a população da *Roda*⁵⁴. As

⁵¹ Paul Strauss foi Ministro da Higiene, Assistência e Providência Social na França entre 1922 e 1924, instituiu o ensino da puericultura nas escolas e presidiu, em 1933, o Congresso Internacional de Proteção à Infância (*Ibidem*, p.136).

⁵² O trio que fundou em 1902 a Liga contra a mortalidade infantil – Théophile Roussel (1816-1903), Pierre Budin (1846-1907) e Paul Strauss (1852-1942) – foi exemplar da aliança que se constituiu entre lei e ciência (*Ibidem*, p.123).

⁵³ Na Inglaterra, que não adotou, como a França, a estratégia de criação de creches, as mães contavam apenas com a ajuda da parentela, e comumente com o nascimento dos filhos abandonavam o trabalho externo (*Ibidem*).

⁵⁴ Criada na França em 1758 – e de uso generalizado a partir de 1811 –, a *Roda* era um dispositivo cilíndrico contendo pequeno recipiente onde eram depositadas crianças enjeitadas, e que permitia, quando acionado, conduzi-las ao interior do estabelecimento sem que o depositante fosse visto. No Brasil, as *Rodas de Expostos* – instaladas, a exemplo das cidades europeias,

escravas libertas seriam as principais usuárias dessas instituições, especialmente aquelas que se empregavam como criadas, tornando-se assim a creche uma das estratégias de conciliação das exigências da maternidade e do trabalho.

Na República, as creches conheceriam ainda maior valorização, como ferramenta acionada pelo Estado para o enfrentamento dos problemas decorrentes da crescente inserção das mulheres em indústrias e serviços. Caracterizavam-se pela dupla aplicação dos preceitos da higiene e da moral, visando alcançar a dimensão de uma “puericultura social”. Nos centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo, as creches eram consideradas como um “mal necessário”; pois se revelavam um desajuste social – responsável pela necessidade de a mulher trabalhar, deixando os filhos com as “criadeiras” –, buscavam ao menos atenuar suas conseqüências (Vieira, 1988). Criticada por alguns puericultores – em virtude, entre outros problemas, do risco de facilitar o desmame e propagar infecções –, a instituição da creche iria gradativamente deslocar seu conceito negativo para uma conotação mais positiva, a de compensação das carências das camadas pobres. Mas independentemente das medidas propostas, o debate em torno da responsabilidade pela criação dos filhos das operárias mantinha em evidência as tensões que envolviam o trabalho das mulheres fora de casa, e os papéis femininos em geral.

Paralelamente a estratégias como a criação de creches, uma ampla proposta moralizadora passou a incluir as operárias junto às prostitutas como alvo de uma “utopia reformadora”, que visava integrá-las – da mesma forma que a todos os trabalhadores – ao “universo comportamental da burguesia” (Rago, 1985, p. 11-13). Desenvolveu-se amplo projeto de “higienização das fábricas”, traduzido por obsessão pela limpeza e arejamento dos ambientes – que se materializava na instalação de ventiladores; equipamentos de proteção individuais e coletivos, como aventais e calçados especiais; fim do horário noturno; mecanização de certas tarefas, entre outros – bem como por mecanismos de disciplinarização, vigilância e controle e redefinição de práticas e hábitos tradicionais (*Ibidem*, p. 39; 43). O trabalho feminino criava dificuldade adicional ao projeto de “domesticação do operariado”, que implicava na sua integração a um

principalmente na entrada de hospitais –, representaram uma tentativa de inibir o abandono de crianças e o infanticídio. Para Venancio (1999), a *Roda* constituía uma prática social cuja significação e utilidade eram permanentemente redefinidas pela cultura popular.

modelo de família nuclear, auto-referida, habitando uma casa saudável e higiênica, gerenciada pela mulher, promovida a “guardiã do lar” (*Ibidem*, p. 49). Além disso, como as européias, as operárias brasileiras também apresentavam resistências em aderir às creches. Conforme informado por Rago (*op. cit.*, p. 132), em tese apresentada à Faculdade de Medicina, em 1924, o Dr. Jaime Americano reclamava da baixa procura pela creche da fábrica “Maria Zélia” por parte das operárias que ali trabalhavam, apesar de esta ser, em sua opinião, modelar. O médico sugeria então que se tornasse obrigatória a frequência dos bebês na instituição, onde suas mães iriam amamentá-los durante o expediente e onde receberiam os cuidados de puericultura ministrados por enfermeiras.

Ao longo de várias publicações, sob o título “Proteção à Infância”, a *Revista Feminina* buscou provocar a reflexão das leitoras sobre a questão do abandono dos filhos das mulheres operárias, reproduzindo palestras assinadas por médicos que defendiam a criação de estabelecimentos de proteção à infância (“Proteção à infância”, *Revista Feminina*, 99, ago. 1922). Essas matérias ocupavam várias páginas das revistas, e forneciam informações minuciosas sobre o cenário referente à saúde das crianças pobres brasileiras, com cálculos pormenorizados sobre a potencial “economia de vidas” que tais instituições poderiam gerar. Os principais beneficiários seriam os filhos das mães pobres, que para trabalhar os deixavam com vizinhos ou irmãos mais velhos. Era destacado especialmente o caso daquelas mulheres que se empregavam como amas, “criando os filhos de seus patrões” e deixando os seus morrerem, “em parte por ignorância e em parte por falta de recursos” (“Ignorância e pobreza das mães”, “Proteção à Infância”, *Revista Feminina*, 102, nov. 1922).

As revistas femininas endossavam a concepção de que embora quanto às classes populares o emprego remunerado fosse visto como um “mal necessário”, sujeito ao controle do Estado, de outro lado, em relação às classes média e alta, o trabalho feminino, investido de significados distintos, era tolerado e até mesmo estimulado por seu suposto efeito exemplar moralizador sobre a sociedade (“A grande escola de consciência: a família”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923). No auge da década de 1920, o trabalho representava, para grande parte das mulheres das classes mais elevadas, sinal de prestígio e inserção na modernidade; no discurso das feministas, seria mesmo o seu ideal (Marilda

Palinia, “O ideal da mulher”, *Revista Feminina*, 88, set. 1921; “Pelo progresso feminino”, “Uma realização elevada”, *Vida Doméstica*, 43, maio 1923). Era consenso entretanto que o trabalho feminino não deveria jamais ameaçar a sua mais “nobre missão” – a maternidade (“A mente de uma verdadeira mãe de família”, *Revista Feminina*, 166, mar. 1928).

O discurso que pregava a prioridade da função doméstica sobre a profissional predominava no panorama intelectual do período em todo o Ocidente, sendo tema também da vasta produção literária e jornalística feminina. Nas obras de prestigiadas romancistas francesas como Gabrielle Réval (1870-1948), Marcelle Tynaire (1872-1948) e Colette Yver (1874-1953), o “conflito entre o investimento na vida privada (amor, casamento, maternidade) e o engajamento em uma vida profissional valorizada (jornalismo, medicina, ensino, direito)” foi priorizado em suas narrativas (Houbre, 2002, p. 329). As heroínas de seus romances expressavam receio tanto de assumir atitudes como as das “*cervelines*”⁵⁵ – supostamente condenadas a uma “sombria solidão” –, quanto de se acomodar a uma vida que não incluísse nada além do “pão cotidiano, roupas e moradia” (*Ibidem*).

Na realidade brasileira, as mulheres pareciam equilibrar-se entre essas duas esferas, tentando acompanhar a apregoada “velocidade das mudanças” em suas vidas (“A mulher moderna”, *Vida Doméstica*, 139, out. 1929). Assim, o exemplar de junho de 1922 de *Vida Doméstica* publicava, sob a legenda “O feminismo em prática”, fotografias de uma tabeliã e uma aviadora sorrindo orgulhosamente, ao passo que, cinco meses após, exibia em sua capa uma típica dona-de-casa, de avental, dando comida às galinhas...(*Vida Doméstica*, 83, nov. 1922). Já a *Revista Feminina*, que noticiara com estardalhaço a aprovação, em primeiro lugar, de Maria José de Castro Mendes no concurso para a carreira diplomática do Ministério do Exterior, reforçava-lhe o mérito ao informar que o principal motivo que a impulsionara havia sido a necessidade de sustentar sua mãe. A ambigüidade da comemoração promovida pela revista foi ratificada quando, alguns exemplares adiante, comunicou o casamento da futura diplomata, sob o título: “Mais uma vitória do feminismo brasileiro” (*Revista Feminina*, 96,

⁵⁵ Neologismo criado a partir de “cervelle”, que significa cérebro em francês, as “*cervelines*” representavam as mulheres que haviam optado pelo desenvolvimento de suas habilidades intelectuais, transformando-se em profissionais, em detrimento da dedicação à vida doméstica.

maio 1922), o que inspirou a Lima (*op. cit.*) argumentos para reforçar sua tese acerca do “feminismo domesticista” da revista. Penso que, mais que imprimir conotação conservadora ao ideário feminista, a revista respaldava-se na própria ambivalência da cultura da sociedade brasileira da época, que atribuía ao casamento caráter conformador da identidade feminina, para além da sua inserção em outras esferas da vida pública. Prova de que a imagem do casamento havia sofrido uma re-significação consoante com a atmosfera de modernidade reside no fato de que, no mesmo número, a *Revista Feminina* dedicou várias páginas, fartamente ilustradas, à exaltação da excelência da Escola Doméstica de Natal, reforçando a associação positiva entre ciência e domesticidade⁵⁶.

O aceleramento das transformações na inserção das mulheres no trabalho assalariado pode ser creditado, ao menos em parte, às mudanças trazidas pela Primeira Guerra (“Avante mulher!”, *Revista Feminina*, 103, dez. 1922). Naturalmente o impacto foi mais intenso nos países diretamente envolvidos nos conflitos, onde a apropriação das ocupações masculinas pelas mulheres foi interpretada pela historiografia tanto como elemento libertador quanto na condição de reforço às desigualdades de gênero (Thalmann, 1990; Detragiache, 1990; Brugeilles *et al*, 1990; Echinard, 2000; Lantenois, 1990; Thébaud, 1990; Breyse, 1999; Diaconoff, 1990). Para Mc Millan (1981), a Primeira Guerra, em vez de enfraquecer a doutrina das esferas separadas⁵⁷, consolidou a ideologia da domesticidade, mantendo as mulheres prisioneiras a um sistema que só lhes oferecia duas opções: ser dona-de-casa ou prostituta.⁵⁸ A consolidação da ideologia da domesticidade envolveria sobretudo dois aspectos. Primeiro, o espectro do despovoamento desencadeou intensa campanha pró-natalista que

⁵⁶ As características das escolas domésticas serão mais detalhadas no capítulo 4.

⁵⁷ O autor ressalta que a doutrina das esferas separadas não era peculiar à França e nem de origem recente ou vinculada exclusivamente ao catolicismo. Assegura que desde os romanos, os moralistas vinham, através dos tempos, estabelecendo o gênero como centro da determinação do papel da mulher na sociedade. A ideologia da domesticidade, inspirada na doutrina das esferas separadas, teve suas raízes – sobretudo no final do século XIX e início do XX – semeadas na Inglaterra pelo protestantismo, e na França pela Igreja Católica, que depositou nas mulheres a esperança de transmissão dos valores cristãos ameaçados pela Revolução. Para Mc Millan, a doutrina das esferas separadas uniu cléricos, anticléricos e republicanos, e apresentou ainda forte componente de classe, pelo surgimento de uma “ética burguesa” que, mesmo heterogênea, tinha a sua identidade cultural vinculada à instituição familiar e a uma especialização de papéis baseada no gênero (Mc Millan, *op. cit.*, p. 9-11).

⁵⁸ Essa idéia da oposição de papéis – de *ménagère* ou de *courtisane* – foi originalmente concebida por Pierre-Joseph Proudhon, conhecido como líder do movimento anarquista inglês (*Ibidem*, p. 2).

reforçou a função reprodutora das mulheres, transformando-as em verdadeiras “fábricas de bebês” (*Ibidem*, p. 189). Para o autor, a promulgação do Código da Família em julho de 1939 – auge da Segunda Guerra –, com o “financiamento” da função maternal, representou o ponto culminante desse processo. Em segundo lugar, ao iluminar a questão da dicotomia entre o lar e o trabalho, tal ideologia gerou medidas – apoiadas pelas feministas – que buscavam conciliar o trabalho feminino e a maternidade, mas na prática não eram cumpridas. Em oposição a Mc Millan, buscando superar uma interpretação limitada a qualificar como positivo ou negativo o impacto da guerra sobre a vida das mulheres francesas, Roberts (2002) propôs a utilização do gênero como um prisma discursivo para se enxergar os efeitos da guerra sobre toda a sociedade francesa, quando foi alçado a “elemento-chave” para a organização social (*Ibidem*, p. 6).

No Brasil, o trabalho remunerado das mulheres também sofreu incremento substancial no pós-guerra; na capital, entre 1920 e 1940, esse crescimento chegou a mais de 50% (Araújo, *op. cit.*). A *Revista Feminina* reconheceu que o “exemplo do estrangeiro” e “a necessidade provocada pela guerra” contribuíram para impelir ainda mais as mulheres a disputarem com os homens o trabalho assalariado (P. Desfosses, “A mulher de escol”, *op. cit.*). No entanto, previa que essa “invasão” dos empregos masculinos não terminaria após o fim da guerra, pois esta “nada mais fez que implantar um estado de coisas para o qual já estava preparado o mundo”, possibilitando o surgimento de um novo tipo de mulher, consciente de seu valor e de sua capacidade laboral⁵⁹ (“Orientações novas”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923).

⁵⁹A se crer na análise da socióloga Coenen-Huther (*op. cit.*, p. 190) da conjuntura contemporânea mundial, apesar da formação efetiva de uma nova consciência feminina, manteve-se no campo profissional um “mecanismo de discriminação que se situa no prolongamento da ideologia tradicional das relações sociais de sexo”, responsável pela permanência de um menor reconhecimento – em prestígio ou salário – do trabalho exercido pelas mulheres.

3.3. FILANTROPIA COMO TRABALHO FEMININO.

Herdeira da caridade, representando no Brasil uma ação historicamente vinculada à fé católica, a filantropia representou também o trabalho permitido às mulheres, e incentivado pelas revistas femininas como sugestão de reação ao ócio e à frivolidade – comportamentos que adquiriram conotação condenável numa sociedade que almejava ser moderna. Conforme Duprat (1996), a laicização da filantropia, ao esvaziá-la da gratificação espiritual, diferenciou-a da caridade e deslocou seu foco para o bem comum, o progresso moral e social, reforçando seu vínculo com a sociabilidade.⁶⁰ Pois considerada prioritariamente como gesto de utilidade – que, referenciado à natureza, à razão e à justiça, buscava soluções para melhorar a vida cotidiana –, a filantropia abdicava da necessidade de anonimato, permitia e até mesmo estimulava a visibilidade a seus praticantes, transformando-se em instrumento de “ação social” (Belliard, 2004, p. 297). Na década de 1920, constituía-se em prática comum nas classes média e alta urbanas da sociedade brasileira, conferindo uma aura de modernidade e prestígio social a seus praticantes. Além de fazer parte da cultura da elite, a filantropia, e mais especificamente o mecenato, investia-se de caráter cívico, afinado com uma ideologia nacionalista que lhe conferia dimensão estratégica na construção da nacionalidade (Sanglard, 2005).

A filantropia foi reconhecida pela historiografia brasileira e internacional como um dos caminhos trilhados pelas mulheres das elites urbanas na direção do espaço público. As interpretações sobre o valor dessa atividade, entretanto, tendem a considerá-la como subalterna, mero recurso de combate à frivolidade do cotidiano dessas mulheres ou de auxílio à projeção social de seus pais ou maridos, ou ainda uma armadilha que ampliou a sua submissão à “dominação masculina” (Belliard, *op. cit.*; Besse, 1999; Wadsworth, 1999). Poucos historiadores europeus perceberam a participação das mulheres na filantropia como forma importante de projeção social (Thane, 1991; Thébaud, 1986; Perrot,

⁶⁰ Apesar de situar a filantropia no espaço social, Duprat (1996) aceita uma dupla utilização do termo: numa concepção mais genérica, designando as ações com finalidade social, caritativa ou humanitária, independentemente de ter ou não inspiração religiosa; num sentido específico, como prática desvinculada da religiosidade, desprovida de qualquer intenção espiritual ou missionária.

1991; Varikas *et Magri*, 1991); em conseqüência, esse papel foi no mais das vezes minimizado. Também no Brasil raros foram os estudos que desvincularam a filantropia feminina de uma imagem estereotipada, investigando a inserção de outras dimensões a essa prática – como uma possibilidade de as mulheres exercerem a cidadania de forma mais ampla (Mott, 2001; Mott, 2005; Rocha, 2005; Mott *et al.*, 2005).

A imagem da filantropia, presente nas revistas femininas em circulação no Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 1920, ancorava-se sobretudo no aproveitamento da generosidade e da compaixão – atributos supostamente femininos. No que se refere à participação dos homens, esta era interpretada como signo de desprendimento e de falta de soberba, posto que se originava daqueles que detinham posições hierárquicas condizentes com suas elevadas posses (Brites, 1999, p. 132). Assim, embora praticada por homens e mulheres, a filantropia se apresentava como atividade essencialmente feminina, vinculada à sua natureza em geral, e em particular à sua condição maternal. A se julgar pelas notas publicadas nas revistas femininas, a atividade filantrópica havia sido incorporada pelos movimentos feministas como mais uma oportunidade de as mulheres participarem da vida pública – embora, para alguns historiadores, esse tipo de trabalho representasse um deslocamento do potencial de investimento em ações efetivamente libertadoras. Uma notícia sobre a posse da diretoria da Legião da Mulher Brasileira (LMB)⁶¹, por exemplo, conferiu especial destaque à descrição nominal das participantes de sua “Comissão de Filantropia” – entre elas, a diretora Áurea Pires da Gama e a secretária Flora Heisselman –, possivelmente sinal do prestígio que tal atividade implicava para as mulheres das camadas mais elevadas da sociedade urbana (“Posse da diretoria da Legião da Mulher Brasileira”, *Vida Doméstica*, 3, maio 1920).

A proteção à infância constituiu-se em eixo privilegiado em torno do qual se desenvolveu a filantropia feminina desde o final do século XIX. Tal prioridade encerrava dupla orientação. De um lado, atendia aos pressupostos que guiavam as relações sociais de gênero, uma vez que tal ocupação era considerada como extensão da função maternal inerente à natureza das mulheres. De outro,

⁶¹ Criada em 1919, a LMB apresentava-se como “associação de mulheres que por necessidade ou por princípio já trabalham” e tinha como presidente de honra a jornalista e escritora Julia Lopes de Almeida (Soihet, 2000, p. 113).

mostrava-se em sintonia com o ideário nacionalista que depositava nas crianças a esperança de progresso e construção da nação brasileira. Com a instauração da República, a preocupação com a saúde e a educação infantil, que conformava uma prioridade para os intelectuais reformadores, foi incorporada pelas mulheres das classes alta e média urbanas, que se engajaram em ações benemerentes de auxílio às crianças pobres ou abandonadas. No ambiente impregnado pelo ideal nacionalista da década de 1920, a filantropia feminina, além de representar o seu “trabalho ideal”, adquiriu conotação de ação patriótica, através da qual as mulheres brasileiras poderiam dar sua colaboração para o progresso da nação.

Ao contribuir para conformar esse ideário, as revistas femininas publicavam artigos que incentivavam as atividades de benemerência das mulheres, sob variada argumentação. Condizente com sua orientação católica, a *Revista Feminina* divulgou matérias que vinculavam à prática cristã a ajuda às crianças pobres (“A defesa das crianças”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925; “Pela Infância”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922), além de reforçarem a mensagem expressa em diversas oportunidades sobre o potencial moralizador do gênero (Coelho Neto, “O feminismo brasileiro”, *Revista Feminina*, 68, jan. 1920). Já em *Vida Doméstica*, o Dr. Martins Rocha explorou o sentimento maternal ao solicitar ajuda financeira para a Casa dos Expostos, recorrendo às senhoras que tinham “os vossos filhos junto aos seus corações maternais” para que fizessem doações em prol daqueles desprovidos da mesma sorte (Dr. Martins Rocha, “Casa dos expostos”, *Vida Doméstica*, 123, jun. 1928). Brites (1999) identificou esse apelo à relação mãe-filho como mote para a maioria das reportagens que focalizavam a pobreza, em outras revistas da época, ressaltando ainda a centralidade da figura da “criança pobre”, que funcionava como antimodelo para o ideal da “criança higienizada”. Sua observação de que a pobreza só figurava nas páginas de *Vida Doméstica* como alvo da filantropia confirmou-se em minha análise desta revista, e repetiu-se quanto à *Revista Feminina*, o que reforça a percepção do caráter diferenciado do gênero revista no conjunto dos periódicos, sobretudo no que se refere aos jornais diários, nos quais a miséria cotidiana teria lugar cativo.

Desde o final do século XIX, médicos como Moncorvo Filho⁶² esforçavam-se em sensibilizar as camadas mais altas da sociedade urbana – e particularmente as mulheres – na luta pela higienização das crianças como estratégia de enfrentamento do “problema da infância”, representado sobretudo pela elevada mortalidade infantil (Freire, 2004). Embora uma aliança efetiva entre médicos e mulheres só se estabelecesse pelo menos duas décadas depois, muitas mulheres, quando convocadas por estes, engajaram-se em ações filantrópicas dirigidas às crianças desvalidas. Na *Campanha Pró-Infância* liderada por Moncorvo Filho no jornal *Correio da Manhã*⁶³, entre outubro de 1905 e junho de 1906, a relação de doadores de seu Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) ganhava especial destaque, sobretudo as listas de subscrição lideradas pelas “comissões de senhoras”. Eram estas que se encarregavam da venda de “coupons” e da organização das festas de Natal, Ano Bom, Dia de Reis e Dia das Crianças⁶⁴, quando as crianças matriculadas no Instituto recebiam presentes, roupas e participavam do “baile” e do “banquete das crianças pobres”.⁶⁵ Dr. Moncorvo não se cansava de agradecer os esforços “do numeroso

⁶² Nascido no Rio de Janeiro, Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) seguiu em sua carreira profissional os passos do pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, considerado, por Martinho da Rocha, o “pai da pediatria brasileira”. Entre os mais de 300 livros que escreveu, destaca-se o *Histórico da Proteção à Infância no Brasil 1500-1922*. Associando expressamente a higiene infantil à constituição da nação brasileira, Moncorvo Filho desenvolveu um modelo institucional e ideológico que tinha por base o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (IPAI). Fundado em 1899 no Rio de Janeiro, o IPAI tornou-se centro de referência para uma rede de instituições congêneres espalhadas pelo território brasileiro. Suas metas eram ambiciosas: inspecionar e regular as amas-de-leite; estudar as condições de vida das crianças pobres; inspecionar as escolas; organizar campanhas de vacinação; fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias; difundir conhecimentos sobre doenças infantis, entre outros. Moncorvo esperava que suas idéias e instituições fossem incorporadas pelo poder público na criação de um sistema nacional, mas acabou por assumir o movimento de amparo à criança como cruzada pessoal. O *Departamento da Criança*, criado por ele em 1919, funcionou às suas expensas até 1938; dois anos depois o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o *Departamento Nacional da Criança*, que centralizou durante 30 anos a política de assistência à mãe e à criança no Brasil (Wadsworth, 1999; Carneiro, 2000, Vieira, 1998, Freire, 1991).

⁶³ O *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901, apresentando-se como um jornal independente, “de opinião” – em contraposição à alegada neutralidade da imprensa do período –, alcançando tiragens astronômicas desde seu lançamento (Edmundo, 1957). Para Sodré (1966, p. 286), o *Correio da Manhã* transformou-se em “veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana”.

⁶⁴ O Dia das Crianças, sugestão de Moncorvo Filho, acabou institucionalizado em 1924 pelo presidente Arthur Bernardes.

⁶⁵ A iniciativa de Moncorvo Filho foi elogiada por intelectuais e empresários, e apoiada pelos jornalistas do periódico, que o chamaram de “benemérito da humanidade”, “sacerdote do bem” e “Rousseau brasileiro” (“Instituto de Proteção à Infância”, *Correio da Manhã*, 25 dez. 1905, p. 3).

grupo de senhoras que auxiliam em tão piedoso mister” (“Festa de Assistência à Infância”, *Correio da Manhã*, 24 dez. 1905, p. 3).

É um exemplo dignificante esse em que a mulher brasileira toma a vanguarda da cruzada de amparo aos pequeninos indigentes e miseráveis (“Festa do Natal da Assistência à Infância”, *Correio da Manhã*, 11 dez. 1905, p. 3).

Mas além de atender à convocação dos médicos, as mulheres brasileiras também criaram suas próprias formas de atuação, inspiradas sobretudo no modelo europeu. Na França, as feministas vinham se organizando principalmente em torno de associações privadas como a *Mutualité Maternelle*, buscando compensar a limitada ação pública na proteção materno-infantil. Nesse movimento, que alegava em sua justificativa a preocupação demográfica, foram apoiadas pela Igreja Católica, por empresários, e especialmente por médicos higienistas. Mereceu destaque nesse campo o Dr. Jacques Bertillon (1851-1922), que havia fundado, em 1896, uma instituição pró-natalista de grande influência política, mais tarde reconhecida como de utilidade pública (Thébaud, 1986, p. 13-14). As associações femininas francesas criadas após a Primeira Guerra seguiram o modelo de atuação das anteriores – assistência maternal, distribuição de recursos financeiros e premiações às famílias numerosas. Medidas como a instituição do Dia das Mães, em 1926; a construção do Monumento às Mães, em 1938; a criação do seguro-maternidade e de pensões familiares; e as ações de proteção de mães e filhos contra a sífilis e a tuberculose, empreendidas pelo *Office National d'Hygiène Sociale*, foram apoiadas e estimuladas pelos movimentos feministas.

Como já comentado, o alcance e o valor emancipatório das atividades filantrópicas femininas no território europeu receberam distintas interpretações historiográficas, com predomínio de certa tendência a enxergá-las como conservadoras, por reforçarem a divisão tradicional de papéis de gênero e promoverem uma “normatização” das classes populares. Para Thébaud (*op. cit.*, p. 51), as medidas de proteção à maternidade e preservação das crianças desenvolvidas na França sobretudo após a Primeira Guerra visavam, acima de

tudo, “salvar a semente” e garantir a raça.⁶⁶ Entretanto garantiu que as mulheres não apenas não ofereceram resistência em aderir ao sistema de proteção vinculado ao modelo de mãe-esposa, como, ao contrário, participaram ativamente da construção desse modelo. A autora concluiu que ainda que tal atitude pudesse ser vista como de submissão, permitiu que, vivenciando os papéis a elas destinados, as mulheres lutassem por novos direitos (*Ibidem*, p.96).

Já Belliard (*op. cit.*, p. 299-301) defendeu a idéia de que o ingresso das mulheres das classes altas inglesa e francesa na esfera pública, via filantropia, objetivava principalmente o apaziguamento dos conflitos sociais decorrentes da industrialização. Pois tal atuação filantrópica, ao incidir apenas nas parcelas “recuperáveis” da pobreza, tornava aquelas que a exerciam reprodutoras da tutela que elas mesmas sofriam, atualizando as “virtudes familiares” no plano social.

Discordando de Belliard, Thane (*op. cit.*) assegurou que, ainda que circunscritos a temas do âmbito da domesticidade, os encontros entre mulheres da elite e operárias seriam potenciais oportunidades para que estas trocassem experiências e reflexões, promovessem a auto-educação, conseguissem aliados, enfim, buscassem melhorar suas vidas – uma vez que o *status* comum de mulheres lhes dava maior proximidade, e mesmo uma certa cumplicidade. Embora reconhecendo o alcance limitado do trabalho das “damas da sociedade” – como as voluntárias da *Sanitary Association* de Manchester e Salford –, a autora ressaltou, paralelamente, o fato de haverem estas últimas criado formas inovadoras de assistência que serviram de modelo para as ações de proteção do Estado inglês, e chegou a apostar que o *Welfare State* jamais existiria sem a contribuição de tais mulheres. Valorizando o potencial revolucionário da filantropia feminina, a autora concluiu: « En donnant à leurs pareilles une voix publique, des fonctions publiques, de nouveaux emplois qualifiés dans les services sociaux, elles ont aidé à modifier les rôles traditionnels des femmes, même si le résultat fut inférieur à leur attente (Thane, *op. cit.*, p. 97).⁶⁷

⁶⁶ Para Thébaud (*op. cit.*, p. 51; 56), a atualização da expressão “*sauver la graine*”, utilizada por Pasteur em referência ao bicho-da-seda, parecia adequada ao cenário do período entre-guerras. Perante as dificuldades em promover aumento da natalidade ou melhoria substancial nas condições de vida, a medicalização da maternidade e a difusão da puericultura pareciam estratégias mais “realistas”.

⁶⁷ “Dando a seus pares uma voz pública, funções públicas, novos empregos qualificados no serviço social, elas ajudaram a modificar os papéis tradicionais das mulheres, mesmo se o resultado foi inferior à sua expectativa” (tradução minha).

Interpretação semelhante foi oferecida por Michelle Perrot (1991), para quem a filantropia abriu às mulheres européias “uma porta sem demasiados conflitos”, uma experiência considerável “que modificou sua percepção do mundo, a idéia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública” (*Ibidem*, p.504-505). Para a autora, a atividade filantrópica constituiu oportunidade única para muitas mulheres de “saírem” de sua esfera, de se expressarem no espaço público, enfim, de se tornarem protagonistas da sua vida. As atividades desenvolvidas pelas filantropas permitiram que “sob a capa da festa” elas adquirissem conhecimentos de administração financeira, gestão e comunicação, até então restritos ao universo masculino. Tais saberes e práticas, acumulados pela atuação no campo social, conferiram-lhes caráter de “especialistas” e reconhecimento de sua autoridade e competência, constituindo a base para sua profissionalização. “Ensinar, tratar, assistir: esta tripla missão constitui a base de profissões femininas” (*Ibidem*, p.508). Finalmente, no entender de Perrot, além de servir como acesso aos domínios da ciência e do trabalho, a filantropia – ao reconciliar a aptidão “natural” feminina com a utilidade social – propiciou experiências de liberdade pessoal, de contestação e de mediação de conflitos, e facilitou os contatos entre as mulheres, tornando-se o embrião de uma “consciência de gênero”, possível matriz de uma “consciência feminista” (*Ibidem*, p.510).

No Brasil, Associações como a das *Damas da Assistência à Infância* – fundada no Rio de Janeiro no início do século XX, com atividades desenvolvidas no *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* (IPAI) de Moncorvo Filho – desempenharam papel precursor na estruturação de uma rede de proteção materno-infantil que incluía a orientação às mães para o exercício da maternidade (Freire, 2002). Algumas dessas filantropas foram agraciadas com reconhecimento público, ao terem seu nome usado para batizar obras beneficentes, como no caso da “Creche Sra. Alfredo Pinto”, criada em julho de 1908, como parte da segunda seção do IPAI (Carneiro, *op. cit.*, p. 123). Lideradas pela mulher de Moncorvo Filho, D. Guilhermina, as senhoras da sociedade, voluntárias da Associação, preparavam também enxovais para os recém-nascidos e ajudavam a assistir as mulheres pobres inscritas no Serviço de Proteção à Mulher Grávida, organização complementar ao Instituto (*Ibidem*, p. 121). Tais práticas sofreriam posteriormente

processo de profissionalização, conformando os campos de enfermagem, serviço social e educação sanitária.

Críticos do modelo ideológico e institucional criado por Moncorvo Filho argumentam que a mobilização feminina acionada por seu Instituto – ao propiciar às mulheres da elite o ingresso na vida pública para o exercício de atividades consideradas como extensão natural de sua função doméstica – representou reforço à consolidação da hierarquia de classe e gênero dos primórdios da República (Besse, *op. cit.*; Wadsworth, *op. cit.*). Cabe considerar, entretanto, a efetiva afinidade de interesses entre os movimentos higienista e feminista quanto à valorização da maternidade, o que contribuiu para que se estabelecesse a relação de aliança e parceria em torno dos princípios da puericultura (Hahner, 1981; Araújo, 1993; Ferreira *et Freire*, 2005).

A partir do final da década de 1910 houve acelerado crescimento de organizações filantrópicas femininas no Brasil, nas quais as mulheres das classes média e alta podiam se sentir úteis à sociedade, organizando e administrando programas de assistência médica e social e de educação prática e moral, destinados sobretudo a mulheres, crianças e às classes populares. Assim é que, conforme noticiado pela *Revista Feminina*, no programa do 1º. Congresso Internacional Feminista – realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 1922, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino –, ao lado de temas como o direito ao voto, uma das palestras intitulava-se “O papel da mulher na higiene infantil e saúde pública” (“Pela Infância”, “Conferência brasileira pelo progresso feminino”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). Da mesma forma, a atuação das mulheres na “ascensão física e moral” da população brasileira foi exaltada pelo Dr. Antonio Epaminondas de Oliveira no 1º. Congresso Brasileiro de Proteção à Infância ocorrido em agosto do mesmo ano.⁶⁸

Tais iniciativas eram incentivadas e aplaudidas pelas revistas femininas. A criação da *Associação das Filhas do Divino Coração* em Petrópolis, em 1920 – na qual as mulheres pertencentes à classe alta dedicavam-se a conter os “impulsos anarquistas do operariado”, instruindo-os nos valores cristãos –, foi noticiada com destaque pela *Revista Feminina* (“Uma Associação Feminina de Petrópolis”,

⁶⁸ O palestrante aproveitou para valorizar o papel dos médicos como os “verdadeiros estadistas do nosso presente” (Kuhlmann Jr., 2002, p. 480).

Revista Feminina, 96, maio 1922). Já em matéria intitulada “Filhos adotivos por 12 horas”, *Vida Doméstica* elogiava o trabalho de mulheres voluntárias numa creche beneficente que abrigava crianças cujas mães “as dificuldades da vida obrigaram a trabalhar”. O discurso final revela o tom patriótico que permeava essa ação:

Um povo cujas figuras de elite se preocupam com a infância, quer sob o ponto de vista moral, quer sob o ponto de vista físico, é um povo que para si mesmo abre as possibilidades de um futuro grandioso! (Lucy Cornelissen, “As creches”, “Filhos adotivos por 12 horas”, *Vida Doméstica*, 137, ago. 1929).

Engajada na luta contra a mortalidade infantil, a *Revista Feminina*, lembrando que o maior tesouro de um país eram as suas crianças, alertava – “Ainda é tempo!” – enquanto noticiava a contribuição feminina, no 4º. Congresso de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro (“Pela infância”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922). Seguindo seu caráter doutrinatório, a revista informava também suas leitoras sobre o trabalho desenvolvido pela Federação Internacional Feminina, sublinhando em particular a distribuição de folhetos para as mães pobres, com orientações úteis sobre higiene (*Revista Feminina*, 97, jun. 1922), e destacando a necessidade da educação dessas mulheres, as quais “ignoram sua alta função social” (“A Liga das mães”, *Revista Feminina*, 99, ago. 1922).

Embora não diretamente patrocinada pela Igreja Católica, a *Revista Feminina* comungava dos seus ideais e, portanto, incorporou algumas de suas campanhas, como as de moralização dos costumes e contra o divórcio. Como a família simbolizava tanto para a Igreja quanto para as elites tradicionais – origem social de sua fundadora – um espaço privilegiado de sustentação, não constituía surpresa o engajamento da *Revista Feminina* em torno da valorização do casamento e da criação adequada dos filhos. A visão religiosa inspirava também, nas matérias publicadas, a defesa da divisão conjugal de papéis, justificando a submissão da esposa ao marido pela lei divina.

A esposa de verdadeiro mérito é aquela que vê nas ordens dadas por seu esposo uma lei, um preceito sagrado, é toda aquela que faz do respeito, da amizade, da fidelidade e da tolerância para com o esposo um verdadeiro culto (“O pecado dos pais”, *Revista Feminina*, 103, dez. 1922).

Depositada nas mãos das mulheres da elite urbana a missão regeneradora da sociedade, caberia a estas, através do exemplo e da filantropia, resguardar os valores cristãos. O discurso da revista parecia estar em sintonia com a mentalidade de suas leitoras. A. A. Pires de Campos, por exemplo, enviou para publicação uma carta em que, apresentando-se como feminista, criticava o que chamou de “super-feminismo” de algumas mulheres. Para a missivista, tratava-se de um “feminismo ateu”, pois tais mulheres pretendiam colocar-se “acima” de seus maridos, e não “ao lado” deles, conforme o lugar destinado por Deus (A. A. Pires de Campos, “O super-feminismo”, *Revista Feminina*, 76, set. 1920). Assim, paralelamente a temas como a necessidade de escolarização, a defesa do voto feminino, e aos relatos de bem-sucedidas inserções das mulheres no espaço público, a *Revista Feminina* divulgava também as práticas de filantropia, dos bons costumes e dos princípios moralizadores.

As tensões que envolviam as relações entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico das mulheres tornaram-nas simultaneamente sujeito e alvo da filantropia, através de tentativas de conciliação entre os seus interesses individuais e os coletivos – a partir de compartilhada percepção da infância como garantia do futuro da nação. Pois como o emprego feminino ia de encontro aos deveres familiares, e prejudicava especialmente o exercício da maternidade, uma forma de atenuar-lhe o impacto negativo, sobretudo entre as camadas mais pobres da população urbana – nas quais, porque regido pela necessidade material, não podia ser condenado – seria através da assistência benemerente aos filhos das operárias. Às mulheres das camadas altas caberia, de outro lado, “trabalhar” nessas obras filantrópicas de proteção às crianças pobres ou abandonadas. Assim, além de contribuírem para minimizar as conseqüências perniciosas sobre a saúde infantil, seriam estimuladas a exercer um papel exemplar moralizador sobre as famílias das classes populares. As revistas apressavam-se em noticiar a criação de obras voltadas à proteção infantil, como o Instituto inaugurado pelo Dr. Antonio Gouveia em Ribeirão Preto, nos moldes do IPAI de Moncorvo Filho (“Pela Infância”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). Da mesma maneira, em artigo transcrito de *O Paiz*, a *Revista Feminina* reconhecia que “um geral movimento de interesse pela sorte da infância, registra-se,

presentemente, em nosso país” (A defesa das crianças, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925). O periódico conclamava então suas leitoras a colaborarem na “defesa racional e eficiente das crianças”, seguindo a proposta de associação entre a ação do Estado e a benemerência, conforme o exemplo americano de filantropia.

A revista aplaudiu também a criação do *Departamento da Criança* pelo Dr. Moncorvo Filho, que iria “ampliar o brilhante trabalho do seu Instituto”, uma vez que este contava até aquela data com 19 filiais nos diferentes estados, e já havia amparado um total de 450.000 pessoas, “gastando cerca de 16 mil contos de réis” (*Ibidem*). A fundação do *Instituto de Cultura Física para a Criança*, destinado às crianças pobres entre 5 e 14 anos, também foi saudada especialmente por oferecer tanto assistência médica quanto alimentar (“A cultura física das crianças”, *Revista Feminina*, 86, jul. 1921). Já *Vida Doméstica* dedicou três páginas de seu exemplar de abril de 1926 à divulgação da *Casa dos Expostos*, com numerosas fotos dos “graciosos engeitadinhos” (“Casa dos Expostos”, *Vida Doméstica*, 98, abril 1926). Fartamente documentada através de fotografias foi também a festa promovida pela elite carioca em benefício da creche da mesma Casa (*Vida Doméstica*, 59, 29, set. 1923).

A organização de festas e chás beneficentes tornou-se verdadeira moda no Rio de Janeiro, conformando um espaço privilegiado de contatos sociais para as mulheres, expressão de seu caráter cívico e patriótico, e merecendo notas – com os nomes de suas mentoras – nos principais periódicos. O destaque e o teor de tais matérias revelam o envolvimento e a preocupação dos movimentos feministas – em particular os de orientação católica – com a educação e a higiene, o que comprova a afinidade de interesses que levou à conformação, sobretudo a partir da terceira década do período republicano, da relação de aliança entre feminismo, filantropia e higienismo.

Exemplar da interseção entre as fronteiras da filantropia, saúde e educação foi a criação, em 1930, da *Associação de Educadoras Sanitárias*, de cuja comissão contra a mortalidade infantil emergiu um grupo de mulheres da elite paulista, futuras fundadoras, no mesmo ano, da Cruzada Pró-Infância (CP-I) (Rocha, *op. cit.*). Liderada por Pérola Byington (1879-1963), com o auxílio da educadora sanitária Maria Antonieta de Castro, a Cruzada se propunha a promover a defesa dos direitos da gestante e da criança, o que incluía o combate

à mortalidade infantil, conforme enfoque da ideologia maternalista do período (Mott *et al*, 2005). Educadora com vasta experiência em trabalho voluntário na *Cruz Vermelha*, Pérola Byington, como esposa de importante empresário norte-americano, lançou mão de suas facilidades de trânsito entre a elite para angariar apoio para a nova entidade. Sua parceira, Maria Antonieta, havia presidido a *Associação de Educadoras Sanitárias*, na qual promovia cursos populares de puericultura e defendia a criação de parques infantis. Além disso, ambas participaram ativamente do movimento feminista brasileiro. No 2º. Congresso Internacional Feminista, realizado em junho de 1931, no Rio de Janeiro, sob auspícios da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ambas apresentaram trabalhos sobre o tema da proteção à infância⁶⁹ e sustentaram a defesa das seguintes proposições:

- 1) que fosse feito um apelo às mulheres brasileiras, visto acreditar que era responsabilidade, por excelência, do sexo feminino a proteção e a defesa da criança;
- 2) que as associações educativas e sociais colaborassem na realização da Semana da Criança, no mês de outubro;
- 3) que fosse criado um seguro contra a doença e invalidez e taxas especiais para obtenção de fundos para uma defesa da criança e da saúde pública;
- 4) que fosse estabelecido um salário mínimo “para abrandar a situação do proletariado” (Mott, *op. cit.*, p. 217).

Além da participação em seminários e congressos e da vasta produção literária sobre proteção materno-infantil, a Cruzada divulgava seu ideário nos jornais correntes e, a partir de 1933, passou a editar sua própria revista: *Infância*. Sob a direção de Pérola Byington, a CP-I viria a tornar-se exemplo de uma organização fundada no trabalho voluntário feminino que posteriormente se profissionalizou e inspirou a criação de outras instituições. Longe porém de se restringir à proteção da maternidade e da infância, seu trabalho visava à proteção das mulheres como cidadãs, uma vez que, para as seguidoras de Byington, bem como para a maior parte das feministas, a maternidade era considerada função social. Assim, defendiam, entre outros pontos, a regulamentação do trabalho dos menores; a criação de um serviço de inspeção escolar; a educação no trânsito; a

⁶⁹ Por conta de sua atividade na defesa da infância, Pérola Byington chegou a ser agraciada com o título de membro honorário da Sociedade Brasileira de Pediatria.

obrigatoriedade de um curso de pediatria para todos os médicos; a criação de sessões de cinema específicas para crianças e jovens; a fiscalização do leite e da água; a melhoria das condições sanitárias, enfim, amplo leque dos problemas que afligiam a sociedade em geral (Mott, *op. cit.*, p. 231-232).

Fosse ao encaminhar petições e cobrar providências das autoridades, fosse ao negociar apoio do Estado e do empresariado, ou ao mobilizar a opinião pública através da promoção de conferências e de artigos na mídia, as voluntárias da Cruzada participaram ativamente da dinâmica social e política do país, sem deixar de se ocupar de sua própria carreira – como Maria Antonieta – ou de sua família – no caso de Pérola Byington (Mott *et al, op.cit.*). Para Maria Lúcia Mott, “o estudo da trajetória da Cruzada possibilita matizar algumas afirmações feitas sobre a participação das mulheres das elites em entidades benemerentes” (*Idem*, 2001, p. 233); a autora destaca a complexidade do discurso maternalista da instituição, que além de defender a proteção à maternidade para todas as mulheres – visto que se tratava de função social –, lutava por seus direitos plenos como cidadãs brasileiras.

Com base na análise da trajetória de Maria Renotte (1842-1952), que, além de atuar como professora e médica⁷⁰, foi responsável pela criação de uma filial da Cruz Vermelha na cidade de São Paulo, no início do século XX, Mott (2005a) reafirmou a relevância da filantropia feminina no cenário social, apesar das limitações impostas às mulheres quanto ao desenvolvimento de outras identidades além daquelas de esposa e mãe.

... [pela] atuação nas associações filantrópicas, as mulheres participaram efetivamente da vida nacional, deixando sua marca nos serviços prestados à população, nas leis, na organização de instituições de ensino e de saúde e no desenvolvimento do conhecimento científico (*Ibidem*, p.41).

Da fundação da Cruz Vermelha Brasileira, participou também a condessa Amalia Ferreira Matarazzo, esposa de um dos mais ricos industriais paulistas, e

⁷⁰ Maria Renotte era ainda colaboradora do jornal *A Família*, que circulou no Rio de Janeiro no final do século XIX (Mott, 2001, p. 212). A médica considerava a benemerência como um dever social; defendia portanto que a mulher só poderia exigir seus direitos de cidadania a partir do momento em que cumprisse seus deveres com a Pátria – pela educação dos filhos ou pela ação social voluntária (*Idem*, 2005, p. 58).

exemplo da atividade filantrópica entre a elite feminina urbana. Dentre outras organizações que ajudou a criar, a condessa Matarazzo foi presidente da Liga das Senhoras Católicas, fundada em 1920, que mobilizou a alta sociedade paulista em torno da filantropia. A presença de jovens voluntárias vendendo flores em benefício da associação passou a fazer parte do cenário da capital paulista na década de 1920. Além da participação em ação filantrópica, as moças desfrutavam a oportunidade de flertar e ter seus retratos estampados nas revistas ilustradas (Besse, *op. cit.*, p. 172). A “ação social” da Liga das Senhoras Católicas voltava-se mais diretamente para a educação feminina, tendo por objetivo “formar boas mães de família, que por sua vez darão à Pátria filhos valorosos e fortes, inteligentemente educados na moral” (“A Escola de Economia Doméstica”, *Revista Feminina*, 184, set. 1929). A Escola de Economia Doméstica, criada em 1929 pela Liga em São Paulo, dispunha de duas seções, “completamente separadas”. Na seção paga, oferecia um curso que visava preparar as moças da elite paulista

[...] para ser de amanhã a boa esposa, aquela que sabe encorajar o companheiro para a luta da vida, economizando-lhe os ganhos sem sacrifícios do conforto caseiro ou do seu encanto pessoal; e as *verdadeiras mães* [grifo meu], que se desempenham na formação dos seus filhinhos com inteligência e amor (*Ibidem*).

A escola ainda aceitava “como pensionistas, moças de famílias distintas, a 160\$ e 180\$ mensais, sendo-lhes fornecida uma alimentação sadia e abundante”. Já a seção gratuita,

[...] formará excelentes empregadas que aprendem ali, a moral que preserva e as noções que encaminham; cumpridoras de seus deveres, serão hábeis governantas, arrumadeiras, doceiras ou cozinheiras, lavadeiras e engomadeiras, auxiliares de enfermeiras ou de costureiras, etc (*Ibidem*).

A *Revista Feminina*, ao mesmo tempo em que divulgava a Escola, recomendando o pensionato sobretudo para as jovens do interior que vinham estudar na capital, conclamava suas leitoras a colaborarem para o engrandecimento da obra benemérita católica. A extensão da matéria, ilustrada

por fotografias do prédio e de senhoras da Liga ao lado do engenheiro responsável e do Presidente do Estado, por ocasião da visita deste último à instituição, possivelmente fornece a medida do prestígio social conferido pela filantropia no período, reforçando a concepção a ela atribuída de verdadeiro trabalho feminino.

3.4. A CIENTISTA DO LAR.

“Ser boa dona de casa deve ser uma qualidade intrínseca da alma feminina, não importa se de uma doutora ou de uma engomadeira” (Tomyres Dalva, “A sociedade e a mulher que estuda”, *Revista Feminina*, 91, dez. 1921).

Segundo a *Revista Feminina*, “a mulher no lar, deve ser a alma de toda a sua casa. É dentro dela, que, melhor do que em outra qualquer parte, a mulher se sente rainha e senhora” (“A mulher no lar”, *Revista Feminina*, 156, maio 1927). Missão simultaneamente sublime e patriótica, era entronizada no doce aconchego do lar que a mulher reinaria sobre a casa, o marido e os filhos. Mas se essa tarefa era imbuída de valores divinos e patrióticos, implicaria, entretanto, abdicação e renúncia. As leitoras das revistas femininas se perguntavam: deve a mulher partilhar dos mesmos prazeres do marido? (*Vida Doméstica*, 98, abr. 1926). No que dependesse de conservadores como Osório Lopes, a resposta seria negativa: “A mulher brasileira para exercer com superioridade a admirável missão de sacerdotisa do lar, precisa abandonar as vaidades que aumentam dia a dia e ter uma compreensão real da sua finalidade” (Osório Lopes, “O futuro da família”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926).

A leitora de *Vida Doméstica* endossava a crítica à “atual tendência a uma vida de prazeres e desvarios”, lembrando que exclusivamente no casamento as mulheres encontrariam a verdadeira felicidade (Jomar, “Como se vive ... como se deve viver”, “Moças de hoje”, *Vida Doméstica*, 137, ago. 1929). Já o psiquiatra progressista Antonio Austregésilo, após analisar as qualidades morais e intelectuais das brasileiras, concluiu:

Os ideais femininos no Brasil, (há, é certo, muitas e louvabilíssimas exceções) são constituídos pelo casamento. Casar é a suprema aspiração; a maternidade gentil e amorosa, o sonho em que se finda o horizonte da alma feminina brasileira (Antonio Austregésilo, “Perfil da mulher brasileira”, *op. cit.*).

O “decálogo da esposa” publicado em *Vida Doméstica* – primoroso ao refletir o ideário da época sobre as relações de gênero – mantinha o tom prescritivo adotado pelo periódico em sua doutrinação pela salvação da família brasileira (Figura 5). Após estabelecer que a mulher deve amar seu esposo acima de tudo, tratando-o como amigo precioso, o decálogo prescreve: “Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semblante risonho; mas não te aflijas excessivamente, se alguma vez ele não reparar nisso” (“O decálogo da esposa”, *Vida Doméstica*, 83, dez. 1924). Tal disponibilidade ilimitada receberia por único pagamento o “amor reconhecido” do marido. Pois sendo o casamento o destino primordial das mulheres, era ali que estas encontrariam sua realização.

Enaltecendo o matrimônio e condenando veementemente o divórcio, os colaboradores da *Revista Feminina*, seguindo sua orientação católica, recomendavam que, para evitar a trágica “dissolução do lar”, as jovens precisavam se prevenir, escolhendo um bom marido (“Janeiro”, *Revista Feminina*, 80, jan. 1921). As próprias revistas ofereciam sugestões de como encontrar um “esposo honrado”, como em artigos publicados em 1924 e 1925. Mas as moças deveriam ser orientadas preferencialmente por suas mães, a quem caberia lhes inculcar, desde a infância, os parâmetros que as guiariam em seu destino, atrelado à condição de seu gênero. Nem sempre as mães seriam bem-sucedidas, uma vez que não haviam sido preparadas para tal tarefa, permitindo que as jovens seguissem a fantasia e chegassem conseqüentemente a um “mau casamento”. A se julgar pela descrição da feminista portuguesa Maria de Eça, a obrigação materna se constituía em função extremamente complexa:

O dever das mães é (...) abrir-lhes os olhos sobre os encargos que o casamento traz, mas sem as apavorar sobre um tão sagrado dever, como é para a mulher o ser esposa e mãe. O casamento é para a mulher consciente a forma de se dedicar, de se sacrificar por aquele que conscientemente escolheu, que será o pai de seus filhos, e ela deve ir para o matrimônio com a certeza que vai cumprir *um dever muito*

sério perante a sociedade! [grifo meu] (Maria de Eça, “Abril”, *Revista Feminina*, 179, abr. 1929).

Mais uma vez, “a culpa era das mães” (*Ibidem*)! Assim, conferindo ainda maior precocidade ao projeto de educação das mulheres, reforçava-se a atribuição exclusiva às mães da responsabilidade de preparar suas filhas para a vida, sem perder da lembrança, entretanto, que seu destino já fora traçado pela natureza: casar e constituir uma família (Jomar, *op. cit.*).

O casamento era notícia de destaque e principal tema fotográfico de *Vida Doméstica*, ocupando por vezes páginas seguidas do periódico, com referências elogiosas tanto à elegância da noiva quanto ao sucesso profissional do noivo, sem esquecer o luxo e sofisticação das festas. Tal ênfase nas fotos de cerimônias de casamento – com exclusividade para aquelas realizados na Igreja Católica – possivelmente revelava a sua valorização como evento social, além de reforçar o peso da instituição na estrutura da sociedade brasileira.⁷¹ Para Brites (2000, p. 168), ao ressaltar os ritos de passagem socialmente valorizados, as experiências fotográficas da revista, ao mesmo tempo em que representavam a dimensão da vida “bem-sucedida” dos fotografados, contribuía para consolidar a imagem das “famílias estruturadas” como modelo ideal de sociedade. As estratégias e “arranjos” conjugais distintos desse modelo de união – cuja existência, como já referido, foi apontada por historiadores para o século XVII, XVIII e XIX, e persistia na década de 1920 – mantinham-se à margem do noticiário das revistas. Tais relações “fora de padrão” só ganhavam visibilidade nas páginas dos jornais diários ou nas atas de processos judiciais, quando envolviam o rompimento de acordos ou geravam atos de violência (Carvalho, 1990; Caulfield, *op. cit.*).

⁷¹ Além do casamento religioso, a força do catolicismo aparecia nas procissões, comemorações festivas – como da Páscoa –, festas e quermesses em homenagens a santos e padroeiros, como as da Penha, de São José e de São João.

O SEGREDO DA SYMPATHIA

O segredo da sympathy consiste, apenas, em esquecermo-nos completamente de nós mesmos.

As pessoas que dominam pelo carinho são aquellas que se olvidam de si mesmas e unicamente pensam no bem e no prazer que podem proporcionar aos outros.

Nenhuma qualidade physica ou moral exerce maior influencia que a sympathy. Na historia da França ha um exemplo frisante: Mme. Recamier. Ninguem teve maior poder de fascinação que ella.

Seus retratos, no emtanto, provam que não era formosa como o eram outras damas da cõrte. Mesmo, assim, até formosa lhe chamaram.

Mesmo, depois de ter perdido todos os atractivos da mocidade, esse seu maravilhoso poder de fascinação sobre as pessoas que a rodeavam não diminuiu.

Os escriptores submeteram-lhe á apreciação, as suas obras, os pin-

tores seus quadros, os estadistas consultavam-na a respeito de seus projectos e tudo isto não era devido, apenas a seu talento, mas em grande parte, tambem, ao empenho sincero que ella punha em reunir seus amigos e fazer-lhes todo o bem que pudesse.

Era amavel, de uma maneira inconsciente e interessava-se pelo bem dos outros com a maior ingenuidade.

De nada valem a formosura, os enfeites, as joias, o proprio talento si não forem acompanhados de um semblante risonho, de um caracter amavel, de um coração bondoso.

O bom humor e os bons sentimentos reflectem-se no rosto, produzindo, assim, essa maravilhosa força que se chama a sympathy.

V. HUGO.



O DECALOGO DA ESPOSA

I — Ama teu esposo acima de tudo, na terra, e ama o teu proximo da melhor forma que pudeses; mas lembra-te de que a tua casa é de teu esposo e não do teu proximo.

* * *

II — Trata teu esposo como um precioso amigo; como a um hospede de grande consideração e nunca como uma amiga a quem se contam as pequenas contrariedades da vida.

* * *

III — Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semblante risonho; mas não te afflijas excessivamente, si alguma vez elle não reparar nisso.

* * *

IV — Não lhe peças o superfluo, para o teu lar; pede-lhe, sim, caso possas, uma casa alegre e um pouco de espaço tranquillo para as creanças.

* * *

V — Que teus filhos sejam sempre bem arranjados e limpos; que tu estejas sempre aseada como elles; que elle, ao vel-os assim, possa sorrir satisfeito e que essa satisfação o faça sorrir quando se lembre dos seus, em estando ausente.

VI — Lembra-te, sempre de que casaste para partilhar com teu esposo as alegrias e as tristezas da existencia. Quando todos o abandonarem, fica tu a seu lado e diz-lhe: "Aqui me tens! Sou sempre a mesma.

* * *

VII — Si teu esposo possuir a ventura de ter sua mãe viva, sê boa para com ella pensando em todas as noites de afflicção que terá passado para protegê-lo na infancia, formando o coração que um dia havia de ser teu.

* * *

VIII — Não peças á vida o que nunca ella deu a ninguem. Pensa, antes, que si fores util poderás ser feliz.

* * *

IX — Quando as maguas chegarem não te acobardes: lucta! Lucta e espera na certeza de que os dias de sol voltarão.

* * *

X — Si teu esposo se afastar de ti, espera-o. Si tarda em voltar, espera-o; ainda mesmo que te abandone, espera-o! Porque tu não és, somente a sua esposa; és, ainda, a honra do seu nome.

E quando um dia elle voltar, ha de abençoar-te.



Figura 5.

A já citada historiografia demonstrou que a “salvação” da família constituía objetivo comum aos reformadores da década de 1920, os quais, apesar de concordarem em que essa salvaguarda passaria pelo fortalecimento da instituição do casamento e pela crescente participação intervencionista do Estado, propunham, contudo, estratégias diferenciadas de ação. Para os progressistas, era preciso substituir os padrões “arcaicos” pelos novos padrões “higiênicos”, enquanto os conservadores insistiam em preservar os valores familiares tradicionais. De qualquer forma, as regras que guiavam a vida familiar gradativamente se modernizavam, incorporando os conhecimentos científicos da eugenia e introduzindo, no cenário doméstico, profissionais como médicos, juristas e assistentes sociais. As 15 regras que compunham o manual publicado em 1923 pelo médico eugenista Renato Kehl, “Como escolher um bom marido”, expressavam bem as novas preocupações que envolviam o casamento, tido pelo autor como fonte exclusiva de felicidade para a mulher (Castañeda, 2003).⁷²

Longe, entretanto, de ser cristalizado como um “mar de rosas”, o potencial gratificante do casamento era questionado nas próprias revistas femininas que assim o retratavam. Entre os conselhos oferecidos às noivas, por exemplo, alguns advertiam que estas deveriam “convencer-se de que sua situação na sociedade mudou desde esse instante, e sacrificar sem hesitações todos os seus hábitos antigos” (“Cartas de mulheres a uma noiva”, *Revista Feminina*, 139, dez. 1925). Maria de Eça alertava as jovens sobre o fato de que a vida conjugal poderia ser uma agradável surpresa, mas, se tal não ocorresse, restar-lhes-ia apenas conformar-se, “limitando-se a fazer felizes os que a rodeiam” (Maria de Eça, *op. cit.*). Esse foi o procedimento assumido pela personagem do conto de Chrysanthème, perante a indiferença do marido, apesar de sua postura digna e terna: “E, vês tu, nessa hora, eu amava e perdoava integralmente ao meu bárbaro

⁷² Tratarei mais detalhadamente da eugenia brasileira no capítulo 5; cabe, no entanto, recuperar a percepção de Stepan (2004) de que essa disciplina fez parte do entusiasmo pela ciência que dominou o país no período, constituindo-se em signo exemplar de modernidade. Por conseguinte, a eugenia se tornaria o argumento ideal para a elite reformadora, convencida do poder da ciência em produzir progresso e estabelecer a ordem num país afetado por sua composição racial (*Ibidem*, p. 339). Assim, incorporar os parâmetros eugênicos à escolha dos cônjuges significava, em última análise, aderir a um projeto de modernização do casamento.

e ingrato marido!” (Chrysanthème, “A culpa dos homens”, *Vida Doméstica*, 98, abr. 1926).

Insistindo na máxima de que o casamento não deveria ser a única função na vida das mulheres, Ana de Castro Osorio vinculava à emancipação feminina a garantia de um casamento feliz. Argumentava que a partir do momento em que as mulheres alcançavam “uma vida autônoma”, capazes de garantir seu sustento em pé de igualdade com os homens, o casamento se lhes apresentava muito mais belo e sagrado, pois deixava de ser “falsa libertação” para se constituir em “comunhão espiritual de mútua e consciente vontade” (Ana de Castro Osorio, “Questão feminina”, “As mulheres e as crianças”, *Revista Feminina*, 139, dez. 1925). Possivelmente o modelo de casamento apontado pela feminista portuguesa estava longe de ser alcançado mesmo em seu país, permanecendo mais como utopia que realidade. Talvez fosse, porém, para as mulheres, indicativo de um ideal almejado de liberdade – sem abdicação de sua “nobre missão familiar”.

Diante da máxima visibilidade do casamento nas revistas femininas – pela abundância de artigos que procuravam instruir as noivas, oferecer pequenos conselhos visando à harmonia do lar, ou mesmo alertar as mulheres para as agruras da vida conjugal –, poucas matérias exploravam a questão da preparação sexual. Tal atitude possivelmente estava sintonizada com a cautela que norteava o debate social sobre a conveniência da educação sexual dos jovens (Maluf, *op. cit.*, p. 393). É ainda digna de nota a ausência quase total, nos periódicos analisados, de referências ao celibato feminino. Os celibatários, fossem homens ou mulheres, eram vistos pela sociedade da época como uma ameaça ao casamento, e a virgindade feminina, como inimiga da beleza e da saúde, uma vez que contrariava a sua natureza (*Ibidem*). Nas revistas femininas analisadas, exceto pelas referências maldosas às feministas, creditadas como mulheres feias, incapazes de encontrar marido – portanto assexuadas ou masculinizadas –, as solteiras pareciam não fazer parte do universo feminino, o que fazia supor que as mulheres se definiam como tal exclusivamente pelo casamento (Antonio Austregésilo, “Perfil da mulher brasileira”, *op. cit.*).

Para ser mulher, não bastava, entretanto, ser casada; era preciso ser uma “boa esposa”. As revistas femininas não se detinham no aspecto amoroso ou

sexual da vida conjugal, limitando-se a conselhos sobre a aparência jovial que a esposa deveria manter ao receber seu marido após o trabalho. Proibidas de solicitar a ajuda dos esposos, o dever das mulheres era, ao contrário, poupá-los e deixá-los confortáveis, a fim de não atrapalhar sua função de provedor. Em alguns números da *Revista Feminina*, a mulher seria retratada como a amiga do marido: “livre, amável, serena, equilibrada, sorridente e afetuosa amiga do seu esposo” (“Maio”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923).

A recomendação da *Revista Feminina* às suas leitoras é exemplar da sua concepção idealizada de uma “boa esposa”:

O homem, com as preocupações da vida, com a luta pela existência, qual um novo Hércules que deve fazer uso da sua força, do seu vigor para destruir os obstáculos que lhes embargam o passo, precisa no entanto nos momentos de cansaço e de desalento dos encantos da voz suave e carinhosa, das carícias das mãos brancas, do sorriso, dos olhos claros e do refrigério dos lábios vermelhos. E ao chegar ao lar, depois de um dia de trabalhos, descansar no peito amigo de sua companheira que só por ele vive. A mulher, a sua eterna aliada, vinda ao mundo só para fazer a sua existência mais suave, flor do jardim da vida e jardim perene no lar perfumando-o com a sua fragrância e bondade (“Dezembro”, *Revista Feminina*, 103, dez. 1922).

Mas nem por isso a mulher precisaria “definhar entre quatro paredes”, estando “autorizada” a dedicar-se à sua vocação artística ou literária fora do lar, desde que “cumprindo religiosamente todos os seus deveres domésticos” (Izabel de Léon, “Páginas escolhidas”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923). Em outros números da revista, a esposa figurava como companheira do marido e colaboradora nas finanças (“Maternidade”, *Revista Feminina*, 109, jun. 1923). Mas longe de expressar um incentivo ao trabalho feminino remunerado, a *Revista Feminina* sugeria que tal colaboração deveria se originar prioritariamente da boa administração das despesas do lar e do apoio ao desenvolvimento profissional do esposo, mantendo-se as mulheres nos bastidores da cena pública. O amor conjugal devia ser sereno, cabendo à mulher conter os excessos masculinos na direção de uma “amizade amorosa”, que privilegiasse o respeito mútuo em detrimento do princípio do prazer (Maluf, *op. cit.*, p. 392).

“A mulher que oferece ao sábio o apoio de um coração afável tem uma função infinitamente superior à mulher de laboratório” (P. Desfosses, “A mulher de

escol”, *op. cit.*). O discurso de Desfosses⁷³, assim como o de muitos articulistas que comungavam dos princípios da revista, sustentava-se na idéia da complementaridade dos papéis conjugais: “A função do homem é agir, criar, lutar – a sua missão é dirigir; a função da mulher está na ordem, no método – a sua missão está em devotar-se” (*Ibidem*). Funcionando como “alavanca para o brilho do marido”, a mulher encontraria na maternidade o caminho para atualizar em novas bases sua posição entre as quatro paredes do lar, solidificando sua identidade de rainha do lar, e transformando-se então numa verdadeira “Mulher de Escol”. Por trás desse discurso aparentemente conservador, podem ser encontradas pistas sugestivas de que a maternidade não se reduziu a mero mecanismo de reforço à dominação masculina, viabilizando a modernização de relações de gênero tradicionais, de acordo com historiadores como Besse (*op. cit.*), mas representou também um caminho potencialmente desestabilizador da condição feminina para o período.

Paralelamente à afirmativa de Desfosses (*op. cit.*) – “A verdadeira mulher é boa e sábia” – as revistas femininas acrescentariam à condição feminina a “soberania da beleza” (“A soberania da beleza”, “A cútis”, *Vida Doméstica*, 25, abr. 1922). A ode à formosura e ao poder de sedução das mulheres convivia nas páginas das revistas femininas com receitas culinárias e feitiços de camisas infantis, em aparente contradição. O reforço a atributos como simplicidade e recato, em contraste com os inúmeros anúncios de produtos estéticos, fazia supor que estes últimos se destinavam exclusivamente às jovens casadoiras, restando às esposas a modesta discrição do avental. Pois a beleza feminina deveria representar um elemento capaz de apaziguar a sensualidade do casal, identificada “com os princípios médicos e higiênicos, nunca à sedução” (Maluf, *op. cit.*, p. 392). Uma atribuição seletiva de adjetivos procurava demarcar, nas páginas das revistas femininas, as diferenças entre a esposa virtuosa – discreta, tolerante, paciente, justa, modesta – e as “melindrosas” – atrevidas, insinuantes, despudoradas nos trajes e nas atitudes, ressaltando a preocupação com a (falta de) educação das jovens. “Sem instrução e com essa espécie de educação, que pode ser da menina moderna?” (“Janeiro”, *Revista Feminina*, 68, jan. 1920).

⁷³ Paul Desfosses era médico cirurgião, e secretário da revista *La Presse Médicale*.

Ao refletir a ambigüidade que impregnava a sociedade urbana da década de 1920, em plena transformação, os comportamentos da mulher moderna poderiam ser simultaneamente objeto de crítica ou de admiração nos periódicos. Texto assinado por Don Til esbanjava humor e ironia para condenar os novos costumes.

Hoje, as moças sentam-se tendo o cuidado de cruzar as pernas para exibir os joelhos e, não raro, as primeiras rendas das calcinhas. Quando se decotam, abrem, nas costas, o decote até a linha da cintura, e não podem afundá-lo mais porque não o permite o cóis da saia. Todas elas adotaram hábitos masculinos, andam sós pelas ruas, saem à noite sós, cultivam esportes masculinos e têm uma desenvoltura, um desgarre de rapazes (Don Til, “As bonecas de hoje”, *Revista Feminina*, 96, maio 1922).

Já o editorial da *Revista Feminina* de fevereiro de 1925 festejava: “E é um gosto vê-las, risonhas e desembaraçadas, na direção de seus carros, fazendo o curso na Avenida ou em excursão pelas estradas, ou a compras nas feiras e nos mercados” (“Fevereiro”, *Revista Feminina*, 129, fev.1925). E rebatia os críticos da emancipação feminina: “Por que essa má vontade em reconhecer na mulher essas e outras qualidades a que ela indubitavelmente tem direito?” (*Ibidem*).

Menos, porém, que expressão de conflitos na atribuição de papéis, essas imagens provavelmente refletiam a superposição de identidades esperadas para as mulheres das principais cidades brasileiras no período. Pois ao mesmo tempo em que se forjava uma tríplice representação ideal da mulher – como esposa, mãe e dona-de-casa –, esta era convocada para participar do mundo do trabalho em plena expansão, e tinha sua presença solicitada no espaço público das ruas, em cerimônias, festas, teatros e concertos. As tensões provocadas por esses múltiplos apelos podiam ser percebidas particularmente no Rio de Janeiro, cidade cuja “vocaçãõ do prazer” incitava seus habitantes à busca de atividades recreativas e de lazer, e onde os eventos sociais e a vida noturna atraíam de forma especial (Araújo, *op. cit.*). A moda da rua – sobretudo os passeios pelos novos *boulevards* – competiam em prestígio com o convívio doméstico, o que se refletia nas fotografias publicadas em *Vida Doméstica*, a qual passaria a desviar seu foco para as famílias em “desfile” nas calçadas cosmopolitas.

As revistas femininas estimulavam a vida mundana, noticiando estréias teatrais e cinematográficas, publicando longas reportagens fotográficas de acontecimentos sociais, e orientando as leitoras quanto à escolha de roupas e complementos mais adequados às festas e demais eventos (“Inauguração do salão de chá da Casa Colombo”, *Vida Doméstica*, 34, set. 1923).⁷⁴ A elegância, nessas matérias, deixava de ser vista como preocupação fútil, convertendo-se em “prova de inteligência” das mulheres (Paula Faria, “Na desilusão”, *Vida Doméstica*, 10, dez. 1920). Mas ao mesmo tempo, as revistas criticavam a atividade social das mulheres, como antagônica à sua vida privada e possível risco à ordem familiar – consequentemente, ao futuro da nação.

Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta do lar. É como se a um templo se evadisse um ídolo. É como se a um frasco se evolasse um perfume. A vida exterior, desperdiçada em banalidades, é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde a urdidura firme e ancestral dos seus liames. “Rumo à cozinha”, eis o lema do momento (“Agosto”, *Revista Feminina*, 75, ago. 1920).

Tal preocupação tornava-se mais visível na *Revista Feminina*, identificada com os princípios da Igreja católica, cuja força na vida da sociedade urbana encontrava-se sobretudo na família – sua principal vitrine e foco de difusão. Muitas vezes estava presente nas matérias a ressalva de que a vida social era permitida às mulheres, desde que não atrapalhasse sua função doméstica, deixando claras as prioridades. As “Regras da boa sociedade” estabeleciam que “as mulheres devem cumprir os deveres sociais que lhe são impostos, mas não deixando se absorver por eles”, de modo a não negligenciar suas obrigações no lar e não perturbar “sua nobre missão de esposa e mãe, de amiga e patroa” (“Regras da boa sociedade”, *Vida Doméstica*, 102, ago. 1926). De maneira geral, permanecia um discurso de dupla orientação, que embaralhava os múltiplos papéis esperados – e algumas vezes efetivamente vividos – para as mulheres das camadas média e alta da sociedade urbana. Para desempenhá-los a contento,

⁷⁴ Curiosamente, nenhuma notícia sobre a Semana de Arte Moderna de São Paulo apareceu nos exemplares da *Revista Feminina*, editada na própria cidade onde ocorreu o evento. Possivelmente este foi considerado pelos mentores intelectuais do periódico como incompatível com a sua orientação católica.

conciliando a vida social com as exigências do casamento, encarnando simultaneamente tantas e tão contraditórias virtudes, e combinando os ideais de pureza, companheirismo e gerência eficiente do lar, tais mulheres teriam de realizar verdadeiro trabalho de “contorcionismo” (Maluf *et Mott*, *op. cit.*, p. 396).

Se os papéis de esposa e dona-de-casa pareciam se confundir, quanto ao desempenho desta função, havia controvérsias. Uma colaboradora da *Revista Feminina* – que se apresentava como advogada formada – mostrava-se categórica: “Ser boa dona-de-casa deve ser uma qualidade intrínseca da alma feminina, não importa se de uma doutora ou de uma engomadeira” (Tomyres Dalva, “A sociedade e a mulher que estuda”, *Revista Feminina*, 91, dez. 1921). Na opinião de outros articulistas, a prática doméstica seria passível de aprendizado nas escolas destinadas especificamente a esse mister.

A “ordem do lar” era das principais prerrogativas da boa dona-de-casa, que nem sempre contava com a ajuda de empregados para dar conta desta tarefa. A se acreditar nos comentários e queixas publicados nos periódicos, achar criadas responsáveis e asseadas era cada dia mais difícil, pois estas estavam escasseando “em todas as civilizações modernas”, além de representarem custo muitas vezes inacessível. Ana de Castro Osorio assim resumiu a situação por que vinham passando as donas-de-casa:

O ordenado das criadas com alimentação, casa e todas as suas mais exigências, é uma coisa que ultrapassa, na maior parte das famílias, a sua disponibilidade econômica, colocando as donas de casa numa constante aflição, numa agonia diária que desconserta os nervos e desarmoniza a existência (Ana de Castro Osorio, “A Questão feminina”, “Educação profissional e doméstica”, *op. cit.*).

Para a feminista portuguesa, era erro pensar que o trabalho caseiro vinha sendo simplificado pela suposta redução das exigências da vida moderna. A autora assegurava que, ao contrário, essas exigências se tornavam cada vez maiores e mais complexas. O que realmente veio facilitar o trabalho das donas-de-casa foram as “descobertas da ciência aplicada” (*Ibidem*). Alguns exemplos desses novos aparatos técnicos eram anunciados nas revistas femininas: enceradeiras, refrigeradores, panelas de alumínio, fogões a gás e máquinas de costura. Elevado ao patamar de aplicação da ciência no lar, o exercício da função

doméstica – nas palavras de Ana de Castro Osorio, “tão digna quanto qualquer outro trabalho” (*Idem*, “A mulher e o lar”, *Revista Feminina*, 164, fevereiro 1928) – representaria uma valorização do papel doméstico feminino. Retomando sua incansável campanha pela criação de escolas domésticas, a escritora ressaltava que o “labor caseiro [...] só pode constituir um trabalho apreciável se for realizado com inteligência e com saber” (*Idem*, “A Questão feminina”, “Educação profissional e doméstica”, *op. cit.*). Com o auxílio da tecnologia e da educação especializada, – mantendo-se, contudo, dentro de sua esfera, na qual podiam gozar de autoridade e relativa independência –, as mulheres reinariam então como “sacerdotizas” e “sábias diretoras de seus lares” (“Maternidade”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923).⁷⁵

A incorporação da tecnologia doméstica pela sociedade brasileira urbana não se deu, entretanto, sem resistências ou conflitos, como é comum em relação às novas práticas. O alto custo dos citados bens de consumo representou outro fator limitante, restringindo-se a pequena parcela da população urbana os benefícios trazidos pelos novos utensílios e por serviços como água encanada e eletricidade. Usava-se, na década de 1920, entregar a roupa suja a lavadeiras residentes na zona rural, as quais dispunham de água corrente em abundância e mais espaço para estender as peças, deixando-as frescas e perfumadas. Embora criticado pelos higienistas, em virtude do risco de contaminação, esse hábito persistiu até pelo menos os anos de 1960.⁷⁶ Diante da dificuldade de romper com o costume, a progressiva escassez de lavadeiras foi o argumento preferencial da propaganda de máquinas de lavar nas revistas femininas (*Revista Feminina*, 69, fev. 1920).

Mas a contribuição da ciência ao lar não se daria somente na oferta dos novos aparatos. O manual “O lar feliz” ensinava todos os passos para a utilização racional do tempo no desempenho do trabalho doméstico, a fim de que, ao final do dia, a dona-de-casa pudesse receber seu marido com o semblante tranqüilo e um sorriso nos lábios (Maluf *et* Mott, 1998, p. 407). Na prática, em paralelo ao processo de busca de adesão à “administração científica” das funções

⁷⁵ Chrysanthème conferiu ao lar a conotação de “capelinha santa” (Chrysanthème, *Vida Doméstica*, 98, abr. 1926).

⁷⁶ Faz parte do meu universo de recordações da infância a chegada da lavadeira à casa de minha avó, em Copacabana, e o desembrulhar da alvíssima trouxa de roupa, exalando a anil e sabão de coco. E ainda, após a conferência do “rol”, a inevitável falta de alguma peça...

domésticas, e ao consumo dos novos equipamentos e serviços, mantinham-se na maior parte das residências cariocas costumes antigos como o uso de penicos e bacias, ao mesmo tempo em que outras tarefas eram agregadas ao cotidiano feminino, a partir das novas exigências da higiene e do cuidado com as crianças. Como resultado, as atividades domésticas tornavam-se exaustivas e demoradas, causando nas “rainhas do lar” um desgaste digno de plebéia. Enquanto correntes mais conservadoras do movimento feminista endossavam a idéia da necessidade de racionalização do serviço doméstico, anarquistas como Josefina Bertacchi denunciavam como utópico o modelo burguês de perfeição de esposa e dona-de-casa apregoado pelos médicos e reformadores (Rago, 1985, p. 102). O choque entre a dimensão idealizada e a realidade inspirou a revolta de uma colaboradora da *Revista Feminina* contra a moderna tendência da moda no sentido de abolir o uso de luvas; o novo hábito traria o risco de expor as mazelas das mãos “santificadas no cumprimento das ocupações cotidianas” (*Revista Feminina*, 70, mar. 1920).

Manter a ordem no lar importava especialmente combater a sujeira. A poeira tornara-se, ao final do século XIX, um dos pontos centrais das preocupações domésticas, e exemplo notável do “aprofundamento da atenção higiênica, que vai do mais visível ao menos visível” (Vigarello, 2001, p. 214). Embora distante do “delírio do contágio” desse período, o cuidado com o asseio do corpo e da casa manteve-se no século XX, visando combater a ameaça representada pelos micróbios. Para tanto, a dona-de-casa contava com produtos como inseticidas e desinfetantes, fartamente anunciados nas revistas femininas do Brasil, e em todo o mundo.⁷⁷ Os perigos oferecidos pelas baratas e outros insetos eram reiterados em receitas caseiras de combate a essas ameaças. As revistas ofereciam também conselhos úteis às donas-de-casa, como dar preferência a móveis sem quinas ou cantos que pudessem acumular poeira. Esse cuidado com a limpeza do ambiente assumiria vulto ainda maior quando se tratasse do quarto das crianças, como será discutido mais adiante.

Anúncio do desinfetante *Lysol*, veiculado na *Revista Feminina*, exagerava o seu poder, ao apregoar – sob a ilustração de uma dupla de médico e enfermeira

⁷⁷ Tais produtos possivelmente eram consumidos apenas por poucas famílias abastadas. No restante das casas, a limpeza continuava a ser feita à base de água de bacia, areia, casca de coco e escovão... (Maluf *et Mott*, *op. cit.*)

em ambiente hospitalar – sua utilização nos Estados Unidos para conter as mais variadas epidemias. Análise de Brites para *Vida Doméstica*, em período posterior ao dessa pesquisa, confirmou a continuidade dessa estratégia: o inseticida *Flit* foi anunciado como importante colaborador do movimento de queda da mortalidade infantil, por sua ação de extermínio das moscas, vetor importante na diarreia das crianças (Brites, 2000a, p. 266). O trabalho de Tomes (1999) descreve a forma pela qual especificidades da cultura norte-americana contribuíram para que naquele país o medo dos micróbios exercesse impacto ainda maior, alimentando as indústrias de produtos antissépticos e de propaganda que ajudaram a manter no imaginário da população a permanência da associação entre sujeira e doença, mesmo depois de “superada” pelos novos conhecimentos científicos. A autora sublinhou a permanência de certas práticas de “combate aos germes” – como o uso de desinfetantes semelhantes ao *Lysol* – entre as donas-de-casa americanas, independentemente do fato de as mudanças conceituais sobre a causa das doenças, a inversão da ênfase para o controle dos casos, e o surgimento dos antibióticos e melhorias no saneamento, entre outros elementos, terem contribuído para reduzir o “pânico dos germes”.

Os micróbios e as doenças foram se tornando personagens corriqueiros nas páginas das revistas femininas. Artigos escritos por médicos orientavam na prevenção e cuidados com ferimentos e algumas doenças comuns, lembrando sempre o risco de contágio. Sob a chamada: “Tuberculose, a peste maior”, *Vida Doméstica* ensinava “o que as mães e as donas-de-casa devem saber: conhecer a tuberculose para evitá-la” (“Tuberculose, a peste maior”, *Vida Doméstica*, 39, jan. 1923). O título da matéria assinada por Dr. Placido Barbosa – “A mulher e a Higiene” – esclarecia as leitoras sobre quem deveria deter a responsabilidade pela higiene no lar e na família (“A mulher e a Higiene”, *Vida Doméstica*, 74, mar.1924). De fato, as mulheres seriam as principais destinatárias – na maior parte das vezes de forma explícita – dos artigos escritos por médicos nessas revistas, alinhavando uma relação mútua, que se tornaria, no caso da puericultura, aliança e parceria.

Além de garantir a ordem e a higiene, a mulher precisava zelar pela economia do lar. Voltemos ao decálogo: “Não lhe peças o supérfluo para o teu lar; pede-lhe, sim, caso possas, uma casa alegre e um pouco de espaço tranqüilo

para as crianças” (“O decálogo da esposa”, *op. cit.*). A economia doméstica passou a ser incentivada pelos periódicos e incluída na categoria de qualidade essencial da boa dona-de-casa: “Sejamos econômicas!” (“A moda e a mulher econômica”, “Como renovar os vestidos de verão”, *Vida Doméstica*, 93, out. 1925). Para auxiliar as mulheres nessa nova tarefa, *Vida Doméstica* criou, a partir de 1925, a seção “A moda e a mulher econômica”, com sugestões para aproveitar os vestidos antigos adaptando-os às tendências em voga. Ensinava ainda a reformar roupas e estofamentos e publicou um modelo de instrumento para controle dos gastos, intitulado “Caderno de contas do lar” (*Vida Doméstica*, 92, set. 1925). O orçamento doméstico passou a ser incluído na pauta temática das revistas (“A moda e a mulher econômica”, *Vida Doméstica*, 99, maio 1926). Receitas de panos e almofadas bordadas, simples e de baixo custo, eram repassadas às leitoras, em contribuição à sua tarefa de manter a casa asseada e organizada a fim de que se transformasse em refúgio tranqüilo e seguro para seu marido, quando este retornasse da jornada de trabalho (*Revista Feminina*, 70, mar. 1920). As mulheres poderiam ainda aprender a receber seus convidados de forma simultaneamente sofisticada e econômica; *Vida Doméstica* ensinava “como fabricar facilmente e barato, as bebidas americanas” (“A ciência doméstica”, *Vida Doméstica*, 93, out.1925), enquanto a *Revista Feminina* divulgava a “arte do *lunch*” (“A arte do *lunch*”, *Revista Feminina*, 95, abr. 1922).

As duas matérias evidenciavam também a crescente influência da cultura norte-americana na sociedade brasileira. Termos como *girls* e *yankees* começaram a ser usados indiscriminadamente pelos articulistas, em especial a partir de 1922, como pretensas alusões de pertencimento a uma dimensão de modernidade.⁷⁸ Mas a adesão não era total; a colaboradora de *Vida Doméstica* criticava os comportamentos das jovens norte-americanas, diferenciando-as das brasileiras, cujos costumes indicavam futuras mães “virtuosas e dedicadas” (Jacyntha Joppert, “As nossas meninas-moças”, *Vida Doméstica*, 80, set. 1924). A influência nociva do cinema parecia ainda pior: “A educação moderna, é toda ela inspirada pela educação norte-americana que os filmes exibem, o que equivale a dizer, pela falta de educação norte-americana...” (“O cinema, escola de

⁷⁸ Nem Chrysanthème escapou ao modismo das expressões em inglês: “Logo, a incorreção moderna das senhoras é absoluta culpa dos homens. *I think so*” (Chrysanthème, “A culpa dos homens”, *Vida Doméstica*, 92, set. 1925).

imoralidade”, *Revista Feminina*, 83, abr. 1921). Além da imprensa, o rádio e o cinema contribuíram para a difusão do “estilo de vida americano”,⁷⁹ que incluía a produção e divulgação maciça de equipamentos domésticos que prometiam, unindo a “experiência à experimentação”, facilitar o trabalho da dona-de-casa, transformando-se em verdadeiras “criadas elétricas” (Cott, 1991).

A atribuição de valor econômico ao bordado e a costura – que deixavam de ser vistos como passatempo, alcançando a dimensão de trabalho – tornou-se mais freqüente nas páginas das revistas femininas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1920 (“Trabalhos de agulha”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925; “A moda e a mulher econômica”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925; “Lavores femininos”, *Revista Feminina*, 118, mar. 1924). Também a horticultura, que no século XIX representava uma produção familiar de subsistência, e mais tarde passou a ser considerada como uma atividade feminina de lazer, pareceu recuperar seu valor econômico; nas palavras de *Vida Doméstica*, seria uma “fonte de rendimento” para as mulheres (“A horticultura como fonte de rendimento”, *Vida Doméstica*, 99, maio 1926). Possivelmente em virtude da impossibilidade de ignorar a crise econômica por que passava a sociedade brasileira, e do reconhecimento de que muitas mulheres enfrentavam a necessidade de complementar a renda familiar, as revistas lhes sugeriam alternativas que não colocassem em risco suas funções primordiais, e lhes facultassem, aproveitando suas aptidões e atividades naturais, meios de reforçar o orçamento. A *Revista Feminina* incentivava a atividade de bordados e costura – “ocupação útil” –, chegando mesmo a organizar uma exposição permanente, na qual os trabalhos das leitoras poderiam ser comercializados mediante pequena comissão (Lima, 1991, p. 49).

Se o objetivo era embelezar o lar, não faltavam sugestões de decoração, moldes de almofadas e modelos de abajur, ou mesmo ensinamentos sobre a forma de organizar, com pouca despesa, um quarto de criança ou um cantinho para abrigar a criada (“O quarto de nosso filho”, *Revista Feminina*, 183, ago.

⁷⁹ Funcionando como referência privilegiada para o comportamento da “mulher moderna”, o cinema muitas vezes foi condenado pelas revistas femininas, como uma “escola de imoralidade”, capaz de contribuir para a degeneração moral da sociedade brasileira (“Mundo perdido no cinema *Odeon*”, *Vida Doméstica*, 99, maio 1926).

1929). A descrição sobre a localização do toucador na casa das “senhoras elegantes” refletia a dimensão do pequeno universo feminino:

Essa mesinha deve ser instalada no melhor lugar da casa, no *boudoir* perto da janela, e é nela que se devem colocar, não somente as tesouras, o dedal, os retalhos de seda, as fitas, mas todos os objetos que merecem da mulher a sua particular preferência, inclusive a sua correspondência íntima (*Revista Feminina*, 74, jul. 1920).

Ao mesmo tempo em que estimulava as leitoras a confeccionar artigos úteis para a casa, *Vida Doméstica* passou a inserir em suas páginas modelos de plantas residenciais que prometiam beleza e conforto às famílias, deixando clara a inserção da moradia como signo de distinção social e como refúgio para a mulher (“Residências confortáveis”, “A doçura do lar”, *Vida Doméstica*, 127, out. 1928). A revista descrevia os benefícios para o comportamento feminino alcançados pela instalação de uma “casa moderna”: “Assim a casa será amável refúgio, onde a mulher poderá mostrar-se na plenitude de sua graça, sem recorrer a outros modos menos adequados à sua sensibilidade feminina” (“A casa moderna”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925).

Em comparação com os primeiros exemplares da revista – nos quais parecia comum a referência à agricultura e à criação de animais como porcos e galinhas nas residências – é possível perceber a rapidez das transformações no espaço doméstico urbano. Assim, se nos seus primeiros números *Vida Doméstica* publicava na contracapa o calendário agrícola, ao lado de anúncios de pesticidas e rações, revelando a herança da sociedade rural –, ao final dos anos 20, sua orientação para “a família no lar” parecia ter sido alvo de re-significações. Os anúncios de eletrodomésticos, tapetes e “aparelhos difusores portáteis”⁸⁰ tornavam-se cada vez mais freqüentes, expressando a crescente atribuição de valor ao conforto e praticidade do lar, e a transição do ruralismo para a urbanidade. Muitas vezes a propaganda de tais produtos explorava a imagem de um casal em pose amorosa ou da família reunida em torno do produto, demonstrando seu valor como modelo ideal de sociedade e reforçando a idéia de que a casa era o domínio da mulher. “A casa de uma senhora casada [...] como a

⁸⁰ Esses aparelhos eram um tipo modernizado de gramofone.

sua própria vida, proporciona-lhe, além das justas satisfações duma tranqüilidade celeste, os mais nobres prazeres, os mais legítimos gozos” (“A mulher e sua casa”, *Vida Doméstica*, 5, jul. 1920).

Acolhendo seu esposo num ambiente agradável e higiênico, caberia ainda à mulher cuidar de alimentá-lo de forma simultaneamente saudável, econômica e saborosa. *Vida Doméstica* criou uma coluna especial em seu auxílio, cujo título – “O *menu* do meu marido” – não deixava margem de dúvida quanto ao destinatário final dos esforços femininos. Era obrigação da esposa conhecer os gostos do marido e seus pratos prediletos, zelando também pela perfeita apresentação das refeições, tornando-as atraentes numa mesa bem arrumada (“O *menu* do meu marido”, *Vida Doméstica*, 4, jun. 1920). Mesmo aquelas que dispunham de uma auxiliar nessa tarefa precisavam se empenhar, conforme aconselhado em matéria sugestivamente intitulada “Rumo à cozinha”: “O fato de existirem cozinheiras que se pagam e que trabalham como animais de carga não exime a boa esposa de ser, pelo menos, a *diretora espiritual da cozinha*... [grifo meu] (“Rumo à cozinha”, *Revista Feminina*, 75, ago. 1920).

Além de satisfazer o apetite do marido, a dona-de-casa, como “boa cidadã”, deveria cuidar da alimentação de toda a família, correspondendo à atribuição da responsabilidade feminina pela força da raça e pelo futuro da nação. No exercício de sua missão patriótica, as mulheres podiam contar com as orientações alimentares fornecidas por Alzina Azevedo, colaboradora da *Revista Feminina* que se anunciava como “diplomada pela Escola Doméstica” (Alzina Azevedo, “Orientações alimentares”, *Revista Feminina*, 98, jul. 1922). Associando a alimentação à saúde, e a cozinha a um laboratório, a culinária alcançaria assim a dimensão de uma atividade científica, valorizando, em conseqüência, o próprio trabalho doméstico feminino: “Por que desprezar a cozinha? É naquele *laboratório* (grifo meu) que se prepara o verdadeiro elixir da saúde. Dela depende a saúde como a enfermidade, a alegria como o mau humor” (“Rumo à cozinha”, *Revista Feminina*, 75, ago.1920).

Embora mantivesse a vinculação às suas habilidades naturais, o papel doméstico das mulheres não era apresentado de forma conservadora, mas como “evolução” de sua condição. Uma colaboradora da *Revista Feminina* afirmava que “o atual estado de civilização não permite mais a antiga convenção da pretendida

inferioridade feminina” (Prof.^a Maria Rosa Moreira Ribeiro, “Pela mulher”, *Vida Doméstica*, 25, abr. 1922). A articulista lembrava que a mulher vinha sendo sistematicamente caluniada pela idéia de indução ao pecado original, valendo “menos que um animal”, mas “o cristianismo elevou-a ao trono de rainha do lar”, e ela apossou-se desse trono pela sua “docilidade, obediência, renúncia de si mesma, passividade, sacrifício, enfim, amor” (*Ibidem*). Mas para exercer tão “nobre missão”, não seriam suficientes as aptidões naturais do gênero; as mulheres precisavam receber uma educação apropriada.

A *Revista Feminina* lembrava a suas leitoras que a educação da menina deveria “começar em casa”, onde aprenderia com sua mãe a tomar gosto pelas “belezas simples da vida familiar” e “por tudo que se relaciona com o lar” (“A influência sentimental das mães”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923). A orientação das filhas deveria se dar ainda no plano moral, pois do comportamento sério e digno da mulher dependia a manutenção da respeitabilidade do nome do marido (“Qual será o futuro de nossas filhas?”, *Revista Feminina*, 81, fev. 1921). Depositando nas mãos das esposas a responsabilidade pela honra familiar, como contrapartida ao sustento garantido pelo marido provedor, tal discurso possivelmente buscava cristalizar as normas que moldariam o lar moderno, valorizado como instituição social, modelo de ordem e disciplina.

Educando-se, a mulher adquire qualidades precisas [...] para elevar-se e compreender sua alta função social, as suas responsabilidades no magno problema da educação dos filhos, na orientação do esposo, no governo do lar e na preparação dos cidadãos para a Pátria (Apyrgio Gonzaga, “O papel da mulher”, *Revista Feminina*, 89, out. 1921).

O texto assinado por Apyrgio Gonzaga resumia a expectativa depositada na educação como instrumento para aprimorar o desempenho da mulher em “sua tríplice função de mãe, esposa e dona-de-casa” (“O que a mulher deve saber”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925). Instrumentalizada pela racionalidade moderna, e investida de alta dimensão patriótica – como se a nação fosse um “lar maior” (“Ser mãe é viver para os filhos”, *Revista Feminina*, 164, jan. 1928) – a influência da atividade doméstica feminina transbordaria os limites da esfera da casa, alcançando o espaço público. Em aparente contradição, a valorização do papel da

“rainha do lar” – simultaneamente emancipador e restritivo –, foi encampada por mulheres feministas. O discurso proferido por Bertha Lutz ao ingressar na Câmara dos Deputados possivelmente exprime a interpretação da dupla dimensão da atividade doméstica feminina.

O lar é a base da sociedade e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não limita-se ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório. O lar é principalmente o parlamento, onde as leis que regulamentam a família e a sociedade humana são elaboradas (*apud* Soihet, 2000, p.107).

Mas ao mesmo tempo em que as fronteiras entre as esferas pública e privada pareciam se tornar mais fluidas, o discurso das revistas femininas expressava maior rigidez dos papéis de gênero. A imbricação das imagens de esposa, mãe e dona-de-casa sugeria que as mulheres não poderiam viver plenamente sua condição feminina a não ser pela união desses papéis.⁸¹ Mas a despeito da tentativa de conciliar os múltiplos papéis femininos, era possível perceber a prioridade na valorização concedida a determinada função: a maternidade.

⁸¹ Smith-Rosenberg (1999) sublinhou a identificação do papel social como parâmetro para o estabelecimento de comportamentos “desviantes” e como conceito-chave para a historiografia das mulheres.

4. MATERNIDADE: ALIANÇA ENTRE MULHERES E MÉDICOS.

O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da pátria.
(*Revista Feminina*, 107, abr. 1923).

Dentre as múltiplas identidades femininas simultaneamente refletidas e forjadas nas revistas femininas, a maternidade configurava-se como o principal papel social das mulheres, e ao mesmo tempo sua própria essência. Ainda que objeto das mais distintas representações, havia um consenso entre os colaboradores dos periódicos quanto à complexidade da maternidade, a qual não poderia se sustentar apenas na presença do instinto natural. Ao contrário, a atribuição à maternidade de uma dimensão de modernidade e de função pública, implicava no aprendizado de um amplo conjunto de técnicas. Este capítulo pretende apresentar como foi sendo construída nas revistas a aliança entre mulheres e médicos, e a proposta de uma nova maternidade, progressivamente investida do caráter de prática científica e função pública.

Abnegada e sublime, altruísta e heróica, a mulher brasileira é, antes de tudo, o modelo das mães; e aquela que exercer essa grandiosa missão, terá o bom senso de ficar na calma remançosa do lar, toda amor e carinho, devotamento e sacrifício, inteiramente entregue aos doces cuidados maternos [...] para educar patrioticamente a criança e

preparar o soldado de amanhã (Profa. Maria Rosa Moreira Ribeiro, “Pela mulher”, *Vida Doméstica*, 25, abr. 1922).

4.1. A MISSÃO DA MULHER.

Quel est le grand devoir de la femme ? Enfanter, encore enfanter, toujours enfanter ! (Dr. Doléris, *Néo-malthusianisme, Maternité et féminisme. Education sexuelle*, 1918, *apud* Thébaud, 1990)¹

“A maternidade, o cuidado e carinhos com sua prole, são os primeiros deveres da mulher. [...] E a mulher que não for boa mãe, deixa, por isso mesmo, de ser mulher” (“Coisas úteis”, *Vida Doméstica*, 16, jun. 1921).

Se havia alguma unanimidade entre os colaboradores das revistas femininas era em torno da defesa da maternidade. Intelectuais de todos os matizes, políticos, educadores, médicos e higienistas, juristas, reformadores de tendência tradicional ou não, representantes da Igreja Católica, mulheres simpatizantes, contrárias, ou militantes nos movimentos feministas brasileiros, do mais conservador ao mais radical, todos concordavam em que a função maternal constituía valor a ser preservado e cuidado. Os argumentos utilizados na defesa da maternidade variavam, entretanto, conforme a filiação social e política do articulista, de forma muitas vezes justaposta ou ambivalente. A condição materna qualificada como inerente à natureza feminina, evocava o conceito de instinto maternal; como sagrada missão, lembrava um dom divino; e como ação patriótica, incorporava os pressupostos da nacionalidade.

O conceito de maternidade que perpassava as matérias dos periódicos parece seguir aquele universalmente definido como a experiência de gerar e criar um filho.² Fenômeno simultaneamente biológico e cultural, a historicidade da maternidade tem sido demonstrada pelos inúmeros trabalhos realizados em todo o mundo a partir da década de 1970, sobretudo no que tange à sua

¹ “Qual é o grande dever da mulher? Ter filhos, novamente ter filhos, sempre ter filhos!”.

² Françoise Thébaud (2005) prefere usar a palavra no plural – maternidades –, para se referir à multiplicidade de experiências maternas e expressar a polissemia do termo, que incorpora, além do significado de carregar e parir uma criança, o lugar onde se realizam os partos, a relação material e afetiva estabelecida entre mãe e filho dentro de um esquema de parentesco, e as obras de arte que representam mãe e filho. A historiadora francesa confere então à maternidade uma condição no mínimo tríplice: de estado – como a qualidade de ser mãe –, de ação – dar à luz – e de lugar – referindo-se ao estabelecimento hospitalar (*Idem*, 1986, p. 8).

medicalização, sob a interface de disciplinas diversas.³ Encontra-se ainda no centro de um debate que polariza a questão em termos de sua representação como experiência alienante, que remete ao patriarcalismo ou, ao contrário, como experiência fundamental na construção da identidade feminina.

A ideologia da maternidade como função primordial da mulher, embora tenha suas origens mais remotas, adquiriu enorme força na sociedade ocidental após a Primeira Guerra Mundial, gerando expectativas e ações distintas conforme o cenário político-social de cada região. Na Europa, a maternidade foi acionada como valor de caráter nacional, em resposta particularmente às ansiedades geradas pela presumida degeneração moral da juventude, as quais se somaram às preocupações quanto ao despovoamento – ameaçador perante a nova ordem econômica mundial –, desencadeando estratégias de enfrentamento que, embora diversificadas, apresentavam em comum a intervenção do Estado.

Na França, desenvolveram-se medidas de proteção à maternidade como parte de uma política mais ampla de proteção à família, que apresentava por pano de fundo o espectro do despovoamento – elevado à dimensão de verdadeira “obsessão demográfica”.⁴ O período compreendido entre 1892, quando foram regulamentados o trabalho de mulheres e crianças e a licença-maternidade, e 1939, quando foi promulgado o código da família, correspondeu à fase de gestação dos principais elementos constitutivos do ideário de proteção à maternidade posteriormente materializado através de novas medidas de legislação e políticas públicas (Cova, 1997, p. 5). Outras estratégias protecionistas, e aquelas instituídas sob a tríade *pétainista*,⁵ como a criação da

³ Reconhecendo a historicidade do conceito, Yvonne Knibiehler (2005, p. 85) propõe uma redefinição contemporânea do termo maternidade, de modo a ultrapassar a designação social de um lugar parental, simples expressão da versão feminina da “parentalidade” (no original, *parentalité*), assim como entende por paternidade bem mais que o lugar do pai nas relações de parentesco. A noção de “parentalidade”, forjada pelo cruzamento da psicologia e da sociologia, englobaria ambos – ou qualquer outro adulto responsável pela criação –, sem distinção de sexo ou gênero, em suas relações afetivas e educativas com os filhos. Liberada de seu adjetivo de gênero, a noção de parentalidade reconheceria então a diversidade de arranjos familiares e reconsideraria as relações de sexo intrafamiliares (Martial, 2005).

⁴ Dentre as vozes dissonantes à interpretação historiográfica hegemônica que situa o discurso maternalista como resposta aos baixos índices de natalidade na França, Cole (1996) assegura que o primeiro teria precedido o segundo em uma geração. Rollet-Echalier (*op. cit.*) também questiona em que grau o despovoamento constituiu uma realidade concreta ou fez parte do imaginário da sociedade francesa do início do século. Independentemente disso, funcionou como justificativa para inúmeras medidas conduzidas pelo Estado e pelos reformadores do período.

⁵ O governo francês do marechal Pétain usou a tríade “trabalho, pátria, família” como principal justificativa para suas propostas intervencionistas.

Festa das Mães e as ajudas financeiras às famílias, foram inspiradas na mesma ideologia maternalista. Apesar de atacarem a criação da legislação que punia qualquer provocação direta ou indireta do aborto, as feministas francesas apoiaram de modo geral as políticas públicas que objetivavam conciliar as funções de mãe, trabalhadora e dona-de-casa, lutando também pelo reconhecimento da maternidade como função social, digna de ser remunerada (Thébaud, 1986a, p. 92-95). Mesmo feministas mais radicais como Nelly Roussel – que liderou a famosa “greve dos ventres” – não eram, em princípio, contra a maternidade, apenas lutavam por melhores condições de assistência para as mulheres (Roberts, 1994, p. 123). A dimensão concedida à exaltação da maternidade no contexto europeu chegou a provocar curiosa disputa. Por ocasião da inauguração festiva, em outubro de 1928, do Monumento às Mães Francesas, apesar da presença maciça de mulheres no evento, este foi duramente criticado por se mostrar de menor dimensão que o de Berlim, e por estar localizado numa rua secundária...⁶ (Thébaud, 1986, p. 92).

Thane (1991) ressaltou que na Inglaterra o movimento pró-natalista não alcançou a mesma importância que na França. A tradição intelectual britânica de saúde pública dirigiu as ações para a noção de meio, investindo em assistência médica e melhorias na alimentação, educação, moradia e ambiente. Foram criadas por organizações civis – em sua maioria compostas por mulheres – novas formas de assistência materno-infantil posteriormente incorporadas pelo *Welfare State* britânico, como as visitas em domicílio⁷, as reuniões de mães, os centros de proteção infantil e as escolas para as mães. Para Thane, essas reuniões de mães constituíram uma forma de as mulheres entrarem na vida pública – aquelas das camadas sociais mais elevadas conduziam orações, e as mulheres das classes populares obtinham conselhos, freqüentavam cursos e exercitavam a convivialidade durante os chás. Essas conversas foram se tornando progressivamente mais profissionais e pedagógicas e passaram a promover a educação das mães num sentido mais amplo, contribuindo para a diminuição da

⁶ Na Alemanha, apesar de menos grave do que em outros países europeus, o declínio progressivo do crescimento populacional também despertou a preocupação do Estado.

⁷ As visitas domiciliares foram organizadas na Inglaterra desde 1862, inicialmente empreendidas como ação filantrópica por senhoras da elite, e posteriormente por visitadoras profissionais contratadas por associações locais, visando especialmente à orientação quanto aos cuidados destinados às crianças (Thane, *op. cit.*, p. 82).

morbidade e mortalidade infantil e conformando um modelo para a posterior intervenção do Estado (*Ibidem*, p. 86-87). A historiadora sugere que, apesar da recorrente interpretação da historiografia inglesa, segundo a qual as atividades dessas organizações eram conservadoras, pois fundadas na reprovação das mães, acusadas de negligência e ignorância, tais atividades não se limitavam a uma ação pedagógica, mas a uma comunicação plena – dinâmica relacional importante, que contribuiu para o movimento de emancipação das mulheres e o questionamento dos papéis tradicionais de gênero. Se muitas mulheres da classe média chegaram a se profissionalizar nas carreiras de enfermagem ou serviço social, as operárias possivelmente aproveitaram os ensinamentos que julgaram úteis, elevando sua cultura e ampliando seu poder de influência no próprio círculo social. Prova disso é que muitas frequentadoras das reuniões de mães tornaram-se *suffragettes*⁸ e construíram nova identidade feminina de cidadã (*Ibidem*, p. 95).

No Brasil, embora o despovoamento não se constituísse em problema central, a percepção da precariedade nas condições de saúde da população causava preocupação e representava ameaça ao futuro da nação. A elevada mortalidade infantil, em particular, mostrava-se inaceitável para a sensibilidade das elites urbanas reformistas, e incompatível com os anseios republicanos de ordem e progresso, o que alçou a maternidade ao centro dos debates da sociedade. Embora moldado por características próprias, que incluíam a herança escravista, o discurso maternalista brasileiro foi influenciado pelo exemplo francês – ainda o principal modelo de sociabilidade e civilização na década de 1920. Em sintonia com seu presumido papel conformador de ideários e comportamentos, as revistas femininas do período refletiram e alimentaram o movimento de exaltação à maternidade.

Em sua retórica, a imprensa feminina não poupava metáforas e exclamações ao se referir à maternidade, tratada como a “missão primordial da mulher” (“Maternidade”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923), “expressão mais alta de sua feminilidade” (Condessa de Pardo Bazan, “Páginas escolhidas”, “Feminismo e Feminilidade”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923), e “sagrada fase” (“Maternidade”,

⁸ As *suffragettes* eram as militantes feministas que lutavam pelo direito de voto para as mulheres.

Revista Feminina, 119, abr. 1924) da natureza feminina.⁹ O título da longa matéria ilustrada de *Vida Doméstica* evidencia o tom que impregnava o imaginário da sociedade sobre o assunto: “A glória incomparável de ser mãe!” (“A glória incomparável de ser mãe!”, *Vida Doméstica*, 127, out. 1928). Atributos habitualmente vinculados à identidade feminina eram invocados para reforçar o caráter “natural” da maternidade. Assim, o “sentimento da maternidade” foi tratado como “a beleza mais comovente” da mulher, através da qual esta se “eleva” e transcende a limitação do ser humano (*Idem*). Incorporando o mesmo argumento da valorização da mulher pela maternidade, P. Desfosses garantia que, “com o nascimento dos filhos, o papel da mulher, já nobilitado pelo amor, aumenta bruscamente” (P. Desfosses, “A mulher de escol”, *Revista Feminina*, 95, abr. 1922). Mas não se tratava de discurso estritamente “masculino”. Em matéria intitulada “Mães”, a colaboradora da *Revista Feminina* mantinha o clima de exaltação: “A sua missão é pois grandiosa, bela!” (Ricardina Mendes de O. Pacheco, “Mães”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). De outro lado, revelando a “dupla-face” da maternidade e tentando ampliar o universo feminino, Izabel de Léon defendia a idéia de que as mulheres não deveriam se tornar “escravas dos filhos”, pois tinham “direito à própria felicidade, ao amor, aos gozos da vida...” (Izabel de Léon, Páginas escolhidas, A educação da mulher – a esposa, a mãe, *Revista Feminina*, 108, maio 1923).

É certo que eventualmente podia ser percebida, nas matérias publicadas nas revistas femininas, uma tentativa de “relativizar” a posição da função maternal como inexorável ao gênero. Ana de Castro Osorio, no início de seu artigo “As mulheres e as crianças”, ponderava:

Quando dizemos que o grande, o glorioso destino das mulheres é serem as educadoras e as dirigentes morais da sociedade, por intermédio do coração das crianças, e damos à sua missão na família o mais belo lugar, não queremos impor a todas as mulheres o mesmo destino (Ana de Castro Osorio, “As mulheres e as crianças”, *Revista Feminina*, 139, dez. 1925).

⁹ Reafirmando sua tese de que a imprensa feminina foi um produto social e ideológico a serviço dos “interesses econômicos”, cujo discurso buscava “neutralizar as contradições” e estabelecer imagens femininas míticas, estereotipadas, Dardigna (1978, p. 49; 59) criticou a exaltação da maternidade realizada pelas revistas femininas, concebida por ela como “a pedra angular da alienação das mulheres”, por encerrá-las em esferas herméticas de preocupação.

Mas ao longo de sua argumentação, a autora acabava por preservar a vinculação entre maternidade e identidade feminina:

O dizemos que a mulher deve exercer dentro da sociedade a sua mais bela função moral como educadora e dirigente, mantendo nas suas mãos o coração das crianças para lhes dar toda a porção de idealismo, de imaginação, de ligação às qualidades ancestrais da raça, enraizamento ao solo sagrado da Pátria, de fé ardente no futuro, de modo a preparar as gerações de amanhã para um destino melhor, elevando o nível moral e intelectual da sociedade, não quer significar que essas mulheres educadas e dirigentes morais sejam sempre as mães!

Às vezes, por felicidade extraordinária, *juntam essas duas missões santíssimas* (grifo meu), de mães no sentido sentimental e material da palavra e educadoras no sentido de dirigência intelectual e moral (*Ibidem*).

Criticando a idéia de que o casamento seria o único futuro vislumbrado para as mulheres, a feminista reconhecia que naquela época as mulheres já podiam ter vida independente, como profissionais em condições de igualdade com os homens. Mas ao lembrar exemplos de mulheres que se tornaram educadoras de prestígio mundial, mantinha a maternidade como referência intrínseca do gênero.

Selma Lagerlof, por exemplo, a grande educadora que a Suécia admira, venera e enche de benefícios e de glória, não é casada e não tem filhos. E, no entanto, ela é a *mãe espiritual* (grifo meu) de todos os seus pequeninos concidadãos [...] e lhes vai abrindo a alma para a compreensão e para o santo orgulho da história da sua raça (*Ibidem*).

Da mesma forma que Ana Osorio, outras feministas, como Bertha Lutz, apesar de defenderem o trabalho como caminho para a emancipação das mulheres, não desfaziam sua vinculação com a essência feminina.

O movimento feminino não representa uma tentativa de imitar o chamado “sexo forte”, nem [...] um abandono do lar. É um engano pensar que o feminismo afasta a mulher de casa. O que afasta a mulher do aconchego da família, o que arranca a mãe aos filhos pequeninos que necessitam do seu carinho é a dura necessidade (Bertha Lutz, *Revista Feminina*, 181, jun. 1929).

Se o trabalho externo assalariado representava, particularmente para as mulheres das camadas mais pobres da população urbana, reação a uma necessidade material concreta, embutia também seu lado negativo, qual seja, o abandono de sua função maternal, e os riscos que tal procedimento poderia acarretar para o futuro da nação. Dentre as medidas propostas para minimizar o conflito entre trabalho e maternidade, a oferta de creches, solução aparentemente razoável para compensar a ausência da mãe, era insuficiente em relação à demanda, pertencendo mais ao discurso de patrões e legisladores que ao cotidiano das cidades brasileiras. A historiografia internacional revela que, mesmo em países com grau mais adiantado na legislação de proteção materno-infantil, as creches ainda representavam recurso restrito; da mesma forma, outros “arranjos” negociados entre empregadas e patrões raramente alcançavam a dimensão de benefício concreto para as mulheres (Rollet-Echalier, 1990; Mc Millan, 1981).

Na Europa pós-Primeira Guerra, por exemplo, a diferença de gênero, anteriormente critério de exclusão das mulheres no que se refere a diversos tipos de emprego, passou a servir a nova divisão sexual do trabalho, com hierarquia e distribuição de tarefas que encontravam sua justificativa em condição particular da natureza feminina – a maternidade. A pretexto de poupar o organismo das mulheres e não prejudicar sua função reprodutiva, foram-lhes então delegadas tarefas que, embora não demandassem força física, eram desgastantes, pois repetitivas e intensamente detalhistas, e sujeitas a menor remuneração. Assim, historiadores voltados para a investigação do trabalho feminino no contexto europeu, como Laura Downs (2002, p. 444), sustentam que, por trás de uma argumentação de proteção à maternidade, possivelmente atendiam-se às necessidades da indústria em relação a mão-de-obra barata e de qualidade. No caso da França, André Burguière (2005) assinalou o costume vigente nas primeiras décadas do século XX, segundo o qual os patrões incentivavam as mulheres a trabalharem em casa, fornecendo-lhes máquinas de costura, amparados num discurso que considerava tais “ateliês domiciliares” mais saudáveis e morais que o ambiente das fábricas. Tal iniciativa prometia manter as mães operárias próximas de seus filhos – embora na verdade extremamente ocupadas com a produção. Independentemente de se constituir ou não em

proteção efetiva à maternidade, tal prática gerava grandes vantagens para os industriais, como aumento da margem de lucro e eliminação do risco de greves.

No Brasil, as tentativas de conciliar a prática da maternidade com o trabalho fora de casa enfrentavam desafio particular, vinculado ao passado escravista. Como já assinalado anteriormente, após a Abolição a maior parte das escravas libertas continuou trabalhando como criadas, com o agravante de passar a residir fora da residência dos patrões, em cortiços considerados como focos de insalubridade. Nas novas relações trabalhistas, a permanência de padrões escravistas, ao mesmo tempo em que determinava a Roda como destino principal dos filhos daquelas que se empregavam como amas-de-leite, trazia para os filhos dos senhores a ameaça dos “perigos da rua” (Graham, 1992). Tal situação embutia duplo risco, pois colocava simultaneamente em perigo a maternidade de ambas, patroa e criada. Uma solução para conciliar os deveres da maternidade com as exigências do trabalho seria a instituição das creches ou “salas de asilo” – modernas substitutas das *Rodas*¹⁰ –, onde as ex-escravas poderiam ver-se liberadas para o trabalho, sem precisar abandonar seus filhos (Civiletti, 1991).

Havia ainda muitas mulheres que trabalhavam dentro de casa, fazendo doces para vender, costurando ou lavando roupa “para fora”. Nem sempre essa atividade era assumida de forma declarada, pois as inferiorizava socialmente, em face do modelo idealizado das mulheres das classes mais elevadas – o de dedicação exclusiva ao lar. Para as primeiras, o exercício da maternidade, ao menos teoricamente, não seria ameaçado. Já para as mulheres que se empregavam como operárias, os perigos seriam de ordem diversa. As fábricas encarnavam o espectro de ambiente “indecente”, potencialmente desmoralizante, no qual as trabalhadoras corriam o risco de submissão sexual e prostituição – reforçado pela metáfora de “mulher pública”. Assim, na reação social ao trabalho operário das mulheres, Rago (1985, p. 67) identificou a predominância de uma crítica moral sobre a exploração da força de trabalho feminina, como justificativa para seu retorno ao lar. Na argumentação utilizada pelos legisladores quanto à necessidade de medidas de proteção à mulher trabalhadora, afirmava-se que o

¹⁰ Sobre o uso da *Roda dos Expostos* como estratégia de assistência à infância “desvalida”, ver Venâncio (1999).

trabalho escravizaria a mulher, “esvaziando seu poder natural”: reinar no lar e na família (*Ibidem*, p. 69).

Para as mulheres das classes mais elevadas, que buscavam no trabalho fora de casa não a subsistência, mas a realização pessoal, era possível “estender” a maternidade para além das fronteiras do lar. Seria sobretudo no desempenho de ocupações como o magistério e a enfermagem que exerceriam a “maternidade espiritual”. Feministas adeptas da corrente maternalista, como a condessa de Pardo Bazan, concentravam seus esforços em defender a idéia de que era possível às mulheres se realizarem intelectual e profissionalmente sem prejuízo de suas funções maternas (Condessa de Pardo Bazan, *Revista Feminina*, *op. cit.*). Já a anarquista Maria Lacerda de Moura – que pregava a maternidade voluntária e fora do casamento –, negava seu atributo de “profissão”, colocando-a em oposição à atividade profissional feminina. Mas não deixava de considerá-la como função natural da mulher; a seu ver, a “maternidade espiritual” seria ainda mais nobre que a fisiológica (Besse, 1999, p. 120). Besse observa, de forma crítica, que o trabalho das mulheres das classes média e alta era, ao menos em parte, facilitado pela ajuda de outras mulheres que, deixando suas próprias crianças em casa, substituíam as donas-de-casa nas tarefas domésticas – aí incluído o cuidado com os filhos da patroa.

Se a maternidade era alvo de exaltações românticas e passionais, as revistas femininas usavam o mesmo tom dramático na condenação das mulheres que descumpriam seu “dever maternal”. A contumaz execração do divórcio tornava-se ainda mais severa quando existiam frutos do casamento, associando o exercício da maternidade a sacrifício comparável ao da santidade. Conforme o editorial da *Revista Feminina* de janeiro de 1928, nesse caso não haveria alternativa para a mulher senão manter o matrimônio, pois “Ser mãe é viver para os filhos” (“Janeiro”, *Revista Feminina*, 164, jan. 1928). A feminista portuguesa Maria de Eça chegou a comparar a uma “fera” a mãe que ao se divorciar, abandonava o lar e, “pior”, os seus filhos, “carne da sua carne” (Maria de Eça, “Abril”, *Revista Feminina*, 179, abr. 1929). A partir da percepção da maternidade como um instinto inerente à natureza feminina, uma missão divina e um dever

social, a recusa ao seu cumprimento tanto poderia implicar em patologia,¹¹ quanto em pecado ou em crime. O Dr. Pedro Paulo Autran, que se apresentava como professor da Faculdade de Filosofia do Distrito Federal, ofereceu às leitoras da *Revista Feminina* um “relato histórico” sobre o sentimento maternal, no qual parecia surpreender-se com a constatação da existência de mulheres que “preferiam o luxo” aos filhos. E encerrou sua exposição exortando as mulheres a vivenciarem sua gloriosa condição: “Oh, que amor encantador e firme é o da mãe! [...] Que virtude brilhante manifesta a mulher como mãe! Sejais virtuosas!” (Dr. Pedro Paulo Autran, “O sentimento da mulher como mãe”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925).

A maternidade serviu de mote para inúmeras peças publicitárias que, mesmo não ligadas especificamente a este tema, exploravam a identificação das mulheres com imagens idealizadas de mãe e de família, geralmente associadas à idéia de harmonia e felicidade, abusando de expressões tais como “Felizes mães!” (*Revista Feminina*, 151, dez. 1926). Um anúncio de tapete, por exemplo, era ilustrado pelas figuras de uma mulher bordando, sorridente, e um bebê dormindo no berço ao seu lado (Anúncio do tapete *Congoleum*, *Vida Doméstica*, 48, 14 jul. 1923). Nas revistas femininas a propaganda de produtos alimentares ou de complementos vitamínicos para crianças comumente apelava para o ideário da “nobre missão” feminina. Foi o caso da propaganda do *Ovomaltine*, que mostrava uma mãe sorrindo ao lado de seu rechonchudo bebê, sob a legenda: “Uma mãe feliz!” (Figura 6) (*Revista Feminina*, 175, dez. 1928), enquanto o de *Maizena* perguntava à leitora: “Tem V.S. orgulho do seu bebê?” (*Vida Doméstica*, 136, jul. 1929). Já a *aveia Quacker* apresentava “o filho querido de sua mãe”, como se essa fosse a única possibilidade de relação entre os dois (*Revista Feminina*, 165, fev. 1928). Mesmo em anúncios em que predominava a dimensão técnica – como o da farinha láctea *Nestlé*, que ocupou uma página e meia do exemplar de novembro de 1929 da *Revista Feminina*, com informações minuciosas sobre as características do produto –, figurava sempre a apologia da

¹¹ Ao estudar o debate travado em fins do século XIX na sociedade norte-americana, entre ginecologistas e psiquiatras, sobre a natureza e o tratamento da insanidade puerperal que levava à rejeição dos filhos pela mãe, Theriot (1999) defende a construção social da doença, ao menos em parte, como reflexo do constrangimento de gênero do período, que atrelava a mulher às suas determinações biológicas reprodutivas.

maternidade, como se o seu exercício fosse sempre prazeroso e suficiente para a realização plena das mulheres.

O elogio à maternidade nas revistas femininas incluía a publicação de reproduções de obras de arte, como a escultura de José Lemona (*Revista Feminina*, 119, abr. 1924) – que, curiosamente, mostrava uma mulher com aparência dispersa e o olhar perdido –, ou a pintura “Colo materno”, da coleção particular do Dr. Júlio Mesquita Filho, capa de *Vida Doméstica* de dezembro de 1923, além de contos e poesias com títulos inspiradores (José Osorio de Oliveira, “A poesia das mães e das crianças”, *Vida Doméstica*, 60, 6 out. 1923). A exaltação da maternidade constituiu ainda fatia considerável das contribuições femininas aos periódicos, como a de uma leitora da *Revista Feminina* que enviou para publicação um poema originado de velha prosa portuguesa, denominado “Canção das mães” (“Canção das mães”, *Revista Feminina*, 120, maio 1924). O Natal representava data especialmente propícia para tais demonstrações da importância da maternidade no cotidiano da sociedade brasileira, como o conto enviado pela leitora de *Vida Doméstica* e publicado sob o título “Beijo de mãe”, na edição de dezembro de 1922.¹² Possivelmente o texto de Antoninha Lobo, intitulado “Carinho maternal”, divulgado por *Vida Doméstica* em página caprichosamente ilustrada, seja exemplar da percepção do valor atribuído à maternidade na constituição da identidade feminina.

A mulher que nunca teve ocasião de usar os carinhos de mãe, aquela que jamais sentiu pulsar no peito o amor materno (...) Oh! essa alma não gozou ventura alguma e essa mulher, pode-se dizer, só passou pela vida e não viveu” (Antoninha Lobo, “Carinho Maternal”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925).

¹² O conto Natal Feliz era outro exemplo de exaltação ao amor maternal (Figura 7).



Uma mãe feliz



A OVOMALTINE é um alimento altamente concentrado, composto de todos os elementos nutritivos e essenciais — MALTE, LEITE, OVOS e CACAU — apresentados sob a forma de melhor correspondente às necessidades do organismo, rica em vitaminas e de fácil digestibilidade.



A **OVOMALTINE**
É A SAUDE

LATAS de 250 e 500 GRAMMAS, EM TODAS AS PHARMACIAS, DROGARIAS E EMPORIOS.
DR. A. WANDER S. A. Berne — SUISSA
AMOSTRAS GRATUITAS

Endereçe este coupon a Edwin
Walter — Rua S. Bento, 36-A —
2.ª S. Loja — Sala 16.
S. Paulo.

Nome
Rua
Cidade
Estado
R. F.

Figura 6.

Anúncio Ovomaltine, *Revista Feminina*, 175, dez. 1928. Acervo

Fundação Biblioteca Nacional.

Como a criança dormia profundamente em sua cuninha! Nem mexia quando a mãe andava no quarto acceso e amontoava presentes ao pé da colcha e enchia a meiazinha que pendia ostensivamente da maçaneta de bronze do leito, com tantos biscoitos e doces que ella parecia ter dobrado subitamente de tamanho. Lá fóra, num mundo todo branco, um vento frio assobiava alto entre as arvores e a chuva batia furiosamente nas vidraças como o soldado bate no seu tambor. Mas dentro do aposento tudo era calor e conforto e o rostinho corado da criancinha sonhando feliz no travesseiro.

"Que frio!" A mãe teve um arrepião quando sahia do quarto, e recebeu uma corrente de ar frio ao abrir a porta. Ella deixou-se estar um momento á janella no fundo do corredor, e afastando a cortina para o lado ficou espiando a escuridão tempestuosa da noite.

"Não fique ahí, Myra, você vai resfriar-se". Abriu-se a porta de outro quarto e o marido della adeantou-se. "Que tempo para a noite de Natal!"

Elle ficou em pé ao lado della, ella pousou-lhe a mão no braço. "Dick, que noite mais feia para o Menino Jesus voltar ao mundo! Imagine se fosse o acaso filhinho que estivesse lá fora sozinho!" Elle sentiu a mão della apertar-lhe o braço. "O primeiro Natal delle — oh, quero tanto que seja bem alegre!" disse ella com fervor.

"Você só pensa no menino, Myra. Elle olhou para ella, meio serio, meio risinho.

"Pois então, não é justo?" Ella sahia d'ajanelle. "Não c todo o Natal, uma criancinha? Não deves ter ciúmes, Dick". Os seus olhos azues riram para elle. "É melhor irmos para o salão escutar os sinos. Faltou pouco para meia-noite".

"Já estão replicando", disse-lhe elle. "Você não está ouvindo por causa do vento. Estamos já no dia de Natal". Elle abaixou-se e beijou-a. "Feliz Natal, minha mulher". De repente ella tomou-lhe a cabeça nos braços, puxou-a para si e cochichou: "É um Natal feliz!"

Um homem e uma mulher estavam tristemente sentados um em frente do outro de cada lado da chaminé no salão. A luz da chaminé lançava fantásticamente nas molduras de prata e nos chrysanthemos de bronze dos altos vasos, descobria cores nas almofadas e punha sombras nas paredes, mas vinha morrer no luto sombrio da senhora e não achava vestigio de felicidade em todo aquelle grande e quieto salão.

Foi o homem que quebrou afinal o longo silencio. "Então, Myra, não sahimos? Far-lhe-la bem. Afinal de contas, é noite de Natal, lembre-se disso".

"Não me falte de Natal", respondeu a mulher com aspereza, olhando fixamente deante de si. "Queria esquecer que existe tal coisa no mundo".

"Meu bem, sei que é muito duro", disse o marido com doçura. "Mas todas essas coisas só lhe podem fazer mal. Deus sabe que eu não lhe peço que você esqueça" — e agui a voz delle baixou de tom inconscientemente — o morto, mas tambem peço que você não se esqueça do vivo."

"Não está em meu poder", fallou a mulher com accento apaixonado, e o rosto pallido se lhe ruborizou de repente. "Não é justo, não é justo, os outros não perdem os seus filhos". Os dedos nervosos rasgavam o lenço. "Porque é que só eu havia de perder o meu?"

Abriu-se a porta do salão.

"Dr. Harding", annunciou a criada.

"Sinto muito incomodá-la a esta hora." Um homem alto, mettido num sobretudo pesado, adeantou-se ligeiro. "Mas a verdade é que eu tenho um grande favor a pedir-lhe".

"Tenho sempre muito prazer em vê-lo, doutor", disse a senhora, sorrindo para elle tão desattenta como ao extender-lhe a mão. "Qual é esse grande favor?"

"Conhece a senhora Raburn, a sua pobre vizinha do andar de cima?" O medico entrou de chocho no assumpto. "Pois bem, ella morreu esta noite" — e dizendo isto inclinou-se, olhando

NATAL FELIZ

fixamente para o fogo — "dando a luz a uma criança".

"Coitada!" começou a dizer Dick Foster quando a esposa o interrompeu. "E o que é que o senhor deseja de mim?" perguntou ella com curiosidade fitando o medico de travez com olhos brilhantes e duros.

"Desejava que a senhora subisse e cuidasse um pouco da criança". O medico desviou os olhos do fogo e fitou-os na senhora. "Está uma tristeza lá em cima. Lembra-se que o pai morreu ha dois mezes atropelado por um automovel. Não tem ninguem que olhe pela criança — é uma menininha, não sei se já disse — ninguém senão a criada e esta não sabe onde está a cabeça. Não serve para nada. Se a senhora desse um pulo lá em cima, Mrs. Foster? É uma caridade. E depois a menininha é tão lindazinha!"

"É?" exclamou a senhora com um riso estridente. "O senhor se esquece, doutor, que eu justamente agora não tenho lá muito gosto para apreciar a Indezza dos filhos dos outros! O meu, suspiros ella fundamente, tambem era um menino lindo".

"Eu sei, eu sei", atalhou o medico com brandura e estendeu a mão robusta, batendo affectuosamente nas dellas que se estorciam nervosamente sobre os joelhos. "Mas a senhora não deve entregar-se assim ao desgosto e á amargura. A vida de vez em quando é cruel para nós todos, porém ha compensações". Sorriu de soslaio para ella, com um sorriso que illuminou toda a sua cara larga e rugosa. "Creio que a sua está esperando-a lá em cima", disse elle intencionalmente;

não quer subir e ver?"

"Não, doutor. Obrigada". E a senhora abanou descididamente a cabeça. "Sinto muito pela menina, sem duvida, mas ella é muito pequena para sentir a perda. Eu, disse com extrema amargura, não sou..."

"Myra", fallou por sua vez o marido com amargura. "Você não tem consciencia do quanto está sendo egoista. Você não pode recusar o serviço que lhe pede o doutor. Você não pode deixar de acudir á pobre da criancinha. Justamente porque já foi mãe, você não pode recusar".

"É justamente porque já fui mãe", revolveu ella contrahindo pensadamente a boca, "que me recuso a ir".

"Venha, Mrs. Foster". O medico levantou-se da cadeira. "Estou certo que a senhora não fará o que está dizendo". Em pé o medico esperava, como se contasse que ella se levantasse tambem.

Mas ella não fez senão abanar a cabeça obstinadamente. "Não vou", repetiu de novo.

Extranhado observando o marido e o medico que se retiravam juntos, ella sentiu-se bem de se ter magoado. Pensava

comigo: havia sido tão profundamente magoada que era justo outros soffressem tambem. Porque affectaria compaixão por Mrs. Raburn? Não era a morte que era cruel; não era a morte que era dura; mas a vida é que era uma e outra coisa. A morte é o esquecimento de tudo, dos dedinhos que se agarram na gente, de um corpinho tenro que se aconchega na maciez e no calor do seio.

Olhou para os braços vazios. "Meu filhinho, meu filhinho", gemeu intimamente. Mas nenhum som escapou-lhe dos labios. Os olhos secos estavam fixos no fogo, ao passo que em mente as mãos avidas quebravam torrões de terra sobre uma sepultura.

Que silencio no aposento tranquillo! Fora a tempestade chibotava as vidraças, como, havia um anno atrás, outra tempestade chiboteara outras vidraças.

Parecia não haver no mundo outro ruido senão o da chuva, batendo no vidro e o estalido da braza na grelha da chaminé. Não deu pela demora do marido. Pendeu-lhe a cabeça na almofada da cadeira. Os olhos fecharam-se-lhe.

Quando despertou, foi com um sorriso, pois sentiu nos braços o peso de uma criancinha. Era como se uma cabezinha dormisse apoiada contra o seio della. Sentiu-se tão feliz que não teve coragem de se mexer. Deus do céu! Porque acordar? Porque não dormiria assim para sempre?

Então percebeu subitamente que estava acordada mesmo e que era uma criança de facto, e não sonho, que segurava nos braços. Sentou-se, encarando a cabezinha sem comprehender. Depois os olhos della encontraram os do marido e ella entendeu:



Figura 7.

Conto Natal Feliz, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Mas para além do apelo de ordem mais emocional, as revistas refletiram e simultaneamente alimentaram o processo – iniciado no final do século XIX e intensificado nas décadas seguintes – em que a maternidade ganharia nova definição e justificativa, a partir da incorporação dos pressupostos da racionalidade científica e do consenso de que as mulheres precisavam ser educadas para serem mães. Coerente com sua disposição pedagógica e seu pensamento nacionalista, Ramalho Ortigão¹³ era categórico: “Ser mãe é uma ciência”, enquanto Luiz Amaral ratificava: “Cuide-se de formar boas mães!” (Luiz Amaral, “Mães”, *Revista Feminina*, 138, nov. 1925).

4.2. ESCOLAS DE MULHERES, ESCOLAS DE MÃES.

“Criemos uma escola onde a mulher aprenda a ser mulher”
 (“Os problemas femininos”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925).

Além da unanimidade quanto à concepção de que a maternidade representava a função mais importante da mulher, outra opinião consensual sustentava que esta última precisava ser instruída para desempenhar seu papel.

A importância da educação feminina conformou então uma idéia que uniu os articulistas de *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, fossem estes médicos, intelectuais, religiosos, educadores ou mulheres feministas. O pressuposto que fundamentava esse consenso era que as mulheres – tanto as das classes mais elevadas quanto as operárias – não estavam preparadas para o desempenho adequado de suas funções primordiais de esposa e mãe. As soluções propostas, entretanto, variavam conforme os distintos matizes políticos e ideológicos de cada revista ou de seus articulistas, embora na defesa de suas idéias seguissem a mesma polarização da imagem feminina. Assim, criticavam-se tanto as escolas tradicionais – que preparavam as moças exclusivamente para “caçar” marido e se

¹³Jornalista e escritor, o português Ramalho Ortigão (1836-1915) foi colaborador de vários periódicos brasileiros como a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, onde exercia seu estilo sarcástico. Observador e crítico social, de espírito conservador, figura como um dos mais destacados integrantes da geração nacionalista lusitana.

tornar meros “objetos decorativos” (Chrysanthème, “A educação feminina de hoje”, *Revista Feminina*, 68, jan. 1920) –, quanto as escolas modernas, preocupadas apenas em formar profissionais, negligenciando a principal função das mulheres como esposas e mães (“Os problemas femininos”, *op. cit.*). Em incisivo editorial, o professor Apyrgio Gonzaga defendia a necessidade da criação de escolas domésticas que preparassem as mulheres prioritariamente para dirigir o lar: “A escola tem de visar a formação de mãe de família e a ciência que nos deve preocupar é a economia doméstica, ou antes, a economia do lar” (*Revista Feminina*, 89, out. 1921).

Acorde com essas idéias, Dr. Fontenelle pleiteava, em palestra proferida na 1ª. Conferencia Brasileira pelo Progresso Feminino – realizada no Rio de Janeiro em 1922 e noticiada pela *Revista Feminina* – a fundação de escolas estaduais de economia doméstica (Dr. Fontenelle, “Conferência Brasileira pelo Progresso Feminino”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). Inspetor Sanitário do Departamento de Saúde Pública e Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene, o Dr. J. P. Fontenelle acumulava ainda a função de docente na Escola Normal do Distrito Federal, tendo publicado um volumoso Compêndio de Higiene, utilizado nos cursos que ministrava nesta instituição.¹⁴ Sua proposta pedagógica será apresentada mais adiante, mas cabe já ressaltar seu primeiro princípio: “Ensinar aos pais os princípios da eugenia e da puericultura, isto é, da formação e criação dos filhos” (Fontenelle, 1925, p. 9). Embora aparentemente atribuísse essa função ao casal, o educador dirigia seu projeto pedagógico especificamente às mulheres, buscando com estas estabelecer aliança em torno da saúde dos seus filhos, através de nova maneira de exercer a maternidade, fundada nos pressupostos da ciência. Assim, após fornecer em seu livro informações detalhadas sobre os índices alarmantes de morte de crianças no Brasil, o Dr. Fontenelle justificava a necessidade da educação feminina: “Já está absolutamente provado que a mais importante causa de mortalidade infantil é a ignorância das mães” (*Ibidem*, p. 627).

Já Chrysanthème defendia a sua bandeira feminista: “A mulher brasileira não precisa de elegância e danças, mas instrução e educação” (Chrysanthème,

¹⁴ Dr. Fontenelle havia sido contemplado, junto com outros higienistas do período, com bolsa de estudos da Fundação Rockfeller, integrando portanto a primeira geração de médicos brasileiros a estudar nos Estados Unidos (Castro Santos *et Faria*, 2004, p.125).

“A educação feminina de hoje”, *Revista Feminina*, 68, jan. 1920), no que era acompanhada por outros articulistas, que atribuíam, à educação que se dava (ou negava) às mulheres, a responsabilidade pela (má) situação destas na sociedade (Condessa de Pardo Bazan, “Feminismo e Feminilidade”, op. cit.; Dulce Dolores, “Da mulher e seu defeito na sociedade”, *Revista Feminina*, 97, jun. 1922).

As opiniões emitidas na *Revista Feminina* mostravam-se sintonizadas com a discussão que se travava, no período, sobre o ensino feminino, dentro de um debate mais amplo sobre a educação escolar. A saúde e a educação já se haviam somado às preocupações com o espaço urbano como temas principais do projeto capitaneado pelas elites e pelos intelectuais reformadores em torno da construção da nação brasileira, que caracterizou as primeiras décadas da República (Castro Santos, 1985; Gomes, 2002; Carvalho, 1998; Bomeny, 2001; Hershmann, 1996). Embora o reconhecimento do seu valor social encontrasse raízes no período imperial, a educação foi alçada pelos reformadores republicanos ao patamar de estratégia fundamental – associada à higiene – na constituição da nacionalidade (Gomes, 2001; Magaldi, 2003; Mignot, 2002; Schueller, 1999).

No contexto da década de 1920, a consolidação do pensamento liberal; o renovado desejo de ruptura com os valores “antigos”¹⁵; a penetração do ideário eugênico; a nova concepção da infância; e o surgimento das chamadas “ciências da educação” foram destacados pela historiografia dentre os elementos que contribuíram para o processo de transformação dos pressupostos políticos e pedagógicos da educação do país. A reforma educacional proposta foi interpretada como parte dos esforços para diminuir as desigualdades sociais, recuperando os ideais democráticos republicanos¹⁶ e amplificando-se nos movimentos de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, a partir de uma concepção da escola como instrumento privilegiado para regeneração da população e redenção da sociedade (Nagle, 1974). A Associação Brasileira de Educação (ABE), criada no Rio de Janeiro em 1924, passou a congrega

¹⁵ A clássica descrição de Fernando de Azevedo para o movimento renovador da educação – a marcha do novo sobre o velho – foi contestada por Carvalho (1998), que rejeitou a oposição *tradicionalistas X renovadores* como categoria explicativa única para os embates que animaram o movimento, apontando a independência intelectual de educadores como Armanda Alvaro Alberto. O pensamento e a obra de Armanda – particularmente a Escola Regional do Meriti criada por ela em 1921 – foram analisados em profundidade por Mignot (2002).

¹⁶ Segundo a expressão cunhada por Murilo de Carvalho (1990), tratava-se de “republicanizar” a República.

intelectuais de distintos matizes ideológicos e comprometidos com o movimento reformador, tornando-se seu pólo dinamizador especialmente através das conferências nacionais que promovia.¹⁷ A ampliação e melhoria do ensino primário “integral” e a disseminação do ensino técnico-profissional constituíram os dois principais núcleos da reforma educacional no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Ceará (*Ibidem*, p.116).

A principal transformação na instrução pública primária foi a incorporação dos princípios e técnicas pedagógicas da Escola Nova, que seguiam uma concepção social moderna – educação igual, gratuita e obrigatória para todos os brasileiros.¹⁸ No que toca especificamente à educação feminina, o progresso foi mais visível, uma vez que até os primórdios da República, a maioria das mulheres brasileiras era analfabeta, e no período imperial, as poucas escolas para meninas limitavam-se ao ensino da escrita e da leitura e das operações aritméticas básicas, priorizando o aprendizado de trabalhos manuais. Dados pesquisados por Araújo (1993, p. 71) comprovam esse avanço, mostrando que o percentual de mulheres alfabetizadas em relação à população feminina total passou de 43,53% em 1890 para 55,77% em 1906.

Característica do período republicano, a coexistência entre as ações higienista e educacional era demonstrada pela forte presença de temas de saúde e higiene nos conteúdos curriculares, em festas e celebrações cívicas, exposições e competições esportivas, visando à formação de hábitos saudáveis e, conseqüentemente, de um “corpo social saudável” (Carvalho, 1998; Magaldi, 2003). Assumindo sua pretensa dimensão civilizadora, as escolas convocavam as mães dos alunos a se vincularem às novas práticas pedagógicas, participando dos Círculos de Pais e Professores ou dos Cursos para Mães, ou ainda recebendo em casa as professoras-visitadoras¹⁹ (Magaldi, *op. cit.*). A idéia que

¹⁷ A presença na ABE de intelectuais oriundos dos campos profissionais da saúde e da educação evidenciava as preocupações e os interesses partilhados por ambos os campos em torno da criança em seu potencial como “futuro da nação” (Freire, 2002).

¹⁸ O papel do *escolanovismo* recebeu interpretações divergentes quanto à sua dimensão social. Para Nagle (*op. cit.*, p. 250), a dimensão técnico administrativa da Escola Nova serviu como instrumento de reconstrução moral e social, enquanto para Carvalho (*op. cit.*, p. 44), foi invocada pela elite como “recurso de moldagem do povo.” Castro Santos (2003) enxergou na reforma educacional uma tentativa de *instrumentalização* das classes populares para as mudanças que, como todo o projeto republicano, vinham “do alto”.

¹⁹ Outras estratégias acionadas para aproximação com as famílias e educação das mães foram a publicação da coluna diária “Página de Educação”, escrita por Cecília Meireles, no Diário de

norteava essa prática era que as mulheres deveriam valorizar o cuidado com as crianças, disseminando a crença no poder regenerador da educação e tornando-as assim, “cidadãs esclarecidas” (Mignot, *op. cit.*, p.197). Nos Círculos de Mães organizados pela Escola Regional de Meriti, por exemplo, as mães assistiam a palestras sobre higiene, economia doméstica e educação familiar, e tinham ainda oportunidade de aprender a realizar trabalhos manuais que seriam expostos e vendidos em benefício da própria escola.

Quanto ao ensino secundário, até meados do século XIX este se destinava exclusivamente à população masculina. A criação da primeira Escola Normal – em resposta à preocupação com a formação de professores – em 1880, no Rio de Janeiro, melhorou parcialmente esse quadro. Pois tanto as escolas normais quanto as escolas particulares de nível secundário destinadas às meninas ministravam um ensino cujo nível acadêmico era inferior ao do Colégio Pedro II, de acesso exclusivamente masculino. Tais diferenças encontravam-se sintonizadas com os debates que animavam o período republicano, quando, seguindo uma orientação de classe e gênero, discutia-se uma proposta que desenvolvesse as habilidades conforme os papéis esperados para cada grupo social. O debate envolvia de modo geral os defensores de um ideário liberal clássico – que sustentava a formação das mulheres voltada exclusivamente para suas funções de esposa e mãe –, e a corrente positivista que, apesar de considerar as esferas separadas, advogava a instrução igual para ambos os sexos, porém ministrada separadamente.

A separação entre a Igreja e o Estado, consagrada pela Constituição republicana, definiu o ensino laico, “libertando” as mulheres da “tutela católica, cujo ensino rejeita a transmissão de conhecimento científico e coloca prioridade na defesa da moral e na preservação da família” (Araújo, *op. cit.*, p. 70). Para as mulheres, seria então oferecida uma formação que considerasse seu destino natural: a escola normal e a escola doméstica, ao mesmo tempo em que o ingresso na educação superior lhes era dificultado, posto que destinado aos homens²⁰ (Azevedo *et al.*, 2004). Tal concepção viria posteriormente fundamentar

Notícias, entre 1930 e 1933, e as palestras, campanhas, cursos e publicações produzidos pelo Dr. Julio Porto-Carrero – do qual darei mais informações no item 5.6 (Magaldi, *op. cit.*, p. 427).

²⁰ Tais dificuldades não evitaram, entretanto, que algumas mulheres da elite ingressassem, de forma pioneira, no ensino superior e desenvolvessem carreiras profissionais distintas do

a reforma educacional promovida pela gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945).

Já se encontravam em funcionamento no Rio de Janeiro, na década de 1920, escolas públicas de formação profissional, destinadas exclusivamente ao sexo feminino – como o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, e os colégios Rivadávia Correa, Paulo de Frontin e Bento Ribeiro –, voltadas, sobretudo, para as classes mais pobres. Essas escolas, cujo sucesso era atestado pela imensa procura por matrícula todos os anos, e pela colocação quase imediata de suas formandas, associavam ensino profissional, comercial e doméstico, com o objetivo declarado de formar moças prendadas para o lar e, caso necessário, para o trabalho.

O ensino profissionalizante, embora questionado em parte por algumas correntes do movimento feminista brasileiro, foi louvado na 1ª. Conferência pelo Progresso Feminino, pela possibilidade de ampliação do leque de oportunidades de trabalho para as mulheres²¹ (Bonato, 2001, p. 3). Apesar da ênfase de seus idealizadores quanto à missão principal da mulher – mãe-de-família²² –, a condição das escolas profissionais como formadoras de mão-de-obra feminina que servisse simultaneamente ao lar, à indústria e ao comércio foi aos poucos se consolidando. Acompanhando a velocidade do processo de urbanização do Rio de Janeiro, na década de 1920 as mulheres já representavam 40% dos empregados no setor têxtil, e 60% no setor de vestuário, enquanto caía sua participação nas atividades rurais (Araújo, 1995, p.77). Revelava-se assim certa tensão entre um discurso no qual, ao mesmo tempo em que se pregava a dedicação das mulheres à domesticidade, buscava-se formar trabalhadoras adequadas às demandas do sistema econômico capitalista em expansão naquele período, e atender aos desejos das próprias mulheres de exercer uma atividade profissional, fosse por necessidade ou para obtenção de prestígio social ou realização pessoal.

magistério, assumindo cargos públicos de destaque. Na década de 1920, isso se tornaria mais generalizado, sendo o caso da bióloga Bertha Lutz o exemplo mais conhecido.

²¹Como já assinalado, novas ocupações ligadas ao comércio e aos serviços, como de caixa, datilografia e estenografia, vieram se juntar ao magistério e à enfermagem como alternativas de atividades profissionais femininas nas primeiras décadas do século XX.

²²O professor Afrânio Peixoto, Diretor de Instrução Pública no período de 1916 a 1917, alertava que a principal missão da mulher era de mãe, e que esta só deveria trabalhar quando fosse necessário, para ajudar seu marido (Bonato, op. cit., p. 3).

As mulheres das classes média e alta urbanas eram educadas preferencialmente nas escolas religiosas, que de maneira geral se restringiam a formar “moças prendadas” em busca de bons casamentos. Mas a Liga das Senhoras Católicas ia mais além, na defesa da proposta de sua escola de educação feminina em São Paulo: prepará-las sob todos os pontos de vista – educação doméstica, intelectual, física e moral – para serem boas donas-de-casa e encararem as vicissitudes da vida com resignação, sob a fé católica e a moral cristã (“Pelo aperfeiçoamento da juventude feminina”, *Revista Feminina*, 179, abr. 1929). As mais de oitocentas escolas domésticas da Suíça serviram de inspiração para a Liga em sua proposta de complementar a educação técnica e moral das mulheres da elite brasileira.²³ Com esse objetivo uma educadora, “M^{lle}. Girodat”, foi “importada” para reforçar a tarefa de doutrinação das mães sobre a relevância e grandeza de seu trabalho na formação da moral e do caráter dos filhos (Figura 8). Atualizava-se, assim, em novas bases, e com a incorporação de novas finalidades, a aliança da Igreja com as mulheres, a qual encontrou seu apogeu no período colonial brasileiro, como garantia de reprodução dos princípios da fé cristã (Del Priore, 1993).

A inauguração da Escola de Economia Doméstica, em junho de 1929, foi saudada como símbolo do “gênio empreendedor paulista” e “conquista do progresso” (“A Escola de Economia Doméstica”, *Revista Feminina*, 184, set. 1929). Construída com apoio financeiro do comércio, da indústria e das famílias de elite paulistas, sob os auspícios da Liga, contava, entre os membros da comissão de senhoras encarregadas, com figuras ilustres da sociedade, como a Condessa Matarazzo. Imbuída do propósito de instruir a mocidade feminina “nos verdadeiros misteres para que Deus a criou” – esposa e mãe –, a escola oferecia cursos de puericultura, enfermagem, corte e costura, lavanderia e cozinha. Além de preparar as jovens para o casamento, capacitava-as para o trabalho – caso necessário por algum revés da vida –, formando ainda, em sua seção gratuita, “excelentes empregadas” (*Ibidem*).²⁴

²³ Os cursos de economia doméstica dos Estados Unidos também foram elogiados pela *Revista Feminina*, ratificando a crescente influência norte-americana em todas as dimensões da vida social no Brasil (“A educação da mulher”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923).

²⁴ A profissionalização da criadagem parecia processo irreversível nas sociedades modernas. Ana de Castro Osorio insistia em que este era um emprego tão respeitável como qualquer outro (Ana de Castro Osorio, “A mulher e o lar”, *Revista Feminina*, 164, fev. 1928).

Pelo aperfeiçoamento da juventude feminina

Vae ser fundada a "Escola de Educação Feminina"

A Liga das Senhoras Catholicas, attendendo a um dos escôpos a que se destina — o de acção social, — inaugurará, em breve, uma Escola de Educação Domestica, que ha tempos vem sendo construida entre as ruas Luiz Gama e Alexandre Levy, proximo á Avenida dos Estados.

A Escola se destina ao complemento da educação tecnica e moral da mulher.

E' um facto que se observa não só na sociedade abastada, como tambem na pequena burguezia, a ignorancia com que a mulher principia o seu verdadeiro destino sobre a terra; a falta quasi que absoluta de uma somma de conhecimentos imprescindiveis a uma verdadeira dona de casa.

Não se diga que uma dona de casa vá passar a vida ao lado do fogão. Não. Mas ella deve saber agir em certas necessidades de emergencia, na falta repentina de uma empregada, ministrando uma edu-



Olhos das Estrelas que usam diariamente LAVOLHO

O primeiro plano para a saude —Lavar diariamente com LAVOLHO os vossos olhos para os conservardes sempre juvena. LAVOLHO dá allivio instantaneo aos olhos congestos.

CALLOS

Maravilhosa descoberta scientifica para acabar com os callos. Uma gota mata a dor em menos de 3 segundos. E o callo se enruga, desprendendo-se facilmente. Os medicos o declaram milagroso. Cuidado com as imitações! A' venda em toda a parte.



GETS-IT

Chicago, E. U. A.

cação completa aos futuros filhos. E' para a aprendizagem de tudo isso que se destina a Escola.

Todas essas pequenas cousas que garantem a paz no lar, que asseguram a felicidade da familia, dependem, em grande parte, da mulher.

E é isto que a Escola propõe realizar: a educação da mulher, sob todos os pontos de vista — educação domestica, intellectual, physica e moral, enfim, transformal-a numa verdadeira dona de casa, para que possa encarar a vida, em todas as suas vicissitudes, com resignação. E tudo isto debaixo da religião catholica e da moral christã.

Existem na Suissa, oitocentas e tantas escolas desse genero. A principio, de iniciativa particular; depois, encampadas pelo governo, que nellas percebeu e comprehendeu a melhor maneira de preparar a mulher

para a verdadeira vida, que é a que ella viva depois do casamento.

E, não só por isso, como tambem pela difficuldade em achar aqui, uma tecnica nesse assumpto, a Liga fez vir da Suissa mademoiselle Girodat, profunda conhecedora dessa moderna instituição.

Mademoiselle Girodat fará comprehender ás jovens brasileiras a grandeza do trabalho; que a mulher não se deve acanhar do labor domestico, pois que della depende, mais que do marido, o futuro dos filhos, porque é na tenra idade, na meninice, que se fórma o character do homem e sua boa ou má conducta dependem tão somente daquillo que aprende em pequeno. Essa infancia, o homem passa quasi que ao lado

QUEM BEM DIGERE BEM SE ENCONTRA

Os males digestivos, diminuindo o valor nutritivo dos seus alimentos, podem provocar intensos soffrimentos e podem mesmo occasionar incommodos nervosos do organismo. Para digerir bem tome meia colher de café de Magnesia Bisurada n'um pouco de agua depois das suas refeições ou logo que se faça sentir a dor. A maior parte dos incommodos estomacaeos taes como azias, pesadume, eructações acidas, dilatações e indigestões devem a sua origem a um excesso de acidez. A Magnesia Bisurada, pela sua composição alcalina, neutralisa este excesso, impede a intoxicação do estomago e assegura esta assimilação perfeita dos alimentos da qual depende uma boa digestão e uma boa saude. A' venda em todas as pharmacias.

Figura 8.

Escola de Educação Feminina, *Revista Feminina*, 179, abr.1929. Acervo

Fundação Biblioteca Nacional.

A *Revista Feminina* incentivava propostas educacionais como a da Liga das Senhoras Católicas, coincidentes com o modelo feminino que defendia em suas páginas, e depositava na maternidade a função de principal justificativa para a necessidade de uma educação moderna, mas voltada para a domesticidade. Assim, a revista repetia incansavelmente que a educação feminina constituía exigência da civilização, uma vez que a função de mãe vinha se tornando cada vez mais complexa (“Janeiro”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). Em seu discurso modernizante, o periódico chegou mesmo a condenar as mulheres que não estudavam porque pensavam que seu destino era casar e ser mãe, lembrando que justamente por esse “destino superior” deveriam ser mais bem educadas (Ana de Castro Osório, “Questões de educação e instrução”, *Revista Feminina*, 171, ago. 1928). Mas não deixou de aplaudir, entretanto, a notícia da matrícula de mulheres em cursos como medicina, direito, farmácia e odontologia (“Escola doméstica do Natal”, *Revista Feminina*, 96, maio 1922).

A revista buscava reforço para seus argumentos na retórica dos movimentos feministas. A edição de julho de 1928, por exemplo, informava que a primeira finalidade declarada pela Associação Eleitoral Feminina do Rio Grande do Norte, filiada à FBPF, era “promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina”. O discurso de *Vida Doméstica* não era diferente; em repetidos artigos, assegurava que a mulher precisava ser educada para que pudesse exercer dignamente seu mais precioso papel: de mãe (“C. S. Marques Leite”, “Farpas e faíscas”, “A mulher brasileira e sua sublime tríade”, *Vida Doméstica*, 29, 30 maio 1922).

Além da Igreja Católica, outras instituições, laicas, inspiradas no modelo europeu, engajaram-se na tarefa da educação feminina. Na Europa, a preocupação demográfica possivelmente representou um dos elementos que contribuíram para o investimento na preparação adequada das futuras mães. Infundida dessa determinação, a Associação de Mulheres Médicas de Paris criou, em 1925, um Comitê de Educação Feminina, que em colaboração com várias organizações femininas organizava conferências destinadas a ajudar as jovens a conservarem-se puras e sadias e prepará-las para seu futuro papel de esposa e mãe (Thébaud, 1986, p. 33). Desde a virada do século, grupos sociais

reformistas, compostos por médicos, educadores, padres, feministas e intelectuais em geral, vinham protestando contra o tipo de educação conferida às jovens, particularmente quanto ao obscurantismo que envolvia a biologia da sexualidade, sob o pretexto de “proteger sua inocência” (Knibiehler, 1996). A ameaça à fecundidade representada pela sífilis – e a descoberta de que esta podia contaminar mesmo as mulheres “honestas” e “inocentes” –, forneceu novo argumento a esse debate, levando, entre outras medidas, a *Société Française de Prophylaxie Sanitaire e Morale* – entidade governamental criada em Paris em 1901 –, a desencadear uma cruzada antivenérea que incluía a educação sexual das jovens.

Como em virtude da própria ignorância no assunto as mães foram consideradas incapazes de prover esse tipo de instrução, para ajudá-las nessa tarefa educativa foram editados manuais como “A escola das mães”, enquanto se fundava em Bordeaux a primeira de uma série de “Escolas de mães”. Feministas como Nelly Roussel (1879 -1922) e Madeleine Pelletier (1874 -1939) endossaram a proposta de educação sexual feminina – esta última publicou, em 1914, um tratado de “Educação feminista das moças”, com uma seção específica sobre o tema. As manifestações de resistências, no entanto, não tardariam. O professor Pinard, por exemplo, teve rejeitada sua proposta de oferecer um curso de puericultura no ensino secundário, por suspeita de que o assunto estimularia a curiosidade sexual das jovens.

Em outros países da Europa, ocorreram iniciativas semelhantes. Em Portugal, a crescente incorporação da concepção da maternidade como “função de utilidade social” culminou, entre outros, com a criação, pelo Ministro de Estado do governo Salazar, Carneiro Pacheco, da “Obra das mães para a educação nacional” (OMEN), destinada a “preparar as gerações femininas para seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais” (Pimentel, 2003, p.162). Entre os objetivos da OMEN (1936-1974), figuravam a “re-educação” das mães, a assistência materno-infantil nos centros de assistência educativa e nas “semanas das mães”, e premiações às famílias numerosas, além da antecipação, nas creches, da escolaridade das mulheres, e de seu prolongamento, nas associações femininas de juventude (*Ibidem*).

No Brasil, a Federação Internacional Feminina – que contava entre suas finalidades promover a solidariedade feminina e a educação artística e intelectual da mulher – oferecia inúmeros e diversificados cursos, como os de idiomas, datilografia, pedagogia, trabalhos de aplicação, esperanto, declamação e Jardim de Infância, devidamente noticiados na imprensa feminina na década de 1920 (“Federação Internacional Feminina”, *Revista Feminina*, 97, jun. 1922). Tais cursos eram destinados a mulheres de classe média, habilitando-as a desenvolver algumas ocupações profissionais, caso fosse necessário... Matéria da *Revista Feminina* aplaudia, entretanto, a iniciativa da Federação de incluir no programa temas como higiene e cuidados com as crianças, capacitando-as para a função maternal (*Ibidem*). Além dos cursos, a Federação passara a realizar também em sua sede reuniões e palestras para difundir os novos conhecimentos científicos – principalmente de higiene e educação –, o que pode ser interpretado como coincidência de interesses por parte de segmentos da sociedade brasileira urbana em torno da valorização da educação feminina, e da difusão de determinada concepção de maternidade, baseada na ciência e passível de ser “aprendida”.

De maneira geral, a idéia que perpassava todas as propostas de educação das mulheres, é de que esta representaria um complemento à natureza feminina e, ao fim, seria revertida em educação para os filhos.²⁵ Pois consideradas como educadoras natas, faltaria apenas a “cultura” para completar suas qualidades intelectuais, “estreitadas” ao longo de seu “confinamento” na casa ou no convento (Ana de Castro Osorio, “A questão feminina”, “O grande destino”, *Revista Feminina*, 178, mar. 1929). Para Isa Eira, o “instinto admirável da educação” seria – junto à fecundidade – um dom divino, concedido exclusivamente às mulheres (Isa Eira, “A mãe como educadora”, *Revista Feminina*, 90, nov. 1921). Entre os argumentos invocados nos periódicos a favor da educação feminina, predominavam claramente aqueles orientados pela lógica da reprodução, da garantia de formação das “novas gerações” (Ricardina Mendes de O. Pacheco, “Mães”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923; Maria Clara de Alvear, “A função atual da mulher” *Revista Feminina*, 107, abr. 1923; Ana de Castro Osorio, “Questões de educação e instrução”, *Revista Feminina*, 171, ago. 1928; “Ciência domestica”,

²⁵ Especialmente no que se refere à educação das filhas, tratava-se de preparar as meninas para exercerem com excelência seus futuros papéis de mães, garantindo a evolução da espécie (A. Austragésilo, “Perfil da mulher brasileira”, *Revista Feminina*, 70, mar. 1920).

Vida Doméstica, 92, set. 1925). Assim, as mulheres pareciam tornar-se objeto de um processo educacional voltado prioritariamente para a melhoria de sua performance como educadora dos filhos, reforçando a tese que as considerava como “base do movimento civilizador” (Ana de Castro Osorio, “A mulher e o lar”, *Revista Feminina*, 165, fev. 1928; *idem*, “A questão feminina”, “O grande destino”, *Revista Feminina*, 178, mar. 1929; Professora Maria Rosa Moreira Ribeiro, “Pela mulher”, *Vida Doméstica*, 25, abr. 1922).

Além da criação e educação dos filhos, o trabalho doméstico em geral assumia, no discurso de feministas como Ana Osório, “um sentido belo e dignificador” – além de se constituir em “capital econômico” – e passava também a exigir aprendizado compatível com as exigências modernas (Ana de Castro Osorio, “A questão feminina”, “Educação profissional e doméstica”, *Revista Feminina*, 140, jan. 1926). Defendendo a idéia de que ser boa dona-de-casa era tão difícil quanto ser boa médica ou professora, Ana Osório advogava como “absolutamente indispensável” a criação de escolas domésticas que superassem a educação “anacrônica” das mulheres – responsável por sua situação de inferioridade na sociedade. Possivelmente enxergando um potencial emancipador no trabalho doméstico, a feminista portuguesa ressaltava que, além dos ensinamentos práticos, essas escolas deveriam cultivar a inteligência feminina para que “ela se torne um valor real dentro do lar, como a companheira do homem moderno e, sobretudo, a educadora dos filhos” (*Ibidem*).

Tal visão do “problema feminino” como questão essencialmente pertinente ao domínio da educação era compartilhada por articulistas das duas revistas, e espelhava um ideário que se tornara hegemônico na sociedade brasileira da década de 1920, o qual atribuía à educação um caráter redentor.²⁶ Através da educação, a mulher brasileira supostamente encontraria seu próprio lugar e “a perfeição de sua conduta, em sua tríplice condição de mulher, esposa e mãe” (“O que a mulher deve saber”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925). A *Revista Feminina* sintetizou essa preocupação ao alertar as mulheres para que passassem a “levar a sério” seu papel de donas-de-casa e de mães, “que por ser tão alto e tão nobre

²⁶Para Nagle (*op. cit.*), as idéias e instrumentos educacionais confundiam-se com os instrumentos de reconstrução moral e social.

não é caminho para todas, mas para as que sejam capazes” (“A mãe de família”, *Revista Feminina*, 168, maio 1927).

Poucas eram as vozes – como de uma leitora de Piracicaba (Carolina Cintra, “Sobre a educação feminina”, *Revista Feminina*, 86, jul. 1921) – que se levantavam para reivindicar uma educação para as mulheres igual à dos homens, ou que resultasse em benefício unicamente da cultura feminina. Na verdade, as feministas alegavam que a educação constituía justamente a principal missão do movimento feminista, acrescentando que as mulheres queriam e deveriam ser educadas “para si mesmas, em lugar de serem educadas para os homens”: “Eis resumido o feminismo: a educação feminina” (LV, “O homem e a mulher”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). Alguns articulistas, contudo, reduziam a educação feminina a mera precaução para enfrentar possíveis “imprevistos” na sua vida (Villela, “A mulher e o homem”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923).

A educação feminina surgiria ainda como um dos elementos acionados em resposta a uma percepção negativa da modernidade, representada pelas atitudes da “mulher moderna”. Para muitos reformadores da década de 1920, a modernidade em si não representava o principal perigo, mas sim o despreparo das mulheres para lidar com seus pressupostos, em particular a decadência dos costumes que ameaçava sua honestidade e, conseqüentemente, a integridade moral das famílias brasileiras, desestabilizando a ordem social e impedindo o progresso do país (Osório Lopes, “O futuro da família”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926).²⁷ Independentemente do já citado questionamento reproduzido nas revistas femininas, sobre a culpa de tal fenômeno recair nos homens ou nas mulheres, os articulistas pareciam concordar em que a responsabilidade pela reversão desse quadro seria destas últimas. A colaboradora de *Vida Doméstica*, desiludida com o comportamento masculino, exclamava: “... como se acha nas mãos da mulher o destino dos homens, a vida da humanidade!” (Paula Faria, “Na desilusão”, *Vida Doméstica*, 10, dez. 1920). O artigo em que Osorio Lopes constatava que a sociedade brasileira passava por uma fase sombria, em virtude dos “maus costumes”, reafirmando ainda que caberia às mulheres a “reação contra a

²⁷ Em carta enviada de Manaus, Dulce Dolores atribuía ao descuido com a educação feminina a dissolução dos costumes na sociedade brasileira (Dulce Dolores, “Da mulher e seu defeito na sociedade”, *Revista Feminina*, 97, jun. 1922).

imoralidade generalizada”, pode ser possivelmente tomado como expressão de tal consenso (Osorio Lopes, “A culpa da mulher”, *Vida Doméstica*, 92, set. 1925).

Consoante com esses princípios, uma das soluções propostas pelos reformadores implicava em intervir sobre o comportamento feminino. Revistas de orientação católica, como a *Revista Feminina*, lideraram uma campanha moralizadora centrada na valorização das funções domésticas e no recato feminino, em defesa de uma emancipação “relativa”, bem distinta da liberdade total apregoada por alguns grupos feministas²⁸ (Caulfield, 2000, p. 175). Além de instadas a modular seu comportamento, as mulheres foram convocadas a assumir papel ativo na vida social do país, defendendo a moral e a tradição de seu gênero e recuperando os valores e os bons costumes (Anna Rita Malheiros, “Junho”, *Revista Feminina*, 97, jun.1922; Maria Clara de Alvear, “A função atual da mulher” *Revista Feminina*, 107, abr. 1923).

Atrelando a presumida “crise” moral à idéia de modernidade, a educação das mulheres foi então valorizada e defendida pelos reformadores como estratégia para que aprendessem a lidar com as prerrogativas acenadas pela recém-descoberta liberdade e as tentações implícitas nos novos comportamentos impostos pela modernização da sociedade. Aos juristas, particularmente, interessava tentar conter os impulsos sexuais exacerbados, o que julgavam essencial para reduzir a violência doméstica e os crimes passionais, e em especial os ataques à honra feminina – como os defloramentos –, que se tornavam rotina, denunciados nas delegacias de polícia²⁹ e nas páginas dos jornais e revistas.³⁰

A obrigação do casamento em decorrência de defloramento recuperava valores vinculados ao chamado complexo “honra-vergonha”³¹, que fundamentaria

²⁸ Nem mesmo feministas consideradas radicais, como Chrysanthème, escaparam dessa armadilha. Exemplar é o diálogo entabulado por suas personagens *Clara* e *Emília*, no qual a segunda tenta consolar a amiga que sofre pela indiferença do marido, sugerindo que, em vez de reagir, procure amparo nas orações. (Chrysanthème, “A culpa dos homens”, *Vida Doméstica*, 98, abr. 1926).

²⁹ Estimava-se na década de 1920 uma média de 500 casos de defloramento atendidos a cada ano pela polícia na cidade do Rio de Janeiro, contra menos de 150 casos de homicídio (Caulfield, *op. cit.*, p. 38).

³⁰ O assassinato “em defesa da honra” era comentado com indignação nos editoriais e matérias diversas nas revistas femininas, condenado como a pior dentre as inúmeras injustiças cometidas contra as mulheres. Exemplar dessa rejeição foi o artigo de Anna Rita Malheiros, já citado, intitulado “O direito de matar”.

³¹ Esse conceito implicava a honra à identidade masculina e a vergonha à feminina.

a relação de autoridade e poder da família patriarcal, considerada por grande parte da historiografia – seguindo a interpretação de Gilberto Freyre – como a base do caráter nacional.³² Embora o casamento legítimo fosse valorizado na sociedade brasileira pela estabilidade que concedia às famílias, como garantia de “condição social” e estratégia política e econômica até pelo menos o final do século XIX, não excluía a existência de modelos familiares distintos daquele cristalizado por Freyre (Chaloub, 1986, Esteves, 1989; Araújo, *op. cit.*). Vários historiadores (Del Priore, 1993, Silva, 1998) demonstraram a presença de tais “arranjos” familiares ainda na Colônia. Para Del Priore (*Ibidem*), as mulheres do Brasil colonial usaram as justificativas morais e religiosas que forçavam o casamento em caso de sedução como estratégia de resistência ao patriarcalismo.

Ao identificar a permanência, na década de 1920, de muitas dessas práticas sociais – como as uniões consensuais e as relações sexuais antes do matrimônio –, Caulfield (*op. cit.*) questionou a presença de uma mudança radical na moral das mulheres “modernas”, tal como alegada pelos reformadores do período. Na interpretação da autora, o debate social em torno da redefinição de conceitos como o de honra expressava a mudança processada no contexto que albergava e justificava a nova representação do comportamento feminino, o que sugeria então ter a retórica da defesa da honra funcionado como elemento essencial para o desenvolvimento do processo civilizatório republicano.

O argumento de Caulfield – segundo o qual as controvérsias que envolveram a redefinição dos conceitos de honra e honestidade femininas no pós-guerra revelavam e tensionavam as desigualdades das relações de poder da sociedade brasileira do período – pode ser estendido a outras dimensões das relações sociais e de gênero.³³ No caso mais específico do exercício da maternidade, penso que sua interpretação aplica-se à compreensão da dinâmica de construção da relação de aliança entre as mulheres e os médicos na década de 1920, e dos mecanismos que viabilizaram e sustentaram tal aliança –

³² Autores marxistas como Nelson Werneck Sodré discordam de Freyre, conferindo ao Estado, e não à família patriarcal, poder decisivo na formação da nação brasileira.

³³ Além do estudo de Besse, já referido em vários momentos anteriores, ressalto a análise de Maluf *et* Mott (1999) quanto à utilização de uma pretensa modernização do trabalho doméstico feminino – pela incorporação de novas tecnologias e equipamentos como aspirador de pó e geladeira – para a consolidação das relações hierárquicas de gênero nas primeiras décadas do século XX.

sobretudo a oposição estratégica entre o papel maternal e os outros papéis femininos.

Independentemente do fato de que a educação feminina na década de 1920 tendeu a voltar-se para sua capacitação profissional ou para qualificação de sua função de educadora natural, a higiene e o cuidado com as crianças foram incorporados de forma crescente nos programas de instituições educacionais diversas. Em São Paulo, a Escola Profissional Feminina do Brás, por exemplo, criou em 1921 – portanto 10 anos após sua fundação – os cursos de “Economia doméstica” e “Puericultura”. Apesar da baixa receptividade inicial, essas disciplinas retornaram ao currículo da escola em 1929, fortalecidas por argumentos higienistas (Brites, 1999, p. 93). Já a Escola Normal Caetano de Campos acrescentou, a partir de 1925, a denominação “Puericultura” à cadeira até então intitulada apenas “Biologia e Higiene”. Em 1933, foi criado um Centro de Puericultura na própria escola (*Ibidem*).

Na Escola Normal do Distrito Federal, a disciplina de Higiene era ministrada pelo Dr. Fontenelle, também, como já apontado, colaborador da *Revista Feminina*. No manual escrito por este, e utilizado como base do curso, o primeiro item abrangia o ensino “dos princípios da eugenia e da puericultura”, sugerindo que “o ensino da higiene” seria função das futuras professoras, que para tal precisavam receber “cabedal científico” adequado (Fontenelle, *op. cit.*). Sua tarefa, uma vez formadas, seria dividida com as enfermeiras escolares, a quem caberia o “ensino vivo da higiene” – fosse auxiliando os médicos nos procedimentos, ou em visitas às famílias para ministrar os conhecimentos de puericultura e esclarecer as dúvidas quanto à criação dos filhos. Dentre as atividades que envolveriam as futuras mestras no programa escolar, estava prevista a organização das “Escolas de Mãezinhas”, voltadas para o ensino prático das principais noções de puericultura às meninas de 10 anos em diante. Sob a direção da enfermeira escolar ou da enfermeira de saúde pública, e com a colaboração das professoras, as alunas aprenderiam a banhar, vestir, alimentar e cuidar das crianças, preparando-se para seu futuro papel de mães.

O modelo de ensinamento prático proposto por Fontenelle – seguido também nas escolas domésticas – era inspirado nos exemplos europeu e norte-americano, os quais eram frequentemente elogiados pela *Revista Feminina*. Uma

nota na edição de setembro de 1928, por exemplo, dava conta da existência, na Alemanha, de uma escola onde a “educação da mulher como dona de casa e futura mãe de família é perfeita” (“Educação para as mães”, *Revista Feminina*, 172, set. 1928). Era destacado particularmente o curso de puericultura, no qual as jovens, com auxílio de bonecos que simulavam bebês, eram treinadas nos cuidados básicos com as crianças e nos princípios de higiene infantil. A revista teceu comentários abonadores também sobre os cursos de Economia Doméstica dos Estados Unidos, ressaltando, entretanto, as diferenças culturais entre os dois hemisférios (“A educação da mulher”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923). No Brasil, a Escola Doméstica de Natal³⁴ foi objeto de vários artigos elogiosos, por seu potencial formador de “excelentes donas de casa e mães de família” (“Escola Doméstica do Natal”, *op.cit.*). A ideologia da revista era ratificada, ao justificar tal investimento pedagógico sob a afirmação de que todas as mulheres possuíam instinto maternal, mas precisavam adquirir os conhecimentos apropriados para cuidar de seus filhos (Apyrgio Gonzaga, “O papel da mulher”, *Revista Feminina*, 89, out. 1921; “Educação para as mães”, *Revista Feminina*, 172, set. 1928).

Nem sempre o discurso da *Revista Feminina* era tão preciso quanto à finalidade de educar as mulheres. Em editorial ambíguo, a feminista portuguesa Maria de Eça defendia que as meninas deveriam receber educação escolar como seus irmãos – fosse para posteriormente “obter um curso” ou se prepararem para ser mães (Maria de Eça, “Abril”, *Revista Feminina*, 179, abr.1929). A mesma edição anunciava a abertura, em breve, da Escola de Educação Feminina da Liga das Senhoras Católicas, parabenizando as organizadoras pela iniciativa de oferecer um curso de puericultura com “aulas práticas e teóricas” (“Pelo aperfeiçoamento da juventude feminina”, *op. cit.*). As ambivalências internas da *Revista Feminina*, longe de representar simples divergências de opinião, mostravam-se coerentes com as reivindicações apresentadas por grupos feministas católicos/liberais: educação das mulheres simultaneamente para sua realização pessoal e para cumprir os desígnios da sua “natureza” – isto é, criar filhos. Como mencionado anteriormente, em sua atuação parlamentar Bertha Lutz várias vezes invocou princípios *essencialistas* e metáforas naturalistas para

³⁴ Criada em 1914, a Escola Doméstica de Natal oferecia um vasto programa de educação moral, física, técnica, profissional, social, intelectual, estética, e higiênica – que incluía um curso de puericultura (Kuhlmann Jr, 2001, p. 482).

defender a causa feminina. Com vistas a assegurar a preferência pela atividade feminina no exercício de determinados trabalhos, por exemplo, a líder feminista acabou por inscrever a enfermagem no rol das atividades naturalmente femininas, “uma aplicação prática e científica” do instinto maternal (Souza *et al*, *op. cit.*).

A responsabilidade pela educação das jovens não caberia, entretanto, apenas à escola, mas também às mães. Em coluna intitulada: “Como se deve educar a filha”, a *Revista Feminina* orientava as mães a desestimular o ócio e a vaidade em suas filhas, instruindo-as para se tornarem úteis à família e à sociedade (“Jardim do Espírito”, “Como se deve educar a filha”, *Revista Feminina*, 113, out.1923). *Vida Doméstica* compartilhava da mesma preocupação quanto à educação das meninas. Se as mulheres necessitavam ser educadas para educar seus filhos, deveriam dedicar especial atenção às filhas, futuras mães e, portanto, reprodutoras finais dos princípios que lhe fossem inculcados durante a infância. A leitora Jomar concordava; simplificando a idéia, dividia as jovens brasileiras entre “instruídas” e “ignorantes e fúteis”, demonstrando a persistência na sociedade urbana da idéia da “luta entre as idéias antigas e o espírito novo” (Jomar, “Como se vive...como se deve viver”, *Vida Doméstica*, 131, fev. 1929).

O conto da escritora francesa Marcelle Tinayre intitulado “A Escola da Maternidade – o instinto e o sentimento”, publicado em 1924 nesse periódico, é exemplar da preocupação e valorização da educação das meninas por suas mães visando ao exercício da função maternal, e merece a transcrição ao menos de seus parágrafos iniciais:

Foi uma dolorosa decepção por que passaram tanto a mãe como a sogra, ao reconhecerem que em Thereza, não existia o instinto maternal!...

As duas futuras avós fizeram gradualmente essa descoberta, à maneira de uma *enfermidade oculta* (grifo meu) da qual, pouco a pouco, vão aparecendo os sintomas (Marcelle Tinayre, “A Escola da Maternidade – o instinto e o sentimento”, *Vida Doméstica*, 80, set. 1924).

Escandalizadas e aflitas com tal descoberta, enquanto a sogra culpava “a péssima educação moderna e o egoísmo da atual geração”, a mãe se desculpava, embora entendesse o desejo de liberdade presente na filha. Reconhecendo em si mesma traços dessa geração que, “respirando um ar mais

forte”, fizera sua “estréia ruidosa nas carreiras reservadas aos homens”, admitia não haver ensinado a Thereza que a vida da mulher era feita de submissão à injustiça e ao sofrimento. Além do mais, a filha não tivera irmãos, desconhecendo então tudo que se referisse a uma criança. Assegurava, entretanto, à outra, que o instinto maternal não era “igual e perfeito em todas as criaturas”; o de Thereza estava apenas adormecido, e acordaria ao primeiro choro do bebê.³⁵ Esse momento pareceu ter chegado quando a futura mãe retomou um trabalho de bordado – iniciado e depois interrompido – do enxoval do bebê. Mas em face do alívio entusiasmado de sua mãe, a moça apressou-se em afirmar que a ostentação de certa sensibilidade a fazia parecer ridícula: “Eu não sou destas mulheres que fazem da maternidade um troféu!” Revelava-se assim, para a mãe, a existência de um “sentimento educado, procedendo o instinto selvagem” (*Ibidem*).

Romancista de prestígio nas primeiras décadas do século XX, e colaboradora de diversos jornais em todo o mundo – especialmente em *La Fronde*, periódico feminista criado por Marguerite Durand (1864-1936) –, Tynaire compartilhava com muitas de suas contemporâneas um “discurso ambíguo” sobre a “independência moral” das mulheres (Houbre, 2002, p. 330). Assim, as heroínas de seus textos procuravam conciliar suas atividades profissionais com a vida amorosa, aceitando a “servidão doméstica” e até mesmo o adultério do marido, numa crítica dissimulada à pregação de feministas radicais que clamavam por um tipo de liberdade utópica para aquele contexto.

A relação entre o instinto maternal e a técnica da maternidade científica foi um dos temas predominantes nas revistas femininas na década de 1920, e por sua relevância será tratado em item à parte. Cabe, entretanto, antecipar alguns pontos dessa discussão, uma vez que as propostas de educação feminina buscavam sua legitimação especialmente nessa relação. Pois ao depositar nas mulheres a expectativa de regeneração física e moral da nação brasileira, tornava-se obrigatório – e para muitos, suficiente – o investimento da sociedade na educação feminina, habilitando-as a cumprir com o máximo de eficiência essa função. Em sintonia com a corrente científica evolucionista, a educação feminina

³⁵ Para a discussão sobre a falta de instinto materno como doença ou “desvio”, ver o trabalho de Nancy Theriot (1999) sobre insanidade puerperal.

garantiria a evolução das mulheres e, conseqüentemente, da espécie. Se a educação era considerada uma “segunda natureza”, educar era “vencer o instinto”; em seu efeito transformador, ao mesmo tempo em que aperfeiçoaria o indivíduo, traria em si um potencial maior, de bem coletivo, capaz de pavimentar o caminho para o progresso nacional (A. Austregésilo, “Perfil da mulher brasileira”, *op. cit.*). Matéria intitulada “Mães” é exemplar da prioridade concedida à educação para a maternidade no projeto nacionalista do período: “Uma só coisa bastaria para que todas as questões sociais fossem liquidadas: bastaria que, pelos melhores meios, se atendesse à formação das mães” (Luiz Amaral, “Mães”, *Revista Feminina*, 138, nov. 1925).

Os parâmetros que deveriam orientar a formação escolar das mulheres seriam então aqueles que, atendendo às expectativas de seu papel maternal, cumprissem também as exigências de uma base racional, pelo exercício de uma maternidade fundamentada não apenas no instinto, mas na ciência, com a aplicação dos conhecimentos da higiene no cuidado com os filhos. O fato é que as revistas femininas, consensualmente, recomendavam e aplaudiam as iniciativas de inclusão da puericultura nos cursos domésticos e profissionalizantes, reforçando a idéia de que as mulheres precisavam ser educadas para exercerem sua função de mães. (“Os problemas femininos”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925; Izabel de Léon, “A educação da mulher – a esposa e a mãe”, “Páginas escolhidas”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923; “Federação Internacional Feminina”, *Revista Feminina*, *op. cit.*), a qual representava o seu “verdadeiro papel” na sociedade, e a “nobre missão” conferida por Deus, para cujo desempenho precisava ser preparada pela ciência (Apyrgio Gonzaga, “O papel da mulher”, *Revista Feminina*, 89, out. 1921). Função natural, dom divino, atividade científica: a maternidade seria um pouco de tudo isso? Em sua dimensão doutrinatória, as revistas femininas muitas vezes invocavam indistintamente tais argumentos, mesmo arriscando sua coerência interna. Assim, referências ao “verdadeiro instinto materno” muitas vezes eram usadas em matérias que abusavam de termos científicos, inclusive da psicologia, para difundir os princípios da higiene infantil (“Estudando a criança”, “No alvorecer da personalidade”, *Vida Doméstica*, 132, mar. 1929).

A necessidade de educação das mulheres para a maternidade foi endossada pelas feministas, fosse como finalidade única ou como complemento ao seu desenvolvimento pessoal. O discurso engajado repetia as mesmas duplicidades, embaralhando justificativas que remetiam tanto às características biológicas do sexo, quanto às determinações divinas ou à divisão tradicional de papéis sociais. Ana de Castro Osorio defendia com entusiasmo a educação da mulher como indispensável para que esta pudesse “ocupar o lugar que a natureza lhe impõe” (Ana de Castro Osorio, “A questão feminina”, “O grande destino”, *op. cit.*), retomando o conflito inerente à idéia de necessidade de adestramento para uma atividade que se supõe instintiva.

Anna Rita Malheiros, de outro lado, apoiou-se no ideário das esferas separadas para fundamentar sua argumentação. Para ela, o feminismo não era “fruto da revolução”, mas de um impulso de sobrevivência, tendo sua origem ligada ao instinto da maternidade: “O feminismo nasceu com o primeiro grito de fome que estrugiu em seu lar” (Anna Rita Malheiros, “Outubro”, *Revista Feminina*, 89, out. 1921). Tentava explicar sua afirmação: em face da necessidade financeira, a mulher deparou-se com duas opções: o vício ou o trabalho; optou pelo segundo. Conforme sua hipótese, não teria sido então a mulher, e sim o homem quem criou o feminismo, pela sua “preguiça e incapacidade de sustentar os filhos”. Assim, através de um discurso ambíguo, a autora, em que pese sua propalada posição libertária, curiosamente vinculava o desejo de emancipação feminina ao descumprimento, pelo homem, de sua função de provedor da família, parecendo concordar com a tradicional divisão de papéis entre os cônjuges. E concluía, reforçando a sua tese: “Do esqueleto do moderno Adão do *fox-trot* foi tirada a costela da Eva datilógrafa...” (*Ibidem*).

4.3. SER MÃE É UMA CIÊNCIA.

“De quantas desastrosas conseqüências não é responsável a ignorância em matéria de puericultura? Este é no entanto o campo por excelência da atividade feminina, correspondente à sua mais nobre missão, que é a de mãe de família” (“Fevereiro”, *Revista Feminina*, 69, fev. 1920).

As escolas não seriam as únicas responsáveis pela formação das mulheres com vistas ao exercício de seu papel de mães. Dentre as múltiplas vozes que se uniram nas páginas das revistas femininas em defesa do discurso maternalista, as dos médicos higienistas tornaram-se crescentemente audíveis na década de 1920. Preservando o ideário e o modelo pedagógico proposto por Moncorvo Filho no início do século, ancoravam-se nos pressupostos da higiene – e sua concepção de saúde como responsabilidade individual e alvo de processo educativo próprio. Assim, informados pelos conhecimentos da eugenia e embebidos da atmosfera nacionalista que enxergava a viabilidade brasileira através de suas crianças, tais médicos justificariam uma necessidade urgente e imperiosa de preparar as mulheres para ser mães.

Dessa forma, conformando um grupo que se apresentava como autoridade na promoção e manutenção da saúde das crianças, iriam se dedicar a uma campanha sistemática em prol do exercício de uma maternidade de base científica, orientada pelos princípios médicos da puericultura. Em sintonia com a mentalidade da sociedade urbana da época, que atribuía exclusivamente à mulher a responsabilização pela saúde dos seus filhos, e contando com o endosso de feministas da corrente maternalista na valorização da função maternal, esses higienistas tomaram a si o encargo da formação do que imaginavam ser uma boa mãe de família.

Os articulistas reconheciam a presença de um instinto maternal inerente à natureza feminina – a ausência do qual constituía um desvio da normalidade –, mas este não seria suficiente para garantir a criação adequada dos filhos conforme os novos pressupostos de base científica, guias das sociedades que se pretendiam modernas. Assim, a partir sobretudo da segunda metade da década de 1920, as páginas das revistas femininas passaram a ser inundadas por artigos – em sua maioria assinados por médicos – com orientações às mulheres sobre a maneira “correta” de exercer sua “mais nobre missão”. O ideário da maternidade científica que fundamentava esses textos foi assumido por médicos higienistas, educadores, mulheres feministas, intelectuais e profissionais dos mais diversos campos, políticos e juristas – todos unidos em torno de uma declarada

preocupação com a infância e com o destino da nação brasileira. Por pertencer ao domínio da técnica, e não da ideologia, a difusão dos princípios que regiam tal tipo de maternidade contou com apoio de elementos ligados a setores da sociedade tão distintos em seus pressupostos quanto em seus objetivos, como legisladores, representantes da Igreja católica, médicos e industriais. Assim, compartilhando da ansiedade em função da regeneração da raça, e instrumentalizados pela eugenia³⁶, os médicos não tiveram dificuldade em encontrar aliados em sua proposta “salvacionista”.

Vários foram os canais de comunicação acionados, em todo o mundo, no processo de difusão do ideário da maternidade científica, iniciado no final do século XIX e intensificado nas primeiras décadas do século XX. Enquanto para as classes média e alta foram utilizados livros, folhetos e revistas – como as americanas *Ladies' Home Journal* e *Good Housekeeping* –, para a classe operária europeia tiveram grande importância os ambulatórios para distribuição de leite, de origem filantrópica e baseados no padrão “consulta + conselho” (Apple, 1987; Rollet-Echalier, 1990). No Brasil, a imprensa feminina constituiu-se em veículo especialmente relevante para a maciça divulgação dos princípios dessa nova ideologia e da técnica da puericultura. Pois em sua pretensão de se constituir em caminho seguro para promover o adequado crescimento e desenvolvimento das crianças e preservar a saúde desses que seriam os futuros cidadãos brasileiros, a puericultura demandava a adesão das mulheres das classes média e alta urbanas – o modelo exemplar da nova mãe – ao seu ideário. As revistas femininas, de grande penetração nesse universo leitor, por se constituírem em potencial espaço de “doutrinação” e debate, bem como por sua identificação com uma imagem de modernidade, preenchiavam os requisitos essenciais a essa função, na condição de arautos da proposta de uma “nova maternidade”.

Com base na supremacia da razão sobre a emoção – e nesse plano ganhando sua legitimidade –, a puericultura oferecia amplo e diversificado estoque de ensinamentos técnicos para guiar a conduta das mulheres na criação

³⁶ Os médicos higienistas da década de 1920 alinhavam-se com a eugenia “positiva” que, fundamentada na teoria *neo-lamarckista*, enfatizava uma visão otimista do aprimoramento hereditário, quando melhor formação poderia resultar em melhor herança (Stepan, 2004). O tema da eugenia será retomado no capítulo 5.

de seus filhos, em substituição aos “antigos” dogmas religiosos ou palpites de curiosas, vizinhas ou avós, considerados perniciosos e “arcaicos”. Munidas de tal arsenal científico, as mulheres estariam supostamente aptas a desenvolver sua “nobre missão” sem os riscos oferecidos pelas paixões ou impulsos, e sem precisar recorrer a expedientes do domínio das crenças. Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna. O argumento da modernidade era sistematicamente invocado pelos articulistas para justificar as novas práticas – científicas e racionais –, opondo-as àquelas tradicionais, baseadas em costumes, credices e superstições, consideradas em sua maioria maléficas, seguindo o esquema explicativo de uma oposição binária entre atraso e progresso, instinto e técnica, crença e conhecimento.

Antes de proceder à análise mais aprofundada dos conteúdos que integravam o universo temático do discurso da maternidade científica nas revistas femininas, faz-se necessário traçar suas linhas mais gerais, destacando os principais elementos arrolados na argumentação em defesa de uma maneira científica de cuidar das crianças, bem como suas contradições e ambigüidades, e procurando situá-los no cenário do período.

O primeiro ponto de conflito dizia respeito justamente ao papel central da figura do médico na proposta de maternidade científica dirigida às leitoras. Apresentando-se como presumida autoridade no assunto, a assinatura dos médicos conferia maior legitimidade aos artigos, os quais habitualmente recebiam títulos que reforçavam essa identidade, como “Palestra Médica”, “Conselho Médico”, “Puericultura”, “Medicina Doméstica” ou “Medicina do lar”. Outras vezes o nome do médico aparecia no corpo do texto, a fim de não deixar dúvidas sobre a origem da informação. O tom cerimonioso conferido a tais referências – “vulto nacional” (“Conselhos às mães brasileiras”, *Revista Feminina*, 163, dez. 1927) ou “ilustre especialista patricio” (“Medicina Doméstica”, *Vida Doméstica*, 98, abr. 1926) –, assim como a citação de seu cargo, quando fosse o caso – “diretor da higiene infantil da Bahia” (“Puericultura”, *Revista Feminina*, 137, out. 1925) – possivelmente expressava a identificação positiva da ciência e da classe médica por parte desses periódicos. O modelo francês ainda era hegemônico nas questões do domínio da medicina, mas tornavam-se cada vez mais freqüentes as citações de profissionais de outros países, como a Espanha e, sobretudo, a

Alemanha – que passou a disputar com a França a preferência dos pediatras, principalmente a partir da década de 1930³⁷ (Seidler, 1974).

Visava-se estabelecer a diferenciação de determinado tipo de profissional, voltado para as especificidades do corpo infantil, reforçando a idéia da pediatria e da puericultura como campos distintos de atuação médica.³⁸ Assim, assinalando uma divisão hierárquica de trabalho dentro da própria medicina, a *Revista Feminina* alertava as leitoras para a necessidade de consultarem um médico, à altura do 6º mês de vida do seu filho; a revista especificava ainda: “não o médico de clínica geral, mas o pediatra, o especialista em medicina infantil, um médico inteligente, que já se tenha libertado da velha rotina e das superstições...” (“Higiene infantil”, *Revista Feminina*, 91, dez. 1921).

A realidade, entretanto, por si só conferia limites a tal recomendação. O Dr. Martinho da Rocha, em 1910, ao retornar ao Rio de Janeiro após completar seus estudos de medicina na Alemanha, declarou haver constatado a existência de pouquíssimos pediatras na cidade. Eram os “parteiros” que cuidavam dos recém-nascidos, “qualquer médico” tratava das crianças, e os recursos terapêuticos disponíveis mostravam-se ainda bastante “rudimentares”, quando comparados aos dos países da Europa. Tais práticas teriam permanecido até os primórdios da Segunda Guerra Mundial – os bebês sob a responsabilidade dos obstetras eram entregues aos pediatras somente após a queda do coto umbilical³⁹ (Carneiro, 2000, p. 178; 183).

Um dos pediatras da nova geração que sucedeu a Martinho da Rocha – e também um dos principais colaboradores das revistas pesquisadas – foi o Dr. Wittrock. Tendo aperfeiçoado seus estudos em Berlim, Dr. Germano Antonio Wittrock, nas décadas de 1920 e 1930, mantinha consultório bastante prestigiado, na rua Uruguaiana, onde era auxiliado por uma enfermeira alemã – que, conforme

³⁷ Os embates entre as duas correntes de pediatria conformaram importante capítulo da trajetória dessa especialidade médica, e serão explorados por ocasião da discussão sobre alimentação infantil, no sexto capítulo.

³⁸ Iniciado no século XIX na França, o processo de criação de uma medicina voltada para as especificidades da criança logo passaria a incluir outros países europeus, e posteriormente, latino-americanos (Rollet-Echalier, 1990; Ocaña, 2006).

³⁹ A disputa entre puericultores e obstetras sobre os direitos de supervisionar a alimentação dos lactentes era tão intensa que foi tema do Primeiro Congresso Internacional de Gotas de Leite, realizado em Paris em 1905 (“Ignorância e pobreza das mães”, “Proteção à Infância”, *Revista Feminina*, 102, nov. 1922).

depoimento espontâneo de uma das pacientes, “mandava mais que ele”.⁴⁰ Seu livro, “Guia das mães” – lançado em setembro de 1927 e esgotado em menos de um ano –, fez enorme sucesso entre as mulheres das classes média e alta cariocas, que a ele recorriam como orientação na criação dos filhos; por esse motivo, era com muita freqüência presenteado às gestantes e até mesmo às noivas.⁴¹ Segundo o pediatra Orlando Orlandi (1985, p. 166), até a década de 1980 o livro – que alcançou, em 1956, sua 15ª edição – era bastante procurado; posteriormente foi substituído pela obra do Dr. Rinaldo de Lamare, “A vida do bebê”, lançado em 1941.⁴²

O “Guia das mães”, segundo o próprio autor, teve a origem derivada dos seus artigos publicados em *Vida Doméstica*⁴³ – que chegou a editá-lo – e visava “fazer de toda mãe uma auxiliar do médico” (Dr. Wittrock, 1927). Para comprovar o resultado prático de suas orientações, o livro trazia encartada a fotografia de um “belo fruto da pediatria moderna (escola alemã), tipo ideal de criança [...] que pode servir de modelo. Criada de acordo com os nossos ensinamentos, desde os primeiros dias de nascimento” (*Ibidem*).

Os artigos assinados pelo Dr. Wittrock comumente ocupavam página inteira do periódico e não raro espalhavam-se por mais uma ou duas folhas, distinguindo-se da prática habitual de matérias mais curtas, o que demonstra a sua relevância no conjunto do universo editorial da revista.⁴⁴ Esses artigos caracterizavam-se pelo uso de linguagem técnica – embora acessível –, e pelas informações minuciosas a respeito de cada tema explicitado no subtítulo. Invariavelmente ao final de cada artigo, era informado o endereço do consultório do médico – reportando automaticamente as mães à consulta –, o qual também se oferecia para esclarecer qualquer dúvida através da seção de correspondência

⁴⁰ Esse depoimento foi de minha mãe, Maria Thereza Vidigal, ela própria cliente do pediatra, além de suas irmãs. Segundo suas lembranças, apenas seu irmão mais novo não freqüentou a clínica do Dr. Wittrock, em virtude da morte trágica do médico, em 1938, supostamente um suicídio por motivo passionai.

⁴¹ A existência em Copacabana de um edifício – aparentemente construído na década de 1930 – batizado com seu nome pode constituir evidência do prestígio do Dr. Wittrock no período.

⁴² Além deste, o livro do Dr. Benjamim Spock – *Baby and child care* –, fenômeno editorial nos Estados Unidos desde sua primeira edição em 1946, foi traduzido e lançado no Brasil em 1968, sob o nome de “Meu filho, meu tesouro”, repetindo aqui o mesmo sucesso (Orlandi, *op. cit.*, p. 167).

⁴³ O Dr. Wittrock escrevia sobre puericultura também em *O Jornal*.

⁴⁴ No período estudado, a extensão dos artigos do Dr. Wittrock só era comparável à de alguns contos ou à série de matérias intituladas “Proteção à Infância” publicada pela *Revista Feminina* a partir de agosto de 1922.

da revista. A nota afixada ao final do artigo publicado no exemplar de abril de 1927 não deixava dúvidas: “Qualquer consulta sobre doenças, regimes alimentares, cuidados das crianças, poderá ser dirigida para as redações de *Vida Doméstica*” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 109, abr. 1927).

Tal expediente possivelmente objetivava sublinhar a opção da revista em reconhecer a exclusividade dos médicos como autoridades nas questões de saúde, valorizando seu caráter científico e moderno, ao mesmo tempo em que, ao abrir um espaço de diálogo entre os médicos e suas leitoras, reforçava a própria identidade como veículo de progresso e recuperava seu objetivo declarado de contribuir para a melhoria da vida das famílias brasileiras.⁴⁵ As seções de correspondência das revistas femininas pareciam realmente funcionar como verdadeiros “consultórios médicos” para os puericultores. Na edição de *Vida Doméstica* de 8 de novembro de 1923, essa condição tornava-se explícita na seção intitulada “Consultório da criança”, em que o Dr. Calazans Luz respondia às cartas das leitoras sobre doenças infantis.

O argumento da superioridade da ciência em oposição às “crendices do passado” foi acionado desde o primeiro artigo escrito por Dr. Wittrock:

Como tema inicial de nossas palestras sobre higiene infantil e puericultura escolhemos a dentição, pois nada mais preocupa na 1ª. infância às mães [...] pois ainda hoje está arraigada a velha crença... (Dr. Wittrock, “Da dentição”, *Vida Doméstica*, 93, out. 1925).

Tal argumento foi possivelmente um dos responsáveis pela adesão das mulheres das classes média e alta à puericultura, pois além de gozar de enorme prestígio na sociedade – signo de modernidade –, a ciência se identificava com a esfera pública, domínio essencialmente masculino.⁴⁶

A publicidade também se esforçava para associar seus produtos ao signo da cientificidade, particularmente no caso de produtos alimentares destinados às

⁴⁵ Cabe lembrar que, em seus primeiros exemplares, aquilo entendido pela revista como contribuição ao cotidiano familiar era expresso sobretudo, pelo fornecimento de receitas de adubos e rações e sugestões para o combate às pragas e doenças que afetavam as criações animais.

⁴⁶ Ocaña et Perdiguero (*op. cit.*, p. 14) assinalam análises historiográficas recentes as quais sugerem ter sido o conceito de “medicina popular” engendrado pela própria classe médica, que o teria desqualificado com fins de se legitimar como autoridade nas questões de saúde e doença.

crianças. A farinha *Quacker Oats* – que em reclames anteriores apregoava qualidades leigas como o sabor, embora continuasse a fornecer “amostras e brochuras grátis” – ao final da década de 1920 já se remetia à autoridade médica para legitimar seu uso: “O médico dará a fórmula” (*Vida Doméstica*, 121, abr. 1928). Outros produtos procuravam ampliar seu consumo através de referência à linguagem e/ou a argumentos científicos, ainda que paradoxalmente em contradição com o discurso médico. Esse foi o caso, por exemplo, da *Camomilina*, anunciada, sob o título “A morte ameaça vossos filhos!”, contra a febre, diarreia e outros distúrbios digestivos supostamente decorrentes da dentição (*Revista Feminina*, 132, maio 1925).

Tal associação entre erupção dentária e sintomas digestivos era repetidas vezes negada por diversos articulistas das revistas femininas, inclusive Dr. Wittrock, que, considerando-a crendice, alertava; “a mãe deve procurar o médico, sem pensar que a doença se deve aos dentes” (Dr. Wittrock, “Ensinaamentos às mães”, “Dentição (cont.)”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925). A vinculação entre dentição e diarreia possivelmente foi a que maior resistência ofereceu ao discurso médico, persistindo no imaginário das mães até hoje. Tal continuidade demonstra que o processo de construção da maternidade científica – assim como o de outros campos de conhecimento – não se deu de maneira impositiva ou acrítica, mas envolveu negociações conforme os interesses tanto dos médicos quanto das mulheres, e revelou-se ainda permeável à influência de outras forças sociais, como o discurso da Igreja Católica e a pressão da indústria de consumo. Assim, às tentativas de normatização do exercício da maternidade por parte dos médicos, as respostas das mulheres envolveram simultaneamente incorporações e rejeições dos conceitos científicos, adaptando-os aos próprios saberes e atualizando um repertório particular quanto à criação dos seus filhos.

Os anúncios testemunhais continuavam em voga, como o “anti-sudorífico” preconizado pelo Dr. Aloysio de Castro⁴⁷ (*Vida Doméstica*, 132, março 1929) e o leite *Lactogeno*, pelo Dr. Wittrock (*Vida Doméstica*, 139, out. 1929) – este último testemunho, por suas características contraditórias, será abordado mais adiante. Algumas vezes os elogios a determinados produtos industrializados eram

⁴⁷ Dr. Aloysio de Castro (1881-1949) era catedrático de clínica médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual foi diretor no período de 1915 a 1924.

inseridos no corpo dos artigos, como fez o Dr. Roca Puig em relação à farinha láctea, “genial descoberta do suíço Henri Nestlé”, cuja formulação estaria “fora do alcance das preparações caseiras”, sendo portanto “uma positiva solução a um dos mais árduos problemas da alimentação infantil” (Dr. Roca Puig, “A época do desmamar”, *Revista Feminina*, 186, nov. 1929).

Após o seu lançamento, o “Guia das Mães” passou a ser sistematicamente anunciado em *Vida Doméstica*, em geral no meio dos textos ou logo após as matérias escritas pelo Dr. Wittrock. Os elogios à obra referiam-se sobretudo à sua popularidade: “Um livro disputado pelas mães brasileiras!” (*Vida Doméstica*, 132, março 1929). O exemplar da revista de janeiro de 1928 trazia um anúncio especial, em página inteira, papel rosa, com delicado desenho de mãe e filho, informando ainda seu preço: 12\$000, ou 13\$000 caso fosse enviado pelo correio – valor correspondente ao custo de 6 exemplares avulsos de *Vida Doméstica*.

Os artigos assinados pelo Dr. Wittrock eram inicialmente intitulados “Conselhos às mães”,⁴⁸ mas a partir de novembro de 1925 passaram a ser publicados como “Ensinamentos às mães” – embora outros colaboradores continuassem a manter o título inicial –, o que reforça a hipótese de Boltanski (1969) segundo a qual o discurso puericultor sofrera gradativa mudança de tom, tornando-se cada vez mais impositivo em seu esforço “normatizador”. No entanto, apesar de pertencerem ao domínio da técnica, as regras de puericultura difundidas nas revistas femininas revelavam dimensão moralizante que as investia de caráter regenerador, salvacionista. Tal peculiaridade encontrava-se possivelmente afinada com a expectativa positiva que as elites depositavam na ciência, e com a pretensão dos médicos em se afirmarem como referência para todas as instâncias da vida social.

A coluna do Dr. Wittrock não era a única a tratar dos assuntos relacionados à saúde das crianças. Notas informativas sobre novas tecnologias ou instalações hospitalares dividiam a pauta de *Vida Doméstica* com temas médicos mais gerais e esclarecimentos sobre algumas doenças infantis, dirigindo-se sempre às mulheres como receptoras das mensagens. Porém embora publicassem, sob o

⁴⁸ Identificada por Costa (2001, p. 40) no periódico *As Criações*, publicado em Lisboa a partir de julho de 1884, a rubrica “Conselhos às mães” – que incluía noções de higiene, doenças infantis e primeiros socorros – foi amplamente utilizada pelas revistas femininas brasileiras das primeiras décadas do século XX, para intitular as seções destinadas à divulgação dos princípios da puericultura.

título “Medicina Doméstica”, várias matérias que forneciam às mulheres subsídios para “diagnosticar” e “tratar” várias doenças⁴⁹, os articulistas condenavam aquelas responsáveis por tais iniciativas, criticando seus “erros” e recomendando que os médicos fossem sempre procurados em qualquer situação (Dr. Mario Carpentier, “Medicina Doméstica”, “A gripe”, *Vida Doméstica*, 137, ago. 1929). A matéria destinada à “prezada leitora”, com sua proposta de fornecer “conselhos práticos” para que a mãe reconhecesse as “formas anormais de apendicite”, era exemplar quanto à ambigüidade da mensagem. Pois ao mesmo tempo em que reforçava o papel “natural” das mulheres no cuidado dos doentes – uma vez que se dirigia nominalmente a estas – recriminava-as por “diagnosticarem” a apendicite como “embaraço gástrico”, em vez de chamarem de imediato o médico (“Medicina Doméstica”, “Formas anormais de apendicite. Conselhos Práticos”, *Vida Doméstica*, 131, fev. 1929).

Assim, mesmo alçadas ao papel de auxiliares do médico as mulheres eram alertadas sobre o risco de qualquer iniciativa autônoma, o que as mantinha dependentes da orientação especializada.⁵⁰ A matéria do Dr. Roca Puig – médico espanhol, autor do livro “A la futura madre”, publicado em 1930 – apresentava a mesma postura quando, após fornecer detalhadas informações sobre os alimentos adequados ao desmame, alertava as leitoras:

As mães devem dar a esta questão toda a cuidadosa atenção que merece, e sempre, em caso de qualquer dúvida, sem esperar que o acidente sobrevenha e que se produza o desarranjo intestinal, seja o médico consultado. Uma visita médica a tempo previne muitas vezes o aparecimento de importantes enfermidades e pelo menos servirá para orientar a mãe sobre o regime adequado para o seu bebê (Dr. Roca Puig, “A época do desmamar”, *Revista Feminina*, 186, nov. 1929).

Com intenção semelhante à dessas matérias, era frequentemente explorado pela revista – e também pela propaganda de remédios e alimentos infantis – o argumento de que a saúde dos filhos estava “na mão de suas mães”, deslocando tanto a responsabilidade pela saúde quanto a resolução dos seus problemas para uma dimensão de ação exclusivamente individual e dependente

⁴⁹ Os temas abordados variavam entre a arteriosclerose, a dor de ouvido e as vacinas, ensinando ainda a realizar curativos e cataplasmas, bem como a prestar os primeiros socorros.

⁵⁰ Radicalizando a interpretação dessa dependência, Lasch (1991) situou a família moderna como “prisioneira” dos novos especialistas em saúde e educação.

da orientação médica. O anúncio das pastilhas *Malcom Tricalsic* (produto à base de cálcio) é exemplar, ao condensar diversos elementos que compunham a ideologia da maternidade científica difundida nas revistas, a começar por seu título: “A Ciência da Maternidade”. Afirmando ser o aleitamento um dos problemas mais importantes da maternidade, o texto desenvolvia a argumentação de que a culpa do raquitismo das crianças era de suas mães, que não se alimentaram adequadamente ou não “repousaram bem” durante a fase de amamentação. A solução viria através do consumo dessas pastilhas – produzidas pela *Empresa Feminina*, proprietária da *Revista Feminina* –, suficientes para “tornar o leite abundante, grosso, gorduroso e opulento” (*Revista Feminina*, 114, nov. 1923).

Outras seções de cunho puericultor eram oferecidas pelas revistas femininas. *Vida Doméstica* publicou, durante o ano de 1923, a coluna “Palavras às mães”, destinada a orientar as mulheres sobre “Como se criam filhos” (*Vida Doméstica*, 42, abr. 1923). Embora não se tratasse de uma seção fixa, o fato de tal coluna ter surgido no mesmo período em que a revista alterou sua periodicidade para quinzenal pode significar que o assunto gozava de popularidade entre as leitoras. Ao ser agregada às seções “Medicina Doméstica” – de abrangência mais geral – e “Consultório da criança”, bem como a artigos avulsos escritos por médicos, é digna de destaque a presença de um conjunto tão expressivo de informações sobre saúde e doença dentro o universo temático presumidamente do interesse de um público feminino.

Nem sempre as matérias eram assinadas por médicos; nesse caso, havia comumente uma ressalva explicativa. A seção “Conselhos da Dulce”, por exemplo, que tratava de diversos conteúdos do universo feminino, ao tecer comentários sobre o vômito nas crianças, apressou-se em justificar que não pretendia “dar curso de puericultura” às leitoras, apenas ministrar alguns “conselhos úteis” (“Conselhos da Dulce”, *Vida Doméstica*, 107, jan. 1927). Em outro exemplar, a titular da coluna discorreu sobre alimentação infantil, e mesmo oferecendo receitas de formulações lácteas às leitoras, remetia tais sugestões à “fiscalização médica” (*Ibidem*). Apesar das ressalvas, a ingerência de intelectuais e profissionais de outros campos – como a Educação ou o Direito –, ou mesmo de colaboradores leigos na temática, revela que, antes de representar um campo específico de conhecimento médico, um ramo da higiene voltada para a infância

ou mesmo uma subárea da pediatria, a puericultura se revelava um campo discursivo, no qual múltiplas e distintas vozes se manifestavam.

Certa progressiva diferenciação de tom e de título – distinguindo os “conselhos” leigos dos “ensinamentos” médicos – pode ser observada nos exemplares das revistas, ao longo da década de 1920. Decerto tal discriminação contribuía para reforçar a autoridade social dos médicos e a legitimação da puericultura como campo de conhecimento científico. Mas principalmente consolidava a moderna concepção da prática da maternidade – de base científica –, que ampliava a função privada da mulher, em oposição ao tradicional modelo de maternidade da família de base patriarcal, conferindo-lhe dimensão de função pública. Não mais se tratava apenas de garantir uma prole ao marido, mas cidadãos à Pátria. Assim, a concepção de maternidade científica implicava a convocação das mulheres a uma função pública, ainda que exercida no espaço privado do lar. Revelando a permeabilidade entre as fronteiras do público e do privado, e conseqüentemente negando a barreira das “esferas separadas”, a maternidade – função privada por excelência – assumiria caráter de função social.⁵¹

O “Guia das Mães” não foi o único produto derivado das publicações de textos de puericultura na imprensa. A *Empresa Feminina* colocava à venda por 12\$000 o “Guia Prático de Medicina Doméstica”, do professor Tavares da Silveira – segundo a *Revista Feminina*, “de valor inestimável às jovens mães sem prática de tratamento, como deve ser, da criação de seus filhinhos” (*Revista Feminina*, 138, nov. 1925). Tendo em vista os interesses comerciais da *Empresa*, e a habilidade demonstrada por seus dirigentes em torná-la rentável, tal investimento dificilmente estaria desvinculado de alguma perspectiva de lucro, o que sugeria então uma demanda garantida para esse tipo de publicação, confirmando um interesse das mulheres pela puericultura.

Além dos médicos, as indústrias de medicamentos e alimentos infantis produziam seus próprios manuais, amplamente anunciados nas revistas femininas, e geralmente oferecidos gratuitamente mediante o preenchimento e envio do cupom que acompanhava o anúncio. O laboratório *Glaxo*, por exemplo,

⁵¹ Como já mencionado anteriormente, esse aspecto foi utilizado por muitas feministas como argumento para a obtenção de direitos civis, políticos e sociais (Cova, 2005; Thébaud, 1986).

oferecia às leitoras de *Vida Doméstica* seu livro: “Conselhos da *Glaxo* para mãe e filho”. Com “80 páginas ilustradas”, a publicação ensinava a evitar a diarreia e outras doenças infantis, e oferecia “conselhos práticos para a criação de filhos robustos e saudáveis”. Além disso, avisava: “Também se envia grátis o livro *Antes de nascer o bebê*” (*Vida Doméstica*, 85, fev. 1925). Sob o título “Saúde”, matéria assinada por M. Barbosa Netto dava ciência às leitoras do presente oferecido pelo fabricante da “Quackers Oats”:

Estamos distribuindo gratuitamente um atraente livrinho contendo indicações científicas sobre a conservação da saúde: informações para a nutrição e desenvolvimento das crianças; sugestões para uma perfeita alimentação dos bebês e várias receitas de cozinha. Aconselhável a todos pelos ensinamentos que contém. Leia-o e estude-o com toda a atenção. Teremos prazer em remeter-lhe o exemplar que nos solicitar (*Vida Doméstica*, 96, jan. 1926).

A ênfase concedida às acepções dos termos “ensinamentos” e “informações”, que mereciam ser “estudadas” atentamente, sugerem que a idéia da criação dos filhos se deslocava para uma dimensão de cientificidade passível de ser ensinada e treinada. A oposição entre o instinto maternal e a técnica da maternidade científica, reiteradamente invocada pelas revistas, constituía então outro importante ponto de conflito.

Repetia-se insistentemente que a mulher precisava ser educada para poder exercer seu papel de mãe. Uma das principais justificativas aventadas era a complexidade dessa função, em nome da qual as mães eram estimuladas a cuidar pessoalmente de seus filhos, e desaconselhadas a delegar essa tarefa a qualquer outra pessoa. Se as amas pretas eram veementemente condenadas, não escapavam nem mesmo as “*nurses*”, que apesar do nome pomposo, aos olhos da *Revista Feminina* eram reduzidas a meras “mães de ouvido” (“Os problemas femininos”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925). A crítica a essas profissionais, comumente empregadas pelas mulheres das classes altas para se ocupar dos seus filhos, fez parte de uma crítica mais geral à cultura de elite urbana, sobretudo da capital – onde residiam “um milhão de almas egoísticas” –,

formulada pela articulista⁵² da seção “Cartas à minha prima” (“Cartas à minha prima”, *Vida Doméstica*, 81, out. 1924). Segundo a colaboradora de *Vida Doméstica* – verdadeira cronista da sociedade carioca urbana – os bebês das famílias da classe média eram “mais felizes do que os bebês ricos”, por contarem com a vantagem de “gozar do carinho materno, carinho constante, até ao exagero às vezes, nos primeiros meses de vida.” E a autora justificava sua conclusão:

O berço fica ao pé da cama dos pais, que se revezam num constante cuidado, mudando pelas próprias mãos as fraldas dos filhos, acalentando-os, viciando-os com chupetas para que estejam quietos à noite, permitindo o sono dos progenitores que trabalham de dia. Mais felizes porque não são entregues ao cuidado exclusivo das “nurses”, nem vão habitar um quarto longe, bem longe da mamãe que não lhes pode ouvir o choro (*Ibidem*).

Esse artigo é representativo da mentalidade da época, pois além de se constituir em aguçada crítica social, insere de forma pioneira a figura masculina como parceira no cuidado com os filhos, e ainda a mulher como trabalhadora. E condensa, em único parágrafo, alguns dos “erros” de criação mais citados pelos puericultores, como o hábito de “embalar” e o uso da chupeta. Possivelmente este era o retrato idealizado para as mulheres das famílias da classe média carioca do período: a mulher, trabalhando ao lado do marido, e entregando os filhos aos cuidados não de “nurses” – como a elite as apelidava, seguindo o modismo que pregava o uso de termos em inglês – mas de “amas-secas”, sucessoras das “amas-de-leite” e predecessoras das futuras babás, suporte das famílias modernas no século XX até a atualidade, a despeito da popularização das instituições pré-escolares. A articulista continuava sua preleção moralizadora condenando os exageros dos pais que cercavam os filhos de mimos excessivos, e defendendo, ao contrário, a moderação: “nem tanto ao mar nem tanto à terra”. Além de estarem sujeitas à prática perniciosa dos pais, que “fazem-lhes todas as vontades, imprimindo-lhes o caráter voluntarioso”, essas crianças adquiririam, nas escolas públicas, “hábitos e costumes detestáveis”; tal conjunto de fatores negativos resultaria, finalmente, em adultos medíocres, “produtos de uma educação falsa, [...] sem capacidade nem coragem para coisa alguma” (*Ibidem*).

⁵² Embora a articulista não se identificasse, algumas referências no texto sugerem que se tratava de uma autora do sexo feminino.

A mesma preocupação com o futuro da nação brasileira, dependente não só da educação escolar, mas, sobretudo, daquela recebida no âmbito familiar, impregnava o discurso de Ana de Castro Osorio. Atribuindo grande relevância ao “meio ambiente”, a feminista portuguesa ponderava que, sendo a educação da criança fornecida preferencialmente pela mãe, na intimidade do lar, esta não poderia se apoiar apenas em seu instinto, necessitando de uma “inteligência cultivada” (Ana de Castro Osorio, “Questão feminina”, “O meio ambiente”, *Revista Feminina*, 137, out. 1928). Ao repetir, em seus inúmeros e já citados artigos, sua tese de que a mulher devia ser educada para poder exercer sua função de mãe, a escritora iluminava uma das principais contradições que envolviam o exercício da maternidade. Pois sendo considerada uma atribuição essencialmente feminina, para a qual as mulheres estariam predestinadas pela sua natureza – conforme atestado por suas características biológicas e fisiológicas –, e simultaneamente informada pela “alma feminina”, através do instinto maternal, essa predestinação parecia colocar-se em oposição aos argumentos que defendiam a necessidade de uma educação específica. Tal contradição, entretanto, era apenas aparente, pois se tratava de “outra” maternidade, que invocava princípios além daqueles meramente instintivos – ou “bárbaros” –, acionando elementos pertinentes a outros domínios além do biológico, como a moral e o patriotismo, e alcançando dimensão maior, de civilidade e modernidade.

Assim, as revistas femininas, ao mesmo tempo em que exploravam a oposição binária entre antigo e novo, atraso e progresso, crença e conhecimento, para justificar a necessidade de educação das mulheres para a maternidade, apoiavam muitas vezes sua retórica em argumentos identificados com a tradição. Apesar de afirmar que “a verdadeira mulher é boa e sábia”, o Dr. Paul Desfosses garantia que para cercar os filhos de “cuidados e ternuras”, bastava à “mulher de escol” seguir os ditames de seu instinto materno (P. Desfosses, “A mulher de escol”, *Revista Feminina*, 95, abr. 1922). No entender de Izabel de Léon, a educação das mulheres para a prática de sua “nobre função” de mães deveria visar à aplicação de condutas mais racionais na criação dos filhos (Izabel de Léon, “A educação da mulher – a esposa e a mãe”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923). Já a colaboradora Isa Eira reconhecia que foi Deus quem deu à mulher a fecundidade e “o instinto admirável da educação.” Caberia a esta, no entanto,

educar-se, e unir “a energia à ternura”, para alcançar a regeneração da família e da sociedade (Isa Eira, “A mãe como educadora”, *Revista Feminina*, 90, nov. 1921). Em outras situações, apesar de reconhecido e valorizado, o instinto maternal era considerado insuficiente para o exercício de uma maternidade moderna, com suas novas exigências. Segundo a *Revista Feminina*, caberia à mulher, por ser mais moral que o homem, prover a primeira educação dos filhos, mas para tal não bastava o afeto maternal, a “ternura natural da progenitora”; ela precisaria de preparo adequado (“A grande escola de consciência: a família”, *Revista Feminina*, 110, jul. 1923).

Tratando-se de um processo de transformação ainda não consolidado, transição de uma concepção meramente instintiva para uma concepção mais racional de maternidade, justificava-se a concomitância de referências – até mesmo no discurso médico – tanto ao universo dos “instintos” quanto ao universo da “razão”. Mesmo em matérias eminentemente técnicas, como a orientação sobre os “apostos do bebê”, eram invocados simultaneamente os pressupostos da Higiene e a subjetividade da mãe. Assim, após fornecer minuciosos detalhes sobre a temperatura ambiente ideal, bem como instruções como evitar tapetes, pois estes acumulavam pó e podiam “juntar micróbios”, o articulista acrescentava: “Quanto aos pequenos acessórios, o instinto materno é ainda o melhor e mais sábio conselheiro. Ele vê com clarividência as necessidades, estando apto, portanto, a atendê-las” (“Os apostos do bebê”, *Revista Feminina*, 112, set. 1923).

A quem caberia, então, educar as mulheres para a maternidade? De acordo com os adeptos da corrente positivista – que, apesar de defender a educação, tanto para homens como para mulheres, pregava uma formação diferenciada conforme a atribuição sexual de papéis sociais –, caberia às escolas adquirir uma “finalidade moral”, preparando então a mulher para o seu destino natural de mãe (“Os problemas femininos”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925). Defensores das escolas domésticas, como Ana Osorio, alegavam que a modernização feminina manteve-se apenas na aparência, e sua educação continuou igual à de um século atrás, mostrando-se então anacrônica para as exigências e idéias modernas, especialmente a criação dos filhos. A feminista reivindicava, então, como “absolutamente lógico e indispensável” a criação de

Escolas Domésticas e Profissionais administradas pelo Estado e pela filantropia, através das quais os princípios da ciência e da técnica beneficiariam a ordem e a organização social (Ana de Castro Osorio, “A Questão Feminina”, “Educação profissional e doméstica”, *Revista Feminina*, 140, jan. 1926). Para os puericultores, os ensinamentos sobre os primeiros cuidados de higiene e alimentação infantil deveriam ser ministrados ainda nas maternidades, logo após o parto, e posteriormente reforçados durante as consultas de puericultura nos consultórios particulares ou nos serviços de lactentes. Segundo o Dr. Mangin, tais consultórios deveriam se constituir em verdadeiras “Escolas de Mães” (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922).

Livros, manuais, folhetos e matérias divulgadas na imprensa periódica seriam outras estratégias de vulgarização dos princípios da puericultura, especialmente para as mulheres das classes média e alta urbanas, leitoras em potencial. Conforme depoimento à *Revista Feminina*, ao iniciar a publicação da seção “Noções de puericultura” que levava a sua assinatura, o Dr. Barros Viana justificou tal iniciativa, afirmando-a decorrente da observação dos preconceitos e do desconhecimento “de certas noções que toda mãe deve possuir, a fim de alimentar e criar seus filhos de maneira racional”. Assim, concluía:

[...] resolvi escrever uma série de artigos em que, suprimindo as dificuldades que os livros médicos oferecem aos leigos no assunto, resumo de modo claro e sucinto as regras que todas as mães devem conhecer, de modo que, pela alimentação racional de seus filhos, se tornem estes fortes e saudáveis, a fim de concorrerem para elevar bem alto o nome da nossa querida Pátria (Dr. Barros Viana, “Noções de puericultura”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925).

A se acreditar na relação das responsabilidades arroladas pelos puericultores, a função da mãe seria abrangente em extremo e possivelmente também muito complexa. Para começar, caberia a esta ser a primeira educadora e fornecer as primeiras noções de moral aos filhos, cujo crescimento e desenvolvimento, deveria também acompanhar, através de vigilância contínua (P. Desfosses, “A mulher de escol”, *op. cit.*). A tarefa incluiria então a amamentação e, posteriormente, a elaboração e supervisão da alimentação; os cuidados gerais referentes à higiene corporal e ambiental; a vacinação e a freqüência a consultas

médicas regulares; além da formação de bons hábitos e do desenvolvimento da auto-estima. A mãe deveria ainda estar capacitada para o enfrentamento adequado das mais variadas intercorrências, como os acidentes de ordem física e problemas de ordem emocional e comportamental. Para todos esses temas, a puericultura oferecia um rol de técnicas apropriadas, devidamente difundidas – sob minuciosas explicações – nas revistas femininas.

4.4. MATERNIDADE COMO PROFISSÃO SANITÁRIA.

Quem lida com uma criança é como quem equilibra um mimo leve e frágil que à menor distração, pode cair e quebrar-se. A estatística, cada vez maior, da mortalidade infantil apavora como a de uma guerra sangrenta, e tal calamidade é, principalmente, devida à falta de higiene, ou seja – de conhecimentos indispensáveis à criação do infante e tanto ela se manifesta em palácio como em cabanas – em uns, por excesso, em outros por míngua, dois males que correm paralelos encontrando-se no infinito, que é a morte (“Medicina Doméstica”, *Vida Doméstica*, 118, jan. 1928).

O elogio proferido pelo escritor Coelho Neto – recomendando às leitoras de *Vida Doméstica* a aquisição do “Guia das Mães” do Dr. Wittrock – expressa bem o tom dramático empregado por médicos e intelectuais ao se referirem à mortalidade infantil, percebida como uma ameaça catastrófica ao futuro da nação (Figura 9).

Esse discurso tornava-se particularmente contundente na voz dos puericultores. Dr. Barros Vianna assegurava, na *Revista Feminina*, que “ninguém ignorava” a repercussão do grave “obituário infantil” (Dr. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925), reforçando junto às leitoras a idéia, já em outras oportunidades explicitada no periódico, de que “o maior tesouro de um país” é formado por suas crianças (“Ainda é tempo”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922), e fundamentando a necessidade de se destinarem cuidados especiais aos seus “corpos frágeis” e “espíritos vulneráveis”. A partir do pressuposto que tomava por causa principal da mortalidade infantil a ignorância ou negligência das mães – ainda que se percebesse a influência da má qualidade

de vida especialmente nas classes trabalhadoras –, a solução preferencial para o grave problema de tal “desperdício de vidas” seria a difusão dos princípios da puericultura, que ensinariam todas as mulheres a cuidar adequadamente de seus filhos (Freire, 1990). O Dr. Mangin da Cunha, embora reconhecesse a interferência de “causas sociais e higiênicas”, garantia que a ignorância acometia também as mulheres “remediadas” e ricas, e depositava na puericultura a esperança de reversão desse quadro (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922).

A elevada mortalidade infantil – e o decorrente possível risco de inviabilidade da nação – funcionou como justificativa principal para o projeto pedagógico da puericultura, renovado na década de 1920 no apogeu da popularização do ideário da maternidade científica. A percepção de que o desconhecimento dos mais básicos princípios da higiene infantil mostrava-se presente indistintamente em mulheres de todas as camadas sociais já fora registrada por Moncorvo Filho ao início do século, durante a campanha de difusão da puericultura, empreendida no *Correio da Manhã*, no fito de angariar o apoio da sociedade a suas idéias (Freire, 2004).

A vós, mães extremosas, cumpre procurar evitar os prejuízos que aniquilam os vossos filhos, para que tenhais a glória suprema de constituirdes uma raça forte, preparada no físico para as escolhas da vida e dispostas as conquistas e vitórias para felicidade desta pátria (Dr. Moncorvo Filho, “Segunda conferência sobre higiene infantil”, *Correio da Manhã*, 3 abr. 1906).

JANEIRO - 1928

VIDA DOMESTICA
Revista do Lar e da Mulher

O factor alimentar é tanto mais importante, quanto mais tenra é a idade; delle depende, em grande parte, a saúde da creancinha. Enquanto que o adulto tem uma grande capacidade de adaptar-se a uma alimentação pouco adequada, o aparelho digestivo da creança, reage com symptomtas, muitas vezes graves, ás infracções do regimen. O humor, somno, cor, consistencia da carne e resistencia ás infecções, augmento regular de peso e altura, estão intencionalmente dependentes da natureza da alimentação, tanto é que, se tem procurado, sobretudo, nas perturbações do aparelho digestivo, substituir as drogas pharmaceuticas por alimentos - medicamentos, isto é, substancias alimenticias, que têm a mesma accção therapeutica, taes como: leite albuminoso, Larosan, extracto de malte, etc. Já tivemos ensejo de mostrar a grande importancia do aleitamento materno, para a boa constituição e saúde do lactante; mister é comtudo em um grande numero de casos passar sem o mesmo.

A actuação do especialista, redobra então de importancia, pois, a boa orientação na alimentação poderá reduzir a mortandade de creanças artificialmente nutridas. Hevemos dizer que as probabilidades de éxito são muito menores, reclamando muito maiores cuidados; entretanto, poder-se-ão, seguindo os preceitos da medicina infantil moderna, obter optimos resultados. Lembremo das palavras do meu mestre o Professor Czerny, director do hospital de creanças da Universidade de Berlim: "O crear um lactante com leite de mulher, não é sciencia; o papel importante

MEDICINA DOMESTICA

ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL

do especialista consiste em triumphar das difficuldades e obter com meios artificiaes uma creança sadia e que mais se assemelhe áquella de peito".
Leite de vacca — Existe um grande numero de leites conservados, leites em pó, entretanto, devemos dizer que a pratica tem ensinado que, na clinica dos lactantes, os melhores resultados são colhidos com leite de vacca, fresco, provindo de animaes sadios, bem alimentados (ervas verdes) e alojados em estabulos hygienicos. A rigorosa limpeza de vasilhas e mols de quem ordenha, são condições indispensaveis. E' de esperar que, dentro em breve, o Rio seja provido de leite certificado, por iniciativa louvavel do director de Saude Publica e do inspector de Hygiene Infantil, com o fim de reduzir as infecções produzidas por leite contaminado. O leite de vacca jámais deve ser dado puro, é necessario adicionar-se-lhe farinaceos e a s u c c a r . Temos observado que muito se recia a administração deste ultimo, dando-se o leite não adoçado; a consequencia natural, é a falta de augmento regular de peso e a constipação (priso de ventre).

Muito commum é igualmente, o erro que consiste em temper o leite e em alimentar os pequeninos com papas de farinha feitas com agua; o resultado é a dystrophia farinacea, que se manifesta por inquietude, insomnia, parada ou diminuição de peso, enfim, baixa de resistencia contra as infecções. Devemos lembrar que estas creanças, podem ter a apparencia de sadias, dada a quantidade de gordura balafoa, accumulada á custa de retenção de agua nos tecidos.

A vigilancia deve ser perenne, como a da sentinella, e não se tome por manha o choro apparecentemente sem causa, as mais das vezes occulta ou, como diz o livro "symptoma de alguma irregularidade (vestuario apertado, má orientação na alimentação, infecção, etc.)
Quem lida com uma criança é como quem equilibra um mimo leve e fragil que á menor distração, pôde cair e quebrar-se. A estatistica, cada vez maior, da mortandade infantil aponta como a de uma guerra sangrenta, e tal calamidade é, principalmente, devida á falta de hygiene ou seja — de conhecimentos indispensaveis á criação do infante e tanto ella se manifesta em palacos como em calanias — em uns, por excesso, em outras por mingua, dois males que torcem parallelos encontrando-se no infante, que é a morte.
Este livro, á cabeceira das mães, será um escudo de protecção para os filhos. E, para terminar, direi que um dos maiores pejos para a criança é a chupeta, local por onde se canalizam todas as infecções.
As mães que lerem e applicarem as lições deste livro terão um talisman para defesa dos filhos."

GUIA DAS MÃES



Dr. WITTROCK

Preço 12\$000

DESSE importante breviario da educação materna, disse o eminente escriptor Coelho Netto:

"Este livro deve acompanhar a desposada ao lar como a luz deve preceder a quem caminha em rumo ao desconhecido, sendo, como é, uma carta de guia para quem se destina á maternidade.

A vida é lume que se accende tiblo. Para que exurja e leilhe em flamma é-lhe necessario ar, não em corrente, que apaga, mas pleno ar, ao sol. Se a chama não reside ás lufas, perere por asphyxia nos subterraneos.

As mães, em geral, por falta comprehensão do que seja criar, privam o lactante de todos os beneficios da natureza, que é a principal criadora.

Se o leite alimenta, a luz vivifica; se o aquealho conforta, o ar robustece; se o repouso é necessario, o movimento é indispensavel. Taes alternativas formam o rythmo e o rythmo é o regulador da vida: horas de somno e horas de exercicio; banhos de agua e banhos de sol; alimento sadio e a tempo justo e intervallo para a digestão perficita.

GUIA DAS MAES — Todos os pedidos deverão ser dirigidos á redacção desta Revista, Rua Riachuelo, 33, Rio, (nos Estados, aos nossos representantes). Pelo Correo 12\$000.

Figura 9.

Guia das Mães, Vida Doméstica, 118, jan.1928. Acervo Fundação

Biblioteca Nacional.

Embora dirigido às mães, o discurso de Moncorvo Filho não dialogava diretamente com estas, mas com as elites e com o Estado, em busca da institucionalização da puericultura. Já os médicos que assinavam os artigos das revistas femininas dos anos 20 dirigiam-se diretamente às mulheres das classes média e alta urbanas, no propósito de que estas se tornassem modelo a ser copiado pelo conjunto das mães, garantindo assim a formação de uma geração forte e sadia – futura classe dirigente do país.⁵³ Tal intencionalidade não era escamoteada das leitoras; ao contrário, foi usada como elemento de valorização da função maternal: “É necessário que a mulher compreenda e pratique a sua missão que é formar o caráter do homem futuro. [...] A sua missão, pois, é grandiosa, bela” (Ricardina Mendes de O. Pacheco, “Mães”, *Revista Feminina*, 104, jan. 1923). No entender dos editores e colaboradores da *Revista Feminina*, sintonizados com a orientação política/religiosa do periódico, a influência das mulheres nos destinos do mundo não se daria através de sua atividade política ou do trabalho profissional, mas sim por intermédio de sua atuação como mães, “preparando, no lar, os homens de que necessitamos na vida pública (Luiz Amaral, “A função social da mulher”, *Revista Feminina*, 170, jul. 1928).

Não pensem as mulheres que seu ingresso na política valha por uma promoção. Seu verdadeiro lugar é o que já ocupam. (...) E para que forçar a natureza?” Para que desviá-la de seus verdadeiros e nobres destinos? (*Ibidem*)

Luiz Amaral encerrava seu artigo lembrando Ibsen, ao afirmar que apenas através da maternidade as mulheres seriam capazes de resolver o “problema da humanidade”, porque “mil homens, mil áias, não substituem uma mãe de família” (*Ibidem*). Entretanto, os articulistas concordavam em que “a mãe não pode, porque não sabe nem lhe ensinaram, ocupar o lugar que a natureza lhe impõe” (“Questões de educação e instrução”, *Revista Feminina*, 171, ago. 1928); para conseguir desempenhar sua “nobre missão”, ela precisaria então dominar os

⁵³ Havia coerência entre idéias e suportes. Enquanto o *Correio da Manhã* era um jornal diário lido pelas elites das grandes cidades brasileiras na virada do século, as características das revistas femininas – amplamente discutidas no primeiro capítulo – permitiam um diálogo mais próximo, informal, com as mulheres.

conhecimentos da ciência da Higiene (“Páginas de Higiene”, *Revista Feminina*, 119, abr. 1924).

No editorial do primeiro exemplar de *Vida Doméstica*, intitulado *Homincultura*, Dr. Barbosa Vianna⁵⁴, embora reconhecendo a maternidade como dom natural das mulheres, questionava-lhes a competência, atribuindo a culpa à sua educação inadequada.

Mães, a quem quase não se ensinava outra cousa que línguas, música e artes de salão, ajudadas por amas cheias de antigos preconceitos, são consideradas competentes para julgar da alimentação, do vestuário e do exercício de dar aos meninos (Dr. Barbosa Vianna, *Homincultura*, *Vida Doméstica*, 1, mar. 1920).

O discurso do Dr. Barbosa Vianna endossava a crítica dos intelectuais reformadores a uma cultura “antiga”, que destinava às mulheres papel meramente decorativo, bem como às formas tradicionais de criação dos filhos. Ao mesmo tempo em que condenava em especial os preconceitos e credices das mulheres que se ocupavam das crianças, o médico buscava direcionar tal tarefa exclusivamente às mães, através de uma dupla valorização da maternidade – tanto de seu caráter natural quanto de sua dimensão racional. Ainda que tal retórica possa parecer, em princípio, ambígua, torna-se compreensível num contexto em que a infância representava a esperança de viabilidade do país, e os médicos disputavam com outras mulheres – como as comadres, vizinhas e avós – o papel de conselheiros na criação dos filhos. Inserido no debate mais amplo em torno da construção da nação brasileira – guiada pela Higiene e tendo ao centro a criança –, esse discurso significava, efetivamente, o combate entre as idéias “antigas”, identificadas com o “atraso”, e as novas técnicas científicas, representativas de modernidade e progresso.

A educação tradicional das mulheres mostrava-se então inadequada ante às novas expectativas de sua função maternal; deveria portanto atingir o mesmo grau de complexidade atribuído à “nobre missão” feminina. O primeiro passo seria justamente as mulheres adquirirem “nítida consciência” da importância dessa missão; caso contrário, seriam reduzidas a meras “amas carinhosas” (“A mãe de

⁵⁴ Dr. Antonio Barbosa Vianna foi fundador da Faculdade Hahnemaniana, além de ministrar cursos práticos de anatomia.

família”, *Revista Feminina*, 168, maio 1927). O colaborador da *Revista Feminina* questionava: “Pode acaso ser uma boa mãe aquela que só tem ternura [grifo meu] e não sabe acompanhar o filho além dos primeiros passos hesitantes do desmame?” (*Ibidem*)

A “resposta” viria alguns exemplares adiante: a missão da mãe não era só vestir e alimentar as crianças, mas também atender à sua higiene, brincar, distrair... (“A educação dos nossos filhos”, *Revista Feminina*, 172, set. 1928). A longa lista de tarefas colocadas sob a responsabilidade feminina originava não menos longa relação de normas de conduta que deixavam, contudo, entrever a falta de consenso entre os próprios médicos sobre a maneira mais adequada de cuidar das crianças. A única regra que não gerava dúvida era aquela que delegava à mulher a responsabilidade irrestrita e contínua de “guardiã” da saúde dos seus filhos, amparada pela ciência.

A criação de seu filho é certamente o mais interessante problema que se apresenta à mulher digna desse nome, a qual, tornada mãe, tem que se desvelar para que o ser cuja vida está entregue a seus cuidados e natural defesa se nutra e desenvolva da melhor maneira possível, com robustez e vivacidade necessárias à formação do verdadeiro homem física e moralmente falando (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar. 1923).

Nessa importante missão, as mulheres poderiam contar com a supervisão dos especialistas em saúde infantil, os quais abdicariam dos interesses, paixões e opiniões individuais, e com abnegação e desprendimento “de certas questões mundanas”, dedicariam suas vidas à “sua alta função civilizadora, através do melhoramento das condições sanitárias e higiênicas” (“O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da Pátria”, *Revista Feminina*, 107, abr.1923) (Figura 10). Lembrando que “outro fator importantíssimo na evolução social do Brasil futuro é a mulher, que deverá representar um papel supremo na nossa ascensão física e moral”, a *Revista Feminina* anunciava no título de sua matéria a substância da relação de aliança e parceria fundada no exercício da maternidade medicamente orientada: “O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da Pátria” (*Ibidem*).

O medico e a mulher, dois grandes factores do progresso da patria



Phie entre Flores: é o que é esta no-va linda patriciazinha.

Numa bellissima conferencia, lida o anno passado, no Rio de Janeiro, pelo dr. Antonio E. Gouveia, perante o Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia, e Terceiro Americano da Creança, mais uma vez ficou brilhantemente demonstrado o valor da actividade medica e feminina na evoluçao e no progresso das raças.

Em verdade, tanto um como outra, são factores indispensaveis dentro da villa moderna, para a realisacão desse ideal humano de perfeição e de bondade.

Ao medico, consciente de sua alta missão civilisadora, através do melhoramento das condições sanitarias e hygienicas, a orientação traçada pelo dr. Antonio Gouveia, é a mais logica e racional. Aconselha elle ao medico, um sacrificio parcial de seus proprios interesses individuais, uma certa abdicacão de paixões e mesmo opiniões pessoais, como preparacão do seu espirito á suprema ascensão. Para o dr. Antonio Gouveia, uma das grandes condições de triumpho do medico, em sua campanha humanitaria, é a abne-



— Quando eu tiver vinte annos... serci um valente soldado brasileiro!

gação. A abnegacão e o desinteressamento de certas questões mundanas, que, por sua natureza, disperdem actividades, desvirtuam a accção do sabio e chegam mesmo a annular faculdades de estudo e de observação. Parallelamente a estes conceitos traça o conferencista, com muita propriedade, o quadro das condições sanitarias do paiz. E, diante de nossos olhos desenrola-se a terrivel scenã do nosso sertanejo, quasi que num



Que irá succeder? — Tantos preparativos!



Outro soldado da patria... em miniatura.

completo abandono, em lucta titanica com a malaria, com o impudismo, com todo o sinistro cortejo das doencas tropicaes. E, o dr. Gouveia indica esse campo, como o theatro da grande batalha da medicina brasileira, em prol do progresso patrio.

Quanto á influencia da mulher na formação e elevação da nossa raça, abaixo transcrevemos a segunda parte dessa conferencia, onde o autor estuda com agudeza de vistas o importante assumpto:

“Outro factor importantissimo na evoluçao social do Brasil futuro é a mulher, que deverã representar um papel superno na nossa ascensão physica e moral.

Mas, para que a mulher brasileira realice este ideal nacional, precisamos rever os nossos canones em materia de educaçao feminina, no sentido de uma instituicão mais liberal, ou menos deshumana; attribuindo-lhe maior capacidade civil; e franqueando o transitto ás suas possibilidades intellectues; de forma a harmonisar-se com equidade o concurso dos sexos na confecção do nosso progresso. Deixemos, á margem da estrada, o prelio byzantino em que têm pelejado até doudas



Uma futura brasileira. — Graciosa e meditativa, como todas as nossas patricias.



Estes... são duas esperanças em flor — que desabrocharão.

gentes, na faina exhaustiva de provar com exoticas cubagens cerebraes, e sophismas seducos, surrupiadoss

da Anatomia e da Physiologia, a fantasiada sustençao da superioridade do homem sobre a mulher. Neste particular, atendo-me á doutrina assim commentada pelo scintillante espirito de Ramalho Ortigão: “A questão da desigualdade dos dois sexos foi julgada com lucidez inexcedivel por Proudhon, e por Augusto Comte”.

A mulher não é igual nem inferior ao homem; é-lhe equivalente. A formula proudho-



Um tanto amuso... — Uma caricia da mamã, e isso desaparecerã.

Figura 10.

O médico e a mulher, *Revista Feminina*, 107, dez 1922. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

5. HIGIENIZANDO CORPOS, MENTES E LARES.

“A maternidade é a casa da nação” (*Revista Feminina*, 99, ago. 1922).

Segundo as revistas femininas, a sobrevivência e a saúde das crianças dependeriam da aplicação dos cuidados técnicos preconizados pela higiene ao seu “corpo frágil”. O discurso médico-higiênico da década de 1920 atualizava os princípios de higiene infantil apregoados por Moncorvo Filho no início do século, conferindo-lhes aura ainda maior de cientificidade e modernidade, e reforçando seu caráter cívico-patriótico, ao tomar a criança como esperança do futuro, e a maternidade como garantia da nação.

Dr. Wittrock assegurava em sua coluna de *Vida Doméstica* que a higiene e as medidas preventivas constituíam a base da medicina moderna: “Evitar os males vale mais do que curá-los” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 106, dez. 1926). No caso das crianças, a medicina preventiva atendia pelo nome de puericultura. Um articulista da *Revista Feminina* oferecia um panorama geral da puericultura: “Para se obter resultados práticos na higiene infantil é preciso dividi-la em três importantes partes: a limpeza, o repouso e o exercício” (“Os grandes problemas da família”, “A puericultura”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923).

Aproveitarei tal divisão do campo de ação da puericultura como guia para a descrição e análise dos temas abordados pelas revistas femininas no que tange aos cuidados higiênicos propostos para o corpo e a mente da criança.

5.1 A LIMPEZA NO REPERTÓRIO DA MÃE MODERNA.

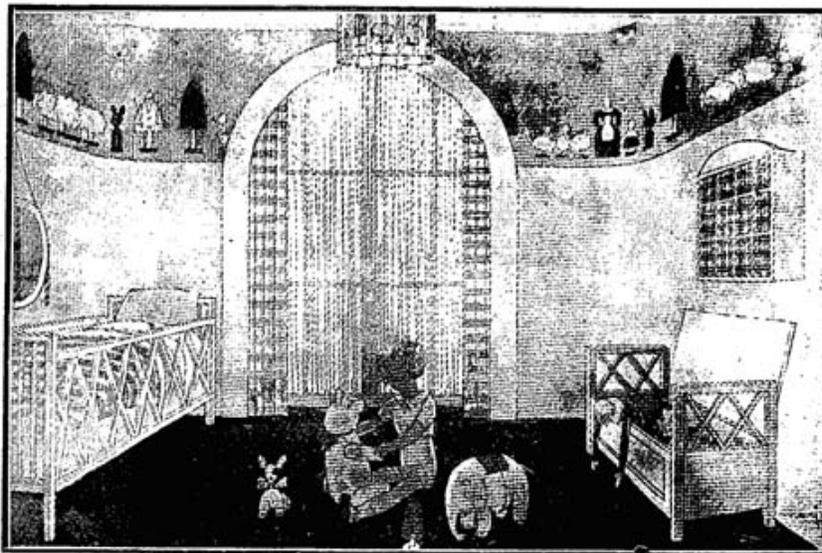
A limpeza ofereceu assunto a numerosas matérias, que sublinhavam a associação entre sujeira e doença, confirmando, como já anteriormente referido, a permanência do paradigma que até hoje orienta muitas das práticas domésticas. A abordagem das revistas femininas privilegiava os cuidados com a organização, arrumação e limpeza do “apartamento do bebê” (“O apartamento das crianças”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927). Os articulistas julgavam desejável que as crianças sempre que possível tivessem um quarto exclusivo, uma vez que ali passariam a maior parte do seu tempo, particularmente o primeiro ano de vida. A *Revista Feminina* ia mais além, afirmando que este seria também o lugar onde a mãe passaria “suas melhores horas” (“Os apartamentos do bebê”, *Revista Feminina*, 112, set. 1923). Tal proposição possivelmente contribuía não só para favorecer a identificação positiva da mulher com sua condição maternal, conferindo caráter de gratificação à sua dimensão existencial, mas também para cristalizar uma premissa de *naturalização* da maternidade.

As matérias ofereciam sugestões quanto ao material, às formas e à distribuição do mobiliário do quarto infantil, priorizando os aspectos da praticidade e da facilidade de limpeza (“No mundo dos pequenos”, “Como se organiza praticamente uma *nursery*”, *Revista Feminina*, 107, dez 1922) (Figura 11). O uso do berço individualizado – ou de equivalente – possivelmente já estava difundido nas famílias das classes mais elevadas, por representar uma maneira confortável de acomodar o bebê, e também por atender as recomendações das autoridades religiosas quanto à proteção respeitosa dos corpos. A novidade trazida pela puericultura consistia na inserção dessa peça de mobília no campo de ação da Higiene.

REVISTA FEMININA

No mundo dos pequenos

COMO SE ORGANISA PRÁTICAMENTE UMA "NURSERY"



Dizem que a theoria microbica, envenenou nossa existencia. No entanto ha casos em que sua applicação é estrictamente indispensavel.

Na hygiene infantil, por exemplo. Não é, assim, por puro snobismo que estudaremos nestas paginas a importante questão do estabelecimento de uma "nursery", isto é, da organização e installação de um aposento onde a creança poderá evitar todos os inconvenientes de uma atmosphera viciada pela fumaça dos cigarros, pelos perfumes violentos, pelas emanações da cozinha etc.

Para que uma "nursery" corresponda perfeitamente aos fins a que se destina faz-se mister que seja installada num aposento claro, arejado e secco, que não apresente nenhum angulo vivo, que tenha os cantos arredondados, embora para isso tenha-se que recorrer a processos artificiaes, etc.



O "park" deve ser fecho por pequenas columnas rudas, de madeira.

As paredes, forradas quer de cimento claro, ou de outro tecido qualquer da mesma tonalidade, decoradas a grandes "panneaux" artisticos, — telas que se possam lavar — dão ao aposento um ar alegre e risonho. Algumas dessas pinturas muraes, todas em motivos infantis, são de facil obtenção e de custo relativamente insignificante. Para completar a decoração mural, pode-se usar cartões rectangulares pintados, emoldurados em grinaldas de "edelwiss" e representando animaes, flores, ou scenas infantis.

Nas "nurserys" inglezas, estes quadros são separados um dos outros por inscrições poeticas, sentenças, ou pueris romances e balladinhos que a "nurse" canta ou recita ás creanças, ensinando-lhes ao mesmo tempo o nome das coisas mais simples e familiares.

O aposento assim mobiliado e decorado preenche completamente a

Figura 11.

"Nursery", R F, 107, dez 1922. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Parâmetros como as dimensões do berço passaram a ser estabelecidos com precisão pelos médicos, assim como o detalhamento de características como cor e textura, e sua localização conforme a posição da porta e da janela (“O aposento do bebê”, *Revista Feminina*, 114, nov. 1923). A preferência recaía sobre a cor branca, pois “além de ser simpática, recomenda-se por denunciar qualquer falta de asseio” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Cuidados necessários à criança”, *Vida Doméstica*, 121, abr. 1928). Como sugestão cientificamente orientada para ornamentação do quarto infantil, a *Revista Feminina* propunha “uma paisagem tranqüila”... (“Os aposentos do bebê”, *op. cit.*). Mas em meio a tantos detalhes técnicos, uma ressalva parecia tentar conciliar razão e instinto, ao recomendar submeter a escolha dos “pequenos acessórios” à “clarividência” do instinto materno. (*Ibidem*).

Os articulistas enfatizavam o fato de que os gastos para a montagem do “aposento do bebê” não seriam demasiados, e os benefícios compensariam o “pequeno sacrifício” (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*). Essas sugestões poderiam ser concebidas como estratégia para fixar um modelo de maternidade ideal ainda que – ao menos inicialmente – no nível simbólico. A mensagem divulgada pelas revistas parecia clara: a organização do cômodo destinado à criança era função inerente à mulher, e prova de sua qualidade como mãe: “[...] com pouco dispêndio poderá *qualquer carinhosa mamãe* (grifo meu) preparar um lindo quartinho [...]” (“O quarto de nosso filho”, *Revista Feminina*, 183, ago. 1929). Além de escolher móveis fáceis de limpar, os articulistas recomendavam brinquedos e objetos laváveis, especificando: “[...] poderão ser de madeira, marfim, celulóide, borracha, etc., e nunca recobertos de pele, lã ou qualquer outro cabedal onde a poeira facilmente se acumule (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*).

De forma geral, os conselhos de higiene do ambiente eram guiados pela idéia do “perigo dos germes”, aproximando a prática da maternidade à prática científica. Embora autores como Tomes (1999) tenham enfatizado a possibilidade de a difusão das novas técnicas de higienização do lar ser uma ferramenta adicional de opressão feminina, é possível enxergá-las também como parte da cultura moderna, na qual as mulheres buscavam se inserir, e assim valorizar sua função como esposas e mães. O articulista de *Vida Doméstica* assegurava a suas

leitoras que “varrer e espanar estão no *index* da higiene moderna” (“O aposento das crianças”, *Vida Doméstica*, 111, jun.1927). Assim, recomendava-se o uso de paredes pintadas ou “empapeladas”; quanto ao assoalho, os tapetes eram desaconselhados, assim como as cortinas, toleráveis apenas quando fossem “do gênero lavável, e nunca de tapeçaria que acumule a poeira e os germes” (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*). O ambiente deveria ser limpo com frequência, e arejado várias vezes ao dia, quaisquer que fossem as condições atmosféricas (“Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 107, jan.1927).

Como bastante discutido anteriormente, a limpeza do lar era tarefa considerada da alçada eminentemente feminina. Na década de 1920, as mulheres já podiam contar com diversificado arsenal tecnológico para lhes auxiliar em tal função, embora na realidade das cidades brasileiras o acesso a essa tecnologia ainda fosse bastante restrito (Cott, 1991; Tomes, *op. cit.*; Maluf et Mott, *op. cit.*). As revistas femininas empenhavam-se em dar publicidade aos equipamentos elétricos voltados para a limpeza do ambiente, como aspiradores e enceradeiras, e aos produtos destinados a combater os germes (Brites, 2000, Tomes, 2000). Embora não acionassem diretamente essa nova tecnologia, os médicos usavam os conhecimentos da bacteriologia para reforçar seu discurso sobre a necessidade de limpeza do ambiente doméstico, especialmente aquele em que as crianças permanecessem mais tempo. De outro lado, a publicidade explorou o discurso médico-científico para vender seus produtos, como o anúncio do desinfetante *Lysol* veiculado em *Vida Doméstica* de outubro de 1929, que se dirigia às mães oferecendo-se “para proteger vossos bebês contra moléstias contagiosas”.

Finalmente, o cômodo escolhido para abrigar o bebê precisava ainda ser bem ventilado, com amplas janelas e de preferência na parte da casa mais banhada pelo sol (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*). Recuperava-se o ditado popular acionado duas décadas antes por Moncorvo Filho: “Onde entra o sol, não entra o médico” (Affonso Fiorentino, “A tuberculose na infância”, *Correio da Manhã*, 1735, 12 de abril de 1906, p. 3). O resultado almejado seria um aposento claro, arejado e seco, sem ângulos vivos, com paredes forradas, móveis de boa madeira, preferencialmente pintados de branco, conformando um ambiente que atendesse aos preceitos da higiene e da teoria microbiana,

propiciasse a aquisição de hábitos de ordem e de organização e se mostrasse, paralelamente, agradável para a criança (“No mundo dos pequenos”, *op. cit.*). “Montado nessas condições, o aposento do bebê nada deixará a desejar quanto à higiene e conforto, duas coisas que *todas as boas mães* (grifo meu) nunca devem esquecer” (“Os aposentos do bebê”, *op. cit.*).

Tais exigências, ao mesmo tempo em que conferiam conotação mais racional e elaborada à prática da maternidade e promoviam sua valorização, implicavam extremo grau de dedicação das mulheres, contribuindo para gerar confusão entre “ser mãe” e “ser boa mãe”.¹ Cabe observar que pelo fato de nem todas as mulheres contarem com o auxílio de empregadas – como já discutido anteriormente –, a complexidade e o nível de comprometimento de tempo exigido pela atividade maternal segundo os moldes propostos² afastariam sua possibilidade de atender a qualquer outra demanda ou interesse, dificultando-lhes especialmente o trabalho fora de casa.³

As orientações para a montagem de uma “nursery”⁴ alcançavam detalhes minuciosos, sempre acompanhados das respectivas justificativas higiênicas (“Cartas à minha prima”, *Vida Doméstica*, 81, out. 1924. Figura 6). Quando escritos por leigos, os artigos não deixavam de assinalar que atendiam “às recomendações dos médicos e higienistas” (Marianna Dorna, “Como devemos preparar o quarto de um filho”, *Vida Doméstica*, 134, abr. 1929). Já as matérias assinadas pelos médicos esbanjavam informações científicas e minúcias técnicas. Assim, alguns deles determinavam que nas noites de frio a temperatura do quarto do bebê fosse mantida entre 18 e 20 graus, não ultrapassando, durante o sono, os 18 graus no caso dos menores de dois meses, e 12 graus, para os maiores (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*). Naturalmente esses cuidados implicavam a aquisição de “um bom termômetro”, além de treinamento para sua

¹ A partir de interpretação mais radical, Badinter (1986) afirma que a vinculação da natureza feminina à maternidade, ao dar origem ao “mito do amor materno”, se de um lado conferiu às mulheres uma valorização inédita, de outro tornou-as prisioneiras desse papel.

² Na França, os médicos chegaram a calcular o tempo mínimo diário que as mães deveriam dispor para os cuidados de seus filhos (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p.493).

³ Na visão de Cole (1996), a ansiedade provocada pela “invasão” das mulheres no mundo “masculino” do trabalho teria contribuído para o movimento de valorização da maternidade na França.

⁴ A expressão, de origem inglesa, conquanto acrescentasse conotação de sofisticação e “modernidade” aos articulistas, implicando referência a instâncias eminentemente técnicas, muitas vezes era usada metaforicamente com sentido de crítica, em oposição a uma dimensão mais desejável, informal e afetiva de cuidados.

leitura adequada. Em outros artigos, lia-se que a temperatura considerada ideal para o quarto infantil seria em torno dos 15 graus, e deveria ser aferida por um termômetro suspenso, alertando-se as mães para que não confiassem na sensibilidade térmica das suas mãos (“Os aposentos do bebê”, *op. cit.*). A inclusão desse “novo objeto” entre os cuidados com a saúde, embora não tenha provocado seu uso disseminado como ferramenta para controle da temperatura ambiental, possivelmente contribuiu para a assimilação de sua presumida utilidade. A adoção generalizada, ao longo do século XX, do termômetro doméstico como instrumento preciso e precioso de aferição da temperatura corporal pode ser interpretada como resultado tanto da apropriação de novas compreensões sobre as doenças – entre as quais a associação entre febre e infecção –, quanto da valorização da racionalidade técnica em relação à impressão subjetiva, o que transformou esse objeto em um dos símbolos da cultura moderna.⁵

Apesar da diferença de parâmetros – embora prescritos com idêntico rigor – quanto à temperatura ambiente, havia consenso entre os médicos à idéia de que as crianças não deveriam ser agasalhadas em excesso. Ao analisar o assunto prioritariamente sob a ótica da oposição binária entre tradição e modernidade, Dr. Barros Vianna reconhecia com alívio que regredira o hábito “atrasado” de “enfronhar as crianças em roupas pesadas e muito espessas”, acrescentando: “Mesmo a gente do povo está abandonando os sapatos pesados, as meias grossas e as mantas enormes entre as quais surgia a infeliz carantonha do pobre guri” (Dr. Barros Vianna, “O sol e a criança”, *Revista Feminina*, 150, nov. 1926). A insistência do discurso médico sobre o tema provavelmente revelava a permanência, nos anos de 1920, do costume colonial de manter as crianças “no interior da casa, bem enroladinhas, protegidas do ar frio” (Mauad, 2000, p. 161), bem como a resistência de mães, avós e comadres a acatar as novas propostas de “libertação” do corpo infantil.

Outra opinião consensual era de que as crianças deveriam dormir num cômodo que tivesse as janelas abertas (*Ibidem*), exceto quando houvesse algum

⁵ Segundo Bourdelais (2005, p. 8), a difusão de novos objetos e novas práticas de saúde deve ser analisada a partir das dinâmicas sociais localizadas temporal e territorialmente, uma vez que “uma inovação não é jamais unicamente material, ela pressupõe uma informação, uma tomada de decisão, uma assimilação”. (No original: “Cela sans oublier qu’ une innovation n’est jamais seulement matérielle, qu’elle suppose une information, une prise de décision, une assimilation”)

“inconveniente” (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*) – não explicitado pelos articulistas. Os benefícios do “ar fresco” poderiam entretanto ser abalados pela exposição das crianças às correntes de ar – tão temidas à época –, o que exigia então das mães a vigilância constante sobre as condições atmosféricas. O texto da *Revista Feminina* parece exemplar da multiplicidade e complexidade das operações propostas às mães para a proteção do corpo de seus filhos de acordo com as regras da puericultura:

Quando a criança começa a “engatinhar” [...] pode-se deixá-la brincar no chão, sempre que não se exponha a uma corrente de ar; se a temperatura o permitir, e tratando-se do ar livre, não é má idéia espalhar no lugar onde a criança brinque um pouco de areia fina e bem seca (*Ibidem*).

O cuidado com o ambiente deveria incluir o controle dos insetos, “perigosos” transmissores de doenças, conforme apregoado pelas revistas femininas, atualizadas quanto aos princípios da medicina tropical. Além das devidas explicações científicas sobre as conseqüências mórbidas, eram oferecidas estratégias mais ou menos complexas de prevenção. Tradicional costume nas famílias brasileiras, o cortinado era preconizado pelos médicos como a proteção ideal do berço contra os mosquitos (“Os aposentos do bebê”, *op. cit.*). Já na 2ª. parte do curso de economia doméstica anunciado pela *Revista Feminina* de agosto de 1921, cujo tema era “Roupa e Higiene das crianças”, as mulheres eram instadas a ferver as roupas de seus filhos para higienizá-las. Em nome de uma aliança com os médicos na “guerra” aos germes, as mulheres eram ainda convocadas a combater as moscas, evitando sobretudo a exposição de bicos e mamadeiras. Tal cuidado estendia-se aos alimentos e a quaisquer outros produtos que fossem oferecidos aos pequenos. “Toda a água que se forneça à criança deve ser fervida ou esterilizada e deixada esfriar numa vasilha bem coberta” (“Os grandes problemas da família”, *op. cit.*).

As chupetas eram especialmente condenadas pelos médicos, por representarem potenciais veículos de germes causadores de infecções. O Dr. Antonio Gouveia promoveu na *Revista Feminina* verdadeira campanha contra a chupeta (“Puericultura”, “O perigo da chupeta”, *Revista Feminina*, 106, mar. 1923)

– veículo anti-higiênico e instrumento inconsciente de asfixia – atualizando a iniciativa de Moncorvo Filho do início do século.⁶

...Enquanto o seio leva ao lactente a vida, a mãe transmitindo com leite saúde, a chupeta leva-lhe a morte! (...) Vejam de quanta calamidade é capaz esse *perigosíssimo instrumento* [grifo meu] que os industriais, em má hora, se lembraram de fabricar e os comerciantes de expor à venda e que representa um abominável artifício portador da morte dos pequeninos (Dr. Moncorvo Filho, “16ª Conferência sobre higiene infantil (resumida)”, “Dos malefícios da chupeta”, *Correio da Manhã*, 15 maio 1906)!

Dentro do tom dramático freqüentemente utilizado pelos médicos em sua retórica de convencimento, o Dr. Gouveia afirmava que o uso da chupeta era um “nefasto paliativo com que as mães de família inconscientemente conspiram contra a saúde dos seus filhos” (“Puericultura”, “O perigo da chupeta”, *op. cit.*). Em primeiro lugar porque “enganava” a criança em caso de fome ou dor – o que, “toda mãe sabe”, representa as principais causas de choro –, e depois, porque “anulava” os cuidados de assepsia praticados pelas “mães inteligentes”. Ao assegurar que se tratava de um hábito marcado pela ignorância e/ou desatenção materna, o médico endossava a concepção da maternidade como técnica a ser aprendida, ao mesmo tempo em que embaralhava as noções de competência inata e adquirida. O discurso do Dr. Antonio Gouveia acabava por revelar a força da tradição, ao reconhecer que o costume de oferecer a chupeta como resposta ao choro dos bebês era difícil de romper mesmo em creches ou dispensários “onde imperam as últimas recomendações e exigências científicas referentes às crianças” (*Ibidem*).

Já Francisco Laraya invocou a legislação francesa – que após debate suscitado pelo Dr. Pinard decretou a proibição generalizada à fabricação e venda da chupeta naquele país – para reivindicar medida semelhante no Brasil (Francisco Laraya, “A interdição da chupeta na França”, *Revista Feminina*, 144, maio 1926). Dentro do estilo pedagógico que incluía a descrição minuciosa do objeto-chupeta e as justificativas populares de seu emprego, e apoiado em argumentação que misturava elementos morais e higiênicos, o articulista esforçava-se por vincular este costume às “práticas mais antiquadas e anti-

⁶ Moncorvo exibia, em seu Instituto, enorme coleção de chupetas por este “confiscadas”, ao lado de cartazes proibindo seu uso nas dependências do dispensário (Freire, 2004).

higiênicas, maximé entre amas mercenárias, impacientes e desinteressadas...” (*Ibidem*). De uma só penada Laraya desqualificava a cultura tradicional, enaltecia a higiene como signo de modernidade, condenava o aleitamento por amas-de-leite e reforçava o incentivo para que as mulheres brasileiras cuidassem, elas próprias, de seus filhos. Para complementar sua doutrinação, o articulista reclamava que embora a classe médica já viesse se insurgindo contra esse “lamentável hábito contrário à higiene”, as mães burlavam “o proveitoso conselho médico, adotando [...] o indefectível talismã.” Ao mesmo tempo ponderava: “De qualquer modo é preferível a chupeta, cuidadosamente limpa e desinfetada, [às] perigosas bonecas de pano, embebidas de água açucarada, que se adotava em outros tempos (*Ibidem*)”.

O texto assinado por Francisco Laraya mostra-se exemplar do processo de construção e difusão do discurso maternalista presente nas revistas femininas. A guerra às chupetas – desencadeada na França ao final do século XIX, antes da elaboração da teoria dos germes – parece ter sido apropriada pelos higienistas da década de 1920 como reforço aos argumentos em prol da dedicação integral das mulheres à prática maternal. Pois, como demonstrado pelos estudos de De Luca et Rollet (2005, p. 86), a chupeta “nasceu do sucesso da guerra contra as *mamadeiras de tubo*”⁷ – as quais permitiam às mulheres ocuparem-se de outras tarefas enquanto os bebês, por “conta própria”, saciavam a fome.

5.2. SOL E AR FRESCO EM DOSES CERTAS.

Embora devesse ser protegida dos “perigos dos germes”, a criança necessitava, para seu crescimento adequado, estar à vontade, preferencialmente ao ar livre (“Ao ar livre”, *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926). As revistas femininas assumiram a tarefa de lembrar as mães da importância de deixar as crianças correrem e brincarem, normatizando assim uma prática originalmente restrita à

⁷ Estratégia que permitia aos lactentes sugarem de maneira autônoma o conteúdo dos frascos, as “mamadeiras de tubo” foram responsabilizadas pela assombrosa mortalidade dos bebês entregues a nutrizas do campo (Rollet-Echalier, 1990).

dimensão de entretenimento (“Pensando na Infância”, *Revista Feminina*, 117, fev.1924). A publicidade incorporou o tema aos seus argumentos, como mostra o anúncio da farinha Quacker publicado em *Vida Doméstica* de julho de 1925: “Deixe seus filhos correr e saltar; o exercício é importante para que cresçam sadios e robustos”. O exemplo francês de liberdade era elogiado, como o caso das crianças da cidade de Nice, tema de artigo assinado pela feminista portuguesa Maria de Eça na *Revista Feminina* (Maria de Eça, “As crianças em Nice”, *Revista Feminina*, 151, dez.1926).

Não se tratava entretanto de deixá-las totalmente soltas... Se as regras de higiene infantil eram claras quanto a “evitar os excessos de abrigos”, ao mesmo tempo alertavam que não se deveria deixar as crianças “totalmente desabrigadas” (“Higiene infantil”, *Revista Feminina*, 91, dez.1921). As aparentes ambigüidades do discurso puericultor poderiam estar refletindo a heterogeneidade de seu conteúdo técnico, apesar da convicção dos seus autores. Mas evidenciavam a disposição pedagógica, o caráter normativo e a fundamentação científica, além do desejo de legitimar os médicos como autoridades nas questões de saúde e doença – e, de forma mais ampla, como guias e motores do progresso social.⁸ Além de acentuar de maneira crescente a responsabilidade das mães pelo cumprimento adequado das regras acima enunciadas, através de permanente vigilância sobre os seus filhos, as matérias buscavam esgotar toda a gama de aspectos do universo infantil, em linguagem simultaneamente técnica e simples, de maneira a não deixar qualquer margem de ação irracional. O extenso artigo intitulado “Cuidados necessários às crianças” assinado pelo Dr. Wittrock pode ser considerado modelar, sobretudo em sua conclusão, quando recomendava categoricamente que as mães *nunca* aceitassem os conselhos das vizinhas, *apenas* os dos médicos (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Cuidados necessários às crianças”, *Vida Doméstica*, 139, out.1929).

Mas não era suficiente manter as crianças ao ar livre; elas precisavam ser expostas ao sol. Os banhos de sol – ou *Helioterapia*, na linguagem da *Revista Feminina* – eram essenciais para garantir o crescimento adequado do corpo

⁸ Segundo interpretação de Rollet-Echalier (*op.cit.*, p.24) para o contexto francês da III^a. República, foi a valorização social da infância, como elemento indispensável à nacionalidade, mais do que o avanço científico, o fator que guiou a preocupação dos médicos com a saúde das crianças. Assim, para a autora, embora estes “nada soubessem sobre os bebês”, passaram a considerá-los dignos de investigação e cuidado.

infantil, conforme ensinado pelos “mestres da puericultura”⁹ (Dr. Barros Vianna, “O sol e a criança”, *Revista Feminina*, 150, mar. 1926). Os benefícios dos raios solares seriam obtidos pelo cumprimento de longo e complexo ritual – denominado tratamento – devidamente ensinado pela revista, com o auxílio de fotografias. Assim, respondendo à pergunta: “Como praticar a helioterapia?”, o Dr. Barros Vianna fornecia minuciosas explicações:

Uma pequena dimensão solar é suficiente, contanto que cubra completamente o corpo da criança. No interior ou no exterior, duas condições são indispensáveis: proteger contra o vento o pequeno corpo nu, a fim de livrá-lo do frio, e abrigar a cabecinha com um chapéu, para evitar a insolação (*Ibidem*).

A exposição ao sol deveria ser gradativa, começando pelas pernas, “dois minutos adiante e dois minutos atrás”, até alcançar o corpo inteiro, por um período de “meia hora de costas e meia hora de bruços”. O médico autorizava a mãe a “renovar a *operação* [grifo meu] várias vezes ao dia, dez minutos de cada lado”. Aproveitava também para aconselhar sobre a vestimenta infantil, sugerindo que as crianças andassem com as “pernas e braços nus, calçados com sandálias, e vestidos de lã ou linho segundo a estação” (*Ibidem*). O Dr. Octavio Gonzaga compartilhava da mesma preocupação, acentuando para as leitoras da *Revista Feminina* a importância do sol na prevenção do raquitismo das crianças (Dr. Octavio Gonzaga, “Raquitismo das crianças”, *Revista Feminina*, 144, maio 1926), enquanto Dr. Wittrock acrescentava função terapêutica aos banhos de sol – ou melhor, aos raios ultra-violeta – nas doenças de pele, na tuberculose e nas anemias (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinaamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 109, abr. 1927), sendo úteis também no combate à inapetência ou ao nervosismo dos lactentes (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 104, out.1926). As fotografias que ilustravam a coluna “Conselhos às mães” na *Vida Doméstica* de agosto de 1926, tendo por legenda “O Dr. Wittrock aplicando os raios ultra-violeta no tratamento de uma criancinha”,

⁹ O Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Moncorvo Filho já dispunha, desde 1916, de um solário no Serviço de Helioterapia (Carneiro, *op. cit.*, p.126).

impressionavam pelo aparato técnico exibido, expressando a relevância desse recurso terapêutico à época (Figura 12).¹⁰

O uso exaustivo de justificativas físico-químicas, aliado à linguagem técnica que incluía o apelo a metáforas bélicas – como *estratégia* e *operação* –; referências ao risco de doença e morte; e rigor extremo quanto ao horário e duração da exposição das crianças aos raios solares transformava esse costume, tradicionalmente livre e lúdico, em atividade científica que requeria aprendizado e cuidados especiais. Conformava-se assim um exemplo típico de “medicalização negociada”¹¹ das práticas de criação dos filhos, a qual embora referida à pessoa do médico, contribuía para solidificar a redefinição – com revalorização – da maternidade, elevando atos simples do cotidiano doméstico ao patamar de exercício científico. Doravante, ser mãe implicaria, necessariamente, “fazer ciência”.

5.3. O BANHO COMO RITUAL HIGIÊNICO.

Quanto à limpeza corporal, o banho – atualizado como uma das novas práticas culturais de cuidado com o corpo – foi objeto de numerosos artigos, muitos deles fartamente ilustrados, que demonstravam a maneira *correta* de se proceder¹² (“Medicina Doméstica”, “O desenvolvimento normal da criança”, *Vida Doméstica*, 98, abr.1926). Alvo de uma re-significação – como estratégia para “limpeza da epiderme”, com a finalidade de manter “os poros abertos” –, o banho da criança transformava-se em complexa operação técnica.

¹⁰ A popularidade dos “banhos de luz” avançaria até a segunda metade do século XX.

¹¹ Essa expressão foi utilizada por Hugon (2005, p.176), ao expor sua interpretação da medicalização da maternidade como um processo em constante renegociação por parte de médicos, mulheres e parteiras.

¹² O banho só adquiriu caráter de higiene corporal no final do século XVIII (Vigarello, 1996).

MEDICINA DOMESTICA

CONSELHOS A S MÃES

Pelo illustre medico patricio dr. Witrock, especialista em moléstias das crianças.

O recém-nascido. Pode-se assim chamar a criança nos 14 primeiros dias de vida. Após ao parto o organismo sofre uma transformação enorme, os pulmões recebem ar pela primeira vez, têm que respirar e effectuar as trocas gasosas necessarias á vida. O pequenino coração é obrigado agora a impulsionar a circulação do sangue, função esta que antes era effectuada pelo organismo materno que fornece, através da placenta e das veias umbilicas, o sangue enriquecido do oxygenio e de substancias necessarias á formação de todos os orgaos. O aparelho digestivo, tambem, têm que preencher o seu papel, isto é, assimilar os alimentos para serem lançados na torrente circulatória através dos vasos mesentericos. O que caracteriza o pequeno ser é a sua cor vermelha intensa, pelos finos (lanugos) que cobrem quasi todo o corpo e os movimentos lentos de braços e pernas. Cansada pelo traumatismo do parto a criança dorme quasi que ininterruptamente nas primeiras 24 horas; não se deve neste interim deitá-la ao seio e sim administrarlhe um pouco de agua fervida ou chásinhos diluidos.

O intestino do recém-nascido elimina uma massa preto-esverdeada, chamada meconio que representa em media 60 a 80 grammas. A secreção urinária e transpiração, juntamente com o meconio explicam a queda de peso dos primeiros 3 a 5 dias, e que não é recuperado inteiramente aos 14 dias, isto é, quando o pequenino toma já a necessaria quantidade de liquido (leite materno). Não deve assustar ás mias e impressões ao médico e febre, mesmo alta de 38° a 40° que em cerca de 20 % dos casos se observa dos 2 aos 5 dias de vida e que se chama febre do recém-nascido; ella é variavel, podendo durar desde algumas horas a alguns dias, coincidindo sempre o seu grão maximo, com o minimo de peso. Esta febre é devidá á desidrataçáo (ressecamento), este mesmo phenomeno observa-se em creanças de mais idade que não recebem liquido em quantidade sufficiente, e que se pode produzir experimentalmente.

A perda de peso alludida acima é de cerca de 200 a 300 grammas, assim é, que sendo no inicio em media 3.500 grammas descerá para 3.200 a 3.300 no 5.º ou 6.º dia, para retornar o algarismo somente no 14.º ao 15.º dia. Crianças ha todavia em que este valor, apesar de um aleitamento abundante é alcançado somente após 2, 3 e mesmo 5 semanas, não dependendo da qualidade do leite e sim da constituição do pequenino.

O que mais interessa no recém-nascido é a sorte do resto do cordão umbilical; como sabemos elle é constituído pela arteria, isto é, a veia que estabelece a communicação entre o sangue da mulher e do feto durante a vida intra-uterina. Ligado e sectionado, este resto não tem mais razão para existir e a natureza encarrega-se de eliminá-lo, fazendo a principio ressecar-se, isto é, mumificar. A queda deste deve

dar-se no 7.º dia, deixando uma superficie vermelha. Pela retracção cicatricial do cordão umbilical, esta superficie é repuchada para dentro, tomando a forma afunilada. Ao cabo de quatro a cinco semanas o umbigo deve estar completamente curado.

Do rubor da pelle do recém-nascido, segue-se, na 4.ª semana uma descamação intensa e queda do lanugo.

Passaremos a tratar das perturbacões que mais frequentemente se observam no recém-nascido. De todas a mais séria e que é acompanhada do quadro o mais tragico deixando embaraçado o parto, é a asphyxia; a criança repucha o rosto violáceo, fica quasi immovel, os movimentos respiratorios faltam ou apparecem muito espaçados, acompanhados de ruídos catharras.

Antes de tudo deve-se introduzir o dedo indicador, envolto com gaze, na garganta, para afastar o catharro; esta irritação do veo do paladar produz um movimento de vomito que igualmente auxilia a eliminacão da mucosidade. Importante é nestes casos a excitacão da pelle, isto é, a projecção de gotas de agua fria sobre o peito e as costas, banhos quentes e que se fazem seguir de duchas frias se o caso o exigir.

O suspender da creança 1/4 de minuto, pelas pernas é igualmente um auxiliar para combater a asphyxia. Caso esta se estabeleça facilmente, isto é, algum tempo após ao

parto, deve ser sempre ligada a uma lesão seria do cerebro (traumatismo craneano).

Um caso menos serio allás muito frequente é um tumor na cabeça, que se chama hematoma, e que é produzido pelo derrame do sangue entre o osso e perióste em consequencia da pressáo do cráneo contra os ossos da bacia durante o trabalho do parto. Estes hematomas desaparecem sempre, espontaneamente, sem tratamento, após algumas semanas.

Importante é que as exmas, leitórias subham como evitar as infecções do cordão umbilical.

Entre estas ultimas não é raro observar-se a gangrena, com cheiro fétido nos casos em que se empregam curativos humidos ou pomadas. A Fyocvcha umbilical apresenta-se quando a ferida não tem tendencia para a cicatrizaçáo e segrega um liquido purulento. O grânulo ou fúncos é um pequeno tumor em forma de granulacão que se encontra em certos casos no umbigo.

Todas estas affecções, podém ser evitadas com o cuidado e limpeza necessarias para impedir a contaminacão dos restos do cordão.

Na Alemanha estas infecções constituíam ainda no anno de 1904 e 1905, 16, 3 % dos casos de obitos dos 14 primeiros dias de vida, ficando agora reduzidas a 2 %.

Conseguiu-se este brilhante resultado com a asepsia (limpeza) e os curativos seccos.

Não podemos recomendar o banho diario, do recém-nascido, visto que tanto a bacia, agua, pelle da creança e mãos da enfermeira, podém estar infectadas; a segunda ensão é que a humidade constante do cordão impede a sua mumificacão e eliminacão.

Deve-se applicar o primeiro curativo seccó (gaze secca algodão, atadura) bastante espessa para que, caso as camadas superficiaes forem molhadas ou sujas de urina, possam ser mudadas sem tocar na gaze que cobre directamente a ferida; não se deve tocar nesta senão no 6.º dia, quando já esta secca e presta a eliminar-se.

DR. WITROCK

(Das Hospicias da Alemanha)

Especialista em moléstias das creanças e dos lactantes).

URUGUAYANA, 22 — 3 4 4 — C. 2713

Hotel S. Theresa — B. Mar 453.



O dr. Witrock applicando os raios ultra-violeta no tratamento de uma crinçinha.

N. R. — O dr. Witrock, collaborador de "Vida Domestica," é uma das figuras jovens de maior valor da medicina basileira. Especializando-se, na Alemanha, em doenças de crianças, o dr. Witrock impunha-se desde os hospitais, que frequentava, merecendo a estima e a admiracão dos mestres.

Vendo-se com a necessidade pratica, o nosso illustre patricio regressou ao Brasil, onde installou nesta capital o seu consultorio.

No tratamento das crianças, o dr. Witrock é já, hoje um especialista do renome e prestigio em nosso meio.

Figura 12.

Helioterapia, Vida Doméstica, 102, ago. 1926. Acervo Fundação
Biblioteca Nacional.

Enquanto educadoras como Mme. Festoyer incluíam o banho em suas preleções mais gerais sobre a responsabilidade materna na saúde infantil (Mme. Festoyer, “Conselhos às mães”, “A saúde das crianças”, *Revista Feminina*, 130, mar.1925), os médicos preocupavam-se particularmente em fundamentar suas proposições em teorias científicas modernas, citando com freqüência estudos estrangeiros para legitimar suas orientações. Esse foi o caso, por exemplo, de longa matéria sobre o tema assinada pelo Dr. Martagão Gesteira – à ocasião diretor da Higiene Infantil da Bahia – na qual o médico recorria à opinião tanto do pediatra norte-americano Emmett Holt¹³ quanto dos brasileiros Fernandes Figueira e Fernando de Magalhães para sustentar sua tese a respeito da indicação de banhos diários. Para o Dr. Martagão Gesteira, a única divergência médica seria quanto ao momento de iniciar os banhos, se logo ao nascimento ou apenas após a secagem da “ferida do umbigo, que é porta hospitaleira à incursão microbiana” (Dr. Martagão Gesteira, “Puericultura”, “O banho dos recém-nascidos”, *Revista Feminina*, 125, out. 1924). Embora não considerasse preocupante a diferença de opiniões “mesmo sobre as coisas mais racionais e claras”, o médico continuava sua preleção buscando suporte nos fundamentos da bacteriologia para defender o adiamento do banho.

As loções feitas com esponja embebida em água tépida, se se teve o cuidado prévio de desembaraçar, por meio de azeite esterilizado ou vaselina, a pele do enduto (sic) sebáceo de que vem revestido o recém-nascido, asseguram um asseio satisfatório e suficiente até que se possa, sem risco de contaminação, mergulhar a criancinha no banho geral (*Ibidem*).

O Dr. Octavio Gonzaga endossava a proposta de uso da esponja umedecida, amparado na observação de “alguns parteiros” sobre a redução do percentual de infecções na ferida umbilical, em comparação com o “banho total” (Dr. Octavio Gonzaga, “Higiene do recém-nascido”, *Revista Feminina*, 142, mar. 1926). Mas provando que não havia consenso quanto aos banhos, Dr. Wittrock usava os mesmos princípios bacteriológicos para desaconselhar esse método no

¹³ A influência do Dr. Holt – cujos conhecimentos foram sistematizados no livro *The care and the feeding of infants*, publicado com enorme sucesso em 1896 – na pediatria norte-americana, européia e latino-americana estendeu-se até a segunda Grande Guerra (Vosne Martins, 2004, p.132-133).

caso do recém-nascido, “visto que tanto a bacia, água, pele da criança e mãos da enfermeira podem estar infectadas [...], e a umidade constante do cordão impede a sua mumificação e eliminação” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 102, ago.1926), preferindo então os “curativos secos”. O médico aproveitava para angariar a adesão das mães às regras de higiene – “Importante, pois é que as Exmas. leitoras saibam como evitar as infecções do cordão umbilical” (*Ibidem*) –, ao tempo em que rechaçava qualquer vínculo com crenças tradicionais ou costumes ditados por pressupostos irracionais. Tal preocupação era compartilhada pelo Dr. Martagão Gesteira, que evocando os altos índices de tétano umbilical – conhecido como “mal de sete dias” – atribuía sua causa sobretudo à contaminação do coto em virtude da aplicação no local dos mais distintos produtos. Aproveitando a ocasião para condenar qualquer tipo de aconselhamento leigo, o médico conferia especial gravidade às “várias substâncias “curativas” empregadas pelas “comadres” e em cuja *extravagante* [grifo meu] lista figura em primeiro lugar o fumo em pó, excelente veículo para o germe de Nicoleyer” (Dr. Martagão Gesteira, *op. cit.*).

O Dr. Wittrock reconhecia que o banho “era um dos prazeres da criança”, mas em suas preleções privilegiava exclusivamente o aspecto técnico em detrimento do lúdico, agregando-lhe certa dimensão ritualística que contribuía para sua legitimação como prática científica (Figura 13). Com o auxílio de fotografias, e amparado tanto em justificativas anatômicas quanto nos princípios da bacteriologia, o médico ensinava desde a posição em que o bebê deveria ser banhado – de frente e de bruços –, até as medidas complementares de limpeza, nas quais, por exemplo, “desinfetam-se-lhe as narinas com um algodão umedecido” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *Vida Doméstica*, 98, abr.1926). Dr. Wittrock explicava que a banheira deveria ser preferencialmente de louça ou ferro esmaltado, a temperatura da água em torno dos 35° e não ultrapassar 4 a 5 minutos de duração. Recomendava ainda como horário ideal para o banho das crianças 8 e meia da manhã, no verão, e 2 e meia da tarde, no inverno (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Cuidados necessários à criança”, *op. cit.*).

VIDA DOMESTICA
Revista do Lar e da Mulher

Abril — 1926

MEDICINA DOMESTICA

DESENVOLVIMENTO NORMAL DA CRIANÇA

pelo Dr. Willrock, ilustre especialista patricio

O recém-nascido deve pesar em média 3500 grammas para o sexo masculino e 3250 para o feminino; estes algarismos variam muito; assim, não raramente encontram-se fetos de 2 e mesmo de 1 1/2 kilogrammas e ultrapassando o peso normal, outros de 6 e até 8 kilos. Estes algarismos decaem nos primeiros dias, para aumentar em acurda e atingir ao peso primitivo aos 12 ou 13 dias de vida. Caso a secreção lactica for a principio muito reduzida, acontece que a perda nos primeiros dias de vida é resquada somente após 4 a 6 semanas; estas crianças podem, entretanto, posteriormente, collocadas em boas condições de alimentação, prosperar rapidamente. A balança é muito necessaria, para a mãe, com o fim de orientar-



Posição em que deve ficar de braços o recém-nascido no banho

vem ser acompanhados de pequena comichão das gengivas, são os dois incisivos médios inferiores que aparecem entre o sexto e oitavo mez, seguem-se os medios superiores e logo após o incisivos lateraes também superiores, não tardam os incisivos lateraes inferiores; de sorte que no fim do primeiro anno, a criança deve possuir doze dentinhos.

Varias semanas após surgem os molares anteriores e, com dois annos, os caninos; aos tres annos, enfim, os molares posteriores. Com estes vinte dentinhos fica completa a primeira dentição; acabamos de verificar que o primeiro nos primeiros annos tem sempre um dente que rompe e outro que está para romper. Ignorante seria, pois, a sabia natureza se fizesse acompanhar cada um



Depois do banho, desinfectam-se-lhe as narinas com um algodão humedecido

se esta a respeito da quantidade de leite mamado e de seguir o desenvolvimento do pequenino; como auxiliar do medico ella é absolutamente indispensavel, pois, a curva de peso permite-lha um criterio tão seguro como a da temperatura. A menor perturbação nutritiva ou infecciosa é logo acompanhada de perda de peso. Este deve normalmente augmentar 600 grammas por mez no 1.º semestre e 500 no segundo, de sorte que o pequenino com 1 1/2 anno deve ter-o duplicado e no fim do primeiro anno triplicado. A falta do augmento regular verifica-se nas infeccões ou na alimentação insufficiente (leite fortemente diluido sem ser enriquecido com uma farinha ou adoçado sufficientemente).

O augmento exagerado, produzindo a adiposidade, não é igualmente desejavel, observa-se-o nos casos de superalimentação, sobretudo com papas de farinhas com sal; a zordura destes pequeninos é hialida, mole, elles são pallidos e não apresentam resistencia ás infeccões perdendo facilmente o peso, pois que as carnes são muito ricas em agua retida á custa dos farinaceos.

O comprimento medio de uma criança ao nascer deve ser de 50 centimetros para os meninos e 49 para as meninas; com 1 1/2 anno deve ser de 85 e no fim do 1.º anno 75 centimetros. Mais abaixo daremos uma tabella

do Professor Pirquet, de Vienna, em que se encontram indicados peso e comprimento, correspondentes ás diferentes idades, podendo as excellentissimas teitoras verificar se estes algarismos representam aquelles de seus filhinhos.

A grande fontanela, vulgarmente chamada de moleira deve ir gradativamente diminuindo até 1 1/2 anno, epoca em que deve estar completamente fechada.

Da dentição já nos occupamos em uma palestra anterior, desta revista, devemos entretanto repetir e deixar feiando aqui que é um phenomeno perfectamente physiological, como é o crescer das unhas e dos cabellos, não acarretando nenhuma perturbação, tal como febre, diarrheas, convulsões tão frequentes e erradamente a ella attribuidos. Caso coincidirem estes symptomas com a dentição, elles tem sempre outra causa: é de lastimar que profissões não achando esta ultima, por irruoncia da especialidade ou por commoidade, continuem a fortalecer na crença inventada das mães a idéa absurda da doença da dentição — Foi o professor Fernandes Figueira quem no Brazil primeiro levantou o grito contra este sacrilegio, em sua semiologia, já publicada em 1901.

Os primeiros dentinhos, que apenas de-



Maneira de pegar a criança, afim de alimental-a, quando já se tera da mamadeira

destes phenomenos de symptomas pathologicos e teriamos o paradoxo de que o pequenino estaria normalmente enfermo quasi que constantemente, dos seis mezes aos dois annos.

Aos tres mezes cessa o estrobilismo physiological; o pequenino é capaz de dominar os movimentos dos globulos oculares, fixar e seguir os objectos e reconhecer as pessoas, sorrindo; quanto aos ruidos, o pequenino a principio segue-lhes a direcção com a cabeça, pouco depois volve já os olhos em direcção para os mesmos.

No quarto e quinto mez os objectos vistos são apanhados pelos mãosinhas.

O pecurrucho deve sentar-se aos 6 mezes, e, com 7 ou 8 manter-se de pé, quando apoiada á cama ou utensilios.

O caminhar livremente começa entre 12 e 15 mezes.

Aos 15 mezes deve igualmente já pronunciar muitas palavras e formar phrases curtas.

A phaze da vida da criança em que se fazem estes desenvolvimentos, apresenta variacões individuais bastante accentuadas; entretanto grande afastamento do normal deve sempre ter considerado como pathologico.

Daremos em seguida a tabella de peso e



O banho é um dos prazeres da criança

5

Figura 13.

Banho, Vida Doméstica, 98, abr. 1926. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Os banhos não serviam apenas para prevenir doenças, mas também para tratá-las, conforme esclarecia o Dr. Wittrock:

O meio mais eficaz e natural para baixar uma febre alta, a inquietude e agitação subseqüentes, são os banhos e envoltórios frios, enquanto que, para combater um catarro grave dos brônquios (bronquite capilar) ou uma bronco-pneumonia, os envoltórios sinapisados são de um efeito maravilhoso.

É bem conhecido o efeito calmante do banho quente, nos casos de insônia, agitação e convulsões; é manifesta a ação estimulante para a respiração e o coração, do banho quente, seguido de ducha fria (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 109, abr. 1927).

A retórica que envolvia o banho das crianças não incluía o questionamento das condições materiais para sua realização, buscando sua sustentação e força de convencimento, sobretudo, na oposição entre os costumes antigos, “bárbaros” e os novos, racionais, *portanto* superiores. Estratégia que visava, prioritariamente, à ruptura com quaisquer elementos de ordem cultural que justificassem a rejeição do banho – como por exemplo a crença no efeito protetor das crostas lácteas. Numa escala ampliada, tal argumentação deve ser compreendida como parte do discurso puericultor que, embora dirigido especificamente às mulheres, almejava a substituição de determinada cultura relativa à infância identificada com o passado colonial – símbolo do atraso e da inviabilidade da nação brasileira. Não é meu objetivo nesse trabalho avaliar o grau e a velocidade de incorporação, pelas mulheres das classes média e alta urbanas, desse e de outros hábitos de higiene infantil, e nem o peso específico do discurso puericultor veiculado pelas revistas femininas nesse processo. Penso, entretanto, que antes de representar possibilidade de imediata mudança concreta no padrão tradicional de criação dos filhos, a difusão da puericultura atendia, no período estudado, às expectativas de transformação no valor social atribuído à maternidade, mantendo-se possivelmente por algum tempo mais como discurso do que como prática efetiva.

A associação entre limpeza e higiene foi apropriada de diversas maneiras pelos colaboradores dos periódicos. Um articulista da *Revista Feminina* argumentou que a limpeza pessoal não significava apenas trocas de roupa e banhos diários; “implica ainda, um tratamento sério da pele, e a higiene interna” (“Os grandes problemas da família”, *op. cit*) – o que quer que isso

representasse... O cabelo da criança também deveria ser bem cuidado, e as revistas asseguravam que este era (mais) um dever das mães: estabeleciam, por exemplo, um comprimento ideal para as meninas, e outro para os meninos (“O cabelo das crianças”, *Revista Feminina*, 120, maio 1924).

A higiene dentária foi também objeto de numerosos artigos, assinados por médicos e/ou dentistas – geralmente cabendo a estes últimos as orientações quanto à limpeza e escovação dos dentes. Essas matérias aproveitavam tanto para alertar a respeito de concepções erradas sobre a limpeza dos dentes quanto para sublinhar a responsabilidade materna em relação à prevenção das cáries nos seus filhos e ao perfeito alinhamento da arcada. Assim, *Vida Doméstica* criticava o uso de chupetas e apresentava casos de crianças com “os dentes desviados em consequência de hábitos anormais durante a infância” (“Odontologia”, *Vida Doméstica*, 118, jan.1928). Como de hábito, as matérias desse periódico recorriam às fotografias para ilustrar e conferir maior legitimidade às orientações especializadas, e insistiam em ressaltar a importância dos cuidados com os dentes para a saúde integral das crianças, cobrando das mulheres essa função, com o argumento de que na maioria das vezes elas não a cumpriam porque “não sabem ou se esquecem”... (“A página do dentista”, “Preparando dentes perfeitos”, *Vida Doméstica*, 131, fev. 1929).

5.4. A EDUCAÇÃO FÍSICA DA CRIANÇA.

Os banhos de sol e o incentivo às mães para que levassem seus filhos à praia eram parte de um movimento – capitaneado pela Higiene e encampado pelas revistas femininas – que defendia a necessidade do exercício físico para adultos e crianças.¹⁴ Alguns artigos dos periódicos eram ilustrados com fotos da “ginástica dos pequeninos” (“Ginástica dos pequeninos”, *Vida Doméstica*, 127, out.1928). Em outros casos, fotografias de crianças brincando na praia de Copacabana – sob o título “A areia, alegria das crianças” – serviam para

¹⁴ Quanto às gestantes, os esportes lhes eram desaconselhados, pelos riscos que ofereceriam ao feto (“Um grave problema”, *Revista Feminina*, 87, ago.1921).

emoldurar matéria sobre os benefícios trazidos pelos exercícios (“A educação infantil”, *Vida Doméstica*, 31, 30 jun.1922). O exemplar de *Vida Doméstica* de março de 1925, em artigo que orientava sobre as maneiras de “robustecer as crianças de peito” apresentou ensaio fotográfico onde a figura de um médico executava e ensinava uma série de exercícios próprios para os bebês (“Meios de robustecer as crianças de peito”, *Vida Doméstica*, 86, mar.1925). Em outra matéria, nova série de fotografias demonstrava como deveriam ser realizados 14 tipos diferentes de exercícios infantis (“Os primeiros movimentos de ginástica”, *Vida Doméstica*, 91, ago. 1925).

Tal ênfase na preparação de um corpo robusto estava diretamente vinculada à popularização entre os intelectuais brasileiros da ideologia eugenista de aprimoramento da raça, à incorporação de suas teorias – especialmente a vertente *neo-lamarckiana* – pela classe médica e ao sentimento nacionalista que ganhava força na década de 1920. No exemplar de lançamento da revista *Vida Doméstica*, Dr. Barbosa Vianna alertava: “É tempo de abrir os olhos de todos” em referência a essa ciência moderna – a Eugenia (Dr. Barbosa Vianna, “Homicultura”, *op. cit.*). Sob o lema “as crianças de hoje serão os homens de amanhã”, a *Revista Feminina* acentuava a responsabilidade materna no sentido de manter saudável o corpo dos filhos: “A educação física infantil é um dever de toda a mãe consciente” (“As crianças de hoje são os homens de amanhã”, *Revista Feminina*, 113, out.1923). Em ratificação ao seu simultâneo papel de reflexo e modelo da sociedade¹⁵, as revistas demonstravam valorizar as práticas esportivas de maneira geral, como exemplificava o destaque e a legenda da foto de um grupo de meninas brincando: “Uma passagem *empolgante* (grifo meu) do jogo de *volley-ball* [...] no Departamento feminino do Instituto Lafayette” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926). Transformava-se assim uma atividade de entretenimento em prática higiênica...

Mas para sentir-se livre e poder se exercitar, a criança precisava estar desembaraçada de roupas que lhe tolhessem os movimentos. Assim, o vestuário “higiênico” deveria seguir alguns princípios, ditados em minúcias pelos médicos

¹⁵ Sobre o duplo caráter das revistas, concomitantemente prescritivas e prospectivas – conforme já discutido no capítulo 1 –, ver Martins (2001).

(“Como vestir as crianças”, *Revista Feminina*, 101, out.1922; “A elegância de bebê”, “A indumentária infantil”, *Revista Feminina*, 112, set.1923). Em sintonia com outros aspectos que compunham a mentalidade da sociedade urbana do período, o hábito de vestir as crianças de maneira “luxuosa” era criticado por representar simultaneamente desperdício financeiro para os pais, exibição condenável de vaidade das mães e risco para a saúde dos filhos (“Higiene da Infância”, *Revista Feminina*, 97, jun.1922). Em sua condição de aliadas dos médicos na salvaguarda da saúde de suas crianças constituía função das mães atentar para tudo que pudesse ser prejudicial ao crescimento natural e à livre movimentação do corpo dos filhos; estas precisavam portanto mantê-los sob permanente vigilância, provendo-lhes as necessidades, refreando-lhes os excessos, e corrigindo-lhes os erros. Assim, a escolha do vestuário infantil deveria seguir os princípios da higiene, revelando o grau de cuidado e interesse das mães (“Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 128, nov.1928). A partir desse pressuposto, as matérias eram dedicadas diretamente “às gentilíssimas mães, cuja preocupação máxima seja a saúde dos seus filhinhos”, enfatizando a importância da vestimenta adequada para a “preciosa saúde” destes (“Os nossos filhinhos”, “Como os devemos vestir”, *Vida Doméstica*, 124, jul.1928).

A organização do enxoval do bebê adquiria caráter de prática científica, tornando-se alvo de aconselhamento técnico por parte dos médicos (“O enxoval do bebê”, *Vida Doméstica*, 28, maio 1922; “Enxovais de bebê”, *Vida Doméstica*, 78, jul. 1924). Com a advertência de que o modo de vestir os bebês não era “uma coisa banal”, Dr. Moncorvo Filho já vinha defendendo desde o início do século XX a necessidade de que o assunto se tornasse objeto da atenção dos médicos e higienistas brasileiros. Em sua argumentação, o médico apontava exemplos de estudos realizados em “países civilizados”, como um concurso realizado na Espanha, que conferia um prêmio a quem apresentasse “o melhor tipo de envoltório para recém-nascido” (Affonso Fiorentino, *Correio da Manhã*, 1736, 13 abr. 1906, p. 3). A incorporação, na década de 1920, do tema ao repertório dos puericultores não impedia, entretanto, a existência de dissensos, devidamente registrados na matéria da *Revista Feminina*: “Ainda que a moda tenha banido o ‘maillot’, muitos médicos continuam a aconselhá-los, e a maior parte das mães a

usá-lo ao menos durante a noite” (Georgette Levéque, “Esperando o bebê”, “A confecção do enxovalzinho”, *Revista Feminina*, 153, fev. 1927).

Embora se detivesse em detalhes estéticos e invocasse os imperativos da moda, a articulista da revista fazia questão de referenciar seus conselhos à autoridade médica, endossando e simultaneamente estimulando a percepção das mulheres das classes média e alta urbanas com respeito à valorização dos preceitos científicos na ordenação da vida social. Com a garantia de que se baseava em normas estritas da puericultura – como por exemplo as que preconizavam a troca de 5 a 6 fraldas por dia –, a matéria listava as peças que comporiam um enxoval barato e suficiente no caso de “uma mãe que fiscalize com cuidado a lavagem diária da roupa” (*Ibidem*). Assim, a colaboradora da *Revista Feminina* assegurava que, seguindo suas sugestões, o enxoval do bebê não sobrecarregaria o orçamento doméstico, contribuindo para fixar a idéia de “mulher econômica”, condição valorizada na sociedade urbana do período. E mais, constituiria agradável passatempo para as futuras mães, um “prólogo das alegrias próximas” (*Ibidem*), reforçando a idealização da função maternal – tônica do universo temático das revistas.

Neste, como em outros tantos artigos assinados ou não por médicos, era possível perceber a concomitância de informações técnicas, mensagens de conteúdo ideológico e apelos consumistas, configurando um quadro que revelava a interação simultânea desses elementos na conformação do discurso maternalista das revistas femininas. O número crescente de matérias que tratavam desse tema ao longo da década de 1920 sugere que estas atendiam às expectativas de suas leitoras, e confirma também a estratégia comercial bem-sucedida dos editores, bem como a acertada percepção dos médicos quanto ao potencial do gênero revista na vulgarização do ideário maternalista.

No caso das crianças maiores, os principais cuidados com o vestuário envolveriam a escolha do tecido e de modelos que não embaraçassem a livre movimentação dos membros (“A moda infantil”, *Revista Feminina*, 122, jul. 1924). Como prova da dimensão científica do assunto, sugestões de roupas para crianças eram oferecidas em seções intituladas “Higiene da Infância” (“Higiene da Infância”, *Revista Feminina*, 97, jul. 1922). A propaganda explorou essa dimensão higiênica do vestuário infantil, agregando aos anúncios de roupas atributos

sintonizados com o discurso puericultor, como o de “não atrapalhar os movimentos”. Mesmo as fantasias para o carnaval suplantavam seu aspecto meramente estético, e tornavam-se objeto de orientação higiênica especializada (“Como fantasiar as crianças”, *Vida Doméstica*, 73, fev. 1924).

Apesar da linguagem formal empregada pelos periódicos e do tom prescritivo dos artigos, não se tratava de aconselhamento exclusivamente técnico. Em matéria intitulada “O vestido de minha filhinha”, a *Revista Feminina* fazia notar às mulheres, por exemplo, como lhes seria gratificante confeccionar elas próprias as roupas de seus filhos (“O vestido de minha filhinha”, *Revista Feminina*, 114, nov. 1923). Mesmo algumas seções que não apresentavam, em princípio, conteúdo puericultor, como as de trabalhos manuais, aproveitavam para dirigir às leitoras uma mensagem de conotação moralista e pedagógica, que valorizava – ao mesmo tempo em que normatizava – a função maternal. Assim, no exemplar de *Vida Doméstica* publicado em novembro de 1925, matéria da coluna “Trabalhos de agulha”, ricamente ilustrada com desenhos e moldes, ensinava a executar toucas infantis para proteger “das correntes de ar, da poeira e do vento”, ao mesmo tempo em que criticava certos costumes “antigos” de vestir as crianças, os quais as deixavam “congestionadas e quase asfixiadas” (“Trabalhos de agulha”, “As primeiras toucas”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925). Para realçar a gratificação emocional oferecida pelo fato de serem as touquinhas confeccionadas “pelas próprias mãos maternas”, a matéria lembrava que tal dedicação ofereceria ainda às mulheres a oportunidade de serem úteis, unindo o lazer à economia. A prática tradicionalmente feminina da costura e do bordado era elevada assim a um novo patamar, de base científica e valor social e econômico, contribuindo para preservar a saúde dos futuros cidadãos brasileiros.

Ao se acionarem simultaneamente argumentos de ordens distintas, é possível perceber essas matérias como representativas da retórica maternalista no período, a qual reforçava a conotação positiva da maternidade ao aproximá-la da prática higiênica e moderna, acrescentando-lhe caráter cívico-patriótico. Conforme assinalado por Luiz Antonio Castro Santos (2003), na década de 1920 o movimento de construção do sentimento de patriotismo não tinha conotação conservadora, mas ao contrário, inovadora. Assim, vinculada à dimensão da nacionalidade, a maternidade ganhava ares modernos, revalorizando-se. Penso

que a adesão das mães ao ideário puericultor tenha sido então facilitada, entre outros fatores, por essa convergência de representação – explorada nas revistas femininas – entre a prática da maternidade científica e a identidade de “mulher moderna”. Ao estabelecerem uma relação de colaboração e parceria com os médicos, as mulheres transformavam-nos em aliados na sua busca por valorização social, traduzindo o discurso puericultor conforme os seus próprios interesses.

A questão da vestimenta infantil representaria ainda oportunidade para as mães educarem seus filhos dentro dos princípios socialmente valorizados da modéstia, da economia e da ordem (“Elegância infantil”, *Vida Doméstica*, 131, fev.1929; “Higiene da Infância”, *Revista Feminina*, 97, jun.1922), sem abnegar contudo do senso estético e da sofisticação (“A graça do vestido dos nossos filhos”, *Vida Doméstica*, 130, jan.1929). Para alcançar esse duplo – e aparentemente contraditório – objetivo, poderiam contar com as sugestões e moldes publicados nos periódicos, como os “graciosos vestidos” apresentados por *Vida Doméstica* ou “o vestido de minha filhinha” proposto pela *Revista Feminina*.

Junto aos aspectos da limpeza e do exercício, o repouso era o outro elemento que compunha a tríade da puericultura, conforme descrita pelo colaborador da *Revista Feminina* citado no início deste capítulo. A higiene do sono era considerada um tema relevante e complexo, e incluía não só o atendimento das amplas providências, já referidas, em relação ao aposento da criança, como alguns cuidados especiais. Dentre os “Conselhos às mães” ministrados pela *Revista Feminina*, sugeria-se que as crianças dormissem em ambiente tranqüilo e silencioso (“Conselhos às mães”, *Revista Feminina*, 129, fev.1925). As mães deveriam sentar-se ao seu lado, conversando sobre coisas que não sobrecarregassem nem impressionassem sua imaginação. Deveriam também verificar se o quarto estava adequadamente ventilado e se não havia cobertas demais, porque nesse caso “o sangue chega a aquecer-se muito, influencia a imaginação durante o sono”, provocando pesadelos (*Ibidem*). Ao sono insuficiente ou inadequado eram atribuídos diversos malefícios, inclusive a falta de apetite das crianças, o que reforçava a concepção de integração dinâmica dos diversos elementos constitutivos do organismo infantil, e conseqüentemente a amplitude e importância da função maternal. De acordo com a recomendação dos

médicos, após os dois meses de idade, “a criança poderá dormir uma pequena sesta, ao ar livre, sempre que se tome em consideração a temperatura atmosférica, e em perfeitas condições de segurança” (“Os grandes problemas da família”, “A puericultura”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923).

O Dr. Octavio Gonzaga apoiou-se na tese de seu colega alemão, Dr. Von Holfe, para defender a necessidade de um período de sono durante o dia ou ao menos o repouso na cama por meia hora antes das duas principais refeições (Dr. Octavio Gonzaga, “O fastio das crianças”, *Revista Feminina*, 139, dez.1925). O hábito de embalar as crianças para adormecê-las era veementemente condenado pelos médicos, que se esmeravam em fornecer explicações científicas para os riscos decorrentes dessa prática, atribuindo-a sobretudo às “amas ignorantes”. Quanto às crianças maiores, a energia consumida com os estudos justificaria particular preocupação com a quantidade e qualidade do sono (“Conselhos à mulher”, “O sono nas crianças que estudam”, *Revista Feminina*, 119, abr.1924).

As recomendações do Dr. Wittrock eram mais rígidas: os lactentes necessitavam de um período de sono de 20 horas diárias (!); para as crianças de 4 anos, o ideal seria 13-15 horas de sono, enquanto para as de 8 anos, 10 horas seriam suficientes (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Cuidados necessários à criança”, *op. cit.*).

Além da função de prover as condições adequadas para a promoção da saúde dos filhos, a prevenção das doenças infantis também era de responsabilidade das mães. Uma das ferramentas modernas de prevenção era a imunização. Os médicos aconselhavam a vacinação contra a tuberculose, a varicela e a difteria, que deveria, segundo o Dr. Martinez Vargas, constituir uma “séria preocupação” para as mães. “Assim, os grandes ceifadores da espécie humana ficarão inutilizados na sua investida destruidora da infância” (“Conselhos às mães brasileiras”, *Revista Feminina*, 163, dez.1927). Dr. Wittrock lamentava que no Brasil não houvesse, como na Alemanha, uma legislação que tornasse obrigatória a vacinação contra a varíola. Na ótica do pediatra, tal omissão se devia “a certas doutrinas religiosas que a condenaram e que são abraçadas por alguns homens de Estado” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 106, dez.1926). Depois de explicar o mecanismo de ação da vacina, abusando de termos técnicos, e ressaltando suas contra-indicações,

Dr. Wittrock afirmava que constituía “um desleixo imperdoável” deixar de vacinar os filhos.

Havia também matérias orientando as mães sobre o procedimento em relação às mais variadas intercorrências da saúde das crianças, como febre, tosse e pequenos acidentes. A *Revista Feminina* chegou a sugerir a construção de um “*Carnet* da mamãe” com informações sobre condutas em face desses eventos (“Conhecimentos úteis”, “O *carnet* da mamãe”, *Revista Feminina*, 109, jun.1923). A proposta possivelmente inspirou-se no similar francês *Le Carnet des Mamans*, apresentado na revista de higiene infantil *La Mère et l’Enfant* como ferramenta útil “no intervalo entre o adoecimento da criança e a chegada do médico”.¹⁶ Segundo seu autor, Dr. Gall, as instruções sobre medida de temperatura, contagem do ritmo respiratório e observação do aspecto da urina, entre outros, contribuiriam para facilitar o trabalho do médico, economizando o seu tempo. Penso que, de acordo com os pressupostos que guiavam sua proposição, o “*Carnet*” seria a própria materialização da aliança entre as mulheres e os médicos, e visava facilitar e qualificar a ação de ambos.

Após explicações sobre o mecanismo fisiopatológico da febre, o Dr. Wittrock passava a ensinar o longo e complexo processo de aplicação do “envoltório frio”, para o caso de temperaturas entre 40 e 41 graus, culminando com a advertência sobre o grau de habilidade e gravidade exigidos das mães para essa operação:

O envoltório será imediatamente retirado caso os lábios do pequenino tomarem a cor arroxeadada e as extremidades se tornarem frias (ameaça de colapso) e dar-se á, às colheres, café forte, como estimulante do coração. Vê-se pois que é necessária a maior atenção, para que não sucedam acidentes perigosos (“Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 109, abr.1927).

Sob o título “Arranhões e contusões”, além de explicações técnicas – ilustradas por fotografias – sobre os procedimentos indicados como primeiros socorros para os pequenos acidentes infantis, *Vida Doméstica* reforçava a amplitude da responsabilidade materna. A revista fazia notar que nesses casos a

¹⁶ No original : “[...] depuis le moment où l’enfant est tombé malade jusqu’à celui où nous sommes appelés; nous autres médecins” (“Higiène Infantile”, “Le carnet des mamans”, *La Mère et l’Enfant*, 11, mai 1905, p.250-251).

criança gritava logo por sua mãe; era fundamental, portanto, que ela se mantivesse calma de modo a tranquilizar o filho, e *ao mesmo tempo* socorrê-lo conforme as instruções médicas (“Arranhões e contusões”, *Vida Doméstica*, 130, jan.1929).

As revistas ensinavam ainda a preparar suadouros, cataplasmas e outros procedimentos terapêuticos, com tais requintes de minúcias e explicações técnicas, que dotariam as mulheres de habilidades compatíveis com seu presumido papel de auxiliar dos médicos. A orientação do Dr. Wittrock a respeito do suador indicado no tratamento da gripe infantil exemplifica tal expectativa, ao ensinar que as mulheres deveriam manter o procedimento “por meia hora”, devendo esse tempo ser contado a partir do “aparecimento das primeiras gotinhas de suor no rosto” da criança (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Educação às mães”, “O suador no tratamento da gripe”, *Vida Doméstica*, 110, maio 1927) (Figura 14). O próprio título da matéria – “Educação às mães” – expressava a disposição pedagógica da puericultura, e a pertinência das revistas como *locus* privilegiado para a prática educativa.

Não era incomum os colaboradores das revistas fornecerem indicações de remédios, sobretudo aqueles para diarreia e prisão de ventre, tarefa complementada pela propaganda.¹⁷ Tais matérias pareciam propor a redefinição – em novas bases – do papel feminino de cuidar dos doentes, alçando as mulheres à posição de consumidoras e executoras de práticas científicas. Dr. Wittrock defendia, em sua coluna em *Vida Doméstica*, a utilização dos modernos “alimentos-medicamentos” em substituição às tradicionais “poções e xaropes”. Usava para exemplificar a aplicação desses novos recursos terapêuticos o caso de distúrbios digestivos, “antigamente” tratados com “drogas farmacêuticas como o bismuto e o calomelanus” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 106, dez.1926). Outra sugestão dos médicos consistia em montar uma pequena “farmácia portátil” no quarto do bebê, e para tal a *Revista Feminina* fornecia uma breve listagem de “remédios úteis”, com suas indicações e forma de uso (“No mundo dos pequenos”, *op. cit.*). Suponho que o aumento da eficácia dos medicamentos tenha constituído elemento contributivo

¹⁷ A presença de anúncios de medicamentos não constituía fenômeno recente; desde meados do século XIX, fabricantes de remédios como os laboratórios Dr. Eduardo França, Silva Araújo e Dautt & Lagunilla já se haviam tornado grandes anunciantes em periódicos (Limeira, 2006, p.13).

para maior penetração da medicina na sociedade urbana brasileira na década de 1920, reduzindo também, indiretamente, a resistência ao discurso puericultor. Numa ação de sentido duplo, percebia-se que do mesmo modo que a indústria farmacêutica usava a legitimação dos médicos para aumentar suas vendas, estes últimos recorriam às prescrições de medicamentos como estratégia para qualificar sua orientação, diferenciando-a do conselho leigo.

Os colaboradores das revistas não perdiam a oportunidade de condenar os costumes baseados em crenças e superstições, enfatizando o caráter científico da puericultura. Assim, Dr. Wittrock insistia em corrigir a percepção equivocada dos males pretensamente oriundos da erupção dentária nas crianças, remetendo as mães ao aconselhamento médico especializado.

Está bastante generalizada a crença errônea de doença da dentição; esta não se acompanha de nenhum distúrbio, a não ser um leve prurido das gengivas, salivação e um certo estado de inquietação, nas crianças nervosas. A febre, diarreia, convulsões e outras perturbações sérias, erroneamente imputadas à dentição, tem sempre uma outra causa: uma alimentação mal orientada, infecções, etc. É necessário que os pais não encarem esses distúrbios como oriundos da dentição, lhe reconheçam o perigo e consultem imediatamente ao especialista, para afastar a verdadeira causa (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 106, dez.1926).

Ao reforçar o fato de que o nascimento dos dentes representava fenômeno fisiológico como o crescimento das unhas, Dr. Wittrock lastimava que alguns colegas, “por ignorância da especialidade ou por comodidade”, quando não atinavam para a causa das queixas das crianças acabavam por fortalecer “a crença ingênua das mães na *idéia absurda* [grifo meu] da doença da dentição” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *Vida Doméstica*, 98, abr.1926). Com base no apoio científico para legitimar sua tese e defender a puericultura como um campo específico de conhecimento, o médico concluía: “Foi o professor Fernandes Figueira quem no Brasil primeiro levantou o grito contra esse sacrilégio, em sua semiologia, já publicada em 1901” (*Ibidem*). De maneira semelhante, Dr. Barros Vianna prometia às leitoras da *Revista Feminina* “explicar tudo” sobre a dentição, com o argumento de se tratar de assunto freqüentemente “alvo de preconceitos e lendas variadas” (D. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, *Revista Feminina*, 135, ago.1925).

Tal estratégia de denunciar os “erros” populares para facilitar a difusão dos novos conhecimentos não constituía fenômeno recente. Assim como em relação aos outros temas de puericultura, mantinha-se a mesma matriz explicativa acionada desde o século XIX diante do conjunto dos problemas brasileiros, enquadrados em “pares indissociáveis como litoral-sertão, saúde-doença, moderno-atrasado,” (Lima *et* Hochman, 2004, p.497). Para o historiador francês Patrice Bourdelais (2005, p.14), a estratégia de ruptura com um passado considerado arcaico e “bárbaro” deve ser compreendida como parte do processo de aculturação social, constituindo-se mesmo em pré-requisito para a introjeção de novos valores e novos hábitos.

Dr. Barros Vianna também aproveitou a matéria em que explicava como “fenômeno normal, fisiológico e efêmero” o ingurgitamento dos seios na infância, para esclarecer que se tratava de um “aumento de volume das glândulas sebáceas”, com a presença de um líquido que encerrava “gordura, açúcar, caseína”, de composição semelhante à do colostro, o que justificava a denominação popular de “leite de bruxa” (*Idem*, “Noções de puericultura”, “O ingurgitamento dos seios na infância”, *Revista Feminina*, 150, nov. 1926). Ao comentar a crença popular, segundo a qual, antes do batismo “o petiz deve ficar com luz acesa em seu aposento, dia e noite, para que a bruxa não venha sugar o leite do pagão”, o médico antepunha a ciência às “crendices”. Em sua matéria também se apressava em condenar a ignorância e as práticas errôneas de “certas parteiras e muitos leigos” que espremiavam as mamas intumescidas, e alertava igualmente para os riscos de tal prática provocar infecção e até mesmo destruição da glândula mamária. Para reforçar sua retórica, Dr. Barros Vianna narrou um caso que atendera:

Ainda há pouco, veio ao meu consultório uma senhora cujo filhinho apresentava um cancro sífilítico no seio, conseqüente à sucção exercida pela ama, cuja natureza foi confirmada pelo exame ultra-microscópico, que revelou a presença do seu agente causal, o *treponema pallidum* (*Ibidem*).

MAIO - 1927

NOS numeros anteriores de *Vida Domestica* temos chamado a atenção das gentis leitoras sobre a importancia da alimentação para a boa constituição e saúde de seus filhinhos.

Em nenhuma outra phase da vida, como na do lactante, têm tão grande valor os regimens alimentares bem orientados.

E' nesta época, igualmente, que redobram de efficacia os agentes physiotherapicos. Foi este o motivo que nos levou a

MEDICINA DOMESTICA

ENSINAMENTOS ÀS MÃES

pelo Dr. Wittrock, especialista em doenças de crianças.

O suador no tratamento da gripe e como preventivo de suas complicações pulmonares (broncho-pneumonia)

das da pelle (assaduras) são igualmente um tanto perigosos.

Técnica de applicação —

Antes de mais nada é necessário administrar, em uma chicara de chá quente, uma substancia sudorifica (1|2 a 1

nino no berço previamente arranjado com um cobertor de lã estendido e revesti-lo de um lençol. Sobre a creança assim envolta collocar-se-á um segundo cobertor.

De cada lado e aos pés serão postas botijas, contendo

VIDA DOMESTICA

Revista do Lar e da Mulher

po, pois, casos ha, todavia rarissimos, em que a pelle e os labios tomam a côr arroxeada, devendo-se, em tal hypotherese interromper immediatamente o suador. E' de notar que este accidente, pouco commum, não deve levar as mães a deixar de empregar, nos casos acima indicados, tão optimo processo de tratamento.

Em resumo — A administração de chá quente e aspyrina, o banho igualmente quente, auxiliado pelas botijas e



O illustre dr. Wittrock, examinando um lactante, no Consultorio Central, modelar creação da "Inspectoria de Hygiene Infantil", cuo que, além de ensinamentos praticos, são distribuidos leite e farinhas ás creanças pobres.



Interessante grupo de lactantes submettidos pelo dr. Wittrock e seus assistentes á acção dos raios ultra-violeta, para a cura da anemia e affecções da pelle, no "Hospital de Creanças Arthur Bernardes".

mostrar a acção benéfica dos banhos, faixas, cataplasmas, etc., a technica de applicação e as indicações dos mesmos, nos casos de doenças das creanças. Proseguiremos aqui nos ensinamentos que nos propuzemos sobre este assumpto.

O suador — E' um dos meios mais efficazes empregados para o tratamento dos resfriados, (grippe) agindo igualmente como preventivo das complicações pulmonares, que tão frequentemente acompanham estas infecções (broncho-pneumonias).

E' contra-indicado quando a temperatura do paciente já é bastante elevada (39° a 40°) pois, neste caso, viria ainda fazer ascender a mesma. Nas creanças excessivamente nervosas e nas que têm tendencia para as affecções repeti-

pastilha de aspirina, conforme a idade da creança). Seguir-se-á um banho quente. A banheira deve ser bastante grande para permitir a imersão de todo o corpo da creança, (excepto a cabeça) sendo que a temperatura da agua oscillará entre 36° e 38°. Durante a imersão, cuja duração costuma ser de 3 a 5 minutos, deita-se agua quente até elevar a tempera do banho a 40°. Ao sahir deste, convém deixar escorrer ligeiramente uma parte da agua e, em seguida deitar o peque-

agua quente, tendo-se o cuidado necessario para evitar o contacto directo com a pelle.

O tempo que dura o suador será de 1|2 hora, contada desde o apparecimento das primeiras gotticulas de suor, sobre o rosto. Decorrida esta, a creança será enxuta, ligeiramente friccionada com uma toalha secca e vestida levemente. O conservar a mesma no berço com a roupa previamente mudada é uma medida que se impõe. A mãe ou enfermeira observará o pequerrucho durante todo este tem-

po, pois, casos ha, todavia rarissimos, em que a pelle e os labios tomam a côr arroxeada, devendo-se, em tal hypotherese interromper imediatamente o suador. E' de notar que este accidente, pouco commum, não deve levar as mães a deixar de empregar, nos casos acima indicados, tão optimo processo de tratamento.

RESPOSTAS ÀS CONSULTAS

EXMA. SRA. Aurea Marinho Teixeira Leite — Quatis — Deve amamentar a filhinha de 3 em 3 horas. A prisão de ventre mui commumente é symptoma de subalimentação no lactante; necessitamos, para esclarecimento, saber se o augmento de peso se faz regularmente. Não deve de forma alguma empregar purgativos ou clysteres; conseguirá o effeito desejado administrando, diariamente extracto de malta, Hacornalt, 3 colheres das de chá dissolvidas em 1|2 chicara de agua quente, nos intervallos das mammaduras.

Esperamos resposta.

DR. WITTRÖCK (Dos Hospitales de Berlim)

Especialista em molestias de crianças

URUGUAYANA, 22 — Das 3 ds 5 horas da tarde — Tel. Central 2713

HOTEL SANTA THEREZA—Tel. Central 952

NOTA — Qualquer consulta sobre regimens alimentares, doenças das creanças e seu tratamento, poderá ser dirigida para a redacção da "Vida Domestica".

Figura 14.

Dr. Wittrock examinando lactente no Consultório Central, *Vida Domestica*, 110, maio 1927. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

A crítica às amas de leite ganhava agora um novo argumento, quando o “perigo” tornava-se visível ao microscópio... Tal ênfase numa identificação negativa das práticas de amas, comadres e parteiras – tomadas como um conjunto homogêneo e estático – possivelmente representava mais a necessidade dos médicos em dispor de um contra-exemplo para legitimar suas práticas do que uma resistência incondicional daquelas mulheres às novas propostas higiênicas. Dentre outros casos apontados pela historiografia, De Luca e Rollet (*op. cit.*) mencionaram o fato de que ao final do século XIX muitas das amas-de-leite mais jovens e de regiões mais urbanizadas da França mostravam-se claramente predispostas a romper com hábitos condenados pelos médicos – como o uso da “mamadeira de tubo” –, mesmo que isso comprometesse suas vantagens econômicas. Mais do que aderir às novas práticas de higiene, por vezes essas mulheres foram suas ardorosas defensoras face às famílias a quem serviam, funcionando, elas próprias, como “mediadoras do progresso” (*Ibidem*, p. 83).

Numerosas matérias dedicavam-se a fornecer explicações detalhadas sobre as doenças mais comuns nas crianças, sobretudo as contagiosas: “bronco-pneumonia, coqueluche, diarreia ou enterite infantil, difteria ou ‘croup’, febre tifóide, ‘gripe’ ou ‘influenza’, oftalmia purulenta, sarampo, escarlatina, sífilis, tuberculose e varíola” (“Medicina Doméstica”, “Contágio e profilaxia”, *Vida Doméstica*, 40, mar.1923). Nessas matérias, as mulheres obteriam respostas ao seu (suposto) questionamento: “Como poderei evitar e conhecer as doenças do meu bebê?” (“Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, “Como poderei evitar e conhecer as doenças do meu bebê?”, *Vida Doméstica*, 135, jun.1929). Em coerência com os pressupostos da Higiene, eram enfatizados sobretudo os aspectos do contágio e da profilaxia, com destaque especial ao isolamento dos doentes e à desinfecção do ambiente, de roupas e de utensílios. A coqueluche, que tanto assustava as mães, teve suas fases minuciosamente explicadas por *Vida Doméstica*. Embora inicialmente recomendasse que o “doentinho” fosse imediatamente isolado num quarto separado da casa, o articulista da revista entrava em contradição no parágrafo seguinte: “A criança não deverá permanecer encerrada durante a sua enfermidade; ao contrário, deverá respirar o ar puro dos

campos. As suas vestes devem também ser desinfetadas” (Medicina Doméstica”, “Contágio e profilaxia”, *op. cit.*).

A ênfase na oposição entre o “antigo” e o “novo” era clara, fosse pela linguagem técnica utilizada ou pelo tom prescritivo, fosse pelas muitas declarações explícitas no texto das matérias, as quais se empenhavam em esclarecer as distinções de abordagens, convocando as mulheres a se incorporarem ao universo técnico-científico da puericultura. Assim, a gripe – ou resfriado –, afastada de qualquer conotação vulgar, foi cientificamente diferenciada da *influenza* em artigo de *Vida Doméstica*. O articulista preocupou-se particularmente em sublinhar a presença de um “agente patogênico específico – o bacilo de Pfeifer”, ratificando para as mães a importância do isolamento das crianças doentes (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926). No que se referia ao sarampo, repetia-se a estratégia de esclarecimento quanto à origem microbiana e a recomendação de cuidados (“Medicina Doméstica”, “Educação às mães”, “O sarampo”, *Vida Doméstica*, 128, 15 nov.1928), o que atendia à demanda já declarada de instrução feminina, e contribuía para reforçar o papel esperado das mulheres como auxiliares e parceiras dos médicos.

Tal disposição pedagógica não significava entretanto que os médicos abrissem mão de sua autoridade sobre a manutenção da saúde das crianças, como alertava o Dr. Wittrock: “Em palestras anteriores [...] tenho demonstrado a sintomatologia das doenças mais freqüentes e a maneira de agir nos casos urgentes, *antes da chegada do médico* [grifo meu]” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926). Embora se estabelecessem os limites de ação das mães e frequentemente se criticassem os seus “erros”, a responsabilidade materna – ainda que compartilhada com o médico – parecia evidente no título do artigo sobre escorbuto¹⁸: “Deveres de uma mãe” (“O escorbuto infantil”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923).

Apesar do fornecimento de informações detalhadas sobre condutas em face das principais doenças infantis, as mães eram orientadas a levar seus filhos a consultas pediátricas com regularidade. Essa prática aplicava-se a todas as famílias. Enquanto os articulistas das revistas argumentavam que as mulheres

¹⁸ Doença causada pela deficiência de vitamina C.

das camadas média e alta podiam “à vontade freqüentar as consultas pagas dos especialistas”, para as pobres eram indicadas instituições como as *Gotas de Leite* e outros estabelecimentos de proteção à infância (“Proteção à Infância (cont.)”, “Ignorância e pobreza das mães”, *Revista Feminina*, 102, nov.1922). A coexistência desses dois fatores, o esforço de popularização do conhecimento científico, e a tentativa de garantir a exclusividade da autoridade médica nas questões de saúde da criança, pode sugerir aparente contradição. Mas a meu ver tal situação é compreensível quando localizada num momento histórico em que se buscava, mais do que provocar a transformação radical das práticas de cuidado com o corpo infantil, romper com a cultura “antiga” e contribuir para a apropriação, pelas mulheres das classes média e alta urbanas, do conceito de maternidade redefinida em bases científicas.

5.5. A VIGILÂNCIA DO CRESCIMENTO.

Se as doenças infantis por si só já despertariam inquietação nas mulheres investidas de sua alta missão, as alterações no crescimento e no comportamento das crianças também deveriam ser percebidas pelas mães – alertadas quanto a suas causas e condutas a tomar –, o que incluía a sugestão de medicamentos. Como referido anteriormente, as matérias sobre higiene infantil eram aproveitadas para a divulgação de produtos farmacêuticos, confundindo-se muitas vezes com verdadeiras peças publicitárias. Tal parecia ser o caso, por exemplo, do artigo intitulado “Crianças nervosas”, que associava o nervosismo, o sono agitado e o ranger de dentes noturno à existência de vermes intestinais, particularmente o *oxyurus*, sugerindo o uso de “comprimidos de *Butolan*, sem gosto e inofensivos, mesmo às crianças apenas de meses” (“Crianças nervosas”, *Revista Feminina*, 150, nov.1926).

A prescrição do uso de determinados medicamentos no texto de matérias assinadas pelos puericultores não era raro na época, assim como os anúncios testemunhais, o que demonstra a interação entre a indústria farmacêutica e os médicos no processo de construção da maternidade científica. Entretanto,

diferentemente do caso norte-americano – conforme análise de Apple (1987), já discutida anteriormente –, não me parece que a indústria de medicamentos – junto à de produtos alimentícios infantis –, tenha se antecipado aos médicos brasileiros como orientadora das práticas da maternidade científica; ao contrário, talvez tenha sido acionada por estes para conferir maior legitimidade ao seu discurso. Pois ao explorar uma identificação positiva da ciência na sociedade urbana, a prescrição de medicamentos criados pelos “cientistas dos laboratórios” (*Ibidem*) reforçava o caráter técnico da medicina, contrapondo-se às *mezinhas* e a outros tipos de tratamentos caseiros ou ministrados pelas *comadres*. Tal prática prescritiva colocava-se como alternativa moderna às práticas “antigas”, e reforçava a oposição entre o novo e o tradicional, o científico e o instintivo, com conseqüências potencialmente transformadoras sobre a atividade maternal e o papel das mulheres em geral.

Para auxiliar as mães no acompanhamento e na vigilância sobre o crescimento de seus filhos, as revistas forneciam parâmetros científicos atualizados. Em suas colunas na *Vida Doméstica*, o Dr. Wittrock apresentava, por exemplo, a expectativa de ganho de peso diário e semanal dos bebês (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 104, out.1926). Com fins de simplificar a avaliação – e possivelmente também valorizar sua informação – o médico mandou publicar ainda a “tabela do Professor Pirquet, de Viena, [...] podendo as excelentíssimas leitoras verificar se esses algarismos representam aqueles de seus filhinhos” (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *op. cit*). Ao propiciar às mulheres instrumentos que lhes permitissem acompanhar de forma racional o crescimento dos filhos, colaborando, portanto, para que adquirissem aparente autonomia no assunto, os médicos evidenciavam a afinidade de interesses mútuos quanto à relevância das ações de proteção à saúde das crianças – em sua dimensão de valor cívico, econômico e social –, justificativa suficiente para uma atuação conjugada, de colaboração e parceria.

Já para permitir a vigilância da dentição, eram publicadas informações minuciosas a respeito da idade e da ordem em que deveriam nascer os dentes até ser completada a arcada, ressaltando-se sempre a possibilidade de existência de “variações” à norma (*Ibidem*). Assim, as mulheres eram advertidas

de que tanto o adiantamento quanto o atraso na erupção dentária constituíam sinal de alerta; em caso de alterações nessa área, a criança deveria ser levada ao médico, pois poderiam significar “graves afecções” ainda não percebidas ou diagnosticadas – em virtude da natural incapacidade técnica das mães (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar.1923). Mas ao mesmo tempo em que era medicalizada – estabelecidos os critérios médicos de normalidade e sublinhados os riscos decorrentes de seus desvios –, a dentição seria naturalizada, reduzida a fenômeno fisiológico ao qual as mulheres imputavam indevidamente reações colaterais como diarreia e febre.

Ignorante, pois, seria a sábia natureza se fizesse acompanhar cada um destes fenômenos de sintomas patológicos e teríamos o paradoxo de que o pequenino estaria normalmente enfermo quase constantemente, dos seis meses aos dois anos (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *op.cit.*).

A normatização dos padrões de crescimento infantil permitia entrever alguns dos mecanismos acionados no processo de vulgarização da puericultura. Assim, o discurso puericultor parece ter sido modulado por determinado fluxo de negociação de interesses, no qual as mulheres se investiam de novo e valorizado papel – como detentoras de certo tipo de conhecimento e executoras de certo tipo de prática, ambos socialmente valorizados. De outro lado, os médicos puericultores legitimavam sua autoridade sobre o corpo físico e social, delimitando as competências maternas à aplicação das normas por eles ditadas. Essa relação de parceria em torno de afinidade eletiva de interesses resultaria então em vantagens mútuas.

Os médicos tentavam antecipar os potenciais benefícios da puericultura para o período o mais precoce possível da vida infantil, propondo medidas preventivas de higiene administradas desde a ocasião do parto. O Dr. Wittrock recomendava, por exemplo, a aplicação do colírio de *Protargol a 5%* com fins de evitar a oftalmia do recém-nato (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 104, out.1926). O esforço em estabelecer parâmetros de normalidade evidenciava-se na descrição das características esperadas: “A pele do recém-nascido sadio deve ser de um vermelho intenso [...] A descamação que

se produz na criança com quatro a cinco dias é perfeitamente normal” (*Ibidem*). O “conteúdo intestinal” e a “secreção urinária” eram também minuciosamente qualificados e quantificados, de forma a habilitar as mulheres em sua função de auxiliares dos médicos na vigilância do estado de saúde das crianças. Mas ao mesmo tempo em que ganhavam competência no assunto, tranqüilizadas quanto à ocorrência de fenômenos descritos como fisiológicos, as mulheres eram alertadas de que competia exclusivamente aos médicos diferenciar tais ocorrências, de outros fenômenos patológicos.

A icterícia freqüente em mais de 80% dos recém-nascidos e sobrevivendo em regra entre o segundo e o quinto dia da vida e durante alguns dias e às vezes semanas é um processo sem importância e considerado um fenômeno normal. [...] Deve entretanto ser diferenciado da forma grave, enfermidade rara e enigmática que ataca alguns ou todos os filhos de uma família (Dr. Octavio Gonzaga, “Higiene do recém-nascido”, *Revista Feminina*, 142, mar. 1926).

Porém não se tratava apenas de seguir correta e atentamente as regras ditadas pela puericultura. As mulheres precisavam ser orientadas para não incorrerem no vício oposto – a aplicação de rigor excessivo na criação dos filhos. Embora fosse considerado pelo Dr. Octavio Gonzaga como um sintoma de “neuropatia dos progenitores”, tal desvelo exagerado, supostamente resultante de preocupação “permanente e desmedida”, traria repercussões dramáticas sobre a saúde das crianças, as quais, como advertia o médico, precisavam de sol e ar livre, e não apenas de agasalhos. “E só assim crescerão robustas, ostentando a sua saúde, como as plantas que crescem ao relento e se estiolam quando cativas nas estufas” (*Idem*, “O fastio das crianças”, *op. cit.*).

Uma das piores formas desse “excesso disciplinar” seria a limitação da quantidade e da variedade dos alimentos, o que acarretaria a monotonia do regime alimentar, e conseqüentemente o fastio das crianças. O médico reconhecia a existência de causas orgânicas – como as doenças do aparelho respiratório e as verminoses – para a falta de apetite dos pequenos, e até mesmo de causas sociais, no caso das crianças pobres. Mas invocava também “as reações emocionais, tais como o choro, as contrariedades, o medo e a cólera” como elementos capazes de afetar o apetite e a assimilação dos alimentos. Ao mesmo tempo, insistia em reforçar a importância do cumprimento adequado das

regras de higiene infantil, revertendo, ao final, a responsabilidade mais uma vez para as mães (*Ibidem*).

Apesar do reconhecimento da interação de múltiplos elementos e da amplitude e complexidade dos cuidados dedicados ao corpo infantil propostos pela puericultura, o colaborador da *Revista Feminina* simplificava a questão: “Em linhas gerais, a higiene infantil se resume na alimentação conveniente, no evitar excessos de abrigos [...], os banhos frios e a mais completa liberdade de movimentos” (“Higiene Infantil”, *Revista Feminina*, 91, dez.1921).

Independentemente de sua inclusão no universo mais amplo da higiene infantil, a importância da alimentação das crianças, alçada pelos puericultores à condição de verdadeira obsessão, justificou sua abordagem em capítulo específico, posterior.

5.6. A HIGIENIZAÇÃO DOS AFETOS

As crianças precisam de cuidados, não de mimos (Izabel de Léon, “Páginas escolhidas”, “A educação da mulher: a esposa e a mãe”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923).

Alimentar, banhar, proteger das doenças e das agressões do mundo externo: funções que adquiriam, nas páginas das revistas femininas, abrangência e complexidade progressivamente crescentes no repertório das mães modernas. Os aconselhamentos técnicos oferecidos pelas revistas femininas não se limitavam, entretanto, aos cuidados com o corpo da criança; alcançavam o território até então pouco explorado da sua mente. Embora expresso em número bem mais reduzido de artigos do que aqueles voltados para outros aspectos do universo infantil, como a alimentação, o tema da formação moral e do caráter das crianças recebeu abordagem peculiar dos colaboradores das revistas.

Muitos dos argumentos utilizados para justificar a maneira científica de cuidar do corpo infantil foram apropriados pelos articulistas para fundamentar o cuidado com a mente, como a conexão explícita entre infância e nação. Repetia-se também a atribuição dessa responsabilidade prioritariamente às mães. Entretanto novos elementos seriam incorporados ao discurso, conferindo-lhe certa especificidade, e atestando a crescente influência das ciências sociais, em

particular a psicologia, como matriz explicativa da natureza do comportamento humano.¹⁹ O entusiasmo quanto ao potencial transformador da educação; o aumento de manifestações artísticas²⁰ expressando a renovada sensibilidade da sociedade em relação à infância – representação da possibilidade de realização dos ideais de nacionalidade –; a valorização da dimensão regeneradora da maternidade no interior dos movimentos feministas; e o florescimento do campo científico/ideológico da eugenia²¹, seriam outros elementos a contribuir para a incorporação de uma ótica singular ao tratamento do assunto.

Dr. Octavio Gonzaga, colaborador habitual da *Revista Feminina*, estendeu-se ao longo de três páginas do periódico para iniciar as leitoras no universo da “alma das crianças”, procurando desvendar-lhe os mistérios à luz do conhecimento científico (Dr. Octavio Gonzaga, “A alma das crianças”, *Revista Feminina*, 153, fev.1927). A incursão do médico nessa seara representou acontecimento singular, uma vez que até então seus artigos dedicavam-se preferencialmente aos aspectos bioquímicos da nutrição e à fisiologia da digestão, conforme apresentados nos capítulos anteriores. Ao referir-se à “alma” infantil, Dr. Gonzaga esvaziava o termo de qualquer conteúdo espiritual ou religioso, remetendo-o à sua dimensão psíquica, e incorporando-o ao arcabouço técnico da puericultura. Em seu estilo habitual, combinava referências a estudos e pesquisadores consagrados e uma linguagem didática através da qual buscava legitimar tecnicamente sua argumentação, e, ao mesmo tempo, procurava aproximar as mães do universo científico, garantindo sua adesão à maneira racional e moderna de criação dos filhos. O médico empenhou-se, inicialmente, em desfazer a concepção tradicional de pureza infantil, assegurando que as crianças não eram seres completamente inocentes, mas sim, capazes de atitudes de maldade e brutalidade: “A idéia *popular* [grifo meu] de que as crianças são “inocentes” embora verdadeira quanto ao conhecimento do mal, é totalmente falsa em relação aos impulsos do mal” (*Ibidem*).

¹⁹ Uma das expressões da institucionalização da psicologia foi a criação da Sociedade de Psicologia Clínica em 1923.

²⁰ Destaco particularmente a publicação, a partir de 1920, da série de histórias da turma do Sítio do Picapau Amarelo, criadas por Monteiro Lobato (1882-1948).

²¹ Sistematizada por Sir Francis Galton (1822-1911), a eugenia pode ser conceituada como um movimento científico e social voltado para o aperfeiçoamento genético da espécie humana.

Possivelmente a intenção dessa assertiva fosse colocar em oposição determinada concepção de uma infância que dispensasse maiores cuidados – podendo ser mantida sob a guarda de pessoas sem qualquer preparo especial para a função – e a idéia de uma infância potencialmente sob risco de desenvolver comportamentos incompatíveis com os preceitos da moral higiênica, e portanto carentes de vigilância mais rigorosa. Assim, Dr. Gonzaga insistia no preceito de que as crianças não poderiam “ser entregues a si mesmas”, pois as modificações ocorridas naturalmente durante o crescimento não seriam suficientes para garantir “a formação definitiva do caráter”.

Embora endossasse a tese hegemônica no período, segundo a qual o caráter dos pais era transmitido geneticamente aos filhos, o médico buscava apoio em autoridades intelectuais de prestígio para sustentar sua proposição quanto à necessidade de intervenção no processo de desenvolvimento da mente infantil. Assim, mesmo admitindo não estar ainda definido “o justo valor da educação na evolução moral”, Dr. Octavio Gonzaga defendia a influência da educação e do meio ambiente sobre a hereditariedade. Em sua argumentação, citava Voltaire, que embora não acreditasse na possibilidade de “mudança de caráter”, reconhecia os resultados benéficos da educação: “Nós aperfeiçoamos, nós abrandamos, nós escondemos, o que a natureza pôs em nós” (*Ibidem*).

A crença do médico na possibilidade de transformação de caracteres inatos do temperamento infantil através da ação do meio e da educação encontraria no arsenal científico-ideológico da eugenia sua justificação teórica e o instrumental prático de intervenção. Dr. Octavio Gonzaga acompanhava a maioria dos higienistas contemporâneos em sua manifestação de integral adesão aos princípios eugênicos, a qual desencadeou um processo de cooperação tal que justificou, nas palavras de Afrânio Peixoto, a descrição da eugenia como “novo capítulo” da Higiene. Segundo a historiadora Nancy Stepan (2004), o Brasil foi o primeiro país latino-americano a apresentar um movimento eugênico organizado. Porém, embora conformada pelo debate mundial, a “eugenia brasileira” revelava características científicas e ideológicas distintas do modelo anglo-saxônico. Até o final da década de 1920, associava-se à mobilização diante da “questão social” representada sobretudo pela precária condição sanitária do país, identificando-se – ou mesmo confundindo-se – com o saneamento, segundo a lógica: “sanear é

eugenizar”. A exaltação do sentimento nacionalista provocada pelo colapso das nações europeias no pós-guerra estimulava uma re-interpretação otimista das condições climáticas, territoriais e raciais brasileiras, a qual permitia enxergar a possibilidade de realização de “uma civilização nos trópicos”. Além disso, a sociedade brasileira vivia atmosfera de entusiasmo generalizado pela ciência – percebida como chave para o progresso e a modernidade. Na interpretação de Stepan, a própria classe médica, que se encontrava à época em franco processo de expansão, teria vislumbrado na adesão à eugenia uma forma de afirmar-se em seu papel de especialista na conformação da vida social.

A situação de miscigenação do povo brasileiro, vista até então como fator de degeneração da raça e empecilho à viabilidade da nação, encontraria na eugenia a ferramenta essencial para sua transformação.²² Pois seguindo a influência francesa, o movimento eugênico brasileiro nos anos 20 rejeitou a corrente *mendeliana* – e seu determinismo genético²³ –, apoiando-se na teoria de Lamarck sobre a herança das características adquiridas.²⁴ O modelo *neo-lamarckiano* de eugenia mostrava-se compatível com as medidas de saneamento e educação propostas pela Higiene para o aprimoramento da raça, deslocando a situação de hibrididade racial do país, da condição de obstáculo à de alavanca do progresso e da construção da identidade nacional.²⁵ Para Stepan, além de estar em sintonia com o ideário sanitarista, ao combater comportamentos promíscuos e vícios como o alcoolismo, a eugenia era compatível também com a tradicional moralidade da sociedade brasileira, adequando-se assim perfeitamente à doutrina católica, e ratificando a união das duas linguagens: moral e científica.

Cabe aqui lembrar que a década de 1920 foi considerada a “época de ouro” da intelectualidade brasileira; os médicos higienistas eram antes de tudo

²² O médico e alienista francês Auguste Morel foi o principal formulador da teoria da degenerescência, a qual pressupunha uma deterioração contínua e ininterrupta da espécie, em virtude da hereditariedade ou por patologias adquiridas, de ordem física – como a tuberculose – ou social – como o alcoolismo e o desregramento dos costumes (Reis, 2000, p. 151).

²³ A teoria determinista proposta por Johann Gregor Mendel (1822-1884) negava qualquer possibilidade de herança dos caracteres adquiridos; portanto, enfraquecia o potencial da proposta “salvacionista” através do saneamento – tônica da retórica dos intelectuais brasileiros no período. A adesão aos pressupostos de Lamarck (1744-1829), ao contrário, representava uma saída diante da suposta condenação do Brasil ao “atraso”, uma esperança de regeneração da nação.

²⁴ Stepan apontou o surgimento, ao final da década de 1920, de divergências dentro do movimento eugênico brasileiro, que adquiriu conotação mais negativa.

²⁵ Referência fundamental a respeito da apropriação original das distintas concepções teóricas, praticada pela intelectualidade brasileira, para explicar a viabilidade da nação mestiça, é o estudo de Lilia Moritz Schwarcz (1993).

intelectuais, e como tal, engajados no debate social mais amplo do período, no qual a “questão racial” tornara-se verdadeira “obsessão”.²⁶ Gilberto Freyre já havia apontado em suas obras o papel dos médicos como intelectuais, e sua contribuição na discussão da viabilidade da nação brasileira. Posteriormente, a expressão cunhada por Miguel Pereira para a situação do país, descrita como um “imenso hospital”²⁷, chegou mesmo a transformar-se em símbolo do processo de mudança social e guia do movimento sanitarista que alçou a questão sanitária na década de 1910 ao patamar de problema nacional²⁸ (Lima *et* Hochman, 2004). Fortemente vinculado ao sentimento de nacionalidade, o sanitarismo, embora permanecesse durante as primeiras décadas da República mais no plano das idéias do que no das realizações concretas, seria fonte de inspiração das políticas públicas implantadas a partir de 1930, contribuindo para a expansão da autoridade estatal no país (Castro Santos, 1985; 2003).

Ao inserir a educação doméstica das crianças nos domínios do campo da Higiene, atribuindo-lhe dimensão de regeneração moral, o discurso do Dr. Octavio Gonzaga representava o pensamento médico-intelectual do período, em sua expectativa positiva de construção da nacionalidade através da infância. E ao delegar à responsabilidade feminina a importante tarefa de formação do caráter das futuras gerações, tal discurso reforçava a autoridade das mulheres como mães, contribuindo para fortalecer a concepção da maternidade como função social, e indo ao encontro das demandas dos movimentos feministas maternalistas.²⁹

²⁶ Os médicos não dominavam apenas a cultura científica, mas também a literatura, as artes e a filosofia. A presença de numerosos médicos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é exemplo de sua inserção no universo mais amplo da intelectualidade.

²⁷ Essa expressão fez parte do discurso proferido por Miguel Pereira, em outubro de 1916, em saudação ao Professor Aloysio de Castro, então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Lima *et* Hochman, 2004, p. 499).

²⁸ A criação, em 1918, da Liga Pró-Saneamento do Brasil pode ser considerada um marco das atividades do movimento sanitarista.

²⁹ Na França, a “glorificação” da maternidade após a Primeira Guerra, em nome da reconstrução da nação, também recebeu o apoio da maior parte dos grupos feministas, com exceção de Madeleine Pelletier (1874-1939), que insistia na teoria segundo a qual a maternidade impedia o desenvolvimento da individualidade das mulheres. Para Thébaud (1986, p. 96), longe de atitude de submissão, a adesão de muitas mulheres ao consenso maternalista se deu com sua participação ativa, permitindo que mesmo em discordância com essa ideologia, estas desempenhassem os papéis esperados para, através deles, conquistar novos direitos para as mulheres como um todo.

Mas os médicos não se encontravam isolados nessa empreitada; por representar a esperança de “um futuro viável”, a preocupação com a formação da mente da criança foi também incorporada por membros de instituições como a Associação Brasileira de Educação (ABE), já referida anteriormente, e passou ainda a integrar os programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Criada em janeiro de 1923, a partir do deslocamento da orientação da psiquiatria brasileira para a prevenção, com o propósito declarado de contribuir para o “saneamento racial” do Brasil, a Liga já dispunha, desde a sua fundação, de uma seção específica de Puericultura e Higiene Infantil, presidida pelo Dr. Olinto de Oliveira³⁰ (Reis, 2000).

Comprovando a convergência de interesses e atuações da elite intelectual brasileira, muitos dos médicos e psiquiatras que colaboravam na LBHM eram também participantes ativos da ABE. Da mesma forma, dentre os intelectuais membros da Liga Pró-Saneamento, muitos eram médicos que posteriormente viriam a integrar a LBHM, como Juliano Moreira, Renato Kehl, Antonio Austregésilo, Afrânio Peixoto, J. P. Fontenelle; vários ocupariam cargos públicos de destaque, como o Dr. Fernandes Figueira, futuro Diretor do Serviço de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde. A Sociedade Eugênica de São Paulo surgiu nesse mesmo contexto, criada em 1918 por Renato Kehl, assim como a Sociedade Brasileira de Higiene, fundada em 1923; esta última congregava os expoentes da higiene e saúde pública do país – funcionários públicos com cargos de comando. O mesmo padrão de integração alocou, entre os “patronos” da Clínica de Eufrenia – criada no Rio de Janeiro, em 1932, com finalidades corretivas e de “aperfeiçoamento do psiquismo” – os médicos Fernando de Magalhães, Raul Leitão da Cunha, Henrique Roxo, Lourenço Filho, Julio Porto-Carrero, Olinto de Oliveira, Moncorvo Filho e Juliano Moreira (*Ibidem*, p. 153).

O interesse do Dr. Octavio Gonzaga pela infância – como esperança da raça – revelava-se não apenas nas inúmeras matérias que assinou na *Revista Feminina*, mas também nos textos publicados em vários jornais cariocas, bem

³⁰ Olinto de Oliveira integrava, junto com Moncorvo Filho e Fernandes Figueira, o trio considerado mais importante na história da pediatria brasileira. Ocupou diversos cargos de chefia em órgãos públicos, como o de diretor da Inspetoria de Higiene Infantil, criada em 1923; da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, de 1934; e da Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância – que substituiu a anterior em 1937, após a reorganização do Departamento Nacional de Saúde.

como no *Boletim de Eugenia*. Sua inserção no debate público sobre o assunto levou-o ainda a participar como jurado do 1º. Concurso de Eugenia do Brasil, e a publicar, em 1935, o livro de puericultura “A criança”. Para o médico, assim como a garantia de um corpo saudável dependia de bons hábitos higiênicos, a constituição do caráter infantil seria resultante da “cristalização de hábitos em torno de um núcleo central que é o temperamento primitivo” (Dr. Octavio Gonzaga, “A alma das crianças”, *op. cit.*). O papel das mães, no seu discurso, ganhava importância capital, pois como educadoras natas, estas teriam o poder de “aperfeiçoar” a natureza e modular as características do temperamento de seus filhos, contribuindo para melhorar-lhes o caráter e torná-los indivíduos úteis à Pátria. No caso da *Revista Feminina*, ficava claro que o discurso dirigia-se às mulheres das camadas média e alta urbanas – efetivamente suas leitoras e responsáveis, portanto, pela formação dos futuros dirigentes do país: “Devemos tratar de cultivar seres aptos a governar-se por si mesmos e não seres aptos a serem governados por outros” (*Ibidem*).

Ao tomar como ponto de partida a natureza das crianças, o principal objetivo das mães – como auxiliares dos médicos na missão de regeneração da raça – deveria ser a busca de um “equilíbrio das paixões”. O primeiro passo para a higienização dos afetos seria conhecer o temperamento dos filhos, observando seu comportamento em atividades cotidianas, como jogos e brincadeiras, e buscando perceber suas tendências e inclinações, além de identificar possíveis faltas, excessos e desvios. Caberia então às mães, a partir desse “diagnóstico” inicial, estimular certas “faculdades embrionárias” e reprimir outras, a fim de “corrigir” os “defeitos” da “alma” infantil. Diferentemente de outros artigos que – como mostrarei mais adiante – ofereciam às leitoras instruções objetivas e pragmáticas de intervenção, Dr. Octavio Gonzaga preferia ater-se a orientações mais gerais de conduta. Assim, enquanto afirmava que “resistir à criança é ensiná-la a resistir a si própria”, aconselhava as mães a controlarem os impulsos infantis “com bondade, embora sem indiferença”, de maneira simultaneamente “perseverante, ponderada e enérgica”. Na ótica do médico, as crianças deveriam ser educadas da mesma maneira pela qual se lidava com os enfermos, “que não são responsáveis pelo incômodo que causam” (*Ibidem*).

A atuação das mães não deveria ser nem demasiadamente severa nem indulgente, sem sufocar os anseios dos filhos nem ceder a todas as suas fantasias, pois “a vontade é diferente do capricho” (*Ibidem*). Eram também exortadas a manter um ambiente doméstico harmonioso e equilibrado, e a evitar atitudes rudes, desencadeadas por “impulsos irracionais” – identificados com a ignorância e o “atraso”: “[...] as palavras ásperas, os arrebatamentos e principalmente os castigos corporais, que muitos ainda usam para com as faltas dos filhos e que são tantas vezes mais manifestações de mau humor do que propriamente de zelo de beneficiar as crianças” (*Ibidem*).

Ao criticar as práticas violentas de educação que remetiam ao passado colonial escravista – e ainda guiavam muitas famílias brasileiras –, o discurso do Dr. Octavio Gonzaga seguia o mesmo padrão retórico explorado por outros articulistas: desqualificação da cultura tradicional para facilitar a recepção dos novos preceitos higiênicos. Desde finais do século XIX, o discurso da ciência médica estabelecia por princípio que para a formação de um povo civilizado havia de se lapidar a “rudeza” dos brasileiros, cabendo à higiene capitanear tal processo civilizatório. Na década de 1920, a permanência desse discurso seria revelada, entre outros, nos textos que compunham a *Bíblia da Saúde*, publicada pelo eugenista Renato Kehl, em 1926, na qual a medicina era apresentada como verdadeira “ciência do social” (Gondra, 2003, p. 27). O principal alvo dos higienistas era o hábito dos castigos corporais, pois mesmo nas famílias das classes mais altas, o controle da disciplina infantil ainda privilegiava costumes tradicionais violentos, como “o puxão de orelha, o bolo de palmatória e a varada” (Araújo, *op. cit.*, p. 179).

No texto assinado por Kehl, bem como em outros artigos das revistas, tais práticas punitivas “bárbaras” eram consideradas incompatíveis com o processo civilizatório em curso na sociedade brasileira; ao contrário, a Higiene priorizava as práticas de prevenção. Ditados populares – “prevenir é melhor que remediar” –, incorporados ao discurso médico-pedagógico e re-elaborados conforme o estatuto da ciência, contribuíram para valorizar o papel das mães na formação moral e intelectual dos filhos. Assim, atualizando a máxima “De pequenino é que se torce o pepino”, Dr. Fontenelle, em seus livros e cursos de Higiene, alertava sobre a necessidade de avaliação e intervenção precoces no que se referia ao

desenvolvimento mental e emocional das crianças. Para Ana de Castro Osorio, “o que hoje para nós esse ditado significa é [...] que é na criança que se prepara o homem” (Ana de Castro Osorio, “Questão feminina”, “O meio ambiente”, *op. cit.*). Em casa, essa tarefa caberia às mães, e deveria ser iniciada aos primeiros meses de vida da criança, pois o futuro desta dependeria dos hábitos primários que lhe fossem inculcados (Reis, 2000, p. 143). Para os articulistas das revistas femininas, cuidar da alma infantil incluía favorecer o desenvolvimento da inteligência e de outras aptidões intelectuais, como a criatividade, e facultar em especial a aquisição de bons hábitos, como a disciplina e a obediência.

O modelo de infância que informava o discurso dos médicos, educadores e demais intelectuais coincidia com o perfil de criança emergente da literatura de Olavo Bilac³¹ – comportada, obediente, diligente, estudiosa – e de Monteiro Lobato – inteligente, curiosa, inovadora –, e trazia embutidas as qualidades esperadas para um adulto ideal, trabalhador, disciplinado e patriótico, presente em lar estruturado, composto pelo pai provedor e pela mãe “cuidadora”.³² A casa adquiria o *status* de espaço exemplar, no qual deveria reinar a ordem e a disciplina, configurando-se ainda em *locus* privilegiado de aprendizado, como a “casa-templo” de Olavo Bilac.³³ Como assinalado com propriedade por Brites (1999, p. 13), tal imagem da infância e do lar possivelmente caracterizava a auto-representação idealizada da sociedade brasileira, que almejava desvencilhar-se da herança colonial, sob a égide de símbolos como “ordem e progresso”.³⁴

Para garantir a conformação de ambiente moral adequado ao perfeito desenvolvimento do caráter de seus filhos, as mães eram estimuladas a usar por

³¹ Com a publicação, em 1904, de sua obra *Poesias Infantis*, o poeta, jornalista e “nacionalista convicto” Olavo Bilac pretendia educar as crianças através da literatura, transmitindo mensagens que preconizavam a ocupação do tempo com o estudo e o trabalho, e o culto à pátria, à família e à religião (Ando et Silva, 2004, p. 37).

³² Outras representações de infância, como a doçura, fragilidade e inocência exaltadas nos versos de Casimiro de Abreu (1839-1860), ou a “infância macambúzia” descrita por Olavo Bilac (1865-1918), coexistiam no imaginário das classes média e alta urbanas do período republicano, remanescentes da imagem da criança como “projeto de adulto”, predominante no Brasil do final do século XIX (Bignotto, 2006).

³³ Conforme a quadra da poesia “Casa”: Aqui debes entrar como num templo,/Com a alma pura, e o coração sem susto:/Aqui recebes da Virtude o exemplo,/Aqui aprendes a ser meigo e justo (*apud* Ando et Silva, 2004, p. 43).

³⁴ A publicidade explorou essa imagem modelar de infância e de família, para vender os mais distintos produtos. Como a produção da propaganda brasileira encontrava-se a cargo de literatos – como Emilio de Menezes e Monteiro Lobato –, havia uma coincidência de imagens infantis na literatura e na publicidade (Brites, 1999, p. 232).

guia um modelo pedagógico-moralista fundado na valorização de virtudes como a disciplina, a ordem, a modéstia e o patriotismo, condenando o desregramento e os excessos de paixões. Médicos, educadores, escritores e a imprensa em geral conformariam uma aliança voltada para uma produção literária que auxiliasse as mães nessa empreitada. Enquanto os *Contos Infantis* de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes já se constituíam, desde finais do século XIX, em veículos de difusão do sentimento patriótico, o livro *Le tour de la France par deux garçons*, de G. Bruno, inspiraria a criação, por Olavo Bilac e Manuel Bonfim, da obra “Através do Brasil”, que se tornaria grande sucesso editorial a partir de sua primeira edição em 1910 (Bignotto, *op. cit.*). A grande inovação viria, entretanto, em 1920, com a publicação de *A menina do narizinho arrebitado*, primeira de uma série de histórias da turma do Sítio do Picapau Amarelo, nas quais Monteiro Lobato passaria a retratar determinado tipo de criança, curiosa e desejosa de aprender – atributos-chave para as propostas da *Escola Nova*.

O periodismo também participaria desse esforço de produção de uma literatura moralista/pedagógica. Algumas das revistas ilustradas que começaram a circular no Rio de Janeiro, ao início do século XX, como a *Revista da Semana* e *O Malho*, já inseriam eventualmente em suas páginas versões de contos infantis europeus. Mas foi o sucesso editorial de *La Semaine de Suzette* que estimulou o surgimento, em outubro de 1905, de uma revista infantil brasileira, o *Tico Tico*, com finalidade declarada de distrair, recrear e ajudar a formar cidadãos íntegros e saudáveis, bem como contribuir para a redenção nacional (Rosa, 2002, p. 15).

De maneira semelhante, a preocupação com o desenvolvimento emocional e intelectual infantil parecia ser compartilhada por mães, editores e articulistas da imprensa feminina. A *Revista Feminina* anunciava em suas páginas os livros publicados pela *Empresa Feminina*, como um “meio prático e agradável de desenvolver a inteligência das crianças”, atendendo às demandas de suas leitoras por uma leitura “sadia” para seus filhos. A colaboradora Clara Maria – concordando com a importância do ambiente para a formação do caráter infantil – sugeriu que, dentre outros cuidados para estimular o desenvolvimento intelectual dos filhos, as mães adquirissem o costume de manter em casa vários livros “à sua vista”. Dimensionando a repercussão do seu conselho, concluía: “No dia em que todas as mães de família o adotarem, não veremos como atualmente tantas

crianças em plena rua, numa vadiagem de perniciosos efeitos” (Clara Maria, “Onde vivem as crianças”, *Vida Doméstica*, 102, ago. 1926).

Para desempenhar a contento sua tarefa de formação do caráter dos filhos, as mulheres precisavam desenvolver também suas próprias qualidades maternas. Assim, ao tempo em que condenava os excessos de rigor nas punições infligidas às crianças, Dr. Octavio Gonzaga exortava as mães a fazerem “um exame de consciência que desvende as nossas próprias falhas” para que pudessem ser mais tolerantes com seus filhos (Dr. Octavio Gonzaga, “A alma das crianças”, *op. cit.*). As críticas dos articulistas voltavam-se para as mães “tirânicas”, “caprichosas”, ou “inconstantes”, que davam ordens contraditórias ou que ralhavam com os filhos, para em seguida se “enternecer” (“A educação no lar”, “Os defeitos de nossos filhos: a teimosia”, *Vida Doméstica*, 89, jun. 1925). A negligência das mulheres no cuidado com a prole seria atribuída, ao menos em parte, às exigências da vida mundana. Os articuladores do discurso maternalista nas revistas femininas não ignoravam as tensões geradas pelas expectativas da sociedade urbana da década de 1920 quanto ao cumprimento simultâneo do amplo e diversificado leque de papéis destinados às mulheres, expressando certa condescendência. O Dr. Octavio Gonzaga, por exemplo, quando insistia para que as mães estimulassem a autonomia das crianças, tentava conciliar esses papéis: “[...] não custará à mãe, por maiores que sejam as exigências da vida social e as pressões da indumentária e de se fazer bonita, dispensar alguns momentos presidindo às refeições dos filhos” (Dr. Octavio Gonzaga, “O fastio das crianças”, *Revista Feminina*, 139, dez. 1925).

De outro lado, as atitudes de displicência e tolerância excessiva, identificadas com o passado colonial “atrasado” e incivilizado, eram condenadas pelos articulistas como empecilhos ao ingresso do país nos domínios da modernidade. O relato da experiência de Ina Von Binzer (1991) como preceptora de abastada família de São Paulo dá idéia da indisciplina e desordem reinantes no ambiente doméstico do final do século XIX, no qual as crianças pulavam e gritavam “como selvagens”, atracavam-se durante as aulas e corrompiam o sentido do castigo. Descrevendo suas dificuldades para “domar” as pequenas feras sob seus cuidados, a professora desabafava: “Os pais absolutamente não se incomodam com o comportamento das crianças” (*Ibidem*, p. 86).

Mesmo nas primeiras décadas do século XX, muitas famílias de elite mantinham a socialização dos filhos nos domínios do lar a cargo de governantas, geralmente de origem europeia, com o auxílio de amas-secas ou amas-de-leite – em sua maioria ex-escravas. O que não impedia, entretanto, que as crianças freqüentemente acompanhassem os pais em locais de diversão noturna como cafés, cinemas e teatros, e até mesmo bailes, chocando os estrangeiros com tal expressão incomum de indisciplina (Needel, 1993, p. 168; Araújo, *op. cit.*, p. 167-168). Esses hábitos pareciam, aos olhos dos intelectuais e reformadores republicanos, grande ameaça à formação de uma nação idealizada segundo o modelo parisiense. Dentre as estratégias civilizatórias acionadas para investir contra o “atraso” e a “barbárie”, o desenvolvimento do campo da psicologia iria contribuir, ao lado da Higiene e da pedagogia, para uma proposta de redefinição do cotidiano infantil, segundo a qual a formação de hábitos, o cumprimento de regras de comportamento social e a instrução dos filhos deveriam se transformar na preocupação central das famílias das camadas média e alta urbanas, visando as futuras gerações.

Sob a ótica de eugenistas como Julio Porto-Carrero, a família era considerada potencialmente “perversora”, ao se amparar na pedagogia tradicional e equivocada de prêmio e castigo.³⁵ Em sua cruzada para livrar a família dos antigos preconceitos e provê-la dos modernos conhecimentos psicopedagógicos, Porto-Carrero buscava então aliadas nas professoras primárias (Gondra, 2000, p.143). Sob os auspícios da Higiene, a Escola seria então re-configurada como espaço privilegiado de intervenção profilática – através da aplicação de testes psicológicos nas crianças ou da capacitação das professoras para identificar precocemente os “desvios” de inteligência ou os “distúrbios degenerativos”. Esperava-se ademais que os alunos, moldados e liberados dos preconceitos e erros dos pais, fossem os portadores dos princípios de higiene mental para o interior de seus lares³⁶ (Reis, *op. cit.*, p. 141; 144).

³⁵ Psiquiatra conhecido por ser um dos introdutores da psicanálise no Brasil, compreendendo a sociedade como um “corpo social”, Julio Pires Porto-Carrero configura ótimo exemplo de intelectual com atuação tanto no campo da medicina quanto da educação (Magaldi, 2003, p. 432).

³⁶ Os eugenistas brasileiros possivelmente inspiraram-se no modelo francês das “Écoles Maternelles”, criadas ao final do século XIX, para educar mães e crianças e “fazer a escola invadir a família” (No original: “faire envahir la famille par l’école”) (Thébaud, 1986, p. 120).

A feminista portuguesa Ana de Castro Osorio diferenciava as funções da escola e da família, defendendo, na *Revista Feminina*, que cabia à primeira instruir, e à segunda, educar. Embora considerasse que essas funções deveriam se completar e harmonizar, a autora acrescentava: “A educação de um povo faz-se mais pelo meio ambiente em que se desenvolve o indivíduo, especialmente enquanto crianças, do que verdadeiramente nas escolas” (Ana de Castro Osorio, “Questão feminina”, “O meio ambiente”, *Revista Feminina*, 137, out. 1925).

Concordando com Dr. Octavio Gonzaga, Ana de Castro Osorio repudiava os costumes “antigos” de violência e submissão, e garantia que segundo a “mentalidade moderna”, caberia às mães, com seu sentido moral inato – aperfeiçoado pela educação –, criar um “meio ambiente superior” capaz de domar os instintos dos filhos e orientá-los (*Ibidem*). A retórica da feminista não era destoante do pensamento intelectual do período; encontrava-se em consonância com o tom habitualmente empregado pelas revistas femininas da década de 1920, as quais exaltavam a maternidade como um dom natural das mulheres, mas ao mesmo tempo passível de revalorização através da educação. A partir da constatação da insuficiência do “grande amor mal compreendido” (“Às mães de família”, *Revista Feminina*, 108, maio 1923) das mães diante dos novos padrões racionais de cuidado com as crianças, os colaboradores das revistas concordavam: “Saber amar os filhos é uma arte!” (“A educação dos nossos filhos”, *Revista Feminina*, 172, set. 1928). Estimulavam portanto as mães a se instruírem, e publicavam longas matérias, nas quais, alçadas a “primeiras educadoras”, estas seriam informadas sobre as características do corpo e da mente infantil, e a respeito das técnicas científicas para moldá-las. Criticando as “definições dogmáticas” que guiavam a educação das crianças pelas mães, Ana de Castro Osorio indagava: “Mas quem ensinou a maior parte das mães a educar os seus filhos?” (Ana de Castro Osorio, “Questão feminina”, “O meio ambiente”, *op. cit.*). Levando ao extremo a valorização da função maternal, a feminista propunha que a inteligência da mulher fosse cultivada com vistas à construção de “um meio ambiente superior” que propiciasse a elevação moral da sociedade.

Os artigos assinados por Ana de Castro Osorio demonstravam que as mulheres adeptas do “feminismo maternalista” endossaram a atribuição às mães da responsabilidade pela formação do caráter e da estrutura moral das crianças,

usando tal responsabilidade como argumento essencial na reivindicação por melhores oportunidades de educação feminina.³⁷ Comparando a um passarinho a criança que “entra na vida desamparada e frágil”, a articulista ressaltava que, se ao primeiro bastariam força e orientação proporcionais às suas limitadas funções no mundo, para o futuro homem civilizado não era suficiente o “instinto selvagem”, pois suas necessidades iam além daquelas meramente materiais. Ampliando e conferindo maior relevância e complexidade à função das mães na “primeira educação das crianças”, Ana Osório acrescentava:

A função de educar não se entende por ensinar, ralhar, castigar, animar, como tantos julgam, mas principalmente pela criação duma ambiência equilibrada e perfeita, que seja para a alma da criança como que a estufa protetora onde se desenvolvam todas as suas faculdades de inteligência e de caráter, domando os maus instintos, aperfeiçoando os bons e dando finalmente uma estrutura moral capaz de afrontar todas as intempéries da vida. É essa ambiência que só a inteligência cultivada da mulher pode dar (Ana de Castro Osorio, “Questão feminina”, “O meio ambiente”, *op. cit.*).

Em sintonia com a declarada necessidade de educação feminina, as revistas publicavam informações científicas atualizadas, que invadiam matérias voltadas para domínios aparentemente distintos do universo material da vida infantil. A orientação médica na organização do quatinho do bebê, por exemplo, não se limitava aos preceitos da limpeza e segurança – fartamente discutidos no capítulo 4.2. Ao contrário, junto às sugestões de mobiliário e decoração, os articulistas alertavam as mães de que a formação do “espírito” dos seus filhos dependia do ambiente em que estes viviam. Assim, era importante que o aposento infantil, além de arejado e iluminado, tivesse espaço para a criança brincar, e lhe fornecesse oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades, aprender os princípios da ordem e da limpeza e adquirir bons hábitos de higiene:

Os brinquedos devem ter sempre um fim útil, de desenvolvimento intelectual. Esferas, cubos, triângulos, réguas, com que elas por si mesmas arranjam as mais interessantes construções. Não se deixem, entretanto, as crianças absolutamente entregues à sua completa

³⁷ Para Donzelot (1986), dentre as diferentes estratégias de convencimento acionadas pelos reformadores para que as mães assumissem sua função maternal, a possibilidade de reconhecimento da “utilidade” das mulheres, num momento em que estas rejeitavam sua “função decorativa”, mostrou-se particularmente atraente.

inexperiência; que elas sejam assistidas com assíduos e pacientes conselhos [...]
 Não há criança que não aprecie enormemente uma boa vassoura [...] aproveite-se essa ocasião para dar-lhes uma lição de limpeza e ordem... (“Educação das crianças, *Vida Doméstica*, 10, dez. 1920).

Se era consensual entre os intelectuais da década de 1920 – bem como entre as feministas maternalistas – a idéia de que cabia às mães, guiadas pela ciência, imprimirem “o verdadeiro caráter” na alma dos seus filhos, inculcando-lhes qualidades como o idealismo, a imaginação e o patriotismo, essa função educativa as transformava, indiretamente, em efetivas “dirigentes da sociedade” (*Idem*, “Questão feminina”, “As mulheres e as crianças”, *Revista Feminina*, 139, dez. 1925). As revistas femininas – que já se haviam atribuído a missão de educar a mulher para ser mulher – encamparam a tarefa de educar as mães para serem mães, através da publicação de matérias que visavam angariar sua confiança e prometiam ajudá-las a promover a formação racional das crianças, do ponto de vista físico e moral. Como já esclareci em momento anterior, ainda que assumida preferencialmente pelos médicos puericultores em busca de afirmação profissional, essa tarefa foi compartilhada por outros intelectuais e por especialistas do campo da psicologia e da pedagogia. A missão das revistas no sentido de informar “o que a mulher deve saber”, e assim auxiliá-la a realizar-se em seus múltiplos papéis, foi explicitada de maneira exemplar em artigo publicado na *Vida Doméstica*.

Nos capítulos que se seguem encontrará a leitora muitos desses conhecimentos indispensáveis à lúcida compreensão de si mesma, nos quais achará apoio para a solução de inúmeras dificuldades de sua conduta, em sua tríplice condição de mulher, de esposa e de mãe (“O que a mulher deve saber”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925).

Afirmando reiteradamente que ninguém educaria as crianças melhor do que as próprias mães, os colaboradores das revistas femininas contribuíram para acrescentar novas funções às mulheres – ou revalorizar antigas –, e inserir a maternidade numa dimensão simultaneamente de destino natural e de dever patriótico, mantendo a lógica que pregava a necessidade de instrução apesar da presumida existência de um dom inato. As sugestões de como dotar as crianças

de disciplina, maturidade, ordem, e outras tantas qualidades julgadas essenciais à formação do seu caráter, partiam do pretense objetivo comum às mulheres: dotar os filhos de “caracteres finos e fortes” (“Educação infantil”, “Devemos punir os nossos filhos?”, *Vida Doméstica*, 94, nov. 1925) (Figura 15). Em matéria adequadamente intitulada “A educação no lar”, as mães poderiam aprender como lidar com os principais “defeitos” de seus filhos. O articulista tomava por pressuposto que a criança era um ser frágil que precisava da direção permanente da mãe – sob supervisão médica.

A criança [...] é normalmente um entezinho dócil, maleável, cujo caráter em formação, ignorância pressentida e fraqueza experimental buscam apoio e aceitam toda direção afetuosa fundada na razão e na justiça. [...] mas é preciso que a mão que o dirige seja firme e a voz que o quer persuadir, convincente e imutável em suas exigências (“A Educação no lar”, “Os defeitos dos nossos filhos: a teimosia”, *Vida Doméstica*, 89, jun. 1925).

As variáveis do temperamento infantil eram descritas e analisadas pelos articulistas, que estabeleciam padrões de normalidade e ofereciam sugestões de enfrentamento racional para os possíveis “desvios”. Assim, a teimosia – embora freqüente, considerada defeito “quase anormal” nas crianças – era classificada em três tipos: passiva, emocional e intelectual (*Ibidem*). Afirmando sua dupla causalidade como um “vício na educação” ou “uma fraqueza no organismo físico” que impediria as células nervosas de trabalharem corretamente, o articulista de *Vida Doméstica* insistia na idéia de que a teimosia na criança deveria ser alvo de tratamento, e não de punição. Transformando o “defeito” em questão médica, o autor emitia prescrição técnica:

O sono prolongado, ar livre, vida calma, trabalho intelectual bem dosado, alimentação abundante e substancial mas não excitante – regulada por médico – produzirão geralmente efeitos benéficos, isto é, diminuirão aquela tensão física e moral que caracteriza inferiormente a teimosia (*Ibidem*).

EDUCAÇÃO INFANTIL



Devemos punir os nossos filhos ?

Todos nós desejamos formar em nossos filhos caracteres finos e fortes. Desejamos que elles aproveitem de nossas experiencias e que assim lhes seja poupada muita lição amarga por que tivemos de passar. Porém nenhum menino intelligente aceita de bom grado os conselhos da nossa experiencia sem os discutir. Muitas vezes rebeliam-se. Temos que recorrer a algum systema, usualmente um plano de punição e recompensa, para lhes impor a nossa instrução. E a incerteza assalta-nos.

Queremos salvar a criança da propria ignorancia, dotá-la com aquella inestimavel disciplina e maturidade de intelligencia que constitue o caracter. Que devemos fazer quando ella nos enfrenta ? Punil-a ?

As experiencias de muitas gerações de pais e educadores nos fazem duvidar da efficacia do systema de punições e recompensas commumente administrado, mas o methodo tem a sanção do costume que pesa bastante em seu favor. Experimentamo-lo e não tiramos grande proveito. Tentamos outro caminho e não conseguindo melhores resultados, voltamos com receio atrás, ansiosos por achar uma boa punição ou uma recompensa tentadora para repor as coisas no seu logar.

"Façam o que fizerem, ninguém pode se descartar da lei de recompensa e castigo. E' a lei de Deus. Quando um menino põe a mão no fogo, queima-se; se sai com chuva, molha-se; se facilita no banno de mar, afoga-se. Quem obedece á lei, está salvo; quem a desrespeita, soffre". E' a opinião de muita gente.

Perfeitamente. Mas já aprofundaram bem essas ideas ? As leis de preservação do corpo são claras.

São severas e immediatamente offensivas. Não ha a menor difficuldade á instrução nessa direcção. Nas coisas do espirito é que o caso muda de figura.

Porque o espirito humano é coisa subtil e as suas leis não são claras nem chãos. Causa e effeito não estão encadeados aqui immediatamente, nem se manifestam por sinais infallíveis.

Pedro queima-se e podeis passar-lhe uma atadura refrigerante. Pedro transvia-se espiritualmente e nem toda a sabedoria dos seculos poderá suggerir-vos a cura. Podeis ralhar, punir e recompensar, mas acaso podereis curar ?

O valor do castigo está no poder de educar verdadeiramente, de acordar no espirito do transgressor o sentimento de responsabilidade que o faça desejar de maneira perduravel, mudar e reformatar-se. A contraprova é simples. Applicada a lei, sente-se a criança mais feliz, menos egoista ? Se não, foi contra producente.

Pedro desde que começou a andar tomou o habito de perder as coisas. Um dia era o chapéo, amanhã outra coisa qualquer — o lapis, os livros, a carta entregue para ser posta na caixa do correio. A mãe ralhava, punia, promettia recompensas mas Pedro não se emendava. Um dia ganhou de presente um par de patins. Pois naquelle mesmo dia voltou chorando para casa, dizendo que tinha perdido os patins!

"Agora passe sem elles!" disse-lhe a mãe com dureza. Passaram-se muitos dias sem patinagem. Mas uma tarde Pedro viu os

patins do primo e não resistiu: pediu-os emprestados. Deixou-os levanamente á porta da rua, enquanto entrava em casa para beber agua. Quando voltou, tinham-lhe roubado os patins do primo!

Quando a mãe soube do caso ficou branca de raiva. Punição: Pedro não iria no domingo proximo ao piquê nas furas da Tijuca com os irmãos e os primos. O menino não acreditou que a mãe ficasse inflexivel até o fim. Mas o domingo chegou e Pedro, que estava prompto para sair tambem, com a roupa nova que fahara no dia dos annos, passou pelo terrível desapontamento de não ser levado. Pedro ficou o domingo inteiro sentado no banco da varanda. Desde aquelle dia não desobedeceu mais a sua mãe. Raramente perdia um objecto.

Mas nem sempre o castigo acerta cair bem como no caso de Pedro. E' preciso estar muito seguro de si para punir uma criança daquela maneira. A punição pode deixar cicatrizes que perduram a vida inteira e fazem antes mal do que bem. Acontece á criança imbuir-se da noção de que foi castigado por espirito de vingança ou em momento de irritação ou por espirito de antipathia e então que perde a confiança naquelle que o castiga. E de conformidade com a sua indole, defende-se. Uma criança será rebelde e resmungona, outra dissimulada e hypocrita, outra astuciosa — qualidades que nenhum de nós desejará cultivar no espirito das crianças.

Se o castigo é tão perigoso e incerto, serão melhores as recompensas ?

Para nós estão no mesmo plano que as punições e devem ser submettidas á mesma prova: Farão ellas a criança mais feliz e menos egoista ? De novo cahimos em duvida. O caracter necessita de alimento espiritual e pouquissimas recompensas fornecem boa nutrição ás almas.

Os meninos são idealistas, mais do que imaginam os adultos. Gostam mais, ás vezes de prestar um serviço gratis do que de ganhar um nickell: tudo depende da pessoa a quem prestam o serviço. Um simples sorriso pode enchê-los de contentamento.

A vida é uma serie de altos e baixos com extensos planos de permoço.

Quando subimos ás alturas, julgamos estar sendo recompensados com alegria; quando baixamos ás profundas temos a idea de que estamos sendo punidos.

Acreditamos que essas influencias de prazeres e desgostos effectuam o desenvolvimento do espirito e tratamos de applicar o processo á educação infantil.

Trata recompensas e punições como se fossem instrumentos cortantes; experimental previamente o fio. Farão ellas a criança, mais feliz e menos egoista ? Estarão isentas de irritação, prepotencia, gosto de dominio ? A criança a quem se destina estará apta a comprehendê-las e acceitá-las ?

Se não for assim, o melhor é evita-las. O remedio não está nelles. Ha que procurar mais longe e encontrar as palavras habéis e carinhosas que façam a criança comprehender e corrigir-se.

Figura 15.

Se a criança “gozasse de boa saúde”, a teimosia seria então resultante de uma educação mal dirigida; por conseguinte, para sua cura, seriam necessárias apenas “voz firme” e atitudes “justas”, desde que não se abalasse o “amor-próprio” da criança: “Firmeza, educação, bondade – eis o segredo da boa educação” (*Ibidem*).

Desde o século anterior, os médicos já vinham discorrendo sobre os cuidados técnico-higiênicos a serem ministrados ao corpo e à mente das crianças; a novidade na década de 1920 seria a incorporação de outros especialistas, como educadores, psiquiatras e psicólogos. Os conflitos a envolver as concepções de maternidade – como fenômeno simultaneamente natural e cultural, privado e público, individual e coletivo – ganhariam então renovada visibilidade. Exemplar dessa ambivalência seria a matéria assinada por Mme. Festoyer, a qual mesmo reconhecendo ser a educação da criança um problema do âmbito familiar, defendia, para o exercício dessa tarefa, a necessidade de instrução técnica das mães – a cargo do Estado e dos profissionais especialistas (Mme. Festoyer, “Conselhos às mães”, *Revista Feminina*, 119, abr. 1924).

Assídua colaboradora da *Revista Feminina*, Mme. Festoyer – apresentada pelo periódico como reputada educadora norte-americana – defendia a idéia de que para alcançar a “completa educação infantil”, era preciso promover o equilíbrio entre exercícios físicos, mentais e morais. Consoantes com tal disposição pedagógica e higienizadora, as revistas femininas divulgavam matérias, assinadas por médicos, educadores e psiquiatras, em que eram fornecidas orientações sobre as diversas maneiras de as mães promoverem jogos e brincadeiras simultaneamente saudáveis e instrutivos (“Educação das crianças”, *Vida Doméstica*, 10, dez. 1920; “As crianças e os brinquedos”, *Revista Feminina*, 126, nov. 1924). As brincadeiras infantis deixavam assim de figurar como atividades lúdicas, guiadas meramente pela busca do prazer, para alcançar o patamar de prática científica, visando tanto ao condicionamento físico quanto ao incremento do desenvolvimento psíquico e intelectual das crianças. Um colaborador da *Revista Feminina* chegou a descrever uma situação simulada em que a pajem não sabia lidar com o desejo de brincar da criança sob sua guarda, e acabava perdendo a paciência com esta (“Nossos bebês”, *Revista Feminina*, 133, jun. 1925). Explorando as possíveis conseqüências de tal situação, o articulista

afirmava que a brincadeira era atividade comparável a um trabalho, através do qual a criança deveria ter sua curiosidade instigada, e ao mesmo tempo aprender a respeitar e cuidar dos seus objetos, limpá-los e organizá-los. “As crianças não sabem naturalmente brincar. É nosso dever ensiná-las, como lhes ensinamos tudo o mais” (*Ibidem*). O artigo parecia abrigar duplo objetivo: criticar a delegação dos cuidados infantis a pessoas “despreparadas”, remetendo a exclusividade dessa tarefa às mães – devidamente orientadas pelos especialistas –, e ainda reforçar a importância das brincadeiras como estratégia para a promoção do desenvolvimento mental e a formação do caráter das crianças.

Independentemente dos propósitos declarados – como, por exemplo, contribuir para evitar o tédio em dias de chuva –, acredito que essas matérias expressavam não só a sintonia das citadas revistas com a concepção, crescentemente difundida na sociedade urbana do período, da supremacia da ciência como guia dos comportamentos nos âmbitos do público e do privado, mas também a renovada preocupação com a infância, redefinida como a garantia do futuro da nação.³⁸

Tais matérias articulavam-se igualmente com o movimento mais amplo de valorização da função feminina da maternidade, a partir de seu deslocamento dos domínios do espaço doméstico para assumir a dimensão de papel social, cientificamente orientado. Ao insistir na necessidade de uma instrumentalização técnica das mulheres para o exercício da função materna, estabelecendo sua diferenciação em relação às amas, os artigos de conteúdo puericultor dirigiam sua crítica ao conjunto de comportamentos identificados com o “atraso” e a tradição, nos quais se incluía a sociedade como um todo, independentemente da condição de gênero. Assim, mais do que alvo único e específico, as mulheres representavam um grupo de atores sociais portadores de determinada cultura considerada inapropriada para a realização dos anseios republicanos de construção da nação brasileira.

Mme. Festoyer foi mentora de diversas matérias que se baseavam na sua “pedagogia prática moderna” para ensinar às mães atitudes práticas destinadas a “elevar o caráter” de seus filhos, “sob base moral e nobres ideais”, tornando-os

³⁸ A redefinição da criança, como “futuro da nação”, remete à tese pioneira de Philippe Ariès (1981) sobre a construção social da infância, simultaneamente dependente do contexto social e do discurso intelectual.

obedientes, calmos e ponderados. Assim, ao orientar quanto às estratégias para obter a obediência dos jovens, a educadora sentenciava: “Jamais se deve dar às crianças explicações dos motivos que nos levam a conceder ou a negar um pedido” (Mme. Festoyer, “Conselhos às mães”, *Revista Feminina*, 131, abr. 1925). Da mesma forma, recomendava que ao dar ordens às crianças as mães usassem “voz firme e tranqüila, nem dúbria nem ameaçadora”. Acrescentava ainda que o casal não deveria demonstrar dúvidas ou discordâncias em suas decisões, nem se permitir influenciar pelos filhos. Os criados deveriam ser alvo de vigilância especial, para que em decorrência de seus presumidos “vícios de conduta” não ameaçassem ou assustassem as crianças, e com isso viessem a concorrer para perversão de seu caráter.³⁹

O medo infantil figurou como um dos principais alvos do discurso pedagógico das revistas femininas. Artigo inspirado nos ensinamentos de Mme. Festoyer fornecia sugestões práticas para combatê-lo. Reiterando a estratégia de enfatizar a correção dos “erros” e preconceitos, as mães aprendiam que, contrariamente ao costume tradicional de deixar a luz acesa no caso de os filhos apresentarem algum temor ao dormir – o que lhes poderia ocasionar um “egoísmo pernicioso” –, deveriam manter o quarto às escuras, massagear levemente as costas e pernas das crianças, indagá-las sobre cada um dos seus medos, contestando-o, a seguir, de forma racional (“Pedagogia prática”, “Cousas úteis”, *Revista Feminina*, 107, abr. 1923). O articulista da *Revista Feminina* explicava detalhadamente a técnica.

Permaneça-se com a criança na primeira noite, até que ela esteja dormindo completamente, falando-lhe em voz baixa e doce em coisas agradáveis que nem de longe lhe recordem a obscuridade. Depois de uma semana desse *tratamento* (grifo meu), a criança se habituará a dormir às escuras, perdendo o medo, e por isso, não mais aborrecendo sua mamãe durante a noite (“Conselhos às mães”, “Como curar o medo nas crianças?” (*Revista Feminina*, 129, fev. 1925).

A matéria oferecia ainda orientações pormenorizadas sobre métodos de cura de certos medos específicos – descrever os trovões como um “encontro das

³⁹ O estudo clássico de Donzelot (*op. cit.*) mostra como, na França do século XIX, o medo da influência perniciosos dos serviços justificou a difusão maciça, entre a burguesia, de um conjunto de conhecimentos e técnicas sobre a criação, educação e medicação das crianças, que compunham verdadeira medicina doméstica.

nuvens”, ou levar a criança a um estábulo para verificar que é impossível uma vaca se esconder sob a sua cama. A racionalidade das estratégias propostas incluía ainda, ao lado das “explicações claras e precisas”, o controle da temperatura e da ventilação do quarto, de forma a impedir alterações na fisiologia da circulação sanguínea, passíveis de desencadear o quadro de medo (*Ibidem*). Em outro caso usado como exemplo, se a criança acordasse durante a noite chorando, a mãe deveria se aproximar e, sem acender a luz, indagar a causa do choro. Se a resposta revelasse que se tratava de medo, a mãe perguntaria: “Medo de que? Dize-me...” (*Ibidem*).

Da mesma forma quanto ao crescimento físico, as mães eram aconselhadas a exercer vigilância contínua sobre o desenvolvimento e a aquisição das habilidades mentais e emocionais de seus filhos. Nessa intenção, os puericultores usavam o espaço das revistas para esclarecer os marcos do desenvolvimento infantil, ao tempo em que remetiam às mães dupla responsabilidade: verificar se o seu filho alcançava tais parâmetros no período “correto”, e submetê-lo à avaliação especializada, no caso de qualquer “desvio”. Ratificava-se assim a relação de parceria descrita por Donzelot (*op. cit.*), na qual o médico estabelecia os padrões de normalidade, e as mães cuidavam de fiscalizar seu cumprimento.

Dr. Octavio Gonzaga ensinava às leitoras da *Revista Feminina* que o desenvolvimento da criança não se dava em *continuum*, mas por saltos, crises ou períodos, que deveriam ser atentamente acompanhados pelas mães. O médico acrescentava que distúrbios como o medo e a teimosia constituíam eventos de ocorrência comum no processo de desenvolvimento infantil, o qual também apresentaria suas fases “normais” de fanatismo e indisciplina (Dr. Octavio Gonzaga, “A alma das crianças”, *op. cit.*). Além da recomendação de agir simultaneamente com brandura, firmeza e ponderação, a precaução recomendada nesses casos era de que as mães jamais se referissem a tal assunto na frente dos filhos, para não envergonhá-los.

Ao ensinar às leitoras “como se criam filhos”, o colaborador de *Vida Doméstica* endossava a orientação do Dr. Octavio Gonzaga quanto à necessidade de rigor na observação do cumprimento dos critérios de normalidade no desenvolvimento infantil, remetendo os casos desviantes à supervisão médica.

“Outra questão que também deve ser observada é a época em que a criança começa a andar, o que deve se dar entre os 12 e 14 meses, *limite máximo* [grifo meu]. Cumpre ouvir o médico, no caso em que a criança não ande depois de completar o seu primeiro ano” (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar. 1923).

Dr. Wittrock também dedicou algumas páginas de seus artigos em *Vida Doméstica* ao tema do desenvolvimento infantil, explicando detalhadamente as diferentes fases em que os sentidos deveriam se encontrar estabelecidos, e os respectivos parâmetros de normalidade.

Aos três meses cessa o estrabismo fisiológico; o pequenino é capaz de dominar os movimentos dos glóbulos oculares, fixar e seguir os objetos e reconhecer as pessoas, sorrindo; quanto aos ruídos, o pequenino a princípio segue-lhes a direção com a cabeça; pouco depois volve já os olhos em direção para os mesmos (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *Vida Doméstica*, 98 abr. 1926).

Com fins de confirmar seu papel de adjuntas dos médicos no acompanhamento e vigilância do desenvolvimento infantil, as mães aprendiam que, no sexto mês, seus filhos já deveriam sentar-se sem apoio; aos 9 meses, colocar-se de pé e formar sílabas; e aos 15 meses “pronunciar muitas palavras e formar frases curtas” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 104, out. 1926; *Idem*, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *op. cit.*). Dr. Wittrock lembrava, entretanto, a existência de variações individuais, remetendo à autoridade especializada a avaliação dos casos de “grande afastamento do normal”, que sempre deveriam ser considerados, em princípio, como patológicos.

Subjacente à retórica maternalista das revistas, a idéia da maternidade “atenta e vigilante” reforçava sua dimensão de gravidade, bem como a necessidade de adestramento para garantir um olhar “armado”, tornando desaconselhável, ou até mesmo impossível, a delegação de tal tarefa às criadas, avós, vizinhas ou comadres – supostamente ignorantes ou despreparadas –, o que seria re-significado como atitude de irresponsabilidade ou negligência das mães. Pelo fato de implicar simultaneamente a necessidade de dedicação em tempo integral das mulheres à observação dos filhos e a exigência de instrução e

treinamento técnico específicos ao assunto, o exercício da maternidade científica parecia assumir, na retórica dos periódicos, o caráter de trabalho. Tal vinculação, como já referido anteriormente, forneceu subsídios a muitas feministas para seu pleito em favor do reconhecimento da maternidade como “trabalho feminino”, passível de remuneração e medidas de proteção específicas (Bock, 1991).

Os articulistas insistiam na necessidade de higienização dos afetos e ofereciam elementos para que as mães aprendessem a “dosar” as expressões de carinho dirigidas a seus filhos. Valorizando a moderação, as críticas dirigiam-se não apenas às práticas “violentas” de educação – conforme já discutido – como também aos “excessos de mimo”.

Desde o período colonial a mulher brasileira da classe senhorial era estigmatizada, nos relatos de viajantes estrangeiros, por sua disposição às demonstrações de “ternura excessiva”, cumulando as crianças de mimos e tolerâncias.⁴⁰ Os puericultores da década de 1920 acionaram a racionalidade da ciência para condenar tais práticas – muitas delas ainda presentes no período – responsabilizando-as pelo enfraquecimento e degeneração da raça. Costumes tradicionais, como o uso de chupetas ou de balançar os bebês, eram acusados de “instalar maus hábitos”, deixá-los “nervosos” ou estimular o “capricho”, sendo tomados por símbolos exemplares do preconceito e ignorância que impregnavam as práticas “antigas” de criação dos filhos.

A persistência da retórica que encontrava sua principal argumentação na oposição entre tradição e modernidade revelava a intenção da intelectualidade do período no sentido de encorajar atitudes e comportamentos que expressassem, mesmo no nível simbólico, a ruptura com aqueles identificados com determinado passado incompatível com a civilização e o progresso. Assim, embora na aparência se dirigissem exclusivamente às mães, os puericultores que assinavam os textos nas revistas femininas assestavam seu discurso e suas críticas para a sociedade como um todo, e em especial para práticas remanescentes da cultura escravocrata com relação à criança.⁴¹ Ao incentivar as mulheres a assumirem postura de ruptura com o passado “bárbaro” e adentrarem nos domínios da

⁴⁰ Algumas das expressões dessa ternura “desmesurada” seriam o hábito de embalar os filhos em redes e o uso dos mais diversos amuletos de proteção contra “feitiços” (Del Priore, 2000; Mauad, *op. cit.*).

⁴¹ Conferir, a respeito, além das obras clássicas de Gilberto Freyre, os já citados estudos de Del Priore, Araújo, Grahán, entre outros.

ciência e da modernidade – representando-as como elementos fundamentais para a “evolução” e “elevação da raça” (Dr. Antonio Gouveia, “O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da Pátria”, *Revista Feminina*, 107, abr. 1923) – os articulistas contribuíram, entretanto, para reforçar a relevância do papel social da mulher como mãe e parceira dos médicos, motor do progresso da nação.⁴²

Lembrando que a educação dos sentimentos e da vontade das crianças deveria ser iniciada já no seu primeiro dia de vida, uma vez que o bebê não iria adquirir outros costumes a não ser aqueles “impostos ou tolerados pelas mães”, o Dr. Andrés Martinez Vargas⁴³ – apresentado pela revista como ilustre cientista espanhol em visita ao Brasil –, recuperava o discurso de Fossagrives no final do século XIX. “O mimo reflexivo e a complacência absoluta com seus caprichos causam graves prejuízos às famílias e à sociedade” (“Conselhos às mães brasileiras”, *Revista Feminina*, 163, dez. 1927). Projetando o impacto político e social do papel atribuído às mães, o médico acrescentava: “A indisciplina social e a rebeldia pública das massas tem seu melhor remédio, não na repressão das autoridades executoras das leis, mas na doce, persuasiva e amorosa correção das Mães desde o berço” (*Ibidem*).

Com base na associação da prática da maternidade científica com a construção da nacionalidade, o Dr. Martinez concluía seu artigo assegurando que, a partir das orientações técnicas transmitidas pelos “ilustres pediatras brasileiros”, as crianças cresceriam “dentro de um padrão orgânico ideal; serão arquétipos humanos e elevarão bem alto o renome desta Nação”, pois “com cidadãos fortes e cultos as nações são prósperas e inexpugnáveis” (*Ibidem*). Em nome da preocupação compartilhada quanto à criação dos filhos; da idéia da supremacia da ciência como instância ordenadora da sociedade; e de um objetivo comum de inserção nos domínios do progresso, da civilidade e da modernidade, articulava-se assim, ao longo das páginas das revistas femininas, a promissora aliança entre médicos e mulheres. Tal aliança, ainda que simbólica, ao aproximá-los sob a

⁴² Ana Paula Vosne Martins (2004, p. 130-131) assinalou o papel das mães, ao lado dos puericultores, como agentes do conjunto de medidas de proteção à infância visando ao progresso da nação; eles produzindo conhecimento, e elas seguindo suas orientações. O terceiro elemento do “tripé” seria o Estado, responsável pela elaboração de uma legislação protetora e pela implementação de políticas públicas.

⁴³ Segundo informação do editor do *Correio da Manhã* de 3 de abril de 1906, o Dr. Martinez Vargas integrava, ao lado do Dr. Variot e do Dr. Moncorvo Filho, o grupo notável de conferencistas dedicados à difusão da ciência da “maternologia”.

mesma e valorizada atmosfera da ciência, contribuiria para propiciar aos puericultores sua afirmação profissional, e às mulheres, o reconhecimento de sua função social como mães.

O esforço de higienização dos afetos era visível também nos argumentos usados pelos puericultores para convencer as mães a contrariarem seu “impulso natural” de “ter o filho nos braços”, reiterando a necessidade de colocá-lo no berço:

Durante o primeiro mês de idade, a criança só deve ser tirada do berço para se alimentar, tomar banho e mudar de roupinha; se não dormir é porque qualquer dor não lhe permite; nesse caso faz-se mister investigar a causa dessa dor para poder eliminá-la imediatamente (“Os grandes problemas da família”, “A puericultura”, *Revista Feminina*, 115, dez. 1923).

No caso das amas, esse controle fazia-se ainda mais necessário. *Vida Doméstica* alertava, em matéria assinada por Julia Alsina, para o fato de que “nada é tão perigoso” para o bebê do que ficar “no colo de empregadas ignorantes” (Júlia Alsina, “O carrinho de mão não é um luxo”, *Vida Doméstica*, 82, nov. 1924). A articulista defendia a adoção do “carrinho de mão”, garantindo que este não deveria ser considerado “um luxo”, mas “uma necessidade”, pois permitia passear com as crianças pequenas sem mantê-las no colo, livrando-as portanto do perigo de se acostumarem a esse “excesso de mimo”. Mais que recurso confortável e prático para locomoção, o carrinho de bebê transformava-se, sob tal argumentação, em novo objeto higiênico, ampliando o universo dos equipamentos sanitários disponíveis à época.

Os mesmos parâmetros que informavam a necessidade de distanciamento físico entre adultos e crianças eram acionados na orientação quanto ao uso do berço – símbolo exemplar da proposta de individualização higiênica do corpo infantil (“No mundo dos pequenos”, “Como se organiza praticamente uma *nursery*”, *Revista Feminina*, 114, nov. 1923). Esse conjunto de princípios – isolamento, desinfecção e distanciamento – já vinha sendo esboçado há algumas décadas, e foi levado ao extremo pelo puericultor francês Dr. Jacques Bertillon, que propôs, ao final do século XIX, a construção de uma “usina de bebês”: um mundo utópico e exclusivo, protegido de todas as “ameaças” do exterior (Rollet-

Echalier, 1990, p. 565). Essas propostas não impediam, entretanto, que tais parâmetros fossem utilizados, com sentido oposto, na delimitação dos deveres maternos, como evidenciava o artigo assinado por Carmem de Didi em *Vida Doméstica*.

Força é confessar que os bebês das classes médias são bem mais felizes do que os bebês ricos, porque também são recebidos com bercinhos de rendas, tendo sobre os últimos a vantagem de gozar do carinho materno. (...) Mais felizes porque não são entregues ao cuidado exclusivo das “nurses”, nem vão habitar um quarto longe, bem longe da mamãe que não lhes pode ouvir o choro (Carmem de Didi, “Cartas à minha prima”, *Vida Doméstica*, 81, out. 1924).

A intolerância dos médicos ao excesso de mimos não poupava nem mesmo as reações que as crianças pudessem apresentar quando do desmame ou da introdução de novos alimentos, como atestado pela resposta à consulta de uma leitora, na seção de correspondência de *Vida Doméstica*: “Mamãezinha – veja o que diz seu médico e em caso de não haver doença deixe-o chorar uns dias até habituar-se ao regime. Não consinta que a ama-seca passe o dia com a criança nos braços a sacudi-la cantarolando” (“Correspondência”, *Vida Doméstica*, 109, abr. 1927).

Além de reforçar a importância da disciplina e remeter às mães a responsabilidade pela vigilância das amas, o texto acima foi usado para legitimar a exclusividade do médico como autoridade na determinação da condição de saúde ou doença da criança, e as revistas femininas como verdadeiros “consultórios de puericultura”. Mas a ansiedade quanto às manifestações afetivas não se restringia apenas ao controle da “dose” adequada do carinho dirigido às crianças – com fins de evitar *fragilização* do seu caráter –, mas envolvia também os perigos da sua retribuição. Um dos argumentos acionados pelo Dr. Wittrock para justificar o combate às amas-de-leite foi, justamente, o risco de o bebê afeiçoar-se mais a estas do que às próprias mães... (“Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926).

Ainda que inspirada no debate europeu sobre os perigos do aleitamento mercenário, e nas teses do francês Becquerel⁴⁴ sobre higiene, a questão das

⁴⁴ Ao lado dos manuais escritos por Fossagrives, a volumosa obra do professor parisiense A. Becquerel, *Traité élémentaire d'hygiène privée et publique*, cuja primeira edição data de 1851,

amas-de-leite vinha sendo tonalizada no meio acadêmico brasileiro do período oitocentista pelas particularidades do sistema escravocrata. Além da discussão sobre a qualidade do leite e dos órgãos de lactação, a moral e o (mau) comportamento das escravas empregadas como amas eram colocados em xeque: estas eram potencialmente suspeitas de infligir castigos físicos aos bebês sob seus cuidados. Aproveitando para combater o regime da escravidão – identificado com o atraso –, alguns médicos afirmavam ser impossível que as amas negras fossem amáveis e carinhosas, uma vez que haviam sido afastadas de seus próprios filhos para criar aqueles que futuramente seriam seus algozes (Gondra, 2004, p. 71; 74).

No cenário em que a construção da nacionalidade constituía-se no eixo do processo de transformação e modernização da sociedade brasileira, tendo as crianças como garantia de constituição do povo, a dimensão de regeneração moral conferida à maternidade revelou-se argumento privilegiado pelos articulistas das revistas femininas na difusão das suas idéias sobre a técnica de criação dos filhos. Os médicos puericultores, em particular, exploraram a oposição entre “atraso” e modernidade, e a crescente incorporação da ciência como instância ordenadora da sociedade, para justificar sua proposta de higienização dos afetos e da formação do caráter infantil. Acionando explicações de ordem racional para o desenvolvimento da mente, esses médicos atuaram no sentido de deslocar a educação moral das crianças, do domínio da religião para o domínio da ciência. Mas foi sobretudo no campo socialmente valorizado da eugenia que os puericultores foram buscar seus principais argumentos científicos e ideológicos, ratificando a inserção da função maternal numa dimensão positiva de modernidade.

Ao defender que “o dever fundamental das mães é a direção da vida do filho, quanto à sua instrução e à educação de seus sentimentos e de sua vontade” (“Conselhos às mães brasileiras”, *Revista Feminina*, 163, dez. 1927), os puericultores contribuíram para a redefinição da maternidade na condição de função social – embora reconhecessem sua dualidade como prática simultaneamente natural e técnica –, atendendo assim tanto às necessidades de

constituía referência obrigatória nas teses produzidas pela Faculdade de Medicina no século XIX, continuando bastante influente na década de 1920 (Gondra, 2003, p. 27).

afirmação profissional da classe médica quanto aos interesses de mulheres feministas.

6. ROBUSTOS E SADIOS: A ALIMENTAÇÃO DOS FILHOS.

Está hoje perfeitamente demonstrado que na maior parte dos casos, as afecções do tubo digestivo e perturbações da nutrição são os fatores responsáveis pela maioria dos casos de doença e morte das crianças, e que são a consequência da orientação errônea do aleitamento e alimentação infantil e que os preceitos higiênicos muito podem para evitar estes males. As faltas cometidas, além do resultado imediato, têm repercussão remota, imprimindo ao organismo taras indeléveis. As próprias mães são quase sempre a causa, se bem que involuntária (Dr. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925).

O discurso do Dr. Barros Vianna na *Revista Feminina* de agosto de 1925 parece bastante semelhante àquele publicado 20 anos antes por Moncorvo Filho, no *Correio da Manhã*. Naquela ocasião, o médico assegurava – com base em estatísticas realizadas em seu Instituto e em outros estudos – que entre os principais fatores responsáveis pela mortalidade infantil figuravam as moléstias “ocasionadas pelos vícios de regime, [...] pela nutrição mal digerida ou imprópria” (Moncorvo Filho, *Correio da Manhã*, 1726, 3 abr. 1906). E insistia na afirmação de que dentre os cuidados de higiene que toda mãe de família deveria seguir, a alimentação infantil era o mais importante.

A retórica de Moncorvo Filho, na virada do século XIX para o XX, ainda que não tenha sido capaz de sensibilizar a sociedade urbana para uma mudança de

atitude em relação aos cuidados com as crianças, lançou as sementes do ideário maternalista. Este encontraria no ambiente da década de 1920 – impregnado do sentimento nacionalista, do entusiasmo pela ciência como caminho para o progresso e do vigor dos movimentos feministas – as condições de sua crescente incorporação ao universo discursivo das elites e camadas médias urbanas.

Foi possivelmente no terreno da alimentação infantil que se tornou mais visível a parceria entre mulheres e médicos. Os colaboradores das revistas femininas afirmavam, em uníssono, a centralidade da alimentação no universo da higiene infantil, confirmada pela expressiva quantidade de artigos dedicados ao tema. Os médicos, em particular, contavam com espaço privilegiado nos periódicos para expor suas propostas de alimentação racional das crianças, afirmando-se como autoridade especializada e indispensável no assunto.

Na acertada alimentação da infância está a chave do futuro da nação. As mães devem dar a esta questão toda a cuidadosa atenção que merece, e sempre, em caso de qualquer dúvida [...] seja o médico consultado (Dr. P. Roca Puig, “A época do desmamar”, *Revista Feminina*, 186, nov. 1929).

O discurso médico nas revistas femininas não se encontrava deslocado do debate desenvolvido no meio acadêmico em relação à mortalidade infantil. A conferência do Dr. Afranio Peixoto – colaborador habitual da *Revista Feminina* – na Faculdade de Medicina, como paraninfo da turma de doutorandos de 1923, e reproduzida no *Brazil Medico* de janeiro de 1924, evidencia tal relação. Ao vincular diretamente mortalidade infantil e alimentação, e propor como solução tanto o aleitamento materno quanto o mercenário, e até mesmo o aleitamento artificial – desde que sob supervisão médica –, Dr. Afranio estabeleceu de forma exemplar o modelo de aliança entre mulheres e médicos.

A mortalidade infantil [...] não será evitável? Sim, sim, com o aleitamento materno, o aleitamento humano mercenário mesmo, puro e disciplinado, o próprio aleitamento artificial, vigilante, corrigido, adequado, com a Providência, sob os aspectos da Higiene (*Brazil Medico*, ano XXXVIII, vol. 1, 5 jan. 1924).

Dentre os “Conselhos às mães brasileiras” oferecidos pelo Dr. Andrés Martinez Vargas quando de sua visita ao país, publicados no “São Paulo-Jornal” e transcritos pela *Revista Feminina*, o autor destacou a importância da parceria dos médicos com as mulheres para o futuro da nação:

Quaisquer conselhos dos que, porventura, me fosse possível dar às mães brasileiras, seriam desnecessários, neste país, em que fulgem pediatras de inconfundível saber. Entretanto, feita esta ressalva, devo aconselhar-vos a que procurem, a todo o instante, a maior robustez e saúde do filho, que é, além de orgulho do lar e encanto da família, a garantia máxima da nacionalidade (“Conselhos às mães brasileiras”, *Revista Feminina*, 163, dez. 1927).

Ao apresentar uma lista com os cuidados que a gestante deveria receber, e posteriormente ministrar ao recém-nascido, o “ilustre cientista espanhol” ponderava que, a exemplo do programa assistencialista vigente na Espanha, a mãe pobre precisava ser socorrida pelo governo, “a fim de que seja, em seu lar, a nutriz paga de seu filho” (*Ibidem*).

A dupla estratégia – proteção e assistência do Estado para as mães pobres, e difusão da puericultura entre as mães das classes média e alta urbanas – ao mesmo tempo em que era moldada, refletia-se no discurso das revistas, como na série de artigos intitulados “Proteção à Infância” veiculados na *Revista Feminina*. O Dr. Mangin da Cunha, no artigo publicado em dezembro de 1922, garantia ser possível diminuir a mortalidade infantil se as mães proletárias, quando impedidas de amamentar, pudessem obter amas certificadas nos Consultórios de Lactentes¹, ou ainda leite puro, gratuito ou a baixo custo, nos Centros de Distribuição, onde receberiam também conselhos médicos e explicações sobre o modo de alimentar a criança (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922). Idealizados nos

¹ Esses consultórios eram inspirados no modelo francês de consultório de lactentes criado em 1892 pelo obstetra Pierre Budin (1846-1907). Denominadas por ele como Escola de Mães, as consultas de lactentes obtiveram estrondoso sucesso – principalmente pela distribuição gratuita de leite de boa qualidade. Frequentadas por mães ricas e pobres, foram posteriormente adotadas como modelo por todas as obras de assistência pública e privada do país (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p. 174). Essas consultas funcionavam como um ritual novo, uma espécie de “batismo republicano”, sendo algumas realizadas até nas manhãs de domingo – como as missas... (*Ibidem*, p. 354). Sua popularidade inspirou os artistas, como foi o caso da famosa tela pintada por Jean Geoffroy em 1903, atualmente exposta no *Musée de L’Assistance Publique* de Paris. (Figura 16)

moldes das *Gouttes de Lait* francesas² – com base em três itens: consulta + distribuição de leite + conselho –, esses centros haviam sido criados por Moncorvo Filho no início do século XX, e multiplicados por várias cidades brasileiras.³

A partir do mesmo pressuposto de ignorância das mães no que dizia respeito à criação dos filhos, os médicos propunham-se a ensiná-las como conduzir a alimentação infantil. O discurso puericultor mostrava-se sintonizado com a concepção mais geral dos reformadores do período sobre a necessidade de educação higiênica como solução para os problemas do país. Tal concepção foi expressa pelo médico e sanitarista Belisario Pena (1868-1939), presidente da 1ª. Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro em 1927. Durante esse evento, o médico afirmava que “o problema humano é um problema de higiene”, e mais de 90% da população brasileira não teria “suficientemente educadas a inteligência e a vontade para defender e melhorar incessantemente a própria vida” (*apud* Gondra, 2000, p.107)

Dr. Mangin da Cunha defendia a tese de que o aprendizado da função maternal deveria começar o mais cedo possível, de preferência ainda na própria Maternidade, onde as puérperas incorporariam “a noção de que o leite materno é o alimento mais adequado para seu filho” (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922). Tal aprendizado seria levado adiante nos Consultórios de Lactentes, verdadeiras escolas para as mães, onde além de terem os filhos examinados e pesados, estas receberiam conselhos, além de serem orientadas quanto às regras referentes ao número e intervalo das mamadas, a dosagem do leite, a alimentação mista e o preparo de alimentos diversos, entre outros itens. O médico preocupava-se especialmente com as mães pobres, uma vez que as mais abastadas não teriam dificuldade em “contratar amas” ou em selecionar os alimentos mais indicados (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 102, nov. 1922). O

² As *Gouttes de Lait* – obra filantrópica destinada à distribuição de leite de qualidade e pasteurizado – foram criadas em 1899 pelo Barão Henri de Rothschild, médico dedicado a pesquisas de problemas digestivos e doenças infantis, seguindo sugestão de seu professor, Dr. Budin. Embora o principal objetivo dos médicos fosse a educação das mães, para estas últimas a prioridade era a obtenção de leite esterilizado (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p. 184; 317).

³ Segundo reportagem do jornal *O Paiz*, reproduzida na *Revista Feminina* de janeiro de 1925, havia 19 filiais do Instituto de Proteção e Assistência à Infância em funcionamento em 17 estados brasileiros.

discurso de Mangin da Cunha recuperava a argumentação de Moncorvo Filho, quando da criação de seu Instituto.

Quando fundei, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, uma das minhas maiores preocupações foi lembrar a necessidade de incluir no seu humanitário programa a criação de uma seção destinada a distribuir leite esterilizado pelos recém-nascidos pobres, com intuito de corrigir os vícios de alimentação que constituem, para a primeira infância, a causa talvez mais onerosa no dízimo mortuário nesse período da vida (Dr. Moncorvo Filho, “A Gota de Leite da Assistência à Infância do Rio de Janeiro”, *Correio da Manhã*, 9 out. 1905, p. 3).

Ao defender a necessidade de difusão das regras de alimentação infantil entre a população para que se alcançasse a redução das mortes por doenças do aparelho digestivo (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 103, dez.1922), Dr. Mangin amparava-se no exemplo francês – os “bons resultados” obtidos no Serviço de Higiene de Lyon – e nos dois objetivos da Lei Strauss (de 5 de agosto de 1917): a puericultura intra-uterina⁴ e a amamentação exclusiva ao seio ou mista por 12 meses, sob fiscalização médica constante (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 103, dez. 1922). Em sua lista das causas sociais e higiênicas do “problema da criança” – falta de estabelecimentos de proteção à infância; ignorância e pobreza das mães; “erros de alimentação e os maus alimentos, em 1º lugar o leite” (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância”, *Revista Feminina*, 100, set. 1922) –, o médico parecia reeditar os princípios da cruzada de proteção à infância, promovida por Moncorvo Filho. De fato, vários problemas apontados por este último, na virada do século XIX para o XX, aparentemente se mantiveram inalterados na década de 1920, e só iriam receber resposta mais efetiva através da intervenção estatal ocorrida na era Vargas (1930-1945). Entretanto outros elementos – como a menor tolerância às mazelas sofridas pelas crianças, sobretudo aquelas das famílias operárias; a reestruturação das relações de gênero; a efervescência de movimentos sociais como o nacionalismo e os

⁴ A puericultura intra-uterina diria respeito ao acompanhamento médico da gestação, e foi defendida com entusiasmo pelo Dr. Fernando de Magalhães como estratégia para redução da mortalidade infantil (Dr. F. Mangin da Cunha, “Proteção à Infância (cont.)”, *Revista Feminina*, 102, nov. 1922).

feminismos; a especialização da medicina; e os crescentes avanços da ciência – alterariam o ambiente, no qual o “problema da infância” e a maternidade ganhariam então novos significados, provocando a necessidade de novas atitudes. Assim, não seria mais possível adiar a “defesa racional e eficiente das crianças”, conforme as palavras elogiosas do colaborador da *Revista Feminina*, em relação à criação do Departamento da Criança, em 1919, que vinha ampliar o “brilhante trabalho” de Moncorvo Filho (“A defesa das crianças”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925).

A percepção de médicos e intelectuais quanto à responsabilidade das mães sobre a alimentação infantil – e a preocupação com o desconhecimento destas em relação ao assunto – foi encampada também pela propaganda. O anúncio intitulado “A alimentação das crianças no Brasil”, veiculado na edição de dezembro de 1920 de *Vida Doméstica*, refletia e ao mesmo tempo incentivava essa idéia: “Só não fortalece os seus filhos com uma alimentação sadia a mãe descuidada ou não afetiva”.

As concepções da infância como valor simultaneamente familiar e social, e da mãe como responsável pela formação física, moral e intelectual das crianças, ao inserirem o binômio mãe-filho na dimensão de patrimônio coletivo da nação, conformariam a principal fundamentação do discurso puericultor das revistas femininas, ao qual os médicos agregariam a racionalidade científica como eixo norteador da prática da maternidade. Feministas como Ana de Castro Osorio compartilhavam desse ideário; no caso particular da alimentação infantil, viam-na como tarefa eminentemente feminina, e de alta relevância para o progresso do país. Mas independentemente do gênero ou da inserção social ou profissional de seus autores, os artigos publicados nas revistas femininas, além de se repetirem quanto à necessidade de uma “atenção especial” à alimentação dos filhos, invariavelmente se iniciavam com o mesmo enunciado – as mulheres deveriam amamentar seus filhos.

Um dos maiores preceitos da maternidade é o que determina às mães o dever de amamentar em seus próprios seios o filho, para que este se robusteça com a natural e apropriada alimentação, a única que lhe convém para a garantia de sua saúde e vida (“Como se criam filhos”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 46, 15 jun. 1923).



Figura 16.

La Goutte de Lait de Belleville (detalhe)

Acervo Musée de L'Assistance Publique – Hôpitaux de Paris

6.1. ARTE E TÉCNICA DO ALEITAMENTO MATERNO.

A insistência na convocação das mulheres para que aderissem ao aleitamento materno sugere que a prática da amamentação não era tão comum no período, ao menos em centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo. A historiografia nacional e internacional oferece evidências de que o incentivo sistemático ao aleitamento materno não constitui, de fato, fenômeno de ocorrência recente.

Em seu amplo estudo sobre as políticas de proteção à infância na França, Rollet-Echalier (*op. cit.*) assegurou que, pelo menos desde o século XVIII, as mulheres já vinham sendo incitadas a amamentar seus filhos; a novidade no século seguinte seria a mudança de abordagem. Ao deixar de ser tratado como dogma, o aleitamento ao seio passaria a constituir objeto do processo de substituição de determinada concepção divina dos fenômenos da vida pela prova científica – como parte das amplas transformações culturais da sociedade ocidental, e em particular do esforço empreendido pelos médicos no sentido de encontrar novas justificativas para antigas convicções. Assim, esses últimos se dedicariam tanto a determinar cientificamente a superioridade do leite materno, quanto a investigar as causas e conseqüências do desmame. Como resultado das suas observações empíricas, na segunda metade do século XIX os médicos franceses já haviam estabelecido, por exemplo, as diferenças entre o leite “maduro” e o colostro, bem como a influência dos fatores psicológicos na lactação (*Ibidem*, p. 72-73).

Mas ao demonstrar que, assim como em relação a outros temas, o processo de incorporação da nova racionalidade na comunidade médica incluiu a coexistência de novos conhecimentos e antigas tradições, Rollet-Echalier apontou a permanência, nas primeiras décadas do século XX, da qualificação do leite materno como “sangue branco”, apresentada por Bouchouts na edição de 1862

de seu Tratado de Higiene da Primeira Infância⁵ (*Ibidem*, p. 73). Nova convocação das mulheres para que cuidassem pessoalmente de seus próprios filhos – e especialmente para que os amamentassem – teria ocorrido no período entre-guerras, alimentado pelo “fantasma da depopulação” na Europa, como já discutido em capítulo anterior.

No Brasil, desde a primeira metade do século XIX os médicos vinham procurando incentivar as mulheres a amamentar os próprios filhos, como parte do projeto mais amplo de construção da nação através de famílias fortes, com crianças saudáveis. O discurso médico de combate às amas-de-leite e estímulo ao aleitamento materno ganharia novo rumo em meados de 1870, impulsionado pela criação da pediatria como especialidade médica, e em particular pelo movimento abolicionista. A publicação do conto “A mãe escrava”⁶ na revista “A mãe de família” – editada pelo pediatra Carlos Costa, entre dezembro de 1879 e junho de 1880, como parte da campanha para ensinar às mães “como ser mães” – comprovaria a associação entre as propagandas antiescravagista e pró-maternalista, expressando ainda o pensamento das elites sobre o lugar das amas negras na sociedade brasileira (Marko, 2004, p. 62).

Se o ideal maternalista fundia-se ao ideal abolicionista no interesse de construção do futuro do país, após a instauração da República a vinculação entre maternidade e nação transformou-se no principal foco de reflexão e proposição – embora sob distintas abordagens – de intelectuais e autoridades dos campos da medicina, do direito, da política, da educação, do empresariado e da religião, que concordavam num ponto: a maternidade e a infância conformavam a pedra angular da nacionalidade, e precisavam portanto ser amparadas. A adesão da medicina aos ideais de ordem e progresso republicanos foi representada exemplarmente no modelo puericultor proposto por Moncorvo Filho – explicitado em seu discurso por ocasião da inauguração solene do Instituto de Proteção e Assistência à Infância:

⁵ Na descrição de Aristóteles, “o leite era sangue misturado que, no homem, era expelido como sêmen” (Schiebinger, 1998, p. 229).

⁶ Nesse conto, após a suposta morte de seu bebê, a escrava – personagem principal da história – é colocada como ama-de-leite da filha da Sinhá e de uma outra criança negra que esta última dizia haver adotado. No entanto, a negrinha na verdade era a filha da escrava, falsamente anunciada como morta. Após descoberta a farsa, a negrinha foi entregue a outra ama para evitar que fosse favorecida pela mãe no ato do aleitamento – o que acabou resultando em morte trágica de mãe e filha.

A falta de instrução do povo deve-se [...] a um grande contingente de males que afligem a infância: eis porque o Instituto, no limite de suas forças, procurará difundir, entre as famílias pobres e proletárias, noções elementares de higiene infantil.” (Moncorvo Filho, 1926, p. 143).

A começar por Gilberto Freyre, a historiografia concorda em que as amas-de-leite – geralmente ex-escravas – faziam parte da vida cotidiana das famílias das camadas mais ricas da cidade do Rio de Janeiro até meados da década de 1930, e formavam parte considerável da mão-de-obra urbana (Carneiro, 2000; Costa, 1989; Araújo, 1993; Grahan, 1992; Caulfield, 2000; Besse, 1999). Eram as amas também que davam sustentação a instituições filantrópicas de assistência às crianças abandonadas, como as Rodas dos Expostos (Venâncio, 1999). Pois apesar do discurso que propunha um ideal de maternidade para todas as mulheres, as amas eram vistas menos como mães de seus próprios filhos – invisíveis também aos olhos dos pediatras que defendiam o aleitamento – e mais como ameaça aos filhos das famílias das camadas média e alta urbanas (Marko, *op. cit.*, p. 57; 70).

Embora o combate às amas-de-leite no Brasil também invocasse, conforme o exemplo europeu, aspectos ligados à demografia, vinculava-se mais estreitamente ao desejo dos intelectuais republicanos no sentido de ruptura com práticas identificadas com o antigo regime – especialmente a cultura escravista – e associadas ao atraso e à tradição. Ao adotar a Higiene como eixo condutor para o processo de modernização e construção da nacionalidade, a condenação às amas negras expressaria o medo da contaminação física e moral da sociedade (Grahan, *op. cit.*, p. 139), e de forma mais ampla, a inviabilidade da nação. Assim, é possível enxergar no discurso da puericultura de maneira geral, e no incentivo ao aleitamento materno em particular, um dos caminhos que permitiriam à sociedade brasileira materializar, através da higienização da maternidade e da infância, as transformações sociais e políticas almejadas, efetivando, na prática, a “republicanização” do país. A crescente valorização da ciência – especialmente os conhecimentos e o ideário da eugenia –, contribuiria para a incorporação de novas ferramentas ao discurso puericultor em sua cruzada civilizatória, e para a redefinição da maternidade.

As justificativas apresentadas pelos colaboradores das revistas femininas da década de 1920 em defesa do aleitamento materno invocavam de maneira geral seu caráter “natural”, e proclamavam o leite da mulher o alimento mais adequado para as crianças.⁷

O leite de mulher é o único alimento próprio para a criança, nos primeiros meses de vida; ele tem certos segredos de composição, a que são devidos os seus maravilhosos resultados e que jamais podem ser alcançados com outro leite, ainda que se procure adaptá-lo, seguindo processos os mais científicos (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, “O aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927).

Mas a referência à natureza não impedia a busca de explicações racionais para essa afirmação. Em artigo intitulado justamente “Aleitamento materno”, um colaborador da *Revista Feminina* revelava de maneira exemplar a dupla dimensão do aleitamento materno, simultaneamente natural e técnica: “Quem quiser ter filhos fortes e sadios, deve a ele recorrer, obedecendo a certas normas que adiante exporei. [...] Sempre a natureza nos indicando o caminho a seguir” (“Noções de puericultura”, “Aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 187, dez. 1929). Os médicos amparavam-se sobretudo em análises químicas do leite materno para justificar sua especificidade ao gênero humano. *Vida Doméstica* garantia que esse leite era único, e não comparável ao de nenhum animal. Um dos mais utilizados exemplos de distinção dizia respeito à digestibilidade: o leite materno se transformaria em flocos finos, facilmente digeríveis no estômago das crianças, enquanto o leite de vaca formaria grandes coalhos, dificultando a digestão.

Um dos mais ardorosos defensores da amamentação, Dr. Wittrock oferecia em sua coluna de *Vida Doméstica* informações minuciosas sobre a composição do leite materno, destacando a variabilidade da proporção de seus elementos constitutivos conforme a hora do dia, o tipo de alimentação da mãe e até mesmo seu estado emocional. Ensinava ainda que o conteúdo de gordura era superior

⁷ Conforme Sandre-Pereira (2005, p. 177), a concepção da amamentação como a forma “mais natural e eficaz de compreender e satisfazer as necessidades do bebê” persistiria como base do discurso de associações pró-aleitamento da segunda metade do século XX.

nas últimas porções do leite – o leite posterior.⁸ A diferença entre o leite inicial, dotado de funções purgativas, e o seguinte, mais nutritivo, caracterizaria a “sabedoria da natureza”, à qual os médicos deveriam “subordinar-se” (“Noções de puericultura”, “Aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 187, dez. 1929).

Esses dados não constituíam exatamente novidade. Moncorvo Filho já divulgava, no início do século XX, os resultados de suas investigações a respeito da composição do leite humano, comparando-o ao de outros animais comumente usados à época como substitutos do aleitamento materno. Com seu costumeiro estilo alarmista, o médico alertava as mães para os perigos do desmame:

Continuando as considerações sobre o aleitamento, a respeito da qual já muita coisa foi dito aqui, devo dizer-vos que o aleitamento materno é ideal e incomparável em seus resultados. Já por vezes tendes ouvido essa verdade, mas todos os dias ainda observamos nesta casa, muitas mães fortes e sadias com abundância de leite, deixando de aleitar seus filhos para dar-lhes alimentação prejudicial e de conseqüências muitas vezes fatais (Moncorvo Filho, 3ª Conferência sobre higiene infantil (resumida), *Correio da Manhã*, nº 1729, 6 abr. 1906, p. 3).

O diferencial da década de 1920 estaria, entre outros, na maior receptividade das mulheres e da sociedade em geral ao discurso da ciência; na atribuição à infância do caráter de “esteio da nação”; e nas reivindicações de mulheres feministas por valorização social. Interesses comuns a mulheres e médicos conformariam então afinidades eletivas, articuladas nas revistas femininas pelo discurso puericultor.

Paralelamente ao fornecimento de informações científicas, os articulistas não poupavam adjetivos e metáforas para convencer as mulheres sobre a relevância de sua “nobre missão”. Em seu entusiasmo, Dr. Wittrock chegou a assegurar: “Somente a criança de peito é perfeitamente normal” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926). Alguns médicos acompanhavam a retórica do obstetra francês Adolphe Pinard – que recuperou na virada do século XIX para o XX o termo puericultura, criado em 1860 por Alfred Caron –, o qual valorizava de tal forma a amamentação que

⁸ Essa característica provocaria – ou explicaria – um ritual habitualmente praticado pelas amas escravas, que ofereciam o seio primeiro aos filhos dos patrões – como sinal de deferência – para em seguida alimentar os próprios filhos. O resultado é que o leite “gordo” era aproveitado por estes últimos, que cresciam mais vigorosos que os “filhos brancos” (Silva, 1990).

chegou a considerá-la como uma “segunda maternidade” (Cova, 1997, p. 246). O Dr. Octavio Gonzaga, por exemplo, sugeria que amamentar era dar novamente a vida: “Haverá, porventura, quadro mais suavemente enternecedor do que o gesto natural e singelo de uma mulher que aconchega ao próprio seio o filho, para dar-lhe a vida da sua vida?” (Dr. Octavio Gonzaga, “Dificuldades do aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 159, ago. 1927). Dr. Wittrock concordava: “A mulher só se torna verdadeiramente mãe quando amamenta” (“Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan.1926).⁹

Ainda que priorizassem as referências técnicas e racionais, os argumentos utilizados pelos articulistas para estimular o aleitamento materno misturavam indistintamente a natureza e diversos elementos de ordem religiosa, moral ou patriótica.

O seio materno é insubstituível. A mãe que podendo-o, não dá o seu leite, isto é, o seu sangue ao seu filho, comete um verdadeiro crime contra a natureza, contra as religiões e contra a sociedade; é uma mulher indigna desse nome, porque é desnaturada (“Coisas úteis”, “O leite materno”, *Vida Doméstica*, 16, jun.1921).

Seguindo essa lógica, as mulheres que não amamentavam poderiam ser consideradas pecadoras, irresponsáveis, frívolas, ou mesmo impatrióticas. Em seu esforço pedagógico, os puericultores preferiam vê-las como ignorantes: “Pobres mães, querem a salvação de seus filhos, justamente onde está o perigo!” (Dr. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, *Revista Feminina*, 135, ago. 1925). Para o colaborador de *Vida Doméstica*, negar o seio seria prova de não-afeto, de “falta do verdadeiro amor que todas as mães têm” (“Coisas úteis”, “O leite materno”, *Vida Doméstica*, 16, jun. 1921). Já a mulher que amamentasse seria abençoada por Deus: “Toda mãe tem o dever sagrado que a maternidade lhe impõe de amamentar o seu filho nos seis primeiros meses de vida” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926). Dr. Wittrock acrescentava a dimensão de regeneração moral presente na amamentação:

⁹ A publicidade parecia adaptar-se a esse ideário, oferecendo seus produtos alimentícios para serem utilizados “depois do período de amamentação”, como foi o caso da farinha de cereais *Quackers oats*, anunciada na *Revista Feminina* de agosto de 1928.

Encarando o aleitamento materno pelo lado moral devemos dizer que esta mãe ditosa que acaba de amamentar tem a suprema ventura de observar o primeiro sorriso do pequenino agradecido e, mais tarde, ver nele espelhar-se os seus hábitos e costumes, pois, o lactente bem como a criança nova tem o instinto da imitação, procurando reproduzir aquilo que fez a pessoa a cujos cuidados está entregue (*Ibidem*).¹⁰

As estratégias de incentivo à amamentação apoiavam-se em retórica mais ou menos persuasiva, chegando em alguns momentos a assumir certo tom fortemente prescritivo. A *Revista Feminina*, por exemplo, publicou verdadeiro decálogo no qual determinava, entre outros pressupostos da atividade maternal: “Toda mãe tem o dever de criar seu filho; Todo filho tem o direito ao peito de sua mãe” (“Conselhos às mães brasileiras”, *Revista Feminina*, 163, dez. 1927). Atualizava-se assim o discurso do Dr. Pinard, no início do século, defendendo o princípio de que “o leite da mãe pertence ao seu filho”¹¹ (*apud* Thébaud, 1986, p. 119). O discurso dramático de um colaborador de *Vida Doméstica* explicitava o grau da responsabilidade atribuída às mães: “A mulher que sem necessidade deixa de amamentar seu filho, mata-o ou logo, ou remotamente; em todos os casos, encurta-lhe a vida (“Medicina Doméstica”, “Cousas úteis”, “O leite materno”, *Vida Doméstica*, 16, jun. 1921).

Os articulistas utilizavam dados estatísticos para comprovar a tese de que o aleitamento materno era capaz de provocar redução da mortalidade infantil (“Medicina Doméstica”, “Mentalidade infantil”, *Vida Doméstica*, 21, nov.1921). Tal constatação já constava dos argumentos do Dr. Bertillon que, em 1874, apontava, para a França, mortalidade infantil três vezes maior nos bebês alimentados com leite artificial, em comparação com aqueles amamentados ao seio (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p. 45). Os estudos franceses inspiraram Moncorvo Filho a realizar investigação semelhante, cujo resultado foi apresentado no 1º. Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1921, no Rio de Janeiro, por

¹⁰ É possível identificar no discurso do Dr. Wittrock uma crítica às amas negras, inspirada pelo temor – compartilhado de modo geral pelos higienistas adeptos da corrente *neo-lamarckiana* de eugenia – de que seus “vícios morais” pudessem corromper o caráter dos bebês a seus cuidados.

¹¹ No original : “Le lait de la mère appartient à son enfant.”

ocasião do qual o médico aproveitou para propor a regulamentação dos alimentos infantis e de leis trabalhistas de proteção à nutriz.¹²

Um colaborador de *Vida Doméstica* garantia que a mortalidade das crianças alimentadas por mamadeira seria 12 vezes maior que a das amamentadas; no verão, essa proporção alcançaria 250 óbitos por 12 (“Coisas úteis”, “O leite materno”, *Vida Doméstica*, 16, jun. 1921)! Em outro exemplar, a revista relatava a experiência inglesa de conferir um prêmio em dinheiro a cada bebê que completasse um ano. Como na Inglaterra se suspeitava que a mortalidade infantil era causada pela alimentação artificial, o governo abria uma conta com a quantia referente ao prêmio, juntamente com “os mais importantes conselhos de higiene infantil e um apelo eloqüente às mães para que alimentassem seus filhos com seu próprio leite.” Segundo a revista, os resultados teriam sido assombrosos: a mortalidade caíra de 134/1000 para 54/1000, ou seja, redução de 60% (“Mentalidade infantil”, *Vida Doméstica*, 21, nov. 1921).

Além de reafirmar que a principal causa de óbitos infantis no Brasil residia na associação de distúrbios digestivos e perturbações da nutrição, Dr. Barros Vianna depositava na amamentação – bem como na “orientação segura da alimentação infantil” e no cumprimento das regras de higiene – as esperanças de reversão desse quadro (Dr. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, *Revista Feminina*, 135, ago.1925). Se a noção de que a saúde dos filhos dependia da decisão de aleitá-los conferia às mães enorme responsabilidade, estas em compensação dispunham do respaldo da ciência – representada pela medicina – no desempenho de tão árdua tarefa. Ao atuarem ao lado das mães na defesa da vida dos seus filhos – futuros cidadãos brasileiros –, os médicos acenavam então com inédita parceria. Mais do que presumida submissão das mulheres às regras da puericultura, tal associação propunha a substituição de um tipo de maternidade leiga, guiada pelos conselhos das comadres, por outra, cientificamente orientada – em última análise, a substituição de uma cultura antiga e atrasada por outra, moderna e progressista.

Para explicar de maneira racional a interferência do aleitamento materno na mortalidade infantil, Dr. Wittrock recorria novamente à distinção hierárquica

¹² Moncorvo Filho já apresentara no 4º. Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em 1900, estatísticas de mortalidade infantil que mostravam sua elevação, de 17,77 % em 1859 para 36,4 % em 1899, sendo destas, 30% e 64%, respectivamente, devidas a doenças do aparelho digestivo.

entre os valores e subjetividades da cultura leiga, opondo-lhes abordagem técnica objetiva. Assim, lembrava às suas leitoras que as vantagens atribuídas ao leite materno não se restringiam à garantia de “carnes firmes” e “um colorido róseo da pele” – atributos do senso comum, certamente reconhecidos por qualquer mamãe –, mas asseguravam principalmente maior resistência às doenças, valorizando ainda mais a prática da amamentação. O médico garantia que a criança aleitada ao seio “nunca é acometida de perturbação nutritiva grave e qualquer infecção decorre com maior benignidade do que no pequenino artificialmente nutrido” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 101, jul. 1926).

A “íntima relação” entre infecção e nutrição era reafirmada em artigo do Dr. Octavio Gonzaga na *Revista Feminina*. Ao reforçar o caráter protetor do leite materno, o médico afirmava que “as crianças criadas naturalmente oferecem maior resistência às infecções do que as alimentadas artificialmente” (Dr. Octavio Gonzaga, “Perturbações nutritivas do lactente”, *Revista Feminina*, 154, mar. 1927). Em linguagem simultaneamente técnica e didática, o articulista sistematizava, “à luz dos modernos conhecimentos”, a classificação e as causas das perturbações nutritivas que poderiam acometer os lactentes. “Elas dependem de três fatores: a alimentação, a infecção e a constituição própria da criança.” (*Ibidem*) Retomando a metáfora biológica bastante utilizada por seus contemporâneos,¹³ Dr. Octavio Gonzaga explicava que os dois primeiros fatores seriam as sementes, enquanto o temperamento da criança constituiria o terreno onde poderia germinar a doença. Em seu esforço pedagógico, o médico continuava:

Os três fatores, abrangendo várias modalidades, podem figurar isoladamente ou conjuntamente. Temos assim:

- I. “Fatores microbianos” (infecções intestinais e para-intestinais);
- II. “Fatores alimentares” (superalimentação, hipoalimentação, má alimentação, alimentação artificial);

¹³ A saudação proferida por Eduardo Meirelles em homenagem a Moncorvo Filho na Academia Nacional de Medicina, em maio de 1919, é exemplar dessa retórica, além de demonstrar o reconhecimento e prestígio do puericultor: “Abençoado, muito abençoado seja o predestinado que, lavrando uma terra inculta, favoreceu a germinação de uma idéia, corporificada em uma instituição que, cultivando carinhosamente a criança, trabalhava pela raça e cultivava a sacrossanta imagem de sua estremecida pátria.” (*apud*. Carneiro, *op. cit.*, p. 131).

III. “Fatores individuais” (falta de higiene e cuidados, anomalias constitucionais) (Dr. Octavio Gonzaga, “Perturbações nutritivas do lactente”, *Revista Feminina*, 154, mar. 1927).

A explanação sobre as diferentes etiologias e formas de apresentação das infecções intestinais fornecida por Octavio Gonzaga na *Revista Feminina* assemelhava-se à exposição proferida por Dr. Martinho da Rocha no 1º. Congresso Brasileiro de Pediatria, em julho de 1929, e publicada em seguida no periódico *Brazil-Medico*, na qual era ressaltada “a relação entre as desordens alimentares com diarréia e as disenterias no Rio de Janeiro” (Dr. Martinho da Rocha Júnior, “Considerações clínicas sobre as disenterias bacilares no lactente e na primeira infância”, *Brasil-Medico*, 28, 13 jul. 1929, p. 1). Tal identificação entre os dois trabalhos possivelmente confirmava a articulação do Dr. Gonzaga com os debates desenvolvidos no meio acadêmico, assim como sua intenção em aproximar as leitoras do universo da ciência, valorizando, por conseguinte, a atividade maternal, e em particular as práticas de alimentação infantil.

No intuito de diferenciar as suas orientações dos conselhos leigos das comadres, os médicos insistiam na complexidade do tema da alimentação infantil:

A questão da alimentação das crianças na primeira idade é uma das mais debatidas até hoje da puericultura, e em muitos casos não apresenta resultados satisfatórios, tornando-se assim um problema até certo ponto insolúvel (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, “Puericultura”, *Vida Doméstica*, 42, abr. 1923).

Nesse caso, a “solução” seria o aleitamento materno, pois, conforme o colaborador de *Vida Doméstica*, “se a criança é amamentada no seio, esta questão simplifica-se” (*Ibidem*). O que não significava, entretanto, a extinção da necessidade de vigilância por parte da mãe, como se apressou em acrescentar o articulista: “Mesmo que seja alimentada ao seio materno, é preciso não perder de vista o estado geral da criança” (*Ibidem*).

Na interpretação de Rollet-Echalier (*op. cit*, p. 74) para o contexto francês, os puericultores defendiam o aleitamento porque não sabiam de que maneira orientar a alimentação artificial, mantendo-se reticentes ou rejeitando-a como um todo homogêneo, sem levarem em conta as variações individuais. Já Apple (1987) observou que nos Estados Unidos, apesar de considerado ideal, o

aleitamento materno não era “ensinado” pelos médicos, verificando-se, na literatura sobre maternidade científica do início do século XX, certa desproporção na quantidade de informações – e também de perguntas das mulheres leitoras – sobre amamentação, em contraste com o número de dados em relação à alimentação artificial. Possivelmente esse fenômeno estava atrelado ao desenvolvimento precoce da indústria de produtos alimentícios, e à sua ampla propaganda, entre outras características peculiares da sociedade norte-americana. Na economia guiada pelo consumo e na atmosfera impregnada de idéias sobre a supremacia da ciência como instância ordenadora da sociedade, era compreensível que as práticas de alimentação infantil também fossem moldadas pela racionalidade científica. Assim, essas práticas mudariam a cada descoberta no campo da nutrição, mantendo as mães dependentes do aconselhamento dos especialistas (Apple, 1987; Lasch, *op. cit.*).

Outros autores enxergaram na defesa do aleitamento materno uma estratégia de manutenção da situação de subalternidade feminina ou mesmo uma modernização apenas aparente das relações de gênero, nas quais a figura do médico substituiria a do pai ou do marido, numa sociedade que vivia sob a permanência da cultura patriarcal (Besse; Wodsworth, *op. cit.*). Para Boltanski (1969), o incentivo à amamentação fez parte da proposta mais ampla da puericultura – no sentido de normatização das famílias – como missão civilizadora que visava neutralizar as diferenças sociais através da uniformização dos comportamentos, na sociedade cada vez mais permeável ao discurso médico.

Penso não ser possível analisar o conhecimento médico-científico do período em relação às regras de alimentação infantil, de forma isolada ou com base em parâmetros exteriores ou extemporâneos ao contexto local. É inegável que os médicos brasileiros do final do século XIX, assim como aqueles que assinavam os artigos das revistas femininas da década de 1920, estavam convictos da fundamentação científica de suas propostas. Os relatórios minuciosos dos estudos de Moncorvo Filho sobre a composição do leite humano, por exemplo, demonstravam – independentemente de outras motivações ou intencionalidades que lhes possam ter sido atribuídas pela historiografia¹⁴ – o

¹⁴ Dentre as interpretações do modelo médico e ideológico de Moncorvo Filho ver, entre outros, Wadsworth e Besse, já citados.

esforço do médico em comprovar cientificamente a superioridade deste leite, e sua perfeita adequação ao organismo infantil. De outro lado, mais que aparente contradição, o insistente apelo às mulheres para que amamentassem seus filhos, em simultaneidade com a ênfase nas estratégias de alimentação artificial, poderia traduzir a idéia de que o costume do aleitamento ao seio não estava tão presente, ao menos entre a população urbana.

A partir da premissa de que o abandono do aleitamento materno teria antecedido as preocupações dos médicos higienistas com o assunto, é possível interpretar a constituição do campo da puericultura também como resposta às demandas decorrentes da ampla transformação já em curso na sociedade urbana. No bojo do movimento de reformulação e revisão simultaneamente das concepções de infância, dos papéis femininos e das relações trabalhistas e sociais, os médicos assumiriam a tarefa de redefinição da maternidade em bases modernas, científicas. Ao transformarem a alimentação infantil em novo “objeto de saúde”, tomariam sobre si o encargo de normatizá-la segundo os princípios da higiene; para tanto, o primeiro passo seria afirmar seu caráter racional e expor sua complexidade.

A *Revista Feminina* explicitava a dimensão técnica do tema: “A respeito da alimentação infantil existem certas regras gerais que todas as mães devem *estudar* [grifo meu] e conhecer” (Mme. Festoyer, “A página das mães”, “Conselhos e indicações sobre higiene e alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 120, maio 1924). Assim, embora considerada como atividade natural das mulheres – definida pela própria essência feminina e inscrita na especificidade de sua estrutura corporal –, a amamentação seria submetida à racionalidade médica e explicada segundo os cânones da ciência da higiene, tornando-se alvo de processo pedagógico específico.

Os médicos que assinavam os artigos das revistas femininas dedicariam então muitas páginas à tarefa de “ensinar” às mães como e por que amamentar seus filhos, buscando afirmar-se como especialistas no assunto. Para que pudessem executar a contento a técnica da amamentação, as mães precisariam, antes de tudo, preparar seu próprio corpo, alimentando-se adequadamente. Os médicos recomendavam frutas – especialmente banana e laranja –, mate, leite, mel de abelhas, desaconselhavam molhos picantes e proibiam qualquer tipo de

bebida alcoólica (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, “Puericultura”, *Vida Doméstica*, 42, abr. 1923). Muito do insucesso da lactação era atribuído às digressões do regime preceituado, o que aumentava a responsabilidade das nutrizes. A culpa do raquitismo das crianças seria também remetida às mães que “não repousaram nem se alimentaram bem” durante o período de aleitamento. Assim como os exercícios excessivos, o uso de coletes apertados era contra-indicado para as jovens mulheres, pelo risco de, no futuro, comprometer a lactação (Dr. Barbosa Vianna, “Hominicultura”, *Vida Doméstica*, 1, mar. 1920).

A exortação a uma utilização racional e assexuada dos seios remetia diretamente à classificação proposta por Lineu para o gênero humano, a partir das mamas.¹⁵ Embora atendesse a exigências daquele momento histórico, a higienização das mamas coexistia com outras representações, ligadas aos múltiplos papéis femininos, como a erotização inspiradora da propaganda de produtos cosméticos e roupas íntimas, os quais prometiam às suas consumidoras “seios firmes”, preparados para a conquista amorosa e a sedução. Anúncio publicado na *Revista Feminina* de novembro de 1925 – mesmo exemplar em que se pregava a educação das mulheres para a maternidade e o aleitamento – defendia, por exemplo, que “o maior encanto da mulher é a plástica do seu busto”, reforçando a associação entre beleza e feminilidade. A se julgar pela repetição de anúncios desse tipo, a “beleza dos seios” parecia ser um tema que habitava o imaginário feminino (e masculino) no período, tanto quanto a amamentação...

A preocupação com a preparação da mulher para o aleitamento invadiu o campo da propaganda, com a publicação de anúncios que prescreviam leites para estimular a produção de... leite. Assim, a *Revista Feminina* que circulou em novembro de 1928 estampava, em página inteira, o desenho de uma gestante na maternidade com um copo de *Ovomaltine* nas mãos, afirmando que seguia o conselho “do médico e da enfermeira”, para garantir a secreção de leite após o parto, quando então se tornaria “uma mãe feliz”! Diferenciando-se de outros anúncios que vinculavam a felicidade feminina quase exclusivamente à aparência bela, propagandas como a do *Ovomaltine* pareciam revelar a renovação de

¹⁵ Conforme a interpretação singular de Schiebinger (1998, p. 236), a classificação do reino animal proposta por Lineu em seu *Systema naturae* – introduzindo o termo *mammalia* para distinguir a classe de animais que incluía os humanos – vinculava-se com a política de gênero da sociedade européia, ao enfatizar “quão natural era para o sexo feminino [...] amamentar e criar suas próprias crias”.

valores sociais que passara a embaralhar as fronteiras entre beleza, higiene e saúde.

Em sua seção de *Vida Doméstica* Dr. Wittrock ratificava a identificação tradicional entre mulher e beleza, conciliando-a com os interesses da higiene.

A estética e os cuidados com a conformação do seio são muitas vezes a causa fútil pela qual a mãe deixa de amamentar o pequenino; quando, pelo contrário, a *verdadeira beleza na mulher* (grifo meu) somente sobressai quando realiza o seu mais elevado ideal e se torna mãe e nutre aquele ente em cujas veias circula o seu próprio sangue (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan.1926).

Além de cuidar de sua própria alimentação, a mulher que amamentasse precisaria de suficiente descanso. Assim, não deveria dar o peito durante a noite, para poder repor suas energias despendidas e também disciplinar o lactente. “O estômago da criança bem como a mãe carinhosa necessitam igualmente de repouso noturno” (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Cuidados necessários à criança”, *Vida Doméstica*, 121, abr. 1928).

Certo colaborador da *Revista Feminina* sugeria que, “mesmo que a criança chore”, a primeira mamada fosse ministrada às seis ou sete horas da manhã, e a última, em torno das dez da noite. O articulista garantia que, seguindo esse método, “no fim de oito a quinze dias, no máximo, a criança despertará na hora exata da sua refeição, para dormir logo após” (“Noções de puericultura”, “Aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 187, dez. 1929). Da mesma forma, Dr. Wittrock lembrava às suas leitoras que “o repouso noturno é necessário à mãe e à criança” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinaamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927). Para adequar as necessidades de ambas, e ainda atender às especificidades digestivas do lactente, era estabelecido um quadro horário para as mamadas, distribuídas entre seis da manhã e nove da noite, com intervalos de três horas entre cada uma (*Ibidem*). O médico alegava haver se inspirado nos ensinamentos do “eminente pediatra prof. Fernandes Figueira”, apesar de a escola alemã de pediatria – da qual o primeiro era adepto – recomendar intervalos de quatro horas (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926).

A partir da explicação de que o bebê ingere 80% do leite nos primeiros cinco minutos, Dr. Wittrock recomendava que as mamadas nunca ultrapassassem os 15 minutos, pois o tempo excedente não implicaria aumento significativo da ingestão, mas traria o risco de provocar fissuras nos mamilos e, posteriormente, o desenvolvimento de mastite. “Em circunstância alguma deixar-se-á a criança sugar por maior espaço de tempo” (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 111, jun.1927). Os horários das mamadas deveriam ser rigorosamente observados para evitar também perturbações no lactente¹⁶ como vômitos e diarreia (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Perturbações que frequentemente se observam no lactente”, *Vida Doméstica*, 107, jan. 1927).

Como muitos pediatras contemporâneos, o Dr. Wittrock seguia os modernos ensinamentos da escola alemã de pediatria, com sua ênfase na dietética e em complexos cálculos matemáticos – o que rendeu a seus seguidores o apelido de *papistas*¹⁷ (Carneiro, *op. cit.*, p. 185). Assim, além da precisão no horário da amamentação, o médico estipulava que a avaliação da quantidade de leite ingerida deveria ser feita através de pesagens, antes e após cada mamada (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927). Esse foi também o conselho ministrado pelo pediatra à leitora Aurea Marinho Teixeira Leite, de Quati, que comprovando o uso da coluna em *Vida Doméstica* como “consultório médico”, pedia orientação sobre a constipação intestinal de sua filha. Criticando o uso popular de purgativos ou laxantes nesses casos, o médico prescrevia:

Deve amamentar a filhinha de 3 em 3 horas. A prisão de ventre mui comumente é sintoma de sub-alimentação no lactante; necessitamos, para esclarecimento, saber se o aumento de peso se faz regularmente (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 110, maio 1927).

¹⁶ Embora no original constasse “lactante”, optei por homogeneizar as referências ao bebê que mama como “lactente”. Longe de representar simples nuance semântica, a questão envolvia disputa entre os pediatras seguidores de Leonel Gonzaga – que introduzira o termo na nomenclatura pediátrica –, e de Fernandes Figueira, que preferia não distinguir as duas expressões, referindo-se indistintamente como lactante tanto à mãe quanto ao filho. Ambos os grupos aderiam, entretanto, à escola alemã de pediatria (Carneiro, *op. cit.*, p.183).

¹⁷ Enquanto a corrente de pediatria francesa – e sua conduta expectante – perdia terreno, a influência da moderna escola alemã foi se tornando hegemônica entre os pediatras brasileiros “esclarecidos”, na terceira década do século XX; no Rio de Janeiro dividia-se em duas correntes, lideradas pelo Dr. Leonel Gonzaga e Dr. Fernandes Figueira (*Ibidem*, p. 183-187).

O colaborador da *Revista Feminina* ratificava a concepção de ignorância das mães, ao criticar o “péssimo e nefasto hábito” de colocarem os filhos no seio ao primeiro esboço de choro – interpretado como fome, sem que antes se investigasse a sua “verdadeira” causa –, em virtude do risco de esta prática desencadear problemas digestivos no bebê: “É por essas razões que não se deve dar o peito todas as vezes que a criança chora, mas sim cada duas horas e meia mais ou menos, lembrando-se de que o choro nem sempre traduz fome” (“Noções de puericultura”, “Aleitamento materno”, *op.cit.*).

Quanto à duração do período de amamentação, os médicos geralmente concordavam em que este deveria se prolongar, de forma exclusiva, pelo menos até o final do sexto mês. Segundo o Dr. Alvaro Caldeira, entretanto, o aleitamento não deveria ultrapassar o terceiro mês, “época em que se esgota a reserva de ferro contida no fígado da criança, que desde então, tem necessidade imperiosa de outros alimentos” (“O perigo das farinhas na alimentação da 1ª Infância”, *Revista Feminina*, 146, jul. 1926). Para o articulista de *Vida Doméstica*, o aleitamento poderia se estender até o nono ou décimo mês, caso a criança viesse se “desenvolvendo” bem (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar. 1923). Mas não era apenas o desmame precoce que preocupava os puericultores. Certo colaborador da *Revista Feminina* criticava nas brasileiras o costume “atrasado” de amamentar seus filhos até muito tarde, “até além de um ano às vezes”, ponderando que só o leite de peito não seria suficiente para as necessidades nutricionais das crianças nessa idade (“Higiene infantil”, *Revista Feminina*, 91, dez. 1921). Dr. Octavio Gonzaga observou vários casos de aleitamento por mais de dois anos, considerando ser tal prática desnecessária: “Aproximando-se ou vencendo o marco de um ano cumpriu a mulher uma das mais tocantes missões da mãe” (Dr. Octavio Gonzaga, “Dificuldades do aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 159, ago. 1927).

6.2. ENTRE A MÃE-PRETA E A MAMADEIRA.

Função natural, missão divina, dever patriótico, fonte de felicidade ou garantia da “verdadeira beleza”. Qualquer que fosse a motivação alegada em defesa da amamentação, os médicos deparavam-se com a dura realidade do desmame, e empenhavam-se em controlá-lo e justificá-lo segundo sua racionalidade técnica. Vários foram os motivos arrolados pelos articulistas das revistas que dificultariam ou impediriam o aleitamento materno, pelo menos de forma exclusiva. Dr. Octavio Gonzaga alegava que dificuldades da criança – como aftas ou inflamações das vias respiratórias – ou da mãe – como os mamilos invertidos ou a mastite – eram passíveis de correção; apenas em poucos casos, como a tuberculose ou outras doenças maternas graves, a amamentação seria contra-indicada (Dr. Octavio Gonzaga, “Dificuldades do aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 159, ago.1927). Ao tempo em que fornecia às leitoras da *Revista Feminina* informações científicas minuciosas, o médico aproveitava para corrigir os preconceitos populares que cercavam o assunto, destacando a dificuldade de romper com a tradição.

É um erro afirmar-se que a gravidez da mãe prejudica a criança, proporcionando-lhe um “leite envenenado” como muita gente acredita. É uma crença por tal forma radicada no espírito dos leigos que se torna difícil destruí-la. Os que assim erroneamente pensam podem mostrar-se vencidos mas não convencidos diante de todas as explicações médicas. Aliás o espírito das pessoas simples é mais complicado do que se imagina, principalmente em se tratando de certas crenças, das quais dificilmente se despojam (Dr. Octavio Gonzaga, “Dificuldades do aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 159, ago. 1927).

Segundo o Dr. Octavio Gonzaga, “todos os autores estão de acordo que é excepcional o número de mulheres que não podem aleitar.” (Dr. Octavio Gonzaga, “Dificuldades do aleitamento materno”, *Revista Feminina*, 159, ago. 1927). O médico reconhecia entretanto a existência, embora rara, do “apoio retardado” ou de uma “insuficiência orgânica das glândulas mamárias”, mesmo em mulheres de aparência forte – mostrando o esforço de prover uma explicação racional para um fenômeno cultural. Já outro colaborador de *Vida Doméstica*,

embora ponderasse que “o leite materno seja insubstituível”, recomendava o aleitamento misto no caso das “mães fracas” ou “de leite insuficiente” (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar. 1923). Para o Dr. Gonzaga, o aleitamento misto seria necessário “nos casos de deficiência do leite materno, na criação dos gêmeos, ou quando a mãe, forçada por suas ocupações, é obrigada a passar o dia fora do lar” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926). O médico insistia, entretanto, na importância de manter o aleitamento materno mesmo que parcial, uma vez que o leite humano teria a capacidade de “maternalizar” o leite de vaca, enriquecendo-o. “Uma gota de sangue contém uma quantidade preciosa de substâncias; iguais tesouros encerra uma gota de leite de mulher. (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

Os médicos concordavam em que o aleitamento misto oferecia a vantagem de preparar o organismo infantil para o desmame, evitando a interrupção brusca da amamentação (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar. 1923). No entanto o procedimento tinha por desvantagem provocar na criança a recusa ao seio, uma vez que a sucção da mamadeira exigia menor esforço que a do bico do peito; tal circunstância inspirou Dr. Octavio Gonzaga a qualificar a mamadeira como “o maior inimigo do seio” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

No caso de leite “fraco” ou insuficiente, os puericultores não pareciam ter muito a acrescentar além das críticas aos erros e preconceitos. Dentre as estratégias popularmente usadas para aumentar a produção de leite pelas mães, algumas foram incorporadas pela publicidade, retraduzidas, e submetidas à legitimação médica. O anúncio da cerveja “Cabeça de cachorro”, veiculado na *Revista Feminina* de abril de 1921, era exemplar dessa interação de indústria, ciência e tradição: “Mães, amamentai vossos filhos. Se não podeis fazê-lo, bebei às refeições um copo de *Nip* (sic)... Recomendada pelos médicos.” Outro exemplo foi o anúncio do “lactífero *Bergamo*”, na *Revista Feminina* de junho de 1920, o qual, para convencer as leitoras, se apropriou tanto do conceito popular de “leite fraco” como da linguagem médica. Assim, após lembrar inicialmente que o

primeiro dever das mães era “criar seu próprio filho ao seio”, prometia “aumentar a secreção das glândulas mamárias”, conforme atestado em documento assinado pelo Dr. Ismael Bresser. Já sob o expressivo título “A ciência da maternidade”, as pastilhas *Malcom Tricalsic* – como já comentado anteriormente – eram apregoadas pela *Revista Feminina* por seus potenciais benefícios na produção do leite de peito, que tornavam “abundante, grosso, gorduroso e opulento”.

Em seu combate permanente às “crendices” e hábitos “antigos”, Dr. Wittrock não poupava as poções e fortificantes que prometiam aumentar e “enriquecer” o leite materno – as quais afirmava terem efeito “ilusório” – e garantia a sucção como única forma eficaz para estimular a lactação (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926). O médico estendia sua crítica aos excessos cometidos pela publicidade – inclusive o anúncio de drogas *lactagogas* –, insistindo em que as crianças deveriam mamar apenas no peito, cabendo às suas mães ignorar “o criminoso reclame: único que substitui o leite materno” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925).

Ainda que insistissem na superioridade do aleitamento materno, os médicos pareciam render-se à evidência de que as mães já recorriam habitualmente à alimentação artificial.

Em verdade as diferenças vitais persistirão sempre: a célula nutrida com o leite de vaca não será a mesma que a célula nutrida com o leite humano. O artificial por mais perfeito que se revele nunca substituirá o natural que, nas insuficiências da vida, somos obrigados a aceitar (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

Os médicos buscavam então, com o arsenal técnico de que dispunham, estratégias para reduzir os riscos dessa prática. O Dr. Octavio Gonzaga constatava a dificuldade da empreitada: “Criar com sucesso crianças sem o socorro do seio constitui uma verdadeira arte para cujo exercício faltam geralmente bons artistas” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

A comunidade médica divergia quanto à melhor opção diante da impossibilidade de amamentação: se as mães deveriam recorrer às amas ou à alimentação por mamadeira. O colaborador de *Vida Doméstica* era categórico:

Dentre dois meios, é certamente preferível o aleitamento por meio das amas de leite, que podem substituir as mães quando preenchem certas condições (...) e se submeta ao exame médico (...) Quando por qualquer circunstância, não é possível a alimentação da criança no seio materno ou por uma boa ama, não há outro remédio senão lançar-se mão da alimentação artificial por meio de leite de vaca, de cabra, ou de outros preparados para esse fim (“Como se criam filhos”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 46, 15 jun. 1923).

A mesma opinião foi endossada pelo Dr. Barros Vianna: “Quando motivos de força maior tornarem impossível o aleitamento materno, é de preferência às amas que devemos recorrer” (Dr. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, “Aleitamento mercenário”, *Revista Feminina*, 130, mar. 1925). Ressaltando que “é ao clínico consciencioso que compete a sua escolha”, o médico dedicou duas páginas de seu artigo a descrever os parâmetros necessários à seleção de uma boa ama, especificando detalhes como idade, peso, aspecto e tamanho das mamas, e outros inúmeros atributos físicos e de temperamento. O discurso do Dr. Barros Vianna parecia atender a duplo objetivo: desqualificar os critérios “populares” de escolha da ama, substituindo-os por outros, racionais, e ao mesmo tempo contribuir para a introdução do aleitamento numa dimensão técnica, valorizando-o, e tornando-o objeto de aconselhamento e supervisão médica.

A cor dos cabelos não tem a importância que se lhes atribui, e, na prática, pouco importa que seja loura ou morena, apesar das análises demonstrarem que o leite das primeiras é mais rico em gordura e açúcar e mais pobre em caseína que o das últimas (*Ibidem*).

A preocupação com doenças acusadas de provocar a degeneração da raça, como a sífilis, justificavam a proposta do médico de examinar sistematicamente os filhos das amas e, por precaução, só autorizar que fosse ministrado ao recém-nascido “leite de mais de nove semanas”. O “regime de vida” das amas também deveria ser rigorosamente controlado, não apenas pelo perigo

de transmissão de vícios ou taras aos lactentes, como também para evitar alterações qualitativas ou quantitativas da secreção láctea (*Ibidem*). Dr. Wittrock concedia que a escolha de uma “ama sadia” se justificava quando “por um motivo justo” a mãe não pudesse amamentar. Embora concordasse com a necessidade da inspeção médica – visando sobretudo ao controle da tuberculose, da sífilis e das doenças de pele –, o médico defendia, entretanto, que o critério mais eficaz de avaliação da qualidade do leite da ama seria o estado nutricional do próprio filho desta (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 104, out. 1926). Para além das recomendações médicas, a permanência do costume de recorrer às amas-de-leite tornava-se visível na fotografia que ilustrava a coluna do Dr. Wittrock, em junho de 1927, cuja legenda apresentava o nome do bebê, seguido da observação: “gozando dos carinhos da mãe-preta” (*Idem*, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, “O aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927) (Figura 17).

A propaganda também parecia ter incorporado as amas-de-leite à condição de objeto de suas investidas, como exemplificado pelo anúncio de junho de 1925 em *Vida Doméstica*: “As crianças de peito cujas mães ou amas se tonificam com o vinho biogênico de *Giffoni* aumentam de peso e ficam belas, robustas e desenvolvidas.”

Reflexo da falta de consenso dos médicos – e possivelmente da sociedade como um todo – sobre o assunto, em diversas matérias das revistas femininas o leite de vaca aparecia como opção preferencial na substituição do aleitamento materno.

Coisa séria que deveria preocupar o espírito de uma mãe de família é a alimentação das crianças. Deve-se-lhes dar, de preferência, quando se as priva do leite materno por escassez ou enfermidade das mães, (...) leites industrializados, que se devem ministrar dos mais puros, *sob fiscalização médica* [grifo meu] (“Conselhos de Dulce”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927).

Os puericultores mantinham concordância, entretanto, quanto à necessidade da orientação médica para a alimentação artificial, alegando que mesmo os alimentos mais adequados poderiam ser perigosos se não fossem utilizados corretamente. Conforme seu estilo, Dr. Wittrock ponderava que toda

mãe amamentaria seu filho “se tivesse consciência dos perigos a que expõe o ente querido entregando-o a uma alimentação artificial”. Seu alarme se justificava através da afirmação de que “um terço das crianças sujeitas a essa alimentação inconveniente perece no primeiro ano” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Aleitamento materno”, *Vida Doméstica*, 96, jan. 1926). Dr. Octavio Gonzaga preferia destacar a complexidade do aleitamento artificial, garantindo às leitoras da *Revista Feminina* que “para nutrir uma criança com o leite de vaca é preciso estudar os pontos essenciais de suas diferenças químicas com o leite humano” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926). Constatando a dificuldade de químicos e biólogos em estabelecer “a quantidade justa de cada fator alimentar necessário ao crescimento da criança”, o médico reconhecia:

A diversidade das opiniões médicas... (que) revela-se neste particular de um modo surpreendente (...) surgem teorias que se chocam e que se anulam. Os vários constituintes do leite são focalizados por várias escolas que arregimentam proselitos (sic), presumindo-se cada qual de posse da verdade. O que ontem foi dogma, é hoje heresia; o que é dogma hoje será provavelmente heresia amanhã... (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

Os mingaus e papas de farinha já vinham sendo habitualmente usados pelas mães como substitutos do leite de peito; caberia aos médicos agregar ao costume a justificativa científica:

Com efeito, as papas e mingaus feitos com certa classe de farinhas enriquecem a ração alimentícia, facilitando, ao mesmo tempo a digestibilidade do leite de vaca, porque o amido que elas contem, coagula esse leite sob a forma de finíssimos flóculos, semelhantes aos que se formam com o leite materno (Dr. Roca Puig, “A época do desmamar”, *Revista Feminina*, 186, nov. 1929).

Embora mantivessem por referência modelar o leite materno, os médicos asseguravam que, quer se tratasse de aleitamento natural ou artificial, após os seis meses os bebês necessitariam de reforço na quantidade de gorduras, hidratos de carbono, ferro e sais minerais, o que poderia ser obtido pelo acréscimo de “uma boa farinha” (“Conselhos úteis às mães”, *Vida Doméstica*, 20,

out. 1921). Dr. Roca Puig reconhecia o acerto da tradição: “Esta verdade científica está hoje, felizmente no domínio público e é a razão pela qual as mães tem o hábito de empregar mingaus farináceos na alimentação de seus filhinhos.”

JUNHO - 1927

VIDA DOMESTICA
Revista do Lar e da Mulher

A grande mortalidade de creanças que semanalmente nos indica o registro do obituario é devido a perturbações do aparelho digestivo. Dentre estes infelizes, nove decimos são representados por creanças artificialmente alimentadas, (leite de vacca, farinhas, leite condensado) enquanto que, aquellas que tomam leite materno, contribuem apenas com um pequeno contingente.

O leite de mulher é o unico alimento proprio para a creança, nos primeiros mezes de vida; elle tem certos segredos de composição, a que são devidos os seus maravilhosos resultados e que jámais podem ser alcançados com outro leite, ainda que se procure adaptal-o, seguindo processos os mais scientificos. Toda a mulher que amamenta cumpre um dever sagrado que a maternidade lhe impõe e livra o ente querido de uma série de perigos.

A creança será collocada ao seio, de 3 em 3 horas, seguindo o seguinte horario:

6 h. — 9 h. —
12 h. — 15 h. —
18 h. — 21 h. —

O repouso nocturno é necessario á mãe e á creança. A duração de cada mamada será de 15 minutos; em circumstancia alguma deixar-se-á a creança sugar por maior espaço de tempo. A experiencia tem demonstrado que o lactante ingere 80 % do leite nos primeiros cinco minutos, enquanto que, nos cinco minutos que se seguem, as quantidades são reduzidas, sendo infimas no espaço que resta para completar o quarto de hora. Na sucção demasiadamente prolongada a mamilla facilmente fica mascerada pela saliva, apresentando lesões, chamadas fissuras, que não só tornam dolorosa a sucção, como pôdem ser a porta de entrada de microbios causadores de mastite (inflammação do seio, com suppuração consecutiva).

As quantidades ingeridas serão avaliadas, pesando-se a creança antes e depois de mamar; a differença nos indicará o numero de grammas de leite tomado. Repetindo-se esse processo todas as vezes, durante 24 horas, e sommando-se estas porções isoladas, devemos chegar, nos casos normaes, ao seguinte resultado:

MEDICINA DOMESTICA

ENSINAMENTOS ÁS MÃES
pelo Dr. Wittrock, especialista em doenças de crianças.
O ALEITAMENTO MATERNO



O intelligente e travesso Gustavo Adolpho, filho do distincto casal Wigando Engelke



Niña de S4 Esap, gozando dos carinhos da mãe preta.

DR. WITTRÖCK (Das Hospitales de Berlin)
Especialista em Moléstias de crianças
BRUGATANA, 22 — Das 3 ás 5 da tarde — Tel. C. 2713
HOTEL SANTA THERESA — Tel. C. 952
NOTA — Qualquer consulta sobre regimen alimentares, doenças das creanças e respectivo tratamento poderá ser dirigida para a redacção de "Vida Domestica".

Idade	1º dia	sómente ché com saccharina	Quantidade de leite, marmado em 24 horas
2º "	"	90 gr.	
3º "	"	190 "	
4º "	"	310 "	
5º "	"	350 "	
6º "	"	390 "	
7º "	"	470 "	
2ª semana		500 "	
3ª "		550 "	
4ª "		600 "	
5ª "		650 "	
6ª "		700 "	
7ª "		750 "	
8ª a 14ª semana		850 "	
14ª a 20ª "		900 "	
stabi por diante		1000 "	

Verificarão as exmas. leitoras, em muitos casos, que a quantidade de leite tomado não atinge ao algarismo que corresponde á idade da creança. Neste caso, estas geralmente, augmentam pouco de peso, são inquietas, choram muito, o somno é irregular; acresce ainda a prisão de ventre (symptoma muito precoce).

Trata-se de signaes typicos de sub-alimentação (fome). Em minha clinica sou innumeradas vezes consultado em taes casos, observando sempre o mesmo erro, isto é, o emprego de purgativos, que vêm ainda agravar o mal e contribuir para accentuar o estado de enfraquecimento da creança. O que cumpre, pois fazer?. A maneira mais racional de intervir em taes casos, consiste em substituir o numero de grammas de leite que a creança mama a menos, por leite de uma outra mulher. Infelizmente não existe sempre á disposição tão optimo recurso, sendo-se forçado a recorrer a uma alimentação mixta: dá-se á creança immediatamente apoz ao seio, uma marmadeira com leite de vacca, cosimento de aveia e assucar, em quantidade tal que conjunctamente com o leite de mulher complete o numero de grammas correspondente á idade. Seja, por exemplo, uma creança de 3 mezes, que marna nas 24 horas, apenas, 500 grammas; ella deveria tomar 850 gr., faltando por conseguinte, 350 gr., diariamente, que serão substituidas por 250 gr. de leite de vacca, 100 gr. de cosimento de aveia e uma colher das de sopa de assucar.

Esta mistura será dividida em 6 mamadeiras de cerca de 60 gr., administradas immediatamente depois do seio.

RESPOSTA AS CONSULTAS

María Ferreira — Nietheroy — Contra a prisão de ventre da filha de 2 mezes, dá o seguinte: Extracção de malta 3 colheres das de ché, diariamente. Dissolve em 1/2 copo d'agua; dá nos intervallos das refeições.

Figura 17.

Mãe-preta, *Vida Doméstica*, 111, jun.1927. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

Assim como seus colegas, o médico criticava, entretanto, as fórmulas caseiras, responsabilizando-as pelos transtornos digestivos tão comuns nas crianças. Duas principais dificuldades eram apontadas na elaboração dos mingaus farináceos. A primeira seria encontrar, nas cidades, um leite de vaca fresco de qualidade. O segundo desafio seria estabelecer o tipo e a proporção ideal de farinha a ser acrescentada ao leite de forma a suprir as necessidades nutricionais das crianças.

O “perigo das farinhas” na alimentação infantil foi objeto de muitas matérias das revistas femininas, que alertavam sobre seu mau uso, baseado em crendices e preconceitos difundidos pelas avós, vizinhas e comadres, ou em informações errôneas fornecidas pela publicidade inescrupulosa¹⁸.

Na verdade, o corpo médico há muito tempo manifestou a respeito dos mingaus farináceos uma certa desconfiança, desconfiança justificada aliás quando se trata de mingaus ordinários, preparados de qualquer modo e dosados ao sabor da fantasia materna (“Os mingaus farináceos considerados como alimentos das crianças de tenra idade”, *Revista Feminina*, 175, dez. 1928).

No desejo de orientar cientificamente suas leitoras, bem como no interesse das “futuras gerações” –, a *Revista Feminina* publicou longa reportagem transcrita do jornal “A Noite”, na qual o Dr. Alvaro Caldeira – à ocasião chefe das clínicas infantis do Hospital Pró-Matre e do Abrigo da Infância do Rio de Janeiro – tecia considerações sobre o assunto (“O perigo das farinhas na alimentação da 1ª Infância”, *Revista Feminina*, 146, jul. 1926). Mostrando-se preocupado com o crescente aumento da fabricação de farinhas alimentícias e “dos reclamos espetaculosos” que acabavam convencendo “as mães inexperientes” ao seu uso freqüentemente abusivo, o médico alertava sobre os riscos de diarreia, constipação ou “distrofia farinácea de Czerny”, que poderiam conduzir a estados mais graves de desnutrição, como a “atrepsia de Parrot” (*Ibidem*). Para reforçar a diferenciação entre a sua orientação técnica e os costumes guiados pelo senso comum, o médico fazia referências aos trabalhos de pediatras alemães e franceses de fama consagrada, como Czerny, Keller e Marfan (*Ibidem*). O recurso

¹⁸ Os anúncios de farinha dos primeiros anos da década de 1920 enfatizavam qualidades como o sabor e a promessa de aumento de peso, sendo indicados indistintamente para crianças, gestantes, convalescentes ou pessoas “fracas” de modo geral.

dos articulistas à legitimidade conferida pelo prestígio de cientistas e pesquisadores mostrava-se em sintonia com a mentalidade da época, sendo inclusive explorado pela publicidade, sob a forma de anúncios testemunhais. A propaganda habitualmente invocava de forma simultânea, na promoção dos seus produtos alimentícios infantis, tanto a composição química das fórmulas quanto o nome de médicos ou pesquisadores, contribuindo para que as mulheres compartilhassem do prestígio da ciência.¹⁹

Dr. Moncorvo Filho também afirmava haver recorrido aos “conselhos dos mais prolectos cientistas como Budin, Marfan” e outros, para fundamentar a criação do serviço *A Gota de Leite* em seu Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Conforme assegurou o médico na entrevista concedida ao *Correio da Manhã*, a distribuição de leite na instituição seguia “a orientação dos estabelecimentos mais adiantados do velho continente, como a do Dispensário de *Belleville* do eminente pediatra Dr. Variot” (Dr. Moncorvo Filho, “A Gota de Leite da Assistência à Infância do Rio de Janeiro”, *Correio da Manhã*, 9 out. 1905, p. 3).

Dr. Álvaro Caldeira parecia repetir a atitude de outros médicos, ao isentar as mães da culpa exclusiva pelo uso intempestivo das farinhas alimentícias, considerando essa prática como parte integrante de uma cultura antiga e atrasada, que necessitava ser substituída com a ajuda da ciência. Compreendendo que as mães agiam no único propósito de “melhorar a saúde de seus filhinhos, cujo desenvolvimento não se faz normalmente”, o médico mostrava-se condescendente: “Inconscientes do mal que lhes podem causar essas farinhas, e satisfeitas com o rápido aumento de peso das crianças, abusam de tais alimentos” (“O perigo das farinhas na alimentação da 1ª Infância”, *Revista Feminina*, 146, jul. 1926). Dessa forma, Dr. Álvaro Caldeira colocava-se a seu lado na defesa do mesmo objetivo – ajudá-las a superar os ditames do senso comum na alimentação infantil; para tanto, alertava-as do perigo de um regime inapropriado e oferecia seu aconselhamento técnico, alinhavando a relação de parceria em torno dos princípios científicos da moderna nutrição:

¹⁹ Apple (1987) observou que Liebig privilegiou o uso do próprio nome – e a autoridade científica nele embutida –, mais que as informações sobre as propriedades químicas do produto, para vender sua fórmula infantil.

O que as mães devem fazer quando seus filhos não prosperam é, antes da mudança de alimento, *procurar um médico especialista* (grifo meu), que verifique as faltas existentes na alimentação, e aconselhe uma, adequada à idade e às condições de saúde da criança (*Ibidem*).

Com insistência na necessidade de os mingaus oferecidos às crianças serem preparados “certa e cientificamente”, Dr. Roca Puig endossava a percepção dos puericultores sobre o assunto:

Abandonem-se radicalmente receitas de comadres e produtos comerciais elaborados unicamente com um fim especulativo, pela fama conquistada com justiça por produtos reconhecidos e aprovados pela classe médica” (Dr. Roca Puig, *op. cit.*).

A ênfase na determinação da proporção exata de farinha a ser acrescentada ao leite dissipava qualquer semelhança entre os artigos das revistas femininas – e em especial dos guias de puericultura destinados às mães – e os manuais de culinária, ainda que o principal conteúdo dos primeiros fosse constituído por receitas de sopas e mingaus. Mesmo se havia discordâncias quanto aos tipos e quantidades de ingredientes, era perceptível o esforço de justificação científica empreendido pelos médicos. O empenho destes em alcançar resultados positivos quanto ao crescimento dos bebês, buscando consolidar a associação entre alimentação e saúde, evidenciava-se na repetição: “A base da saúde é a nutrição (“Higiene Infantil”, Revista Feminina, 91, dez. 1921).

Tal relação ganharia visibilidade também na propaganda, como a da farinha de aveia, na *Revista Feminina* de dezembro de 1928: “*Quacker*, o alimento que dá saúde.” Explorando a idéia do alimento como fonte de robustez – e por conseguinte, de saúde –, os anúncios confundiam seu poder com o dos remédios, o que contribuía para justificar a inclusão dos médicos como autoridade legitimadora na publicidade dos produtos alimentícios, sobretudo as fórmulas lácteas. No que concerne aos anúncios testemunhais, a chancela médica muitas vezes era individualizada, citando-se inclusive o nome – e eventualmente a fotografia – da criança que consumira o produto aconselhado, e os (bons) resultados obtidos (Brites, 2000a, p. 254). Essa estratégia possivelmente refletia – e ao mesmo tempo fortalecia – o crescimento progressivo do prestígio e da

inserção social dos médicos puericultores como especialistas em alimentação infantil. E oferecia às mulheres que aderissem aos princípios técnicos preconizados a possibilidade de compartilhar do prestígio da ciência, elevando seu *status* na sociedade. Doravante, em vez de procurarem se informar com as comadres ou com a literatura “leiga” a respeito da alimentação de seus filhos, as mães seriam incentivadas a solicitar uma prescrição médica de fórmula láctea.

Se o problema das farinhas incidia mais sobre seu uso abusivo, quando se tratava do leite, os médicos afirmavam em uníssono a dificuldade de encontrar, ao menos na capital, um produto de qualidade e sem adulteração. Contrariando costumes “antigos” de utilização de leite de égua ou de jumenta, Dr. Octavio Gonzaga era taxativo: “O leite de vaca é universalmente considerado como a base da alimentação artificial da criança” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926). Ao lembrar que “o seu uso data de tempos imemoriais”,²⁰ o médico ressaltava como principal vantagem do leite de vaca a simplicidade: “Qualquer mãe, por mais ignorante que seja, pode ser facilmente ensinada a preparar misturas de leite, água e açúcar” (Dr. Octavio Gonzaga, “Higiene infantil”, “O leite de vaca na alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 160, set. 1927). Para o Dr. Wittrock, o substituto mais racional do leite materno seria o leite de vaca fresco, “de boa procedência”, ligeiramente fervido, ao qual se acrescentaria farináceo e açúcar (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925). Mas embora concordando com a concepção da superioridade do leite de vaca sobre o de outros animais, um colaborador de *Vida Doméstica* lamentava: “as vacas quando não são tuberculosas ou sofrem de algum outro mal, pelo menos permanecem quase imóveis nos estábulos com prejuízo do seu leite” (“Como se criam filhos”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 46, 15 jun. 1923). Na falta do leite fresco e puro, o articulista indicava então o leite condensado,²¹ ou os “produtos

²⁰ Rea (1990, p. 241) aponta os primeiros registros da prática de substituição do leite materno por outro leite animal, no ano de 888 aC. O leite de vaca teria sido recomendado como substituto ao leite materno, de forma pioneira, pelo inglês Underwood em 1784, mas o marco referencial do discurso em sua defesa seria a descoberta, em 1838, de que era mais rico em proteínas do que o leite materno.

²¹ O estabelecimento de uma técnica para produção de leite condensado, em 1856, facilitando sua conservação, abriu as portas para que o suíço Henri Nestlé passasse a fabricar uma mistura farinácea que chamou de “farinha láctea”, e em 1878 a Nestlé começasse a vender o leite condensado enlatado (Rea, *op.cit.*, p. 242).

humanizados, maternizados, etc.”²² (“Como se criam filhos”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 46, 15 jun.1923).

As críticas ao leite de vaca disponível nas grandes cidades brasileiras eram fundamentadas pelos articulistas em análises químicas e bacteriológicas. Dr. Barros Vianna citou estudo publicado em *O Jornal*, no qual se pontificava sobre a má qualidade do leite fornecido à capital, além da análise do leite de vaca apresentada no “Livro das Mães” do Dr. Fernandes Figueira, onde este revelava ter encontrado micróbios que tornavam impróprio o consumo do produto. A inspeção de leite e laticínios já acontecia, mesmo que precariamente, em várias cidades brasileiras, desde março de 1921, quando foi criada a Seção de Leite e Derivados, ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e dirigida pelo Dr. Aleixo de Vasconcellos²³. Para comprovar a importância da fiscalização, Dr. Barros Vianna ressaltava que nas regiões onde havia mais oferta de leite – e portanto este não precisaria ser adulterado – a mortalidade infantil era menor (Dr. Barros Vianna, “Proteção à Infância” (cont.), *Revista Feminina*, 103, dez. 1922). Compartilhando da mesma preocupação, Dr. Wittrock louvou, em sua coluna de *Vida Doméstica*, a iniciativa da direção de Saúde Pública e da Inspeção de Higiene Infantil do Rio de Janeiro, que prometia “para breve” a certificação do leite distribuído na capital (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Alimentação artificial”, *Vida Doméstica*, 118, jan. 1928).

Em coerência com sua convicção a respeito da superioridade do leite materno, mas adaptando-a à evidência da sua substituição pela alimentação artificial, os médicos empenhavam-se em ensinar às mães como reduzir os riscos dessa prática. Dr. Octavio Gonzaga garantia que “com todas as suas falhas e traições o leite de vaca bem manejado é um grande recurso nos apuros da alimentação infantil [...]” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926), embora ponderasse que “pondo de lado o tratamento

²² A maternização do leite de vaca – que para o Dr. Marfan implicava diluição e adoçagem – visava aproximá-lo do leite humano, não apenas na composição, como também no paladar. Em torno de 1900, a indústria começou a se interessar pelo processo de maternização do leite (Rollet-Echalier, *op.cit.*, p. 174).

²³ Médico pediatra, legista e perito químico, Dr. Aleixo Nóbrega de Vasconcellos (1884-1961) considerava que o maior problema em relação ao leite de vaca residia na ignorância dos produtores, comerciantes e consumidores. Associando diretamente leite e infância, o médico recomendava que as mães economizassem dinheiro em outras coisas que não o leite, o qual preconizava como o “principal alimento” para as crianças (Stancik, 2005, p. 57).

pelo leite humano, todos os outros são incertos” (*Idem*, “Higiene infantil”, “O leite de vaca na alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 160, set. 1927). De fato, havia enorme variabilidade na prescrição do leite de vaca, em virtude do preconceito ou do desconhecimento dos pediatras clínicos do período.²⁴ Assim, enquanto Dr. Olinto de Oliveira sugeria, na Primeira Conferência do Leite, realizada em 1925, o uso de leite esterilizado ou com conservantes, Dr. Aleixo de Vasconcellos considerava tal receita um verdadeiro “veneno” (*Ibidem*).

Dr. Octavio Gonzaga explicava às leitoras da *Revista Feminina* que para melhorar a digestibilidade do leite de vaca – que continha “oito vezes mais ácidos graxos” que o leite humano – estas deviam conservá-lo em repouso antes do uso, no objetivo de estabelecer “uma diferença sensível entre o leite da superfície e o do fundo da vasilha, aquele com 24% de gordura e este com até 4%” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926). Conciliando e simultaneamente demarcando a distinção entre o senso comum e a racionalidade científica, o médico acrescentava:

E não foi apenas para contentar ao paladar que a sabedoria popular adicionou o açúcar ao leite de vaca, senão para corrigir a desproporção que existe entre os dois produtos, o leite humano com a porcentagem de 7,00% de açúcar e o leite de vaca apenas com 4,5% (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

O pediatra destacava a facilidade que o leite de vaca “modificado” oferecia à clínica pediátrica, na medida em que permitia aos médicos “receitar [grifo meu], por assim dizer o leite, *prescrevendo* (grifo meu) as percentagens dos elementos necessários às rações alimentares” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

E tais desdobramentos tornam o leite de vaca um recurso essencialmente maleável na alimentação infantil, adaptando-se às diversas necessidades individuais (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

²⁴ Tal situação inspirou Dr. Aleixo de Vasconcellos a publicar, a partir de agosto de 1922, a revista *Leite e Lactínicos*, no objetivo de difundir os conhecimentos científicos produzidos pela pesquisa e experimentação em relação ao leite (Stancik, *op. cit.*).

Para justificar a necessidade de personalização da prescrição da alimentação infantil, o médico lembrava que não era suficiente atentar para a composição percentual da fórmula e seu valor calórico, mas considerar também as condições individuais de cada criança. “Duas crianças da mesma idade podem ter desenvolvimento diferente e por conseguinte não podem ser alimentadas do mesmo modo” (Dr. Octavio Gonzaga, “Higiene infantil”, “O leite de vaca na alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 160, set. 1927). Embora as matérias das revistas femininas concordassem em que a alimentação infantil deveria ser individualizada conforme recomendação médica, muitas vezes agregavam-se ao texto receitas e fórmulas lácteas, com os ingredientes e o modo de preparo minuciosamente detalhados. Distintamente de um “manual culinário”, entretanto, tais receitas forneciam as informações técnicas que as justificavam.

Mingau d'água e farinha – Cerca de 30 gramas de farinha de maisena²⁵, arroz, aveia, são misturados com 200 gr. d'água e fervidos durante ½ hora. É necessário adicionar durante a fervura a água evaporada. (...) *Mingau com caseína* – Ao mingau acima acrescenta-se 5 a 10 gramas de Plasmon ou Larosan (...) Os mingaus d'água, assim como esse último, são ótimos nos casos de infecção intestinal, tendo o caseinato a vantagem sobre o primeiro de possuir ação anti-diarreica (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 109, abr. 1927).

Se as intervenções dietéticas elevavam o prestígio dos seus praticantes no interior da própria classe médica, de outro lado, ao seguir a orientação técnica, as mães se habilitavam a aplicar os avanços da ciência na criação dos seus filhos, transformando as práticas de alimentação em práticas de nutrição e, em última análise, valorizando a própria maternidade. De fato, com as sucessivas pesquisas no campo da dietética e, sobretudo, com a crescente incorporação da corrente pediátrica norte-americana, a alimentação infantil passou a constituir quase que um campo científico específico, alçada à posição de “pedra angular” da puericultura. Conforme o depoimento do pediatra Walter Telles, tratava-se de:

(...) uma espécie de jardim fechado, através de cujas grades espiavam os não-iniciados, com um misto de curiosidade, desprezo e inveja,

²⁵ A *maisena* chegou ao Brasil em 1889, importada dos Estados Unidos; em 1930 seria instalada a primeira fábrica no país (Limeira, 2006, p. 13).

pasmando para a complexidade das misturas e o nunca acabar de cálculos matemáticos, mercê dos quais alimentávamos a convicção sincera de estar conduzindo a bom termo a orientação nutricional do lactente (*apud* Carneiro, *op. cit.*, p. 184-185).

Visto que, apesar de nutritivo, o leite de vaca era impuro e de difícil digestão, “o corpo médico e sábio propôs diferentes soluções” (“Os mingaus farináceos considerados como alimentos das crianças de tenra idade”, *Revista Feminina*, 175, dez. 1928). A principal solução foi a maltagem, que serviria para solubilizar parcialmente o amido e combater o pior defeito dos mingaus – sua má digestibilidade. Apoderando-se dessa descoberta, a indústria passaria a fabricar as farinhas maltadas, e em seguida as farinhas lácteas que, segundo colaborador da *Revista Feminina*, “se impõem como particularmente úteis” na alimentação infantil (“Os mingaus farináceos considerados como alimentos das crianças de tenra idade”, *Revista Feminina*, 175, dez. 1928).

Roca Puig foi um dos pediatras a preconizar o uso da farinha láctea maltada da Nestlé. Para caracterizar a superioridade dos produtos industrializados, Puig explicava que à fórmula originalmente produzida por Henri Nestlé, o biólogo norueguês Dr. A. Backe acrescentara extratos concentrados de vitaminas A e D, “preciosos e indispensáveis elementos, cuja adição está também fora do alcance das preparações caseiras” (Dr. Roca Puig, *op. cit.*). A principal vantagem da farinha láctea seria sua comodidade, além do fato de ser apropriada para bebês desde a mais tenra idade. O articulista da *Revista Feminina* assegurava que “a experiência e o trabalho de numerosos pediatras provam” a segurança da utilização do produto, uma vez ao dia, para crianças de três ou quatro meses (“Os mingaus farináceos considerados como alimentos das crianças de tenra idade”, *Revista Feminina*, 175, dez. 1928).

Já Dr. Octavio Gonzaga preferia valorizar os progressos em torno da alimentação artificial trazidos pela pediatria norte-americana, a qual em seu ponto de vista suplantara os alemães na investigação bioquímica, inserindo um conjunto de modificações no leite de vaca de modo a torná-lo um produto alimentar adequado ao largo consumo. O médico exaltava em particular o “leite de laboratório”, que permitia ao pediatra prescrever um alimento adaptado às necessidades individuais das crianças. Mas após longa e detalhada análise

comparativa entre os inúmeros elementos componentes do leite de peito e do leite de vaca, Dr. Gonzaga concluía: “qualquer que seja o grau de perfeição que atinja o aleitamento artificial”, ele jamais substituiria o leite natural (Dr. Roca Puig, *op. cit.*).

Os debates em torno da “fórmula” láctea mais adequada acompanharam a expansão da oferta industrial nas primeiras décadas do século XX, e a progressiva substituição da propaganda dos leites condensados e evaporados pela das “fórmulas” infantis.²⁶ Mas em aparente contradição com o conteúdo das matérias escritas pelos médicos, com explicações minuciosas e trabalhosas sobre a maneira de preparar as fórmulas lácteas, a publicidade do leite de vaca explorava sua praticidade e versatilidade. Anúncios de página inteira informavam às leitoras da *Revista Feminina*, por exemplo, que o leite *Vigor* poderia ser encontrado em três modalidades de apresentação: condensado, higienizado e em pó (Além de atender à nutrição das crianças, o leite *Vigor* se destinaria à alimentação de “convalescentes, fracos e mães que amamentam” (*Revista Feminina*, 79, dez.1920).

Conforme assinalado por Apple (1987), os médicos pareciam manter em relação aos alimentos infantis interesses concomitantemente humanitários, econômicos e de prestígio. Assim, era comum encontrar matérias que, embora se iniciassem com a afirmação da superioridade do aleitamento materno, em seqüência apresentavam prescrições de fórmulas lácteas, exaltando seu potencial nutritivo. Além dos inúmeros testemunhos de pais satisfeitos com os resultados obtidos com o produto da *Nestlé* – “comprovados” sempre pela foto de um bebê gorducho que os acompanhava –, muitas vezes, a propaganda de produtos industrializados compartilhava a mesma página com artigos em defesa do aleitamento materno. A aliança, apontada por Apple (*op. cit.*), entre a indústria e os médicos – em que a primeira vende, e os segundos controlam – parecia clara no anúncio da farinha de aveia *Quacker*, veiculado na edição de abril de 1928 de *Vida Doméstica*: “O médico dará a fórmula”. Talvez o exemplo mais eloqüente dessa interface tenha sido o anúncio testemunhal em que Dr. Wittrock usava o

²⁶ No Brasil, a *Nestlé* – Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares – começou a atuar no início do século XX em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos, expandindo-se na década de 1910 para a região amazônica até abrir, em 1921, sua primeira fábrica brasileira, em São Paulo (Rea, *op. cit.*).

próprio filho, Fernando Antonio, como prova da qualidade do leite *Lactogeno*, com a alegação de que a criança: “está se dando bem” com o produto.²⁷

Mas não era suficiente decidir sobre o tipo de leite mais apropriado à alimentação infantil artificial. A exata quantidade a ser administrada era considerada essencial para garantir a saúde das crianças. Mme. Festoyer apontava a necessidade de cuidado no processo de “aumento proporcional da alimentação”, aconselhando que jamais se aumentassem ao mesmo tempo a quantidade e a concentração do leite, pelo risco de “sobrevir a terrível diarréia” (Mme. Festoyer, “A página das mães”, “Conselhos e indicações sobre higiene e alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 120, maio 1924).²⁸

Dr. Octavio Gonzaga discorreu longamente na *Revista Feminina* sobre as controvérsias médicas e as “modas” na alimentação infantil, tecendo considerações sobretudo a respeito dos métodos para o cálculo do volume diário de leite a ser oferecido. Ao final de seu artigo, o médico forneceu às leitoras um método prático e simples “para calcular qualquer fórmula de leite sobre o quociente de energia”, com base na proporção de 90 gramas de leite por quilo de peso (Dr. Octavio Gonzaga, “Higiene infantil”, “O leite de vaca na alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 160, set. 1927). Já *Vida Doméstica* publicou um quadro com informações detalhadas sobre o número de mamadeiras diárias conforme a idade do bebê, a quantidade de leite por mamadeira, o intervalo entre estas – diferenciado a depender de sua administração durante o dia ou à noite – e a forma de preparo, que incluía tanto a diluição proporcional com água como a quantidade de açúcar a ser acrescentado (“Como se criam filhos”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 46, 15 jun.1923). As mães eram alertadas para o cumprimento rigoroso dessas regras, sob risco de provocarem a hiper ou hipoalimentação, insistindo-se na pesagem como critério essencial de avaliação do volume de leite administrado (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 111, jun. 1927).

Os puericultores forneciam tabelas de peso, com indicações precisas quanto às expectativas de aumento ponderal mensal, bem como fórmulas que

²⁷ O depoimento do Dr. Wittrock, acompanhado da foto do bebê, integrava anúncio da *Nestlé* de página inteira, intitulado “A salvação das crianças”, publicado em *Vida Doméstica* de outubro de 1929.

²⁸ A incursão da educadora no terreno da alimentação infantil revela como a puericultura constituía-se num campo discursivo passível de intervenções polifônicas.

permitted the mothers to calculate the adequacy of the growth of their children to the standard. A collaborator of *Vida Doméstica* highlighted the degree of responsibility of the task: "The weight of the child must regularize itself by the scale that is followed, following rigorous observations" (*Ibidem*). At the same time in which it confirmed the role of women as assistants to doctors in the accompaniment of the health of children, by providing them with the technical instruments pertinent, the journalist valued their function, approaching it to scientific practice. The vigilant action of mothers, having as reference the authorized doctors, pediatricians, would guarantee the formation of a robust infant body. "If the food is well directed, it increases weight [...], since it stations on weight or that it decreases, it is because the child is not well, and it is urgent to provide care by resorting to the doctor" ("Palavras às mães", "Como se criam filhos", "Puericultura", *op. cit.*).

The valorization of weight as a reliable indicator of children's health, and even its materialized proof, provoked the consolidation of weighing as a scientific practice and the scale as a new object of health.²⁹ The historiography demonstrated the impact of the ritual of weighing in the pioneer Consultories of Lactents in France, in which the scale acquired the *status* of privileged object.³⁰ According to the creator of this Institution, Dr. Budin, to perform a consultation of lactents was sufficient a scale, an apparatus to sterilize milk and a devoted doctor (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p. 355). The consultories of lactents would register in notebooks the weight and other information about the health of children and of their family. These "Health cards", used in a pioneer way by Dr. Jean-Baptiste Fossagrives (1823-1884) in the mid-19th century, would be progressively incorporated as a sanitary control tool by the public authorities.³¹ In the context of the first decades of the 20th century – which included high infant mortality, desire for professionalization of doctors and growing demands of the feminist movements

²⁹ A weighing of children became systematic in French maternity hospitals from 1882, and later in consultations of newborns and in dispensaries, in which the weight was noted on a card and in growth graphs (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p. 200).

³⁰ The "pediometer" created by Dr. Gastão Variot in his dispensary of Belleville was another instrument used to accompany the growth of children (*Ibidem*, p. 364).

³¹ Paul Strauss proposed, in 1897, that all children assisted by the French State receive an individual *Carnet d'élevage* (Rollet, 2003, p. 160).

– os cartões funcionaram como instrumento essencial de cooperação entre médicos e mães (Rollet, 2003, p. 145;150).

A argumentação do Dr. Wittrock em sua coluna de *Vida Doméstica* expressou de forma exemplar a centralidade da balança como ferramenta de controle da saúde da criança. Ao mesmo tempo equiparava, em termos de “tecnicidade”, a função da mãe à do médico, em virtude do emprego de um instrumento capaz de produzir informações objetivas e precisas, em substituição às avaliações “leigas” e subjetivas do crescimento infantil.³²

A balança é muito necessária, para a mãe, com o fim de orientar-se esta a respeito da quantidade de leite mamado e de seguir o desenvolvimento do pequenino; como auxiliar do médico ela é absolutamente indispensável, pois, a curva de peso permite-lhe um critério tão seguro como a da temperatura (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Desenvolvimento normal da criança”, *Vida Doméstica*, 98, abr.1926).

Além de contribuir para a identificação das perturbações nutricionais infantis, a balança ajudaria ainda os médicos no diagnóstico de possível infecção, pois esta seria “logo acompanhada de perda de peso” (*Ibidem*). Outra prova da valorização desse novo equipamento higiênico foi a inclusão da “balança de peso” entre os objetos indicados por *Vida Doméstica* na organização de “um quarto de bebê ideal”: “Com o acima referido, a criança tem tudo o que exige para a saúde, a ciência moderna” (“Os nossos filhinhos”, “Um quarto de bebê ideal”, “Balança de peso”, *Vida Doméstica*, 118, jan. 1928).

A publicidade não tardaria a aproveitar essa idéia na divulgação dos produtos alimentícios para crianças, como foi o caso do anúncio da Mellin’s Food, intitulado “Prova de Progresso”, veiculado no exemplar de *Vida Doméstica* de janeiro de 1928: “A balança vos indicará em cada semana um aumento de peso sobre o precedente, o que é um *signal certo* [grifo meu] de saúde florescente.” Apresentando-se como “o mais próximo equivalente do leite materno”, o produto explorava ainda a propalada superioridade do leite materno, para aumentar suas vendas. O mesmo alimento infantil, anunciado na *Revista Feminina* de dezembro

³² A adoção, atualmente generalizada, do Cartão da Criança – e da curva de crescimento nele inclusa, gerada pela relação peso/idade – demonstra a permanência do peso como critério essencial de saúde, e da centralidade da balança nos serviços de assistência à infância.

do mesmo ano, para reforçar a idéia do peso da criança como indício de sua saúde, apresentava, à guisa de “chamada”, a expressão: “Ui, como pesas!”

A pesagem era recomendada também no caso do aleitamento mercenário, conforme sugestão do Dr. Barros Vianna:

O petiz deverá ser pesado semanalmente a fim de nos orientarmos sobre as vantagens obtidas. Sempre que o peso do bebê estacionar e os exames do leite e da ama nada justificarem, apesar da rigorosa observância das regras do aleitamento, antes de mudar de ama, convém submetê-lo a um exame médico, pois muitas vezes a causa reside na própria criança (Dr. Barros Vianna, “Noções de puericultura”, “Aleitamento mercenário”, *Revista Feminina*, 130, mar. 1925).

Ao substituir percepção subjetiva por informação racional, o acompanhamento do crescimento da criança adquiria caráter eminentemente técnico, revalorizando indiretamente a função maternal. Alçado a símbolo de força, vigor, beleza e saúde, o peso da criança seria um dos principais critérios de avaliação dos concursos de robustez infantil.

Os concursos de robustez eram defendidos como uma das estratégias de incentivo ao aperfeiçoamento da raça através da alimentação adequada.³³ Um colaborador de *Vida Doméstica* chegou a sugerir a fundação de instituição pública destinada especificamente a tais eventos, até então restritos a iniciativas particulares (“Robustez infantil”, *Vida Doméstica*, 81, out. 1924). De clara inspiração eugênica, esses concursos haviam sido propostos de forma pioneira pelo Dr. Moncorvo Filho; dirigiam-se particularmente às mães pobres, conferindo premiação em dinheiro ao bebê mais saudável, de até doze meses, que tivesse sido amamentado ao peito no mínimo até os seis meses de idade (Ferreira *et Freire, op. cit.*). O espectro da hereditariedade mórbida – e conseqüentemente, da degenerescência da raça –, que aterrorizava as nações em formação ao final do século XIX, parecia ter encontrado sua solução na eugenia e seu projeto de aperfeiçoamento da espécie humana, contribuindo, ao alvorecer do século XX, para o surgimento da proposta de uma maternidade medicamente orientada. Os médicos brasileiros aderiram a determinada tendência peculiar de eugenia, fundamentada no *neo-lamarckismo*, que apontava uma perspectiva positiva da

³³ O primeiro concurso de robustez foi realizado em 14 de julho de 1902; a moda desses concursos durou 33 anos.

miscigenação racial.³⁴ Os puericultores, preocupados em particular com a transmissão, pelo leite materno, de vícios como o alcoolismo e a sífilis – de modo geral atribuídos às amas – usaram a ideologia eugenista para justificar sua crítica ao aleitamento mercenário e sua defesa da amamentação materna. Embora alertassem, no editorial da primeira edição de *Vida Doméstica*, para o fato de que era “tempo de abrir os olhos de todos” para a moderna ciência da eugenia (Dr. Barbosa Vianna, “Hominicultura”, *Vida Doméstica*, 1, mar. 1920), Dr. Barbosa Vianna comparava os concursos de robustez – que se realizavam no dia 2 de outubro, dia consagrado à criança – a “exposições humanas”, nas quais as crianças eram avaliadas por médicos, da mesma forma que nas exposições de animais.³⁵ Já Dr. Wittrock criticava tais concursos, chamando-os de “concurso de superalimentados”, por estimularem a obesidade infantil (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925).

Os articulistas estendiam sua orientação técnica a todas as etapas da alimentação artificial, da preparação à administração. Recomendavam, por exemplo, que ao se oferecer a mamadeira, a criança deveria ser colocada na mesma posição de mamar no peito, a fim de se evitar que sugasse muito depressa, o que seria “altamente prejudicial”: “Cada vidro deverá ser tomado em quinze a dezoito minutos” (“A página das mães”, “Alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925).

A conservação do leite também merecia cuidados técnicos, indicados pelas revistas. A principal recomendação era mantê-lo em vasilha perfeitamente limpa e tampada, protegido de poeira e insetos, em local fresco, sobre o gelo ou preferencialmente em geladeira (Mme. Festoyer, “A página das mães”, “Conselhos e indicações sobre higiene e alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 120, maio 1924; “A página das mães”, “Alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925). A propaganda explorou tal filão, como demonstrado por anúncio de refrigerador elétrico, publicado em *Vida Doméstica* de janeiro de 1928. O texto, ilustrado por um bebê sorridente a segurar a mamadeira, pregava: “De uma

³⁴ O tema da eugenia será retomado com mais profundidade nas páginas que se seguem.

³⁵ De fato, os primeiros exemplares de *Vida Doméstica* enfatizavam os concursos de tratores e de animais; os concursos de robustez infantil foram sendo incorporados posteriormente ao repertório da revista, que ao final da década de 1920 já apresentava perfil temático bastante diferenciado.

alimentação sadia depende a vida de vossos filhos. O leite é o alimento principal da infância: deve ser conservado ao abrigo da fermentação.”

Segundo o articulista da *Revista Feminina*, não bastaria obter o melhor leite nem efetuar bem a mistura, se a mamadeira não estivesse “perfeitamente limpa” (“A página das mães”, “Alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925). A matéria ensinava então a técnica de lavagem escrupulosa dos vasilhames com “escova apropriada e água de sabão”, seguida de fervura, quando então seriam deixados para escorrer de boca para baixo num “grande recipiente esmaltado” (“A página das mães”, “Alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925). Outro método proposto – supostamente utilizado nos hospitais – preconizava a higiene do processo: após a lavagem das mamadeiras, mantê-las cheias até o dia seguinte com água boricada ou bicarbonato (“A página das mães”, “Alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925). As revistas ensinavam ainda como escolher, furar e esterilizar os bicos de mamadeira; como limpar e guardar os demais utensílios usados na preparação das fórmulas lácteas; como aquecer o leite em banho-maria e verificar a temperatura adequada antes de administrá-lo ao bebê. “Deitem-se algumas gotas deste sobre o pulso. Não se tendo nenhuma sensação de frio ou calor o leite está no ponto justo” (“A página das mães”, “Alimentação infantil”, *Revista Feminina*, 128, jan. 1925).

6.3. A NUTRICIONISTA DA FAMÍLIA.

Certamente o leite se constituiu no principal – mas não o único – objeto da investigação e das medidas de normatização dos médicos, preocupados com a qualidade da alimentação infantil. Estes estavam de acordo quanto ao fato de que as crianças deveriam ser submetidas a regime alimentar exclusivo – distinto daquele da família – até pelo menos os três anos de idade. Discordavam apenas sobre a representação do “regime ideal”; enquanto alguns médicos recomendavam, por exemplo, purê de legumes e farinhas lácteas, outros consideravam tal tipo de alimentação “artificial”. O articulista de *Vida Doméstica* remetia-se ao “famoso puericultor” francês, Dr. Variot, que prescrevia dieta à base

de purê de batatas com leite e manteiga a partir do oitavo mês – caso o lactente já dispusesse de dentes –, purê que seria progressivamente engrossado até o final do primeiro ano de vida do bebê (Nutrição dos bebês, *Vida Doméstica*, 132, mar. 1929).

Ao insistir em que a maior preocupação das mulheres deveria estar em oferecer a seus filhos alimentação suficiente e pura, nutritiva e saudável, os médicos criticavam os erros alimentares os quais julgavam ser provenientes de costumes “arcaicos” – como o de oferecer às crianças alimentos excessivamente gordurosos, mal cozidos, crus ou indigestos. Assim, estimulavam as mulheres a conhecer os alimentos que nutrissem melhor, ou seja, os que tivessem mais calorias, como azeite, chocolate, manteiga, leite açúcar, queijo, ovo, batata, trigo, fubá (*Vida Doméstica*, 96, jan. 1926). Defendiam ainda a administração sistemática de vitaminas sob a forma de sucos de frutas, especialmente de laranja, uvas e cerejas (!). Dr. Wittrock recomendava que todo lactente tomasse ao menos duas colheres de sopa de suco de laranja ao dia (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Conselhos às mães”, *Vida Doméstica*, 95, dez. 1925); já o Dr. Octavio Gonzaga sugeria suco de laranja, tomate, lima ou limão, administrado uma vez ao dia, uma hora antes das mamadeiras (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

As refeições de sal e as de frutas – preferencialmente cozidas – deveriam ser escolhidas de forma a evitar a monotonia do regime, causa freqüente de fastio das crianças (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926). Mas as orientações quanto ao momento de introdução de cada alimento variavam conforme a interpretação dos médicos sobre a dinâmica digestiva e nutricional infantil. As leitoras de *Vida Doméstica* aprendiam que após o 14º mês a criança poderia receber uma porção de purê de batatas com uma gema de ovo; quanto à carne, somente após o 20º mês, enquanto o álcool ou “qualquer outro excitante” seriam absolutamente proibidos. “O leite e a água pura são as únicas bebidas que a criança poderá tomar sem risco de sua saúde e vida” (“Palavras às mães”, “Como se criam filhos”, *Vida Doméstica*, 40, mar. 1923). A necessidade dessa observação pode indicar a persistência, na década de 1920, do costume, tão criticado por Moncorvo

Filho no início do século, de se oferecer vinho às crianças, sob o pretexto de estimular-lhes o apetite, entre outros motivos “condenáveis”. Já Dr. Octavio Gonzaga recomendava às leitoras da *Revista Feminina* que após um ano a criança recebesse, no almoço e no jantar, um caldo de verdura – excetuando-se a couve e o repolho; as carnes seriam oferecidas apenas após um ano e meio, e a gema de ovo, depois dos dois anos de idade (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926).

Dr. Gonzaga detinha-se em longas explicações sobre a combinação apropriada dos alimentos, de forma a fornecer às crianças a “justa proporção de proteína, gordura, hidrato de carbono”. Embora se apoiasse em estudos de pediatras norte-americanos – como a investigação de “alguns milhares de regimes alimentares”, desenvolvida por William Emerson, de Boston, ou o “excesso de regulamentação” apontado por Spencer –, o médico reconhecia a força da cultura tradicional e da natureza:

O costume de combinar o pão com manteiga, a carne com a batata, e o uso de frutas e vegetais ricos em sais minerais é o resultado do instinto natural e traduz uma tendência fisiológica que o paladar reconhece e orienta (Dr. Octavio Gonzaga, “O fastio das crianças”, *Revista Feminina*, 139, dez. 1925).

Para demonstrar o esforço em conciliar a ciência com a tradição, e patrocinar a iniciação das mães no universo socialmente valorizado da ciência, o articulista acrescentava: “Certos alimentos são, entretanto, indispensáveis ao crescimento, independentemente do paladar da criança” (*Ibidem*). Dr. Wittrock endossava a mesma preocupação com o balanceamento da alimentação infantil.

Nos ensinamentos que tenho a honra de proporcionar às gentis leitoras de “Vida Doméstica” tenho mostrado os grandes perigos que, para a vida e a saúde dos filhinhos, podem resultar de super e sub-alimentação, assim como da falta de método e defeitos na composição dos regimes (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinamentos às Mães”, “Preparação dos principais alimentos para as crianças”, *Vida Doméstica*, 108, fev/mar.1927).

O tema da alimentação infantil explicitava de forma privilegiada a construção da parceria entre mulheres e médicos. Em torno do interesse

partilhado por ambos no sentido de uma alimentação adequada para garantir o crescimento das crianças, os artigos das revistas tornaram-se verdadeiros “laboratórios”, nos quais a culinária adquiria o *status* de prática científica. Dr. Wittrock fornecia, em suas colunas de *Vida Doméstica*, receitas de mingaus e sopas (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinaamentos às mães”, *Vida Doméstica*, 109, abr. 1927), enquanto Dr. Octavio Gonzaga ensinava a preparar água de cevada, de arroz ou de aveia (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, “Alimentação infantil artificial”, *Revista Feminina*, 143, abr. 1926), recheando seus textos com informações técnicas detalhadas. Cabe ressaltar que a prescrição de produtos industrializados era extremamente comum nessas matérias, conferindo diferencial técnico ao que poderia se assemelhar a simples receita doméstica. Ao informar que a mortalidade infantil no Rio de Janeiro – de 250 a 300 casos por mês – era devida em grande parte aos distúrbios nutritivos, Dr. Wittrock propunha como solução transformar a culinária em atividade científica, medicamente orientada: “Convido às exmas. leitoras a passar agora para o *laboratório* [grifo meu] que, neste caso, será a cozinha e onde, em lugar de poções, veremos a maneira de preparar chás, mingaus, cozimentos, sopas, etc” (Dr. Wittrock, “Medicina Doméstica”, “Ensinaamentos às Mães”, “Preparação dos principais alimentos para as crianças”, *Vida Doméstica*, 108, fev./mar. 1927).

Se o Dr. Wittrock convidava as leitoras de *Vida Doméstica* a converterem suas cozinhas em laboratórios, Dr. Martinho da Rocha ia mais além; ele mesmo comparecia à cozinha para ensinar as mulheres a prepararem o *leitelho*³⁶ e outras fórmulas lácteas, ratificando o processo de construção da aliança entre médicos e mulheres em torno da utilização da ciência na alimentação infantil – bem como no exercício mais amplo da maternidade. Ao transformar a alimentação infantil em atividade técnica de nutrição, inserida na dimensão valorizada da saúde, a parceria entre mulheres e médicos alçava as mães à função de nutricionistas da família. Embora exercida no espaço privado do lar, tal atividade alcançaria caráter de função social, uma vez que implicava a formação da futura geração,

³⁶ A prática da fervura do leitelho junto com o “açúcar nutritivo” – dextrino-maltose – foi divulgada no Brasil por recomendação de Dr. Rinaldo de Lamare, então assistente do professor Leonel Gonzaga – este último seguidor de corrente oposta à do professor Fernandes Figueira, antes mesmo da orientação vir da Alemanha (Carneiro, *op. cit.*, p. 181).

responsável pelo progresso da nação brasileira. Implicava ainda a educação das mulheres com fins de substituir antigos costumes por novas práticas científicas.³⁷

Uma das principais críticas dirigidas às mães era o seu hábito de oferecer doces e guloseimas às crianças, sem restrições de horário. Tal prática confundia-se freqüentemente com “excesso de mimos” e falta de “regra” na educação dos filhos. Uma das estratégias empreendidas pelos médicos foi regulamentar esse costume, oferecendo explicações científicas que remetiam à química e à fisiologia.

O amor dos doces é comum a todas as crianças e não representa apenas uma satisfação do paladar como muita gente supõe. É uma necessidade constante do organismo infantil que precisa de calor e de energia e a fisiologia ensina o papel importante que o açúcar representa nos processos vitais (*Ibidem*).

Embora os hábitos “permissivos” das mulheres brasileiras fossem destacados, a prática de oferecer doces às crianças aparentemente afetava de igual maneira outros países, e era também condenada pelos médicos. Assim, a revista *La mère et l'enfant* orientava as mães francesas quanto às sobremesas “permitidas” às crianças, como os merengues, proibindo os brioche e outras guloseimas à base de ovos e gordura, pela sua má digestibilidade (Les desserts défendus aux enfants, *La mère et l'enfant*, 11, mai 1905, p. 251). Depois de conferida a justificação científica – que incluía verdadeira “aula” sobre a função do fígado e o equilíbrio entre gorduras e açúcares –, o consumo de doces seria então franqueado pelo Dr. Gonzaga, desde que sujeito às regras da higiene infantil. “Não há mal algum, senão uma *necessidade* [grifo meu], que se dêem às crianças de acordo com as suas idades certos doces como sobremesa” (Dr. Octavio Gonzaga, “Medicina e Higiene”, *op. cit.*).

A transformação de costume pernicioso em imperativo fisiológico podia revelar a resistência dos médicos em desqualificar radicalmente certas práticas tradicionais na criação dos filhos, e certa opção conciliatória que franqueava às mães o umbral da modernidade, sem se indispor com a tradição. Mas ao final do

³⁷ Na França, Dr. Funk-Hellet propôs, em 1929, a distribuição às mães de um guia de receitas, cientificamente estandarizado, para ser seguido diariamente na alimentação dos filhos (Rollet-Echalier, *op. cit.*, p. 565).

artigo assinado pelo Dr. Octavio Gonzaga, às explicações científicas juntaram-se considerações morais: “Muita coisa que no mundo é doce tem os seus perigos e às vezes bem mais traiçoeiros do que aquilo que amargo logo se revela...” (*Ibidem*).

CONCLUSÃO

O principal objetivo desta tese é demonstrar que o processo de difusão da ideologia da maternidade científica nas revistas femininas do Rio de Janeiro e São Paulo na década de 1920 implicou a configuração da relação de aliança entre mulheres e médicos, a partir do interesse mútuo quanto à valorização da função maternal. A maternidade científica constituiu uma das dimensões do discurso maternalista, articulando tanto os princípios científicos da puericultura – como principal ferramenta de ação médica – quanto os argumentos produzidos pelos movimentos feministas. O discurso da maternidade científica, apesar de enunciado pelos médicos, não se reduziu, portanto, à autoridade destes, mas emergiu da confluência de seus interesses comuns com as mulheres – co-protagonistas da ação.

No momento histórico em que a construção da nacionalidade adquiria papel central, e a função maternal consolidava-se como preocupação de ordem pública, a valorização da maternidade – re-significada como a valorização da própria nação brasileira – adquiriu maior força argumentativa, e forneceu renovada justificativa tanto para o discurso médico quanto o feminista. Ao tornar as mulheres – na qualidade de mães – responsáveis pela formação dos futuros cidadãos brasileiros, tal concepção de maternidade lhe agregaria o *status* de

função social, elevando também o prestígio dos médicos dedicados à higiene infantil. Assim, se esses médicos enxergaram na valorização da maternidade um caminho para obterem reconhecimento e legitimação profissional, para as mulheres, tal perspectiva representava uma maneira de extrapolar o espaço doméstico e melhorar sua posição social.

Ao reafirmarem a vinculação da função maternal à natureza das mulheres e a compatibilidade de tal atribuição com outros papéis femininos, as feministas aproveitaram a concepção de maternidade – como dimensão exclusiva do gênero – para aumentar seu poder e facilitar a reivindicação de outros direitos. Endossaram, portanto, a ideologia da maternidade científica, enxergando na aliança com os médicos – e adesão aos princípios científicos da puericultura – meios para transformar a maternidade no papel social feminino.

Para as mulheres das classes média e alta urbanas, o exercício da maternidade científica, ao representar acesso ao espaço socialmente reconhecido da ciência – até então de domínio quase exclusivamente masculino –, constituiu caminho potencial de inserção dessas no espaço público – via filantropia ou trabalho profissional, ou mesmo através de práticas de consumo.

A qualificação das revistas femininas como espaço social de construção da aliança entre mulheres e médicos mostrou-se acertada. A partir da dimensão compartilhada de modernidade, as revistas conformaram o ambiente de circulação cultural adequado para a difusão do ideário da maternidade científica. O crescente quantitativo de matérias que versavam sobre a maneira científica de cuidar das crianças, e a fidelidade das assinantes, confirmavam o interesse das leitoras no assunto. As manifestações na sessão de correspondência da *Revista Feminina* enalteciam a qualidade do periódico, noticiavam eventos feministas ou acontecimentos sociais, e solicitavam orientação sobre questões de ordem variada – de moda a receitas culinárias. Já a coluna do Dr. Wittrock em *Vida Doméstica* recebia perguntas mais específicas sobre os cuidados com as crianças, o que a transformava em verdadeiro “consultório médico”. Da mesma maneira, a progressiva substituição dos anúncios publicitários relativos ao campo dos insumos agrícolas e da zootecnia por anúncios do campo da alimentação infantil – particularmente visível em *Vida Doméstica* – representou outro sinal da penetração do discurso médico maternalista.

A análise do perfil dos articulistas forneceu outro indicativo da adequação das revistas femininas. Entre os colaboradores de *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, encontrei representantes da elite intelectual e médica da época, como Apyrgio Gonzaga, Osorio Lopes, Antonio Wittrock, J. P. Fontenelle e Octavio Gonzaga. Muitos destes ocupavam cargos de direção ou funções prestigiadas em instituições públicas, como o Dr. Fontenelle – Inspetor Sanitário do Departamento de Saúde Pública e Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Higiene –, o que confirmava ainda a capilaridade do movimento sanitarista brasileiro, como estratégia essencial do projeto reformista.

Da mesma forma, localizei entre os articulistas várias escritoras renomadas, como Ana de Castro Osorio, Chrysanthème, Condessa de Pardo Bazan e Maria de Eça – militantes de movimentos feministas e colaboradoras de periódicos em vários países –, o que reforçou o pressuposto da associação entre os ideários higienista, maternalista e feminista. A presença simultânea de assinaturas tão distintas demonstra que o discurso maternalista expresso nas revistas femininas não se originava exclusivamente da comunidade médica, mas espelhava a convergência de interesses por parte de médicos e feministas na construção do novo papel feminino de mãe.

Dentre as múltiplas identidades femininas simultaneamente refletidas e forjadas nos periódicos – esposa, consumidora, dona de casa, trabalhadora, freqüentadora da Igreja e da vida social mundana, entre outras – a maternidade configurou-se como o principal papel das mulheres, e ao mesmo tempo a própria essência. O rico material encontrado nas páginas das revistas revelou as tensões, dualidades, conflitos e ambigüidades que permearam a construção do novo papel feminino de mãe – reflexos das contradições e ambivalências presentes no debate sobre o lugar social das mulheres. Os esforços de conciliação entre as múltiplas faces da *Eva* de 1920 – especialmente os papéis de mãe e de trabalhadora – ganhavam visibilidade especialmente no discurso da maternidade científica .

Ainda que objeto das mais distintas representações, havia um consenso entre os colaboradores das revistas femininas quanto à complexidade da maternidade, a qual exigia a aquisição de habilidades específicas. A defesa da educação feminina – embora com propósitos distintos – uniu membros de setores

aparentemente díspares – médicos, juristas, pedagogos, psicólogos, políticos, religiosos, industriais, intelectuais – e integrantes dos movimentos feministas. No contexto de efervescência política, social e cultural do período, a associação dos discursos científico, sanitário, religioso, patriótico, econômico e pedagógico, possivelmente contribuiu para conferir maior legitimidade àqueles que o enunciavam.

Os médicos higienistas, em particular, depositaram na educação das mulheres para o exercício da maternidade a declarada expectativa de redução da elevada mortalidade infantil – face visível da falta de cuidados com a infância, principalmente por ignorância das mães. Ao invocarem concomitantemente o espírito reformista de certos setores das elites, a supremacia da ciência como instância ordenadora da vida cotidiana, os anseios republicanos de construção da nacionalidade e uma visão da infância como esperança do progresso do país, os médicos da década de 1920 atualizaram o discurso higiênico de Moncorvo Filho datado do início do século, em busca da adesão das mulheres a uma maneira científica de criação das crianças, estruturada no conjunto de regras da puericultura. Tal discurso encontrou eco no fortalecimento dos movimentos feministas, cuja principal bandeira de luta era justamente a defesa da educação feminina.

A dupla concepção da maternidade – simultaneamente instinto natural e técnica a ser aprendida – não se constituiu em obstáculo aos esforços doutrinatórios dos médicos, tampouco à retórica das feministas. Ao contrário, ambos exploraram tal dualidade ao argumentar que a maternidade era um dom vinculado à anatomia e fisiologia femininas – portanto não poderia ser negado –, passível, entretanto, de se aprimorar através da educação. A higienização da maternidade, ao agregar a um atributo inato a socialmente valorizada dimensão de ciência, elevava-a a novo patamar, conferindo distinção tanto aos médicos que a supervisionavam como às mães que a praticavam. Assim qualificada, a maternidade científica não seria, portanto, acessível a qualquer mulher, mas apenas àquelas “capazes” e preparadas.

É possível, portanto, considerar a adesão dos movimentos feministas à ideologia da maternidade científica como uma estratégia emancipadora, pela qual, ao reforçarem as diferenças de gênero, as mulheres buscavam, justamente,

alcançar a equidade. Ou seja, objetivavam extrair de sua especificidade biológica, a sua possibilidade de expansão; de sua aparente fraqueza, a sua força. Assim, longe de se reduzir ao aprisionamento das mulheres a determinada função tradicional, tal modelo de maternidade científica também as projetava no espaço público – “masculino” – da ciência, da civilização e da modernidade. Conformava, portanto, um espaço duplo, simultaneamente de inclusão e exclusão, o qual, em última instância, contribuía para melhorar o *status* das mulheres de maneira geral.

Assim, a maternidade, mais do que finalidade em si mesma, representou, para muitas mulheres das classes média e alta urbanas, um meio. Tais mulheres souberam aproveitar a “brecha” aberta a partir da ação desencadeada pelos médicos, e utilizaram a maternidade como instrumento de ação política, para obtenção de melhorias concretas em sua condição. Através da maternidade, além de medidas de proteção específicas – como leis que outorgavam benefícios durante a gestação e o parto –, foi-lhes facilitado, entre outros, o acesso à educação, à atividade filantrópica e atividade profissional, o que conferia à função materna dimensão potencialmente emancipadora.

A análise dos artigos demonstrou ainda que a difusão da maternidade científica nas revistas, mais que simples estratégia de inculcação de novos valores, constituiu processo cultural dinâmico e complexo. Os preceitos de puericultura difundidos não se voltavam apenas para questões estritamente práticas sobre os cuidados com os filhos, mas buscavam também responder às ansiedades em torno do novo papel da mulher.

Na verdade, para além das mudanças nas relações de gênero, pretendia-se de fato estabelecer uma nova ordem de relações sociais – necessária para a construção da nacionalidade. A medicina, como parte da cultura, buscou inserir-se no novo contexto de transformações culturais, e no projeto modernizador do país, através da divulgação, nas páginas das revistas – signo exemplar de modernidade – do amplo leque de preceitos da puericultura. O extenso arsenal de regras científicas voltadas à normatização dos cuidados com as crianças pretendia substituir os antigos dogmas religiosos e os conselhos das comadres – reforçando a identificação negativa da tradição com o atraso, e do novo com o progresso – e incluir no âmbito da atividade científica todos os domínios do universo de cuidados com o corpo e a mente infantis. A ritualização de tais

procedimentos – do banho ao sono, do vestuário às vacinas – permitia às mulheres, como adjuntas dos médicos, a oportunidade de exercerem a ciência no lar, ao mesmo tempo em que lhes abria novo campo de ocupação profissional fora de casa – como, por exemplo, na atividade de visitadora sanitária.

A construção da aliança entre mulheres e médicos apresentava maior visibilidade no campo da alimentação infantil. No contexto de reorganização social que visava eliminar resquícios do passado colonial e escravista, e alcançar a modernidade, a defesa do aleitamento materno – e o combate às amas-pretas – misturava-se à apologia do consumo de produtos alimentícios industrializados. O anúncio testemunhal do Dr. Wittrock – ardente defensor da amamentação – enaltecendo as qualidades do leite em pó na alimentação de seu filho é emblemático dessa duplicidade. A suposta iniciativa dos médicos na proposição de novas práticas revelou-se, na maior parte das vezes, respostas a prévias mudanças de atitudes ou a demandas específicas das mulheres.

A necessidade de conciliação dos múltiplos papéis da mulher moderna com os pressupostos da maternidade científica, sobretudo em face das tensões que envolviam a relação entre a função maternal e o mundo do trabalho, uniu mulheres e médicos. Assim, em que pese sua complexidade, a relação entre médicos e mulheres das classes média e alta urbanas na década de 1920, mais que exclusivamente de poder e dominação, constituiu-se em aliança e parceria, resultando na formação de dois novos tipos sociais – a mãe moderna e o médico puericultor.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

Revistas e jornais:

Vida Doméstica. Rio de Janeiro: Jesus Gonçalves, jan. 1920 – dez. 1929.

Revista Feminina. São Paulo/Rio de Janeiro: Virgilina de Souza Salles, jan. 1920 – dez. 1929.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 9 out. 1905 – 30 jun. 1906.

La Mère et l'Enfant, 11, mai 1905.

Brazil Medico, Ano XXXVIII, v. 1, 5 janeiro 1924.

Brazil Medico, Ano XLIII, n. 28, 4 julho 1929.

Impressos:

Dr. J. P. Fontenelle. *Compendio de Higiene elementar*. RJ: propriedade do autor, 2ª. edição, 1925.

Moncorvo Filho, Arthur. *Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926.

Dr. Wittrock, *Guia das Mães*. Rio de Janeiro: Vida Doméstica, 5^a. ed., 1936.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Marta. Meninas perdidas. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

ADLER, Laura. L'avènement de la parole des femmes. La presse des femmes, 1830-1850. *Pénélope*, juin 1979, p. 11-20.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDO, Marta Yumi; SILVA, Rosa Maria Graciotto. A imagem da criança nas líricas infantis de Olavo Bilac e de Vinícius de Moraes. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 26, n^o 1, 2004, p. 35-47.

AÑON, Rosa Ballester. En torno al Siglo de los Niños. *Dynamis*, n. 25, 2005, p. 539-545.

APPLE, Rima D. *Mothers and Medicine*. A social history of infant feeding. London: The University of Wisconsin Press, 1987.

_____ Science Gendered: Nutrition in the United States. 1840-1940 In: CUNNINGHAM, A.; Kamminga, H. (ed.) *The science and culture of nutrition*. Amsterdam-Atlanta: Rodopi, 1995, p. 120-154.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza. *A vocação do prazer*. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

A REVISTA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Editora Abril, 2000.

ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Nara *et al.* Gênero e Ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu* (23), julho-dezembro de 2004, p. 355-387.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARD, Christine. *Les Féminismes en France. Vers l'intégration des femmes dans la cité 1914-1940*. Tese (Doutorado em Géographie, Histoire et Sciences de la Société) Paris, Université de Paris VII, U.F.R., 1993.

BARD, Christine; BAUDELLOT, Christian. *Quand les femmes s'en mêlent : genre et pouvoir*. Paris: La Martinière, 2004.

BARRAUD, Dr. G. *La puériculture éternelle*. Paris : Vigot Frères Éditeurs, 1941.

BELLIARD, Corinne. *Émancipation des femmes à l'épreuve de la philanthropie : la Charity Organization Society en Grand-Bretagne et l'office central des œuvres de bienfaisance en France du XIX^{ème} siècle jusqu'à la guerre de 1914*. s/l, s/e, 2004.

BERNOS, Marcel (ed.). *Femmes, Familles, Filiations : Société et Histoire*. Aix-en-Provence, s/e, 2004.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914 -1950. São Paulo: EDUSP, 1999.

BINZER, Ina Von. *Os meus romanos*. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BIRN, Anne-Emanuelle. "No more surprising than a broken pitcher"? Maternal and child health in the early years of the Pan American Sanitary Bureau. *CBMH/BCHM* v. 19: 2002, p. 17- 46.

BLUM, Françoise. *Revue féminines, revue féministes*. In: PLUT-DESPATIN, J. Leymarie, M.; MOLLIER, J-Y. *La belle époque des revues*. Paris: Ed. de L'IMEC, 2002.

BOCK, Gisela. *Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950)* In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 435-477.

BOCK, Gisela; COVA, Anne (dir.). *Écrire l'Histoire des femmes en Europe du Sud (XIX^{ème} – XX^{ème} siècles)*. Oeiras: Celta Ed., 2003.

BOLTANSKI, L. *Prime educação et morale de classe*. Paris: Mouton, 1969.

_____. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BONATO, Nilda M. da Costa. *Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: a escola profissional Paulo de Frontin (1919)* In: 24^a. Reunião Anual da Anped, 2001, Caxambu. Anais da 24^a. Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. RJ: ANPED, 2001, v. 1, p. 1-7.

BONILLA, Luís R. C. M.; RIVORÊDO, Carlos R. S. F. Puericultura: duas concepções distintas. *J. Pediatr.* v. 8, n. 1, Porto Alegre, jan./feb. 2005, p. 7-13.

BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn. Introduction. In: HUNT, Lynn; BONNELL, Victoria. *Beyond the Cultural Turn: new directions in the study of society and culture.* Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999, p. 1-32.

BOURDELAIS, Patrice; FAURE, Olivier. Introduction. In: _____ (dir.). *Les nouvelles pratiques de santé. Acteurs, objets, logiques sociales.* XVIII^{ème} – XX^{ème} siècles. Paris: Belin, 2005.

BREYSSE, l'Accession des femmes au droit de vote. analyse du discours de presse. In: DERMEJIAN, G. ; GUILHAUMOU, J.; LAPIED, M. (dir.). *Femmes entre ombre et lumière.* Recherches sur la visibilité sociale (XV^{ème} – XX^{ème} siècles). Paris : Éditions Publisud, 2000, p. 33-40.

BRITES, Olga. *Imagens da infância.* São Paulo e Rio de Janeiro - 1930 a 1950. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História). PUC, São Paulo. 1999.

_____. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249-278, 2000.

_____. Crianças de revistas (1930-1950). *Educação e Pesquisa.* São Paulo, v. 26, n. 1, p. 161-176, jan./jun., 2000a.

BRUGEILLES, C.; CROMER, I.; CROMER, S. Les représentations du masculin et du féminin dans les albums illustrés ou comment la littérature enfantine contribue à élaborer le genre. *Population*, n. 2, v. 57, 1990, p. 261-291.

BITONI, Dulcília H. Schroeder. *Mulher de Papel.* A representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

_____. *Imprensa Feminina.* São Paulo: Ática, 1986.

BURGUIÈRE, André. Comunicação verbal durante o Seminário « Histoire sociale, histoire du genre. Identités et partages sexuels en Europe, XVIII^{ème} – XX^{ème} siècle », na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, novembro de 2005.

BUSATTO, Cléa. Um olhar sobre o feminino na dramaturgia brasileira do início do século XX. *Revista Letras*, v. 60, 2003.

CARNEIRO, Glauco. *Um compromisso com a esperança.* História da Sociedade Brasileira de Pediatria 1910-2000. RJ: Expressão e Cultura, 2000.

CARVALHO, Katia. *A cidade das revistas*. Tese (Doutorado em Comunicação). ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e Casamento. *História Ciências Saúde Manguinhos*, v. 10 (3): 901-30, set.-dez., 2003.

CASTRO SANTOS, Luiz A. de Castro. O pensamento sanitaria na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1985, p. 193-210.

CASTRO SANTOS, Luiz A.; FARIA, Lina Rodrigues de. *A reforma sanitária no Brasil - Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo. *Horizontes*, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, jul.-dez. 2004, p.123-150.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp/CECULT/FINEP, 2000.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhos no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. *Caderno de pesquisas*. São Paulo (76): 31-40, fev. 1991.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. RJ/SP: Record, 1999.

COENEM-HUTHER, Josette. *Femmes au travail, femmes au chômage*. Paris: L'Harmattan, 2004.

COLE, Joshua. "A sudden and terrible revelation": motherhood and infant mortality in France, 1858-1874. *Journal of Family History*, v. 21, n. 4, October, 1996, p. 419-445.

CONNELL, Robert W. *Gender*. Cambridge: Polity Press, 2002, p. 1-90.

- CORBIN, Alain. *Femmes dans la cité (1815-1971)*. Paris: Criaphis, 1997.
- CORRADIN, Irène ; MARTIN, Jacqueline (dir.). *Les femmes sujet d'Histoire*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1999.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 1982, p. 13-39.
- COSTA, Isabel Maria M. Ruano da. *Do cuidar de nascer ao nascer cuidado*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). 2001. Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2001.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COTT, Nancy F. A mulher moderna. O estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, Georges; Perrot, Michelle (dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, p. 94 -113.
- COVA, Anne. *Maternité et droits des femmes en France (XIX^{ème} - XX^{ème} siècles)*. Paris: Anthropos, 1997.
- _____. *Au service de l'Eglise, de la patrie et de la famille*. Femmes catholiques et maternité sous la 1^{ère} République. Paris : L'Harmattan, 2000, p. 13-221.
- _____. La maternité, un enjeu dans le premier XX^{ème} siècle. In: GUBIN, Eliane *et al.* (dir.). *Le siècle des féminismes*. Paris: Les éditions de l' Atelier, 2004, p. 195-208.
- _____. Où on est l'histoire de la maternité ? In: *Maternités. CLIO, Histoire, femmes et sociétés*, n. 21, 2005, p. 189-211.
- DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001.
- DARDIGMA, A. M. *La presse « féminine »*. Fonction idéologique. Paris: Maspero, FM/petite collection, 1978.
- DAUPHINE, Cécile; FARGE, Arlette; FRAISE, Geneviève. Culture et pouvoir des femmes : essai d'historiographie. *Annales E.S.C.*, n. 41, mars-avril 1986, p. 271-293.
- DAVIN, Anna. Imperialism and Motherhood. *History Workshop Journal*, spring 1978, p. 9-65.

DE LUCA, Virginie; ROLLET, Catherine. Nouvelles pratiques de puériculture. États des savoirs, acteurs, résistances et avancées. France, 1880-1930. In: BOURDELAIS, Patrice; FAURE, Olivier. *Les nouvelles pratiques de santé. Acteurs, objets, logiques sociales. XVIII^{ème} - XX^{ème} siècles*. Paris: Belin, 2005.

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2. ed., 1993.

_____ (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 1998.

_____ (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

DENEFLE, Sylvette. Introduction. In: DENEFFLE, Sylvette (dir.). *Femmes et Villes*. Collections Perspectives « Villes et Territoires », n. 8. Tours: Presses Universitaires François-Rabellais/Maison des Sciences de L'Homme, 2004, p. 13-19.

DERMENJIAN, G.; GUILHAUMOU, J.; LAPIED, M. (dir.). *Femmes entre ombre et lumière*. Recherches sur la visibilité sociale (XVI^{ème} - XX^{ème} siècles) Paris : Éditions Publisud, 2000.

DIACONOFF, S. Gender ideology and politics in *Le Cabinet des Modes*. In: BRIVE, Marie-France. *Les femmes et la révolution française*, 2. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1990, p. 353-359.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOWNS, Laura Lee. *L' inégalité à la chaîne (1914-1939)*. Paris: Albin Michel, 1999.

_____ *Writing Gender History*. London: Hodder Arnold, 2004.

DUBESSET, Mathilde; ZANCARINI-FOURNEL, Michelle. *Parcours de femmes ; Réalités et représentations, Saint-Etienne, 1880-1950*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1993, p. 152-250.

_____. Les figures du féminin à travers deux revues féminines, l'une catholique, l'autre protestante, « La femme dans la vie sociale » et « Jeunes Femmes », dans les années 1950-1960. *Le mouvement social*, n° 198, janvier-mars 2002, p. 9-33.

DUPRAT, Catherine. *Usage et pratiques de la philanthropie – pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cours du premier XIX^{ème} siècle*. v. 1. Paris : Comité d'Histoire de la Sécurité Sociale, 1996.

ECHINARD, Hélène. La presse quotidienne marseillaise et la citoyenneté des femmes (août 1944-avril 1945) In: DERMEJIAN, G.; GUILHAUMOU, J.; LAPIED, M. (dir.). *Femmes entre ombre et lumière*. Recherches sur la visibilité sociale (XV^{ème} - XX^{ème} siècles). Paris: Éditions Publisud, 2000, p. 269-280.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1999.

FERREIRA, Antônio Gomes. *Gerar, Criar, Educar*. A criança no Portugal do Antigo Regime. Coimbra: Quarteto, 2000.

FERREIRA, L. Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VI, n. 2, 1999.

FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria Martha de Luna. Higienismo, Feminismo e Maternalismo: ideologias e práticas de proteção à infância no Brasil, 1899 -1940. *Estudos do século XX*, Coimbra, n. 5, 2005, p. 301-315.

FERREIRA, Verônica C. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. *Cadernos AEL*, no. 3-4, 1995-1996, p. 153-200.

FONSECA, M. Rachel Fróes da. As conferências populares da Glória: a divulgação do saber científico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, nov. 1995/fev.1966, p. 135-166.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Vidas desperdiçadas: a puericultura no discurso da OMS*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança). Instituto Fernandes Figueira, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1991.

Falando com as mães: a puericultura na imprensa periódica do Rio de Janeiro da 1^a. República. *Jornal Brasileiro de História da Medicina*, v. 5, supl. 1. São Paulo: SBHM, 2002, p. 26.

FREIRE, Maria Martha de Luna *et al.* Moncorvo Filho e a campanha “Pró-Infância”. In: *Jornal Brasileiro de História da Medicina*, v. 7, supl. 1. São Paulo: SBHM, 2004.

FREITAS, Celi Silva Gomes. *Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central: a dupla exterioridade em Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em História Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FREITAS, Marcos Cesar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. RJ: Liv. José Olympio Editora, 1981.

FUCHS, Rachel G. France in a comparative perspective. In: ACAMP, E. A.; Fuchs, R. G.; Stewart, J. F. *Gender and the politics of social reform in France, 1870 – 1914*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 1995, p. 157-223.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; Chartier, Roger (org.). *História da vida privada*, vol. 3. RJ: Companhia das Letras, 1998.

GESTEIRA, J. Martagão. *Puericultura*. Rio de Janeiro: Ed. Pan-Americana S.A., 1945.

GONDRA, José Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, jan./jun. 2000, p. 99-117.

_____. Homo Hygienicus: Educação, Higiene e a reinvenção do homem. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, 2003, p. 25-38.

GONDRA, José; GARCIA, Inára. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 26, maio-ago. 2004, p. 9-84.

GONTIJO, Silvana. *O mundo em Comunicação*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

GOMES, Angela Castro. A Escola republicana: entre luzes e sombras. In: _____ (coord.) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira / CPDOC, 2001, p. 384-449.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência*. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. RJ: Companhia das Letras, 1992.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. RJ: Brasiliense, 1981.

HAICAULT, Monique. L'image en sciences sociales, une opération de mise en visibilité. In: DERMEJIAN, G. ; Guilhaumou, J.; Lapied, M. (dir.). *Femmes entre*

ombre et lumière. Recherches sur la visibilité sociale (XV^{ème} – XX^{ème} siècles). Paris: Éditions Publisud, 2000, p. 303-314.

HECQUET, Philippe; ROUCH, Hélène. *De l'indécence aux hommes d'accoucher les femmes* (suivi de) *De l'obligation aux mères de nourrir leurs enfants:1707*. Paris, Col. Des femmes dans l'Histoire, 1990.

HENK, Véronique. Image de la femme idéale au XIX^{ème} siècle. *Revue des Sciences Sociales de la France de l'Est*, n. 23, 1996, p. 25-30.

HERSHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso*. Médicos, Engenheiros e Educadores no Rio de Janeiro (1870-1937). Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. As bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

HOUBRE, Gabrielle. *A belle époque* das romancistas. *Estudos Feministas*, jul.-dez. 2002, vol.10, n. 2, p. 325-338.

HUGON, Anne. Les sages-femmes africaines en contexte colonial. In: BOURDELAIS, Patrice; FAURE, Olivier (dir.). *Les nouvelles pratiques de santé*. Acteurs, objets, logiques sociales. XVIII^{ème} – XX^{ème} siècles. Paris: Belin, 2005.

JACOB, Margaret C. Sciences Studies after social construction: the turn toward the comparative and the global. In: HUNT, Lynn; Bonnell, Victoria. *Beyond the Cultural Turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999, p. 95-120.

KNIBIEHLER, Yvonne. *Corpos e Corações*. In: PERROT, M.; FRAISSE, G. (dir.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, v. 4, 1991, p. 351-401.

_____. *La femme et les médecins*. Paris: Hachette, 1993.

_____. L'éducation sexuelle des filles au XX^{ème} siècle. *CLIO*, n. 4, 1996, p. 139-160.

_____. La mère au foyer. In: DERMEJIAN, G. ; Guilhaumou, J.; Lapiéd, M. (dir.). *Femmes entre ombre et lumière*. Recherches sur la visibilité sociale (XV^{ème} - XX^{ème} siècles). Paris: Éditions Publisud, 2000, p. 33-40.

_____. *L'Histoire des mères, du Moyen-Age à nos jours*. Paris: Hachette, 2001.

KNIBIEHLER, Yvonne; NEYRAND, Gérard (dir.). *Maternité et parentalité*. Rennes: Éditions ENSP, 2004.

KUHLMANN Júnior, Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; Kuhlmann Júnior, Moysés (org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 459-503.

LANGEVIN, Annette. La famille en recherche. Configurations familiales et vie domestique. *Cahiers du genre*, n. 30, 2001, p. 205-231.

LARSEN, Eirinn. *The relations between maternalism as a historical concept and gender as a category of historical analysis*. Disponível em www.ub.uib.no/elpub/1996/h/506002/eirinn/eirinn-Maternal.html. Acessado em 03/08/2006.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1991.

LEAVITT, Judith W. Gendered expectations: women and early twentieth-century Public Health. In: LEAVITT, Judith W. (editor). *Women and Health in America: Historical Readings*. University of Wisconsin Press, 2nd edition, 1999, p. 111-130.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. "Pouca saúde e muita saúva": sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar*. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004, p. 493-533.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Espelho da Mulher: Revista Feminina (1916-1925)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 1991.

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. *Comportamento do consumidor brasileiro*. São Paulo: Editora Saraiva Universitária, 2006, no prelo.

LOPES, Marta J. M.; Leal, Sandra Maria C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. *Cadernos Pagu*, jan./jun., 2005, n. 24.

LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unes, 1998, p. 443-481.

LÖWY, Ilana; ROUCH, Hélène. Genèse et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre. *Cahiers du genre*, n. 34, 2003, p. 5-16.

LOYOLA, Andréa. A cultura pueril da puericultura. *Novos Estudos Cebrap*, RJ, 2(1): 40-6, abr., 1983.

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. Inglaterra, 1300 - 1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MAGALDI, Ana Maria B. M. Educando a família, construindo a nação (anos 1920/30). In: MAGALDI, Ana Maria B. M.; Alves, Cláudia; Gondra, J. Gonçalves. *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003, p. 419-443.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. v. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 367-421.

MARKO, Tamera. A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician and two babies. In: MARKO, Tamera; WARREN, Adam (ed.) *Women, Ethnicity, and Medical Authority: Historical case studies in reproduction health in Latin America. CILAS Working Papers*. San Diego: University of California, 2004, Paper 21, p. 49-78.

MARQUES, Marília Bernardes. *Análise das limitações e possibilidades de atuação em um serviço de puericultura*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

_____. *Discursos médicos sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

MARTIAL, Agnes. Note de lecture. *CLIO*, no. 21, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. São Paulo: Fapesp/Edusp/Imprensa oficial, 2001.

MARUANI, Margaret (dir.). *Femmes, genre et sociétés – l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 2005.

MASCARO, Sonia de A. *A Revista Feminina: imagem de mulher*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). ECA/USP, São Paulo, 1982.

MAUAD, Ana M. A vida das crianças da elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 137-176.

MC MILLAN, James. *Housewife or Harlot: the place of women in French society 1870-1940*. Brighton: The Hawvester Press, 1981.

MIGNOT, Ana Crystina Venâncio. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias*. O legado pioneiro de Armanda Alvares Alberto. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOALLEN, N.; ALARCON, N.; KAPLAN, C. *Between woman and nation: nationalisms, transnational feminisms and the State*. London: Duke University Press, 1999.

MOTT, Maria Lucia. Apresentação. *Cadernos Pagu*, jan./jun., 2005, n. 24, p. 9-14.

_____ Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 -1945). *Cadernos Pagu* (16) 2001: p. 199-234.

_____ Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu* (24) jan-jun. 2005, p. 41-67.

MOTT, Maria Lucia; BYINGTON, Maria Elisa Botelho; ALVES, Olga Sofia Fabergé. *O gesto que salva*. Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U., 1974.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOVAES, Maria H. Dutilh. *A puericultura em questão*. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva), Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP, São Paulo, 1979.

OCAÑA, Esteban Rodriguez; PERDIGUERO, Enrique. Science and social persuasion in the medicalization of childhood in 19th and 20th century Spain. *Hist. cienc. saúde - Manguinhos*, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro, abr.-jun. 2006, p. 11-32.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORLANDI, Orlando *Teoria e prática do amor à criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

PAES DE BARROS, Maria. *No tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PEIFFER, Jeanne. Les débuts de la critique féministe des sciences en France (1978 - 1988). In: GARDEY, Delphine ; Löwy, Ilana. *L'invention du naturel : les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Ed. des Archives Contemporaines, 2000.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Presença feminina no sistema fabril. RJ: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. *Les femmes et les silences de l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1998.

_____. Sair. In: DUBY, Georges; Perrot, Michelle (dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 4. O século XX. Porto: Afrontamento, 1991, p. 502-539.

PIMENTEL, Irene Flunser. Une organizatin féminine de l'État Nouveau portugais. L'oeuvre des mères pour l'éducation nationale (1936 - 1974). In: BOCK, Gisela ; COVA, Anne. (dir.). *Écrire l'Histoire des femmes en Europe du Sud (XIX^{ème} – XX^{ème} siècles)*. Oeiras: Celta Ed., 2003, p. 161-164.

POMFRET, David M. "a muse for the masses": gender, age, and nation in France, Fin de Siècle. *The american historical review*, 109.5. Disponível em www.historycooperative.org/journals/ahr/109.5/pomfr. Acessado em 12 /09/2006.

RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu* (15) 2000, p. 199-225.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Feminizar é preciso. Por uma cultura filógena. *São Paulo Perspectiva*, jul./set. 2001, v. 15, n. 3, p. 53-66.

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Estudos feministas*, n. 3, janeiro-junho 2003. Disponível em www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3. Acessado em 06/07/2006.

RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalgiza Bittencourt. *Estudos feministas*, jan.2002, p. 11-34.

RAMOS, Maria Cristina. *A influência de um ambulatório de pediatria e puericultura sobre as mães usuárias na perspectiva das representações sociais*. Dissertação (Mestrado em Pediatria), São Paulo, 1992.

REA, Marina Ferreira. Substitutos do leite materno: passado e presente. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, 24(3), 1990, p. 241-9.

REIS, José Roberto Franco. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Hist. cienc. saúde - Manginhos*, v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, mar.-jun. 2000, p. 135-157.

RIOT-SARCEY, Michèle. Le féminin, un genre très singulier. In: CAPEVILLA, Luc et all. *Le genre face aux mutations. Masculin et féminin, du Moyen-Âge à nos jours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2004, p. 159 -165.

RIVOREDO, Carlos Soares Freire. *Cuidar e tratar de crianças: breve história de uma prática*. 1990. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança). Instituto Fernandes Figueira – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 1990.

ROBERTS, Mary Louise. *Civilization without sexes: reconstructing gender in post-war France, 1917-1927*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1994.

_____. *Disruptive acts: the new woman in fin-de-siècle France*. London: University of Chicago Press, 2002.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagu*, jan./jun., 2005, n. 24, p. 65-104.

ROCHA, José Martinho da. *Introdução à História da Puericultura e Pediatria no Brasil 1500-1882*. Rio de Janeiro: s/ed, 1947.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

ROLLET-ECHALIER, Catherine. *La politique à l'égard de la petite enfance sous la III^{ème} République*. Paris: PUF/INED, 1990.

_____. History of the health notebook in France: a stake for mothers, doctors and state. *Dynamis*, 2003, n. 23, p. 143-166.

ROSA, Zita de Paula. *O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica*. Bragança Paulista: Edit. Universidade São Francisco, 2002.

ROSE, Sonya O. Cultural analysis and moral discourses. In: HUNT, Lynn; Bonnell, Victoria. *Beyond the Cultural Turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1999, p. 217-238.

ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *Uma História da Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Hucitec/Unesp/Abrasco, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SALOMON-BAYET, Claire. *Pasteur et la Révolution pastorienne*. Paris: Payot, 1986.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas Trincheiras da Cura*. Campinas: Ed. UNICAMP/CECULT/IFHC, 2001.

SANDRE-PEREIRA, Gilza. La Leche League: des femmes pour l'allaitement maternel (1956-2004) In: CLIO n. 21, 2005, p. 174-187.

SANGLARD, Gisele. *Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas, Rio de Janeiro, 1920-1940*. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi *La recherche de la beauté. Une contribution à l'histoire des pratiques et des représentations de l'embellissement féminin au Brésil – 1900 à 1980*. Tese (Doutorado em História e Civilização). Paris, Université de Paris VII, 1994.

SCHIEBINGER, Londa. Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, R.; Teich, M. *Conhecimento sexual, Ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, 1999, p. 59-84.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. In: Le genre de l'Histoire. *Les cahiers du GRIF*, n. 37/38, 1988, p. 125-153.

SEIDLER, Eduard. El desarrollo de la Pediatría. In: ENTRALGO, Pedro Lain. *Historia Universal de la Medicina*. Tomo I. Barcelona: Salvat, 1974, p. 203-15.

SERPA, Leoni Teresinha Vieira *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. Tese (Doutorado). Passo Fundo, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol.3. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEWELL JR., William H. The concept of culture. In: Hunt, Lynn and Bonnell, Victoria. *Beyond the Cultural Turn: new directions in the study of society and culture*. Berkeley/Los Angeles/London:University of California Press, 1999, p. 35-61.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1975.

SILVA, Antonio Augusto Moura. *Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento materno na sociedade brasileira*. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva). USP, Ribeirão Preto, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMITH-ROSEMBERG, Carol; ROSEMBERG, Charles. The female animal: medical and biological views of women and her role in nineteenth-century America. In: LEAVITT, Judith W. (editor). *Women and Health in America: Historical Readings*. University of Wisconsin Press, 2. ed., 1999. p. 111-130.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

SOHN, Anne-Marie. Féminin et masculin. *Le mouvement social* n. 28, 2002, p. 3-8.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões. Disponível em www.comciencia.br/reportagens/mulheres. Acessado em 24/04/2006.

_____ A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, nov.-dez., n.º 15, São Paulo, 2000, p. 97-117.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu*, jan./jun. n. 24, 2005, p. 315-325.

STANCIK, Marco Antonio. Os Jecas do literato e do cientista: movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. *Publ. UEPG Ciência. Hum., Ci. Apl., Ling., Letras e Artes*. Ponta Grossa, 13 (1), jun. 2005, p. 45-62.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004, p. 331-391.

SULLEROT, Evelyne. *Histoire de la presse féminine en France des origines à 1848*. Paris: Armand Collin, 1966.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. *História Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, ano 18, n. 34, 2001, p. 11-44.

TEYSSEIRE, Daniel. *Pédiatrie des Lumières : malades et soins des enfants dans l'Encyclopédie et le Dictionnaire de Trévoux*. Paris: J.Vrin, 1982.

THALMANN, Rita. Avant-Propos. In: THALMANN, Rita. *Entre émancipation et nationalisme*. La presse féminine d'Europe, 1914-1915. Éditions Deuxtemps - Tierce, 1990, p. 5-14.

THANE, Pat. Genre et protection sociale. La protection maternelle et infantile en Grand-Bretagne, 1860-1918. *Genèses*, déc. 1991, p. 73-97.

THÉBAUD, Françoise. Le féminisme à l'épreuve de la guerre. In: THALMAN, Rita. *Entre émancipation et nacionalisme*. La presse féminine d'Europe, 1914-1915. Éditions Deuxtemps -Tierce, 1990, p. 17-30.

_____ Maternité et famille entre les deux guerres : idéologies et politique familiale. In: THALMAN, Rita. *Femmes et fascisme*. Paris : Éditions Tierce, 1986, p. 85-97.

_____ Maternités. *CLIO*, n. 21, 2005.

_____ *Quand nos grand-mères donnaient la vie. La maternité en France dans l'entre-deux-guerres*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986a.

_____ Sexe et genre. In: MARUANI, Margaret (dir.). *Femmes, genre et sociétés : l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 2005, p. 59-66.

THERIOT, Nancy. Diagnosing unnatural motherhood: nineteenth-century physicians and "puerperal insanity". In: LEAVITT, Judith W. (editor). *Women and Health in America: Historical Readings*. University of Wisconsin Press, 2nd edition, 1999, p. 405-421.

TILLIER, Annick (coord.) *Des sources pour l'histoire des femmes*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2004.

TOMES, Nancy. Spreading germ theory: sanitary science and home economics, 1880-1930. In: LEAVITT, Judith W. (editor). *Women and Health in America: Historical Readings*. University of Wisconsin Press, 2nd edition, 1999.

_____ The Making of a Germ Panic, Then and Now. *American Journal of Public Health*, n. 90, 2000, p. 191-198.

VARIKAS, Eleni ; MAGRI, Susanna. Dossier : Femmes, Genre, Histoire. *Genèsis*, n. 6, décembre 1991, p. 1-26.

VEAUVY, Christiane et PISANO, Laura. *Paroles oubliées*. Les femmes et la construction de l'État-nation en France et en Italie (1789-1860). 2 ed. Paris: Armand Colin, 1997.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

VIEIRA, A. L. Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). *Cadernos de Pesquisa*, n. 67, 1998, p. 3-16.

VIGARELLO, George. Comunicação verbal no Seminário « Histoire des pratiques corporales; Histoire du corps, objets, méthodes » apresentado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, outubro de 2005.

_____. *O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 105-245.

VOSNE Martins, Ana Paula. O caso Naná: representações de gênero no encontro entre texto e imagem no século XIX. *História Questões e Debates*. Curitiba: UFPR, ano 18, n. 34, 2001, p. 157-174.

_____. *Políticas da Maternidade: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas*. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq, 2004. Digitado.

_____. *Visões do feminino*. A medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004a.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos de assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999, p. 103-124.